

DIVULGAÇÃO MARXISTA

NUMERO DEDICADO À DIALETICA

SUMARIO

O METODO DIALETICO MARXISTA

A conexão universal e a interdependencia dos fenomenos	3
O movimento e a mutação, a renovação e a evolução dos fenomenos	20
A evolução como conversão das mutações quantitativas em mutações qualitativas	32
A evolução como luta entre tendencias contrapostas	51
As categorias da dialetica marxista	75
Carta do Atlantico	118
A Queda da Comuna	119
Discurso de Luis Carlos Prestes contra o Projeto de Constituição	121
De tudo, um pouco... ..	160

ANO I

15 JULHO 1946

N.º 2

Preço em todo o Brasil Cr\$ 5,00

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Publicação quinzenal
Sai aos dias 1 e 15 de cada mês
Direção de
Calvino Filho

e
S. O. Hersen
Redação e Administração
Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro — Brasil

*

Número em circulação .. Cr\$ 5,00
Número atrasado Cr\$ 8,00

*

ASSINATURAS

Para o Brasil:
Semestral (12 números) Cr\$ 50,00
Anual (24 números) ... Cr\$ 100,00
Para o Exterior:
Anual — 5 dólares americanos.

*

As assinaturas começam em qualquer data e cada número da revista é remetido sob registro.

Os pedidos devem ser dirigidos à

EDITORIAL CALVINO LIMITADA
Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro

*

COLABORAÇÃO

Esperamos que os leitores colaborem nesta revista sugerindo ou remetendo-nos material encontrado nos clássicos do marxismo, ou mesmo em outros autores, material que esteja rigorosamente dentro do programa desta publicação, que não se propõe, senão secundariamente, a discutir problemas táticos do momento, mas apenas a divulgar o que já está consagrado pela experiência marxista.

●

ESTE NUMERO

E' dedicado à dialética. Publicamos o trabalho consagrado de Mark Rosental, *O Método Dialético Marxista*.

FOI PUBLICADO NO N.º 1

de *Divulgação Marxista*:

Calvino, Carta a um burguês "progressista"; *Willard*, O sofrimento e a visão da morte não quebram a tempera do lutador; *Maréchal*, Manifesto dos Iguais; *Malon*, A situação das mulheres na sociedade cristã; *Marty*, Carta ao Marechal Foch; *Pereira da Silva*, Abertura dos portos brasileiros; *Ilin*, Que acontece quando se trabalha sem um plano; *Beer*, Revolução dos escravos; *Redação*, Trabalho; força de trabalho; *Lénin*, Marxismo e revisionismo; *Stalin*, O socialismo e a paz; *Hook*, Fim em Hegel e fins em Marx; *Prestes*, Os comunistas e a religião; e mais uma infinidade de trabalhos curtos do mais palpitante interesse.

●

AJUDE-NOS A DIFUNDIR DIVULGAÇÃO MARXISTA

Pedimos aos leitores do interior nos enviem nomes e endereços completos de amigos ou simples conhecidos, que se interessem ou sejam capazes de se interessar pelo estudo do marxismo.

●

LEIA DIVULGAÇÃO MARXISTA DE GRAÇA

Faça com que 10 pessoas das suas relações, por seu intermedio, assinem esta revista e conquiste, como premio, uma assinatura gratuita.

●

DESCONTO DE 20 %

A quantos comprarem de uma só vez e de um só numero desta revista um minimo de 5 exemplares, em nossa redação, abonaremos o desconto de 20 %. Os leitores do interior que desejarem gozar do desconto acima, bastarão fazer seus pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal, pratico e eficiente.

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Ano I

Diretores: *Calvino Filho e S. O. Hersen*

N.º 2

O POVO COMPREENDE

E' com satisfação que consignamos a animadora acolhida dispensada a esta revista. Praticamente, a edição de 10.000 exemplares, do 1.º numero, está esgotada.

A crítica do conteúdo desta revista, quanto mais severa e justa, melhor nos orientará para torna-la inteiramente util, capaz de cumprir seu objetivo de auxiliar a elevação do nível ideológico das massas trabalhadoras brasileiras, com a divulgação da doutrina marxista.

Pedimos, pois, com o mais vivo empenho, aos nossos leitores, especialmente aos mais experimentados e esclarecidos, para que colaborem conosco através de sugestões e críticas, visto que o fim a que nos propusemos se reduz exclusivamente em tornar esta revista um instrumento de cultura marxista, cultura que ajudará as massas trabalhadoras do Brasil a se transformarem de "classe em si" em "classe para si".

* * *

O acontecimento mais importante destes ultimos tempos da vida nacional foi, sem duvida, o discurso de Luis Carlos Prestes, na sessão de 18 de junho, da Assembléia Constituinte.

Nesse discurso, Prestes, em nome do PCB, vota contra o Projeto de Constituição, ora em debate na Assembléia Constituinte, justificando seu voto com argumentos irrespondíveis.

Os que, realistica e desapassionadamente, vêm acompanhando os trabalhos da Assembléia, receberam com jubilo essa contribuição de Prestes, a unica realmente substanciosa e pratica, sobretudo progressista e democratica, apresentada, até hoje, à Constituinte.

A cegueira, a ignorancia e o reacionarismo de muitos das classes dirigentes do país, entretanto, não lhes permitirão aceitar a contribuição notavel da vanguarda proletaria brasileira, por intermedio de Prestes.

Nossa "imprensa sã", solertemente, não tomou conhecimento do trabalho excepcional de Prestes, tentando, em vão, anulá-lo pelo silêncio.

Enquanto Prestes, expressão legítima dos trabalhadores do Brasil, examina e aponta a terapêutica para eliminar as causas do nosso atraso e da nossa desorganização econômico-financeira atuais, as classes dirigentes do país, completamente às cegas, alheias à nossa angustiada realidade, procuram, incivelmente, dar soluções "políticas" e policiais aos tremendos problemas econômico-financeiros, provando, assim, sua completa incapacidade para dirigir a Nação.

Individualistas, ruidos pelo mais subalterno egoísmo, a maioria das classes dirigentes, nos postos de direção governamentais, só visam defender posições políticas, que lhes dão prestígio e boas remunerações.

Assim, esses "políticos" se tornam instrumentos doces nas mãos do capitalismo nacional e do imperialismo estrangeiro, cujo objetivo único é o de maiores lucros, inda que à custa da miséria e da escravização crescente do povo.

Era natural, portanto, que o notável trabalho de Prestes não encontrasse eco na Assembléia nem no seio do Governo, bem como na "imprensa sã", presa aos interesses do imperialismo rapace, capitalista que ela também é.

A um Governo semi-colonial, instrumento da exploração do capital financeiro e beneficiário de "sobras", não pode interessar a democracia. Esse governo lutará, consequentemente, contra todas as medidas que possam levar o Brasil à democracia, pois somente lhe interessam os privilégios que desfruta como instrumento do capital financeiro. Daí o heroísmo e a tenacidade do esforço sincero de uma minoria parlamentar na defesa dos mais comensuráveis princípios democráticos, quase sempre prejudicado por uma reacionária maioria, clerical-imperialista.

As massas trabalhadoras brasileiras — operários, camponeses, pequenos-burgueses, etc., — interessa, porém, e fundamentalmente, a democracia, porque somente com ela poderão libertar-se da exploração ignóbil a que nos sujeita o imperialismo.

Essa a razão de fazermos daqui um apelo a todos os brasileiros conscientes para que promovam a mais larga divulgação desse discurso de Prestes, poderosa arma democrática, por ser um instrumento de convicção que levará o povo à consciência das causas entravadoras do nosso progresso e da nossa libertação econômica.

Seria uma contribuição valiosa se grupos de patriotas se quotizassem e mandassem imprimir quantos milheiros pudessem para distribuição ampla e gratuita por todos os recantos do Brasil.

Estamos convencidos de que se a maioria dos brasileiros tomasse conhecimento desse trabalho de Prestes, tal consciência se formaria no nosso povo sobre os reais problemas do país, que nenhuma reação, próxima ou remota, seria capaz de nos desviar da rota da democratização, porque o povo saberia impôr a sua vontade consciente.

Esperamos que este apelo não seja lançado em vão.

A CONEXÃO UNIVERSAL E A INTERDEPENDÊNCIA DOS FENÔMENOS

A metafísica e a dialética — Os metafísicos negam a conexão entre os fenômenos — O método dialético reflete a conexão universal e a interdependência na natureza e na sociedade — Darwin e a conexão e ação mútuas na natureza orgânica — Marx e Engels descobriram e fundamentaram cientificamente a conexão universal entre os fenômenos na sociedade humana — A natureza como um todo articulado e único — A conexão como único processo universal, sujeito a leis, do movimento — A negação das conexões e da ação mútua como fonte da mística e do idealismo — O método dialético e a ação mútua e as causas decisivas dos fenômenos — A consideração de todo o conjunto das conexões e relações mais importantes entre os objetos como condição para um justo conhecimento e ação — Conclusões.

I

Todos sabemos que o materialismo filosófico marxista, ao inverso do idealismo, considera material a base do mundo e define a natureza, o ser, como o primário e a consciência, como o secundário, derivada da matéria.

Tanto a natureza como a sociedade se desenvolvem de acordo com suas próprias leis e não têm necessidade de força divina alguma, do "além". Da nebulosa gasosa incandescente à formação do atual sistema solar, da simples bolinha viva, informe, ao atual mundo orgânico, com toda a riqueza de suas formas, inclusive o homem, em todo esse desenvolvimento histórico da natureza agiu uma só causa. E essa causa é a natureza mesma, as leis objetivas do desenvolvimento da matéria.

E' assim que o materialismo dá interpretação científica, explicação científica da natureza e de seus fenômenos. E' fácil, todavia, notar que ainda resta a resolver toda uma série de problemas.

Que relação existe entre um fenômeno e outro? Existe ou não alguma conexão entre eles? Estão condicionados mutuamente ou isolados, independentes um do outro?

O mundo, por sua natureza, é material. Mas, em que forma existe? Em estado de repouso ou de evolução? Acha-se em estado imutável, dado de uma vez para sempre, ou desenvolve-se eternamente, muda, progride de formas inferiores e simples a formas superiores e mais complexas?

Se a natureza não permanece quieta, mas evolue, quais são as leis de sua evolução?

Todos estes problemas requerem resposta clara. O caráter da respectiva solução define também nossa maneira de abordar os fenômenos da natureza e da sociedade, dá-nos um *método* definido de estudo desses fenômenos, o método do conhecimento e da ação prática.

A dialética marxista é, precisamente, este método, único método científico e revolucionário que fornece a possibilidade de conhecer corretamente a realidade, de orientar-se e agir acertadamente nas condições mais complexas da vida social.

A dialética revolucionária de Marx e de Engels surgiu sobre a base da generalização de toda a evolução histórica do pensar humano e da prática social e não teria sido possível sem as grandes conquistas obtidas no domínio da ciência no século XIX. Tãopouco é casual que seus criadores e autores hajam sido os ideólogos e representantes da classe mais revolucionária, o proletariado. Só os representantes dessa classe têm podido chegar a todas as conclusões que derivam da evolução das ciências no século XIX, da luta de classes na sociedade burguesa.

No transcurso de longo período, até o século XIX, reinou, na exploração das leis da natureza e da sociedade, o método metafísico, método que nasceu e se fortaleceu no período da evolução das ciências (séculos XV-XVI), quando se delineava em primeiro plano a tarefa da desintegração da natureza em suas diversas partes e da análise dessas partes isoladas, tomadas fora de suas conexões com os demais fenômenos, fora de sua evolução e mutação. Tal foi a fase obrigatória, necessária, por que teve de passar a ciência.

Sem semelhante análise, a ciência não teria podido compor um quadro geral exato do mundo. O modo de investigação das coisas fora de suas conexões com os demais fenômenos, independentemente de seu desenvolvimento, fortaleceu, entretanto, o hábito de os abordar ignorando a respectiva evolução, a respectiva mutação.

Naquele período, os sábios pensavam que o mundo houvesse surgido de chofre, na mesma forma em que existe, que o mundo não sofresse alterações básicas, que a natureza, por conseguinte, não evoluísse, que, entre os fenômenos da natureza, não houvesse conexão interna necessária, etc.

Foi, precisamente, então, que se formou também a concepção metafísica do mundo, transplantada, mais tarde, das ciências naturais à filosofia. O método metafísico, o modo metafísico de discorrer converteu-se em método reinante em todos os domínios do conhecimento.

Engels, em sua obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, deu característica cabal desse método.

Para o metafísico, os objetos e suas imagens no pensamento, os conceitos, são objetos de investigação isolados, fixos, imóveis, focalizados um atrás do outro, qual alguma coisa dada e perene. Pensa em toda uma série de antíteses inconexas; para ele, uma de duas: sim; não; não, não e o que há de mais sobre. Para ele, uma coisa existe ou não existe: um objeto não pode ser, ao mesmo tempo, o que é e outro distinto. O positivo e o negativo excluem-se reciprocamente, em absoluto. A causa e o

efeito revestem, do mesmo modo, a seus olhos, a forma de rígida antítese (1).

O pensamento científico continuou, não obstante, a avançar; acumulou-se uma multidão de novos fatos e fizeram-se as maiores descobertas, que entraram em contradição com o método metafísico. Em fins do século XVIII e na primeira metade do século XIX, a ciência já deu um quadro completamente distinto do mundo em comparação com o metafísico. Resultou daí que nosso planeta, como todo o universo, tem sua longa história de evolução, que o mundo vivo, orgânico, surgiu da natureza morta, inorgânica, que o homem não povoou sempre a terra, que as coisas se acham em constante processo de nascimento e de desaparecimento.

"...Tudo que era rígido, escreveu Engels a tal respeito, havia sido dissolvido; tudo quanto era fixo, posto em movimento; tudo quanto se considerava espacial para sempre, facto transitório; toda a natureza era movida em eterna circulação, em correntes inextinguíveis" (2).

Por outras palavras, resultou daí que a natureza não vive, absolutamente, segundo as leis da metafísica, que suas leis têm caráter completamente diverso, caráter dialético. Houve, porém, necessidade de generalizar todos esses resultados do maior progresso da ciência, de criar uma nova concepção científica do mundo, que refletisse, exatamente, as leis de evolução do mundo objetivo.

Quem podia fazer isto?

A burguesia, que foi classe revolucionária durante sua luta contra o feudalismo, converteu-se, depois de chegar ao poder, em classe contra-revolucionária. Tinha ela, então, interesse em afirmar seu reinado para sempre e em convencer as massas populares de que o regime burguês é o mais natural e racional.

Foi a metafísica que deu a fundamentação teórica dessas pretensões da burguesia sobre a eternidade e a imutabilidade de seu regime. Por isto, a burguesia, obrigada por seus interesses vitais, teve de preconizar a metafísica como o método de conhecimento mais científico.

Só a classe operária, que já em meados do século XIX, agiu como classe revolucionária contra a burguesia, contra todas as forças do velho mundo, só ela, que nunca e de modo algum está interessada em ocultar e desfigurar o quadro autêntico do mundo, pôde promover ideólogos que souberam realizar uma transformação revolucionária na ciência. Esses ideólogos foram Marx e Engels.

Marx e Engels sintetizaram os resultados de muitos séculos de evolução do conhecimento, descobriram as leis da evolução social, destruíram o método metafísico até seus fundamentos e criaram o método dialético, a teoria dialética da evolução.

(1) *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, págs. 49-50, ed. em espanhol, Moscou, 1941.

(2) F. Engels, *Dialética e Natureza*, págs. 23-24, ed. "Problemas", Buenos Aires, 1941.

II

O método dialético é, fundamentalmente, oposto ao método metafísico.

Um dos princípios básicos da metafísica é sua negação das conexões universais e da interdependência entre os fenômenos da natureza. Os metafísicos consideram cada objeto, cada fenômeno, isoladamente, independentemente de outros objetos, de outros fenômenos. Vêm objetos isolados, mas não lhes vêem as conexões mútuas, não vêem que eles se condicionam uns aos outros, influem uns sobre os outros. Por isso, do ponto de vista do metafísico, os objetos devem ser investigados um atrás do outro e independentemente um do outro.

Assim, por exemplo, no século XVIII, os sábios, ao estudarem o mundo dos animais e vegetais, achavam que esse mundo, as múltiplas e variadas espécies dos animais e vegetais se forjaram de chofre em espécies feitas de uma vez para sempre. A existência de seres orgânicos não era considerada em relação com as condições naturais que os rodeavam: ignoravam-se também o laço estreito e a ação mútua existentes entre os próprios animais e os vegetais.

Quanto ao homem, este ser supremo possuidor de uma consciência, os metafísicos negavam todo vínculo entre eles e o resto do mundo dos animais, vínculo que demonstraria proceder o homem também desse mundo.

Os metafísicos não viam que, entre o mundo da natureza morta e a viva, existe um vínculo mais estreito, que atesta haver o segundo surgido do primeiro. De exemplo claro, neste aspecto, pode servir Kant, que enunciou sua teoria científica da formação do sistema solar. Demonstrou que esse sistema não se constituiu, absolutamente, de chofre, como pensam os metafísicos, mas que se formou como resultado de longa evolução. Kant disse: "Dai-me a matéria e vos construirei o mundo". O próprio Kant, porém, que destruiu a imaginação metafísica sobre o céu, deteve-se, com assombro, conforme ele mesmo reconhece, ante a manifestação mais simples da vida. Declarou: se não é difícil explicar como, na matéria, por suas leis de movimento, se formou o sistema solar, não é possível, ao contrário, explicar, com estas mesmas leis, a origem da simples lagarta. Daí, naturalmente, derivava a conclusão de que a vida já é uma obra saída das mãos do criador supremo, de Deus, de que não é possível explicar a origem da vida por via científica.

De igual modo abordaram os metafísicos os fenômenos da evolução social. Podem-se citar, como exemplos a este respeito, filósofos como os materialistas franceses do século XVIII ou os social-utopistas dos princípios do século XIX.

Os filósofos franceses, Helvétio, Holbach, Diderot, fizeram muito pela ciência, pelo materialismo filosófico, mas suas idéias relativamente à sociedade eram metafísicas. Em sua luta contra o feudalismo por um regime mais progressivo, negavam a conexão existente entre as fases precedentes do desenvolvimento social e a nova época. Consideravam todo o passado como fruto dos erros, da ignorância dos homens. Não compreendiam que, sem a evolução precedente da sociedade, tão-

pouco teria sido possível a nova ordem de coisas pela qual batalhavam; não percebiam que êsse novo regime estava entrelaçado a tôda a evolução histórica da sociedade.

Os socialistas utópicos, que apareceram em princípios do século XIX, também acreditavam que, antes dêles, a humanidade tivesse realizado em vão seus esforços, em vão batalhado, criado uma cultura, desenvolvido a ciência, as artes, etc. Tudo isso fôra esforço inútil, já que os homens não possuíam idéia justa acêrca de uma estrutura racional, socialista, da sociedade. Por exemplo, um dos socialistas utópicos, Carlos Fourier, declarou que a desgraça dos homens se prolongou por *“dois mil e trezentos anos demais*, por causa do descuido dos filósofos, que desdenharam a investigação da associação e da atração”, isto é, dos factos, que, na opinião de Fourier, devem produzir transformação na vida social dos homens.

O leitor deve recordar-se de que uma só descoberta restabelecida por mim é mais importante que todo o resto do trabalho científico feito durante a existência do gênero humano (3).

Os socialistas utópicos emitiram muitas idéias geniais, entre elas também idéias socialistas, mas, em geral, suas concepções sôbre a história da sociedade, como vê o leitor, eram metafísicas.

Para o metafísico, a sociedade representa a soma mecânica de indivíduos não ligados uns aos outros, que operam cada qual por si mesmo, independentemente das condições históricas da respectiva vida. O organismo social único e indissolúvel desintegra-se artificialmente, em lados isolados uns dos outros ou em “factores”, que são considerados por êles mesmos e independentemente um do outro.

No problema das conexões, o método dialético marxista parte de princípios diametralmente opostos aos do método metafísico. A dialética destrôe a base da negação metafísica das conexões universais e da interdependência dos fenômenos da natureza e da sociedade.

No *Compêndio de História do P.C. (b) da URSS*, assinala-se que a conexão universal e a ação recíproca dos fenômenos e dos aspectos da realidade é a lei evolutiva mais importante do mundo, sem cuja compreensão é impossível a ciência.

Por oposição à metafísica, a dialética não considera a natureza como conglomerado casual de objetos e fenômenos, desligados e isolados uns dos outros e sem relação alguma de dependência entre si, mas como um todo articulado e único, no qual os objetos e fenômenos se acham organicamente vinculados uns aos outros, dependem uns dos outros e se condicionam uns aos outros.

Por isto, o método dialético entende que fenômeno algum da natureza pode ser compreendido, se o focalizamos isoladamente, sem conexão com os fenômenos que o rodeiam, pois todo fenômeno, tomado de qualquer campo da natureza, pode converter-se em absurdo, se o examinarmos sem conexão com as condições que o rodeiam, desligado dêles; e, pelo contrário, todo fenômeno pode ser compreendido e explicado, se o exami-

(3) C. Fourier, *Teoria dos quatro movimentos e dos destinos universais*, pág. 33, Sotzknig, 1938, ed. russa.

narmos em sua conexão indissolúvel com os fenômenos circundantes e por eles condicionados (4).

Marx, Engels, Lênin, Stálin destacam por todos os meios este aspecto, este traço do método dialético, demonstram-lhe o maior valor.

Lênin, fazendo, em seu resumo do livro de Hegel *Ciência da lógica*, a enumeração dos elementos da dialética, escreve:

... a relação de cada coisa (fenômeno, etc.) não só é múltipla, mas universal, geral. Cada coisa (fenômeno, processo, etc.) está ligada a OUTRA.

Noutro lugar, escreve Lênin:

Tudo que é solto está ligado por milhares de caminhos a outro gênero de coisas soltas (fenômenos, processos) (5).

Milhões e milhares de factos, toda a realidade confirma esta lei da dialética materialista.

A lei das conexões universais e da interdependência dos fenômenos sintetiza, como todas as leis da dialética marxista-leninista, os factos da realidade efetiva, do mundo real, objetivo.

A conexão, a interdependência dos fenômenos é inerente à própria natureza e não inventada pela cabeça do homem. Com esta afirmativa, a dialética marxista distingue-se das teorias idealistas, as quais, por exemplo, declaram subjetiva tão importante forma de conexão como é a causalidade, a conexão entre a causa e o efeito, vale dizer, consideram não existir na própria natureza causalidade alguma, é ser o homem que introduz a conexão causal na natureza. O filósofo inglês Hume considerava a conexão causal entre os fenômenos como questão de hábito e negava o carácter objetivo da causalidade. Os homens, dizia, estão, simplesmente, habituados a ver que a qualquer fenômeno outro se segue, mas que, na realidade, não há entre eles conexão interna alguma, independente da consciência do homem.

Kant também declarou a causalidade categórica só inerente à consciência humana. Na natureza, segundo Kant, reina o caos, a arbitrariedade; a consciência humana estabelece a ordem dessa desordem, introduz na natureza a conexão causal.

O merecimento da ciência, no século XIX e no período seguinte, o valor das grandes descobertas científicas feitas nesse tempo, consiste em ter posto em evidência a unidade da natureza, a unidade de todas as formas do movimento material, a conexão universal existente entre os fenômenos.

Mais atrás falamos dos pontos de vista metafísicos acerca do mundo orgânico. Em meados do século XIX, o sábio inglês Darwin realizou toda uma revolução nesses pontos de vista. Demonstrou que o mundo orgânico tem longa história de evolução, que sua história é um processo único, sujeito a leis, de alterações de formas orgânicas relacionadas umas com as outras, de transformação de formas simples em compostas, de inferiores em superiores.

(4) *História do P.C. (b) da URSS*, pág. 122, ed. espanhola.

(5) Lênin, *Cadernos filosóficos*, págs. 212, 327.

Darwin descobriu as leis da mutação e da evolução do mundo dos animais e dos vegetais. Demonstrou, antes de tudo, que não é possível examinar os animais e os vegetais fora de suas conexões com as condições naturais que os rodeiam. Os seres orgânicos não podem viver se não estiverem adaptados ao meio natural. Darwin cita uma quantidade de exemplos surpreendentes de adaptação dos animais às condições naturais. No processo dessa adaptação, nascem nos animais certos sintomas novos, transformações, primeiramente casuais. Se ajudam o ser orgânico a conservar a própria existência, a vencer as condições naturais, essas transformações são transmitidas em herança, desenvolvem-se e aperfeiçoam a raça em questão, a espécie em questão. Graças a essa adaptação e transformação, uma espécie transforma-se noutra mais superior e mais perfeita.

A coisa, porém, não termina simplesmente com a conexão e ação recíprocas entre os seres vivos e as condições naturais. Darwin demonstrou que existe conexão indissolúvel e interdependência dentro do próprio mundo orgânico. Os vegetais, os animais não vivem isolados uns dos outros; dependem uns dos outros, condicionam-se uns aos outros. Darwin cita muitos exemplos, que demonstram, conforme suas palavras, *como os vegetais e os animais colocados em graus muito variados da escala orgânica estão estreitamente entrelaçados por uma rede de complexas relações mútuas* (6).

Darwin demonstra, por exemplo, a conexão existente entre os amores-perfeitos e... os gatos. Os amores-perfeitos precisam, para a fecundação, das abelhas. De todas as abelhas só os zangãos visitam os amores-perfeitos. Por isso, se toda a espécie de zangãos se extinguisse ou escasseasse, também os amores-perfeitos de uma ou outra localidade desapareceriam ou se fariam muito raros. Por sua vez, todavia, o número de zangãos depende, em medida considerável, do de ratas e ratas, que lhes exterminam os panais e ninhos. Por sua vez, o número de ratas depende, em grau considerável, do número de gatos.

Daí resulta, diz Darwin, ser muito provável que a presença de maior número de animais da espécie felina, em determinado lugar, condicione, mediante a interposição, em primeiro lugar, dos ratos; depois, dos zangãos, a abundância, no mesmo lugar, de certa classe de vegetais (7).

Darwin cita outro exemplo. Numa planície de apóstolos, extensa e extraordinariamente estéril, que nunca fora tocada pela mão do homem, foi cercada e plantada de pinheiros escoceses uma pequena parte. Vinte anos mais tarde, desconhecida por completo essa parte da planície, tiveram lugar transformações surpreendentes: não só se alterou a correlação do número de vegetais de diversas espécies que, antes, existiam, mas apareceram vinte espécies novas. Mudou também a população da planície: apareceram seis espécies de pássaros insetívoros que não se en-

(6) C. Darwin, *A origem das espécies*, pág. 166, Seljogiz, 1937, ed. russa.

(7) Idem, pág. 166.

contravam no resto da planície, etc. E a causa de tôdas essas alterações foi, unicamente, a plantação dos pinheiros escocêses!

Darwin investigou, cuidadosamente, uma quantidade de factos sôbre a conexão mútua, as relações mútuas, a ação recíproca existentes entre os animais e os vegetais e chegou à conclusão de que entre êles há uma luta desesperada pela existência. Dessa luta sae vencedor o que está adaptado melhor que os demais às condições exteriores. Precisamente estas, as espécies mais adaptadas, conservam e transmitem, por herança, seus traços distintivos, que, no processo da evolução, se aperfeiçoam cada vez mais, se adaptam cada vez melhor à natureza. Essa luta pela existência e pela transmissão por herança dos sinais recém-adquiridos é a base da seleção natural, da evolução histórica do mundo orgânico.

Destarte, Darwin refutou, decididamente, as representações metafísicas sôbre o mundo vivo, criando a tal respeito uma autêntica ciência. Darwin resolveu com êxito essa grande tarefa graças ao ter concebido o mundo como um todo único, como um processo, cujas partes tôdas, todos os elementos estão mutuamente ligados, mutuamente condicionados, se acham em dependência causal uns dos outros. Se Darwin tivesse ignorado as relações mútuas existentes entre o mundo orgânico e a natureza e dentro do próprio mundo orgânico não haveria podido fazer a ciência adiantar-se.

Não só a natureza viva, mas também a multidão de outros factos os mais diversos pode servir de ilustração para a lei dialética das conexões universais e da interdependência dos fenômenos.

Durante muitas gerações, os homens pensaram que nossa terra constituiu uma espécie de mundo especial, provado pela divindade de virtudes especiais e felizes. A ciência demonstrou, no entanto, que nosso planeta não é senão um dos milhões de corpos disseminados no espaço universal, superiores em proporções à terra. A análise prismática provou que as substâncias, que fazem parte da composição de nossa terra e dos seres que a povoam, das espécies orgânicas, fazem também parte da composição de outros planetas, do sol, das estrêlas. Isto demonstra a conexão e a unidade do nosso com todos os demais planetas, a unidade de sua origem e de suas leis.

Quando os homens não podiam observar o universo dos múltiplos planetas do ponto de vista de suas conexões mútuas, eram inevitáveis interpretações religiosas sôbre a terra criada por Deus, sôbre o facto de que o sol se acha formado especialmente para os homens terem luz e calor. A descoberta das conexões e da ação recíproca entre o sol, a terra e os demais planetas destruiu essas interpretações, demonstrou que a terra, como alguns outros corpos, gira em redor do corpo central, o sol; que, entre o sol e a terra, como entre a terra e a lua, existe ação recíproca na base das leis de atração e repulsão; que as felizes particularidades do planeta por nós povoado são também possíveis noutros planetas, dado que essas particularidades nasceram em longo processo de esfriamento da terra, como resultado de longa série de transformações materiais.

A riqueza e a variedade de formas do movimento, a múltipla beleza do mundo nos assombra. No século XIX, a ciência estabeleceu, firmemente, que todas essas variedades são diversas formas do movimento da matéria, estreitamente ligadas entre si, que se transformam umas nas outras e sem sentido umas sem as outras.

Observemos uma série de formas de movimento: movimento mecânico, luz, calor, electricidade, magnetismo, união e decomposição química, trânsito de estados de agregação, vida orgânica, todas as quais — fazendo excepção por ora da vida orgânica — se transformam umas nas outras, se condicionam mutuamente umas às outras, aparecem aqui como causa, ali, como efeito, ficando, além disto, toda a soma conjunta do movimento, sob todas as mutações de forma, uma e a mesma... (8).

A conexão universal e a ação reciproca regem também a vida social dos homens. O maior merecimento de Marx e Engels está no facto de terem demonstrado, pela primeira vez na história do pensamento humano, o processo, sujeito a leis, da evolução da sociedade humana, que se realiza como necessidade férrea, necessidade histórico-natural. É uma das condições mais importantes e essenciais da revolução por eles feita na ciência sobre a sociedade foi o tê-la concebido, a ela e a sua evolução histórica, à luz da lei dialéctica da conexão universal de todos os aspectos e fenómenos da sociedade humana.

Para o metafísico, a sociedade compõe-se de indivíduos isolados, cada um dos quais age conforme suas próprias leis. Se os homens se unem em sociedade e trabalham, em conjunto, os metafísicos vêm a causa dessa unificação nalguma idéia, num contrato que os homens concluem entre si, etc. Marx e Engels demonstraram que o que, na realidade, existe entre os homens é uma conexão necessária, que as necessidades da produção dos bens materiais, das condições materiais da vida dos homens os ligam numa sociedade, lhes impõem a unificação, o trabalho em conjunto. Os homens primitivos não trabalhavam em comum, absolutamente porque concluíssem para tanto um contrato, mas porque, de outro modo, não teriam podido lutar contra a natureza.

Desta forma, em cada sociedade, em qualquer fase de desenvolvimento que se encontre, existe conexão entre os homens existem, inevitavelmente, relações de produção. Estas últimas, porém, dependem das forças produtivas da sociedade, as quais, junto com as relações de produção, constituem o modo de produção material, que determina toda a orientação do desenvolvimento da sociedade.

Na base do fundamento económico, surge determinado regime político, o Estado. Não é possível considerar o Estado fora das relações isoladamente do tipo das relações de produção. Os ideólogos burgueses e reformistas procuram apresentar o Estado, na sociedade exploradora, como organização acima das classes, não ligada à classe dominante, não derivada das relações de produção existentes. Marx, pelo contrário, demonstrou que o Estado, em cada época, é o representante da classe dominante na sociedade dada, que exprime, precisamente, os interesses de classe desta última. O Estado depende, inteiramente, do tipo das

(8) Engels, *Dialéctica e Natureza*, pág. 15, ed. russa.

relações de produção. As relações feudais de produção criaram o Estado da monarquia feudal e as relações burguesas de produção, a monarquia constitucional ou a república democrático-burguesa. Qualquer, porém, que fôsse a forma política, o Estado, feudal ou burguês, constituiu sempre a ditadura das classes exploradoras.

Disto se deduz que a revolução socialista, que derruba o domínio da burguesia e estabelece novo tipo de relações de produção, não pode deixar inviolável o velho Estado burguês. Tem de romper o velho aparato do Estado e criar um novo Estado, a ditadura do proletariado.

Não só o Estado, mas tôdas as superestruturas políticas e ideológicas, o direito, a ciência, a arte, a filosofia, etc., estão estreitamente ligadas ao regime económico da sociedade, ao Estado, e se condicionam mutuamente.

Antes de Marx e Engels, a evolução da consciência e da ideologia social foi considerada como alguma coisa casual, cuja origem está no génio ou na ignorância dos homens.

Marx e Engels demonstraram que a consciência social depende da existência social e, com isso, puseram fim a tôda mística na explicação do desenvolvimento da ideologia. Não é possível examinar idéias ou doutrina alguma na sociedade classista sem ligá-las às condições sociais que as engendraram. Isolar a idéias de sua conexão com os demais aspectos do processo social único e, em última instância, do regime das relações de produção dos homens, examiná-la do ponto de vista da "justiça eterna" significa ser, inevitavelmente, instrumento cego nas mãos das classes reaccionárias.

Os homens, apontou mais de uma vez Lênin, serão sempre vítimas do auto-engano se não aprenderem a ver, por detrás de umas e outras idéias e teorias, os interesses reais de classe. E' mister saber ligar as idéias e as teorias aos processos económicos e políticos que se efetuam na sociedade, às tarefas que se propõem as diversas classes.

Assim, pois, os exemplos tomados do campo da vida e da luta social, assim como a nossa consideração dos fenómenos da natureza, demonstram a existência da conexão universal e da interdependência em tôda a realidade, revelam essa conexão e essa interdependência como o traço inalienável de todo fenómeno, de todo processo.

III

O valor teórico d'este traço do método dialético, que descobre a conexão universal existente entre os fenómenos, é extraordinariamente grande. A ciência autêntica começa onde as interpretações e as concepções sobre o mundo como um caos de casualidades são substituídas pela interpretação do mundo como um todo único e articulado, como um processo único, sujeito a leis.

A ciência, ao ter noção da ação recíproca das leis que regem a evolução da realidade, coloca-se sobre base firme, irremovível, diante de todo preconceito religioso ou idealista.

O grande valor teórico da lei da conexão universal está em mostrar o desenvolvimento dos fenômenos e dos processos em sua necessidade, em seu condicionamento mútuo, convertendo toda a história do mundo num só processo sujeito a leis.

E' isto, precisamente, que Lênin sublinha, ao falar da conexão dialética dos fenômenos:

...a interdependência e a conexão mais estreita, indissolúvel entre "todos" os aspectos de cada fenômeno... conexão que dá um único processo universal, sujeito a leis, do movimento... (9).

No *Compêndio de História do P.C. (b) da URSS*, sublinha-se também que o método dialético considera a natureza como "um todo articulado e único".

Do ponto de vista metafísico do mundo, a realidade não pode ser apresentada sob a forma de processo único, articulado e sujeito a leis. Todos os fenômenos, se se quiser sustentar conseqüentemente este ponto de vista, estão separados uns dos outros, não dependem uns dos outros. O que existe agora não está condicionado pelo que existia antes e, por conseguinte, não pode haver um único processo, sujeito a leis, do movimento.

Muito características são os pontos de vista metafísicos sobre a história de um dos populistas russos, P. Lavrov. Lavrov considera que toda a história da sociedade humana é a soma de experiências, uma cadeia de ensaios que se efetuam do ponto de vista de uma ou outra suposição teórica. Assim, ao longo de toda a história, os soberanos, os imperadores, os ministros, os honras públicos, os filósofos realizam estas ou aquelas experiências sociais, do mesmo modo que o físico ou o químico realiza experiências em seu domínio. Por isso, a tarefa da moderna, "autêntica" filosofia consiste, segundo Lavrov, em selecionar, dentre a história de experiências, os elementos que mais correspondem à natureza humana e às necessidades humanas, que respondem ao ideal eterno de justiça, de moralidade e criar nova fórmula científica do progresso histórico.

...Não é em vão, escreveu Lavrov, que se têm desenvolvido teorias econômicas e do Estado. Não foi em vão que os alquimistas do socialismo, os Platão e Morus, os Saint-Simon e Fourier, proveram sua pedra filosófica, seu elixir da imortalidade. Não foi em vão que os soberanos e ministros de meados do século XVIII fizeram experiências com a ajuda de reformas de cima. Não foi em vão que os revolucionários políticos experimentaram, mediante uma série de resoluções parlamentares, transformações de constituições e de códigos. Todos os ensaios teóricos e práticos deram seus resultados, absolutamente deficientes para o observador atento e imparcial.

Todos estes dados, continua a escrever Lavrov, são de todo suficientes para que, aspirando conscienciosamente à verdade, com uma comparação cuidadosa do análogo e omissão do disparatado, se possa elaborar uma compreensão clara das principais verdades sociológicas, isto é, es-

(9) Lênin, *Obras completas*, tomo XVIII, pág. 12.

clarecer ante nós as necessidades naturais e sãs dos homens, que podem e devem ser satisfeitas, mediante justa vida em comum (10).

Não é difícil compreender que esta teoria é, nitidamente, metafísica em seu fundamento. Como aborda Lavrov a história humana? Não como processo sujeito a leis, mas como um caos de acontecimentos, como um fenômeno no qual reina a arbitrariedade. Nesse caos histórico, nesse reino das casualidades, podeis fazer o que quiserdes, podeis, arbitrariamente, combinar pedaços da experiência histórica e construir esta ou outra fórmula do progresso histórico que, a vosso juízo, corresponde mais à "justiça eterna". Lavrov e seus semelhantes teóricos separam os fenômenos de sua conexão com os demais fenômenos da realidade. Não vêem lei alguma na história da sociedade.

Resultados diametralmente opostos obtêm-se do estudo da realidade, quando se parte do critério da conexão universal e da interdependência dos fenômenos.

Toda a natureza, a história de sua evolução, o aparecimento da vida, a evolução da vida de formas inferiores até o homem, a unificação dos homens na comunidade primitiva, a transformação dessas comunidades, em virtude das leis internas do desenvolvimento social em sociedades clássicas, as transformações ulteriores da sociedade, tudo isso constitui "um todo articulado e único", "um processo universal único, sujeito às leis do movimento".

Este modo científico, único justo, de abordar a realidade permite compreender e examinar os fenômenos e os processos em sua *necessidade histórica*. Para o idealista e metafísico do tipo de Lavrov, a existência, digamos, da sociedade escravista ou capitalista é pura casualidade, que poderia também não existir. A existência dessas sociedades é examinada do ponto de vista de umas ou outras idéias, fora do respectivo vínculo com as condições materiais de cada época, fora das conexões com uma determinada situação histórica. O anti-historicismo é o traço mais característico da metafísica. Não é possível julgar a sociedade escravista do ponto de vista de certas idéias, embora sejam justas. Sua existência está relacionada com determinado nível das forças produtivas, com os processos sociais, com a divisão do trabalho, etc., que tiveram lugar na sociedade comunal e prepararam o nascimento da sociedade capitalista. O aparecimento dessa sociedade era, por conseguinte, *históricamente indispensável*, como é historicamente indispensável a substituição do regime capitalista pelo comunista.

O princípio da conexão universal e da interdependência mostra as causas reais e objetivas do nascimento de tal ou qual regime social e condiciona um confronto histórico, um ponto de vista histórico sobre as coisas.

Onde se nega o vínculo entre os fenômenos, sua interdependência, reina, inevitavelmente, a mística, o demonismo, a crença em forças sobrenaturais, o casual é apresentado, inevitavelmente, como o necessário, a aparência, o que pareceu, como o essencial, como o principal.

(10) P. Lavrov, *Obras*, tomo III, págs. 134-135.

A religião sustenta-se, em certa medida, porque não coloca a origem dos fenômenos naturais ou sociais em relação com a evolução que os precedem, com outros fenômenos reais, mas os atribue à vontade de um ser supremo.

Na sociedade capitalista, onde reinam a anarquia e a concorrência, muitos fenômenos adotam forma absolutamente misteriosa e sobrenatural.

Marx escreveu que os milagres e fantasmas envolvem os produtos do trabalho no reino da produção de mercadorias. A origem efetiva dos ganhos capitalistas fica obscurecida. A primeira olhadela superficial, parece que o capital traz, diretamente, o ganho, que este é sua propriedade, como a propriedade da pereira é dar peras.

Já no processo da produção direta, as relações entre os capitalistas e os operários são bastante obscurecidas. Mas a passagem do capital a outras esferas, não ligadas, diretamente, ao processo de produção, obscurece por completo as relações reais que existem entre os homens. Por exemplo, na sociedade burguesa, há toda uma categoria de pessoas que não fazem senão entregar o respectivo dinheiro a determinado juro e isso lhes serve de fonte de enriquecimento. O dinheiro, depois de certo tempo, traz outro dinheiro aumentado muitas vezes.

Na realidade, porém, conforme se sabe, a fonte de todo ganho é a exploração dos operários, a criação de mais valia no processo da produção de mercadorias. Na sociedade capitalista, os diversos campos de aplicação do capital estão isolados um do outro, não há conexão direta alguma entre eles. A esfera da circulação de mercadorias está separada da esfera da produção; o capital monetário tem também, diretamente, a forma de uma existência autônoma, etc.

É assim que, examinando o lucro fora de sua conexão com o processo de produção, no qual, em consequência da exploração dos operários, se cria a mais valia distribuída entre todos os capitalistas, se chega à mística, à dissimulação das causas efetivas do enriquecimento dos capitalistas.

O capital converte-se, segundo as palavras de Marx, em "coisa obscura, em mistério".

Marx demonstrou a estreita ligação existente entre todas as esferas de aplicação do capital, as verdadeiras fontes dos ganhos e, graças a isso, pôde-se conhecer o conteúdo real das relações capitalistas.

Para compreender, por conseguinte, as coisas em sua necessidade, para que o necessário e o substancial não sejam substituídos pelo casual e pelo superficial, é necessário examinar as coisas em suas conexões e ações recíprocas.

Vamos, agora, dirigir a atenção do leitor para um aspecto importante do problema que estamos examinando.

Para o metafísico, a causa e o efeito estão separados um do outro por fôssos intransponíveis; o que age como causa não pode ser efeito; o que é efeito não pode agir como causa.

Na realidade, sabemos que entre os objetos existe ação recíproca: a causa converte-se em efeito, o efeito, em causa.

Podemos, porém, limitar-nos a deixar estabelecido que entre as coisas existe ação recíproca?

Vamos examinar, por exemplo, as causas do florescimento da personalidade humana, seu desenvolvimento em todos os aspectos, no país do socialismo. Começamos, então, por estabelecer que os operários e os camponeses derrubaram os capitalistas e latifundiários, liquidaram as classes exploradoras e construíram uma economia socialista. As relações socialistas de produção são a causa, a base sobre a qual cresce e se consolida o Estado socialista dos operários e dos camponeses. O tipo socialista do Estado soviético, porém, é, por sua vez, causa da evolução maior, não vista até agora na história, da democracia soviética. *A democracia socialista emancipa o homem, abre-lhe largo campo para a sua aplicação de suas energias, para a manifestação de suas iniciativas, para seu desenvolvimento em todos os aspectos.*

Vemos, então, que a causa e o efeito se transformam um no outro. Chegamos à conclusão de que as relações socialistas de produção, por intermédio do regime político soviético, por meio da democracia socialista, são a causa do florescimento da personalidade humana. O florescimento da personalidade humana na U. R. S. S. exerce, por sua vez, enorme influência sobre o desenvolvimento da economia socialista, sobre o ritmo do respectivo desenvolvimento. Por exemplo, uma das condições decisivas do movimento starranovista foi o aparecimento de nova e alta técnica socialista. O movimento starranovista, porém, o aparecimento de homens que, conforme a expressão de Stalin, dominam, plenamente, a técnica de seu ramo e sabem dela extrair o máximo do que dela se pode extrair, é, por sua vez, a causa de um crescimento maior ainda da técnica, da produtividade do trabalho, etc..

Esquecer esta ação recíproca, objetiva e importantíssima, dos fenômenos significa fechar o caminho a uma compreensão justa, científica das coisas.

O marxismo-leninismo não pode limitar-se à comprovação do facto da existência da ação recíproca. Plerranov disse, com razão, que limitar a análise à comprovação do facto da ação mútua dos fenômenos é um "ponto morto de ação recíproca".

Tal limitação leva, inevitavelmente, a considerar como iguais tôdas as causas, tôdas as conexões.

A semelhante conclusão chegou, por exemplo, um dos mais destacados representantes do materialismo francês do século XVIII, Holbach, que reconhecia a ação recíproca dos fenômenos.

Holbach escreveu:

"Se começarmos a julgar sobre as causas pelos seus efeitos, não haverá no universo causas de pouca importância. Na natureza, na qual tudo está relacionado entre si, na qual tudo se acha em ação recíproca... não há nem um só átomo que não desempenhe papel importante e necessário". (11).

Os fenômenos mais inesperados e mais insignificantes, disse Holbach, podem converter-se em causas das transformações maiores da sociedade.

(11) P. Holbach, *Sistema da Natureza*, pág. 147, Soetzkiz, 1940, ed. russa.

"O excesso de virulência da bilis de um fanático, o calor do sangue no coração de um conquistador, a má digestão de qualquer monarca, o capricho de uma mulher, é causa suficiente para obrigar a empregar uma guerra, para enviar milhões de homens ao combate, para destruir fortalezas, reduzir a pó cidades, para submergir os povos na miséria e no luto, para provocar fome e epidemias e estender o desespero e a calamidade por uma longa série de séculos. (12).

Idêntica conclusão se poderia tirar, por exemplo, do seguinte facto:

As idéias, em última instância, nascem à base das condições materiais de vida dos homens. As idéias, porém, por sua vez, exercem poderosa influência sobre as condições materiais. Nessa base, poder-se-ia, então, concluir: as condições materiais de vida dos homens e suas idéias têm igual valor, uma mesma força.

Na realidade, não é assim. A existência social determina a consciência social e, por maior que seja o papel das idéias, o valor de *primeira ordem* na evolução da sociedade corresponde às condições materiais da vida, à base econômica, às forças produtivas e às relações de produção.

Por isto, o método dialético não se limita à comprovação do princípio da conexão universal e da ação mútua das coisas, mas exige sempre o exame dos *fundamentos* dessa ação recíproca, as causas decisivas, mas importantes, do nascimento deste ou daquele fenómeno.

Tal fundamento na ação mútua entre as relações socialistas de produção e o desenvolvimento da consciência socialista são as relações socialistas de produção.

Poder-se-ia também pensar que o método dialético, ao descobrir o vínculo universal dos fenómenos, exigisse também o exame de *toda* a cadeia de causas, de *todos* os vínculos e relações das coisas entre si. Não é assim, porém. A conexão dos fenómenos é tão universal e geral que, para o exame das causas de um fenómeno qualquer, haveria necessidade de citar massa enorme de coisas e acontecimentos, que, diretamente, não têm relação alguma com o fenómeno em questão, não têm importância decisiva.

Por isto, o método dialético requer a análise das causas *decisivas*, que condicionam este ou aquele fenómeno, o exame das conexões e relações orgânicas mais importantes.

IV

Em sua luta quotidiana pelo comunismo, o Partido Comunista guia-se pela análise dialética da situação, pela consideração dialética de todas as condições em que vive o país.

A *História do P.C. (b) da URSS* fornece vasta quantidade de exemplos de como, na solução dos problemas mais importantes da revolução, o Partido investiga e estuda, em todos os aspectos, a conexão e a interdependência das condições sociais e políticas, de como suas instruções refletem o específico, o particular da situação em cada período histórico de tempo.

(12) *Idem*, pag. 147.

A consideração de tôdas as condições decisivas necessárias para a realização desta ou daquela tarefa constitui sempre o princípio diretor da atividade do Partido.

Lénin escreveu:

"DO CONJUNTO DE TODOS os aspectos do fenômeno, da realidade e suas RELAÇÕES mútuas, eis de que se compõe a verdade" (13).

Estas palavras formidáveis significam que o método dialético requer seja tomado em conta todo o conjunto das conexões e relações *mais importantes* dos fenômenos, que o desconhecimento, na cadeia geral das condições, de um elo necessário qualquer, ameaça alterar a verdade, fazer falhar a empresa. Ilustração clara desta maneira dialética de enfrentar a análise das condições é o seguinte facto:

Ao examinar o problema das condições indispensáveis ao desenvolvimento em massa dos kolroses, o camarada Stálin, em seu discurso ao Pleno do C. C. do P. C. (b) da URSS, em abril de 1929, *Sobre o desvio direitista no P.C. (b) da URSS*, disse que havia gente, paroleiros "esquerdistas", que afirmavam o Partido se ter atrasado no que se referia ao desenvolvimento dos kolroses.

O camarada Stálin demonstrou que não é possível examinar êsse problema fora de suas conexões com toda uma série de condições históricas, necessárias para a realização de um plano de coletivização em massa. Disse que:

"Para realizar êste plano era necessário que se desse toda uma série de condições que não se davam, antes, em nosso país e que não se apresentaram até êstes últimos tempos" (14).

O camarada Stálin assinalou quais são essas condições.

O Partido, há muito, previu a necessidade dos kolroses e sov-roses. A só previsão por parte da direção suprema do Partido não é, porém, suficiente. Nosso Partido é um partido de milhões de homens.

"Para poder levar à prática o plano de um movimento de massas em prol dos kolroses e dos sov-roses, era necessário, antes de tudo, que a direção do Partido se visse apoiada nisso pela MASSA do Partido... Era necessário, portanto, convencer a grande MASSA do Partido do acêrto da política de sua direção" (15).

Esta é a primeira condição.

A segunda condição consiste na necessidade de que o próprio camponesado, por sua experiência, compreenda a vantagem dos kolroses sobre a exploração individual, de que entre os camponeses se produzisse um movimento de massas para os kolroses". E isso requeria certo tempo. O Partido não se pôde colocar na via do desenvolvimento forçado dos kolroses, que teria sido um prejuízo e não teria dado resultado algum.

Depois, para realizar o plano de coletivização em massa era preciso que o Estado dispusesse dos meios materiais necessários ao financiamento dos sov-roses e kolroses.

(13) Lénin, *Cadernos filosóficos*, pág. 189.

(14) Stálin, *Questões do leninismo*, pág. 294, ed. espanhola.

(15) Idem.

Esta é a terceira condição obrigatória, sem a qual não era possível sequer sonhar com os kolroses.

A coletivização socialista das pequenas economias camponêsas significa firmar como fundamento de grande economia rural uma alta base técnica. A economia rural socialista necessita de tratores, combinados e outras máquinas. E, para tanto, exige-se que o país possuía indústria desenvolvida.

Esta é a quarta condição.

O camarada Stalin assinalou que só quando o conjunto destas condições se criou, o Partido formulou a ordem da coletivização em massa. Sem a existência destas condições, o intuito de realizar uma coletivização em massa teria sido aventura.

É assim que o Partido, fazendo uso sempre da arma do método dialético, assegura o desenvolvimento com êxito da construção da sociedade socialista.

Agora, podem-se tirar algumas conclusões que derivam do exposto neste capítulo.

A conexão universal e a interdependência, contrariamente às afirmações da metafísica, são a lei necessária de toda a realidade. Fora das conexões e da ação recíproca, os objetos não teriam podido existir. A conexão e a ação recíproca fazem de todo o movimento que se efetua na natureza um processo único. Sem ter em conta o condicionamento mútuo dos fenômenos e processos, não é possível compreendê-los em sua necessidade, em sua evolução sujeita a leis. A ciência autêntica começa onde a realidade objetiva é estudada e examinada como processo necessário e sujeito a leis.

A consideração de todo o conjunto das conexões e relações decisivas dos fenômenos é a condição indispensável para um conhecimento correto e, por conseguinte, também para uma ação revolucionária justa.



NÚMEROS DEDICADOS A ASSUNTOS DETERMINADOS

Para possibilitar às mais amplas camadas proletárias, que não podem adquirir livros de 25, 30 e 40 cruzeiros o exemplar, a leitura e o estudo de trabalhos notáveis e indispensáveis, via de regra publicados, no estrangeiro, em periódicos, mas, entre nós, até hoje, somente em forma de livro, resolvemos, no corpo dos números dos dias 15 de cada mês, desta revista, publicá-los na íntegra, acrescidos da maior soma possível de notas esclarecedoras e interpretativas. Dessa forma, pelo preço normal de *Divulgação Marxista*, Cr\$ 5,00, acessível à maioria dos trabalhadores brasileiros, tornaremos conhecidas essas obras que, doutra forma, permaneceriam como que privilégio dos intelectuais e burgueses com capacidade aquisitiva. Assim, com este número iniciamos essas publicações, convencidos de que estamos prestando realmente um serviço ao trabalhador brasileiro.

O MOVIMENTO E A MUTAÇÃO, A RENOVACÃO E A EVOLUÇÃO DOS FENÔMENOS

A teoria metafísica sobre a estagnação e a imutabilidade do mundo. — A teoria mecanizista do movimento. — A teoria dialética da evolução. — A matéria e o movimento. — A interpretação dialética do movimento, como da mutação em geral. — O movimento e o repouso. — O caráter relativo do repouso e o caráter absoluto do movimento. — A essência revolucionária da teoria dialética da evolução. — A força invencível do que nasce e se desenvolve. — Conclusões.

I

A negação, pelos metafísicos, da existência da conexão universal e da interdependência dos fenômenos traz, inevitavelmente, como consequência, a negação da evolução, a afirmação do repouso e da imutabilidade como lei objetiva do mundo.

Semelhante dedução é, de todo, consequente. Se as coisas não estão vinculadas umas às outras, tão pouco há ou pode haver evolução, renovação. Recordemos como os socialistas utópicos, por exemplo, conceituaram o socialismo. Não viram relação alguma entre a evolução da sociedade capitalista e o socialismo próximo. Este último havia de aparecer, segundo eles, como consequência da realização de uma idéia racional. O socialismo não é, por conseguinte, resultado do movimento, da evolução da sociedade precedente.

Os metafísicos não negam o movimento, mas apenas reconhecem a forma mais simples do movimento mecânico, como *única e universal* forma do movimento.

No século XVIII, era natural esta generalização. Dentre todas as ciências, a mecânica era a mais desenvolvida. A química, a biologia e as demais ciências achavam-se apenas na fase inicial do respectivo desenvolvimento. Compreende-se, por isto, que os filósofos estendessem a forma mecânica do movimento a todos os domínios do mundo. Ainda hoje há, contudo, "teóricos" que defendem o ponto de vista mecanicista. Em nossos tempos, em que a ciência tem feito grande progresso, este ponto de vista constitui verdadeira reação.

Que é a forma mecânica do movimento?

De exemplo simples desta forma de movimento pode servir o choque de duas bolas. Uma das bolas acha-se em estado de repouso enquanto não se choca com a outra, a qual põe também em estado de movimento. O movimento, portanto, consiste no choque de dois objetos exteriores, na ação mútua destes objetos exteriores um em relação com o outro.

Eis a definição do movimento dada pelos filósofos colocados no ponto de vista mecanicista. O filósofo francês Descartes (1596-1650) escreveu que o movimento

"... outra coisa não é senão uma ação mediante a qual um corpo passa de um lugar para outro"; o movimento é "... o deslocamento de uma parte da matéria ou de um corpo da vizinhança dos corpos que, diretamente, o tocavam e o consideravam em repouso à vizinhança de outros corpos". (1).

Outro filósofo, Holbach, definiu da seguinte maneira o movimento: *"O movimento é um esforço com cuja ajuda qualquer corpo muda ou procura mudar de lugar, isto é, entrar, sucessivamente, em conformidade com diversas partes do espaço ou mudar a sua distância em relação a outros corpos". (2).*

Assim, pois, o reconhecimento da forma mecânica do movimento como a única forma significa que todo movimento é um simples deslocamento dos corpos no espaço, como consequência do choque de objetos exteriores um em relação com o outro, como resultado do impulso recebido de fora.

Alguns mecanicistas afirmam ser a matéria, por si mesma, passiva e haver sido dado por Deus o primeiro impulso do movimento.

Outros mecanicistas reconhecem o movimento como propriedade inalienável da matéria, negam a Deus, mas não reconhecem tão pouco outra forma de movimento que não seja a mecânica.

A metafísica repousa, integralmente, nesta interpretação do movimento, da qual resulta que todos os objetos e fenômenos são considerados como se se encontrassem em estado petrificado, imutável. Por isto, à pergunta de onde surgiram a terra, o sistema solar, os animais, os vegetais, os homens, o metafísico, se quiser ser conseqüente, deve responder que tudo isso existiu, existe e existirá eternamente. O movimento, segundo o ponto de vista do metafísico, não é o nascimento do novo e o desaparecimento do velho.

De acôrdo com êste ponto de vista, escreveu Engels:

"Fosse qual fosse o modo pelo qual a natureza havia chegado a existir, uma vez existente permanecia tal como era enquanto existisse. Os planetas e seus satélites, uma vez postos em movimento pelo misterioso "primeiro impulso", continuavam girando e girando nas elipses prescritas por toda a eternidade ou, pelo menos, até o fim de todas as coisas. As estrelas repousavam para sempre fixas e imóveis em seus lugares, sustentando-se nestes umas às outras pela "gravitação universal". A terra havia sido a mesma desde sempre ou desde o dia da respectiva criação, conforme se preferisse crê-lo. Os "cinco continentes" atuais haviam existido sempre e haviam tido sempre as mesmas montanhas, vales e rios, o mesmo clima, a mesma flora e fauna, a menos que tivessem sido alterados pela mão do homem ou pela transformação. As espécies de plantas tinham sido determinadas para sempre, desde as origens respectivas. Cada es-

(1) P. Descartes, Obras, tomo I, pág. 49, 1914, ed. russa.

(2) P. Holbach, Sistema da Natureza, pág. 13, ed. russa.

pécie gerava sempre a mesma... Tôda transformação, todo desenvolvimento na natureza era negado". (3).

Idêntico ponto de vista reinava também na explicação dos fenômenos sociais. Os materialistas franceses, por exemplo, batalharam pela substituição da velha sociedade feudal por uma nova ordem social.

A luta que empreenderam contra o feudalismo exprimia a transformação efetiva das condições materiais da vida, as necessidades reais de substituição de um regime social por outro. A interpretação, todavia, que deram a essa luta, era, nitidamente, metafísica. As causas da necessidade da substituição do velho regime viam-nas êles nas propriedades da natureza humana imutável, dada de uma vez para sempre.

De tempos imemoriais existia o homem natural, com a normal natureza humana. Mas dentro dêsse homem se introduzia outro homem artificial.

E eis que, nessa cova interna, se acendeu a guerra civil, que perdura tôda a vida. Às vezes, é vencedor o homem natural; às vezes, vence-o o homem moral, artificial (4).

A luta contra o feudalismo era também considerada como a luta pelo homem natural.

Como vê o leitor, esta interpretação parte do conceito de uma "natureza humana" feita, dada de uma vez para sempre.

Bem entendido que o facto de os materialistas franceses haverem compreendido falsamente as causas autênticas da sua luta não diminue o valor progressista objetivo da sua atividade. Além disto, entre os melhores representantes do materialismo francês, não poucos houve que atravessaram as fronteiras da metafísica e favoreceram o desenvolvimento do pensamento dialético. Em geral, todavia, êsses filósofos ainda estavam colocados no terreno da metafísica.

Assim, pois, de acôrdo com a interpretação metafísica, o mundo é imutável e acha-se em estado de repouso e de imobilidade.

E como resolve êste problema o método dialético?

II

Já o só facto de que o método dialético reclame que os fenômenos sejam estudados em suas conexões e interdependências diz, claramente, que a dialética revolucionária enfrenta de maneira completamente distinta a interpretação da natureza.

Se da negação metafísica das conexões universais deriva o ponto de vista sôbre o mundo como substância eternamente imutável e em repouso, a teoria dialética das conexões universais significa que o mundo se acha em processo de constante evolução, movimento, renovação.

Na realidade, as conexões e a ação mútua dos fenômenos demonstram que uns provêm de outros. A vida procede da natureza inorgânica,

(3) Engels, *Dialética e Natureza*, págs. 16-17, ed. "Problemas".

(4) D. Diderot, *Obras escolhidas*, tomo I, pág. 249, Moscou, 1926.

as espécies de vegetais e de animais se têm transformado, no transcurso de longo período, de inferiores em superiores, de simples em complexas. Idêntico quadro vemos nós, graças ao princípio dialético das conexões universais, também na sociedade. Sem o regime do comunismo primitivo, seria um absurdo o regime escravista; sem o escravista, o regime feudal; sem o feudal, o regime capitalista; sem este último, o regime socialista.

A lei das conexões demonstra, por conseguinte, que nem a natureza, nem a sociedade existem numa forma dada de uma vez para sempre, mas que evoluem. Uns fenômenos desaparecem e outros nascem em seu lugar.

Partindo deste ponto de vista é que Lênin escreveu também que a conexão universal dos fenômenos nos dá o único processo mundial do movimento.

Por oposição à metafísica, a dialética não considera a natureza como alguma coisa quieta e imóvel, estagnada e imutável, mas como alguma coisa sujeita a perene movimento e a transformação constante, como alguma coisa que se renova e se desenvolve, incessantemente, e onde sempre há alguma coisa que nasce e se desenvolve e alguma coisa que morre e caduca.

Por isto, o método dialético exige que os fenômenos se examinem não só do ponto de vista de suas relações mútuas e de seu mútuo condicionamento, mas também do ponto de vista de seu movimento, de suas transformações e de seu desenvolvimento, do ponto de vista de seu nascimento e de sua morte (5).

Esta conclusão funda-se no estudo e na sintetização dos mais diversos fenômenos da realidade.

Qualquer coisa que examinemos, os planetas, as estrelas, as condições geográficas, os vegetais, o mundo orgânico, numa palavra, tudo quanto nos rodeia, dos maiores corpos materiais ao átomo isolado da matéria, tudo se encontra em movimento, em processo de nascimento e de desaparecimento. Nada há fora de movimento, fora de desenvolvimento, fora de transformação.

Durante muito tempo, reinaram teorias sobre o facto de que a matéria, por si mesma, a parte do criador estranho, não é força criadora, que é inerte, passiva. Para explicar a origem de todo o mundo múltiplo e variado, imaginava-se a existência, fora a matéria passiva, de certa "forma" incorpórea, ativa, uma alma que põe em movimento a matéria, cria toda a riqueza de formas da natureza. Outros negavam, simplesmente, as transformações na natureza e afirmavam nada haver de novo, no mundo, sob o sol.

Exemplo singular, nesse sentido, é Hegel. Era dialético, afirmava a existência de leis de evolução, de mutação. Quanto à natureza, no entanto, negava o seu estado de evolução e mutação. Considerava a natureza como determinados e mesmos movimentos imutáveis que se

(5) *História do P.C. (b) da URSS*, págs. 122, 128, ed. em espanhol.

repetem eternamente. Hegel separava, radicalmente, a natureza da sociedade e considerava esta última como uma esfera puramente espiritual. A natureza, a matéria, conforme seu ponto de vista, é alguma coisa inferior em comparação com o domínio espiritual. Ao passo que o domínio espiritual tem capacidade de perfeição, de criação de alguma coisa de novo, de mutação, a natureza carece de tal capacidade.

Deixemos a palavra ao próprio Hegel:

Com toda a infinita e múltipla variedade das transformações que se efetuam na natureza, em todas elas se manifesta um só movimento em círculo, que se repete eternamente; na natureza, nada há de novo sob o sol e, neste aspecto, o múltiplo e variado jôgo de suas formas produz enfado. Só nas transformações que se efetuam na esfera espiritual há alguma coisa de novo (6).

O materialismo dialético, apoiando-se nos progressos obtidos pela ciência no século XIX, refutou êsses pontos de vista e criou a única teoria científica e conseqüente da evolução.

O materialismo dialético afirma que não há matéria sem movimento, assim como não há movimento sem matéria. O movimento é a propriedade inalienável da matéria.

"O MOVIMENTO É O PONTO DE EXISTENCIA DA MATERIA.
Nunca e em parte alguma existiu ou pode existir matéria sem movimento. Movimento no espaço absoluto, movimento mecânico de pequenas massas em qualquer dos mundos existentes, vibrações moleculares em forma de calor ou de correntes elétricas ou magnéticas, análise ou síntese química e vida orgânica; numa ou noutra destas formas de movimento, ou em várias, ao mesmo tempo, aparece cada átomo concreto de matéria do mundo, em cada momento dado (7).

Se o movimento não fôsse inerente à matéria, não poderíamos conhecer uma propriedade sequer de um objeto. Precisamente porque a matéria, toda sua forma, existe no movimento, os objetos revelam as respectivas qualidades, as respectivas propriedades. De um corpo, que não se acha em movimento, disse Engels, nada se pode dizer.

Considerando cada objeto como a manifestação de determinada forma do movimento da matéria, conhecemos as propriedades que lhe são inerentes e o distinguem de outros objetos. A forma mecânica de movimento são inerentes umas propriedades; à forma química, outras, etc.

A matéria, por conseguinte, para seu movimento, não tem necessidade de "alma" alguma, de "forma" incorpórea, etc. alguma. O movimento é a lei de existência da matéria, a forma de seu ser.

Não basta, contudo, estabelecer o só facto de que o movimento é próprio à matéria. Não o negavam os materialistas que tinham ponto de vista metafísico. O conceito de suas teorias consistia em que compreendiam o movimento como deslocamento puramente mecânico no espaço e, por isso, não viam que o movimento é a transformação dos objetos, o desaparecimento dos velhos e o nascimento dos novos, uma perpétua renovação da natureza.

(6) Hegel, *Obras*, tomo VII, págs. 51-52. Moscou, 1935, ed. russa.

(7) Engels, *Anti-Dühring*, tradução de W. Roces, págs. 59-60.

O idealismo de Hegel, como o de muitos outros idealistas, explica-se ainda, em certa medida, pelo facto de que, se reconhecia também à matéria, à natureza, a propriedade do movimento, Hegel só reconhecia o movimento como deslocamento mecânico no espaço, como movimento em círculo eternamente homogêneo. Em compensação, circunscrevia as formas superiores, como a consciência, o raciocínio, ao terreno de Deus, da "idéia absoluta", uma vez que, com o só movimento mecânico, não é possível, de forma alguma, explicar a origem da consciência.

Na realidade, o movimento não é somente deslocamento mecânico no espaço. Também são movimento o calor, a luz, a tensão elétrica, a composição e a decomposição químicas, a vida, a consciência. De mais a mais, todas essas diversas formas de movimento estão estreitamente relacionadas entre si, se entrosam umas nas outras. Na natureza inorgânica, cada objeto está sujeito à influência mecânica e física que nele produzem as transformações constantes. A fricção e o choque engendram movimentos moleculares internos que, em certas condições, se transformam em calor. A composição e a decomposição química engendram novos fenômenos, convertem uns fenômenos noutros. A vida também é uma forma superior original do movimento, que nasce, por via complexa, das formas inferiores do movimento.

Tudo isto atesta que o movimento não é só o deslocamento mecânico no espaço, a forma inferior, primitiva, do movimento, mas também a transformação em geral.

O movimento, em aplicação à matéria, escreveu Engels, é uma TRANSFORMAÇÃO EM GERAL (8).

Que é o movimento, entretanto, como transformação? É um eterno processo de renovação e de evolução, no qual nada permanece estagnado e sem se alterar, onde sempre alguma coisa nasce e se desenvolve, alguma coisa se decompõe e desaparece.

A esta interpretação, única científica, do movimento como transformação em geral, chegou a ciência como resultado das maiores conquistas do século passado. Ciências tais como a geologia, a paleontologia e outras demonstraram que a evolução da superfície da terra, do mundo orgânico, se efetuou mediante as transformações. A história da terra conhece várias épocas e períodos geológicos; durante essas épocas diversas, existiram também diversas espécies de animais e de vegetação.

O famoso sábio russo K. A. Timiriasséf, em seu livro *A vida dos vegetais*, demonstra que a vegetação do globo terrestre é, agora, completamente distinta da das épocas geológicas anteriores.

Antes de tudo, escreve, fazem seu aparecimento equisetáceos, fetos, plauons, todos vegetais esporíferos; depois, aparecem também vegetais de sementes e, dentre eles, primeiramente, os mais simples, os asperifólicos; mais tarde, todos os mais compostos, os mais aperfeiçoados por sua organização: dicotiledônios, que predominam, até agora, em nosso planeta. Com o correr do tempo, por conseguinte, aos tipos já existentes

(8) Engels, *Dialética e Natureza*, pág. 16, ed. russa.

se incorporaram novos tipos de vegetais, vencendo-os por sua multiplicidade e, além disto, aos mais simples se uniram os mais complexos (9).

Quadro idêntico pode observar-se também na história do reino animal. O reino animal atual não é o mesmo que o de antanho. Uma espécie cede-lhe seu lugar a outras, transformaram-se noutras. O desenvolvimento do mundo orgânico é, por conseguinte, um processo de desaparecimento de uns fenômenos e de nascimento de outros; além disto, um processo no qual umas formas orgânicas se desenvolvem de outras.

Este processo de desenvolvimento de umas formas noutras não foi reconhecido, durante muito tempo, pelos sábios, que mantinham o ponto de vista dos metafísicos sobre a imutabilidade da natureza. Mesmo depois que as escavações geológicas demonstraram haverem existido, em diversas épocas, seres orgânicos diversos, os sábios deram a tal facto interpretação que não ultrapassava os limites da teoria metafísica acerca da imutabilidade da vida.

Assim, o naturalista francês Cuvier (1769-1832) explicava esse facto pela natureza metafísica das catástrofes. A história da terra, dizia Cuvier, é uma série de catástrofes colossais sucessivas, que destruíram todo o vivo que povoava a terra. Após cada uma dessas catástrofes, apareceram nova vida, novas formas.

Só Darwin destruiu a teoria metafísica da imutabilidade do mundo orgânico.

O movimento da sociedade humana efetua-se também como transformação, como a morte e a destruição do velho e o nascimento do novo, como a evolução de umas formas sociais para outras. No decorrer de dois milênios e meio, a sociedade atravessou um caminho enorme de evolução. No processo dessa evolução, realizaram-se transformações essenciais: umas formações social-econômicas cederam seu lugar a outras.

Na sociedade, como na natureza, não há nada eterno, imutável, estagnado, dado de uma vez para sempre.

Apraz aos metafísicos o referir-se ao repouso, ao equilíbrio que tem lugar tanto na natureza como na sociedade e que, segundo eles, refuta a teoria dialética da evolução e da mutação eternas. O repouso, o equilíbrio, efetivamente, tem lugar na natureza e na sociedade, mas os metafísicos o interpretam de modo falso.

O repouso não existe independentemente, mas como momento da evolução, do movimento, e, sem ele, é inexplicável. O movimento e o repouso acham-se em unidade. Não há equilíbrio, repouso, sem movimento, como não há movimento sem equilíbrio. O equilíbrio, contudo, é relativo, temporal, passageiro e o movimento é eterno, não passageiro, absoluto.

O materialismo dialético não afirma que, no processo da evolução, tudo se transforma com rapidez e impetuosidade tais, que nada existe estável que não se encontre em equilíbrio temporal. Se a evolução tivesse este caráter de transformação não haveria objetos, nem vida.

(9) K. A. Timiriasséf, *A vida dos vegetais*, Obras, tomo IV, página 302, Seljogiz, 1938, ed. russa.

Vemos, em redor de nós, uma quantidade de objetos que, por certo tempo, longo ou curto, permanecem estáveis, em repouso. A vida de cada organismo humano, por exemplo, acha-se num equilíbrio. Mas este equilíbrio é relativo e temporário. É relativo porque as partículas menores do organismo e seus grandes órgãos se acham em movimento constante. Ainda mais, o equilíbrio do organismo existe graças, unicamente, a seu funcionamento normal e este último é uma forma do movimento. O próprio equilíbrio, por conseguinte, é resultado do movimento e do facto de que sempre se encontra em movimento.

O equilíbrio do organismo não só é relativo, como também temporal. Os processos que se efetuam no organismo, em alguma fase de sua vida, terão como resultado a morte, isto é, o desaparecimento, a negação do repouso.

Qualquer corpo pode achar-se em repouso temporal sobre a terra, mas esse mesmo corpo participa do movimento que a terra e todo o sistema solar efetuam. Portanto, seu repouso também é, nesse sentido, relativo.

Os ideólogos da burguesia, para demonstrar a eternidade e a inamovibilidade do princípio da propriedade privada, da divisão da sociedade em ricos e pobres, em explorados e exploradores, invocam o facto de que a propriedade privada tem subsistido através de muitos séculos e, portanto, é a forma natural da vida dos homens. A propriedade privada é que mantém a sociedade em equilíbrio absoluto, em repouso; sem ela, não teria sido possível a existência da sociedade.

Este ponto de vista metafísico sobre a sociedade é refutado por toda a história da evolução social. A propriedade privada não existiu sempre. Nasceu como resultado da evolução histórica da sociedade. A própria propriedade privada, que nasceu e foi, durante longo período histórico, base da estrutura social, tão pouco permaneceu imutável; suas formas mudaram. Tanto o regime escravista, como o feudal e o capitalismo se orientaram sobre a propriedade privada dos meios de produção. O capitalismo é a última forma da sociedade baseada na propriedade privada. No seio do regime de propriedade privada capitalista efetua-se, constantemente, um movimento: crescem as forças produtivas da sociedade, aguçam-se a luta de classes entre o proletariado e a burguesia. O "repouso" desta sociedade é tão relativo que até com uma simples observação nos faz recordar um oceano tempestuoso. O movimento, a evolução do capitalismo prepara, objetivamente, o fundamento para o novo regime socialista. A classe trabalhadora, ao chegar ao poder, destrói as classes exploradoras, a propriedade privada, e cria uma sociedade baseada na propriedade coletiva, socialista, dos meios de produção. A propriedade privada, que, devido a uma série de causas históricas, foi necessária, em seu tempo, desaparece para sempre.

A evolução não se concilia com os princípios eternos, com as formas inamovíveis, com as formas da vida dadas de uma vez para sempre.

Cada período histórico na evolução da sociedade conhece suas leis específicas, as quais mudam junto com o movimento da sociedade, em cada nova fase. As formas do movimento, a evolução da sociedade são diversas, relativas; só seu movimento, o desenvolvimento, tem valor *universal e absoluto*.

São também temporais, passageiras, as formas isoladas de existência da matéria e absolutamente universal e eterna é a própria matéria em movimento. No mundo, diz Engels, não há nada eterno, *a não ser a matéria, que, eternamente, se transforma em eterno movimento, e as leis pelas quais se move e se transforma* (10).

A matéria move-se, desenvolve-se de acordo com suas próprias leis. Todo o mundo, o orgânico e o inorgânico, o homem pensante inclusive, toda a variedade múltipla do mundo, suas formas de manifestação; tudo é produto da matéria, resultado de sua diferenciação, da transformação de uma forma noutra, e da forma inferior em superior.

Algum dia, pela força dessas mesmas leis materiais, todo esse rico e admirável produto da matéria é submetido à morte, ao extermínio. Pode-se pensar, entretanto, que, depois disso, a matéria não seja capaz, de novo, uma e outra vez, de se diferenciar e criar a vida em novas terras, sob novos sistemas solares?

Engels deu resposta a esta pergunta.

Escreveu:

...por mais milhões de sóis e de terras que possam produzir-se e desaparecer; por mais longo tempo que possa requerer o aparecimento, num sistema solar e só num de seus planetas, das condições da vida orgânica; por inúmeros que sejam os seres orgânicos que devam aparecer e desaparecer antes de, entre eles, se desenvolverem animais com cérebro capaz de pensar e encontrem, por curto período, condições que lhes façam a vida possível, para serem, depois, destruídos, inexoravelmente; temos a certeza de que a matéria, em todas as suas transformações, permanece sempre a mesma, de que não pode perder nenhum de seus atributos; e de que, portanto, com a mesma férrea necessidade pela qual tornará a destruir, na terra, sua mais alta floração, o espírito pensante tornará a engendrará-lo noutra parte e noutra tempo (11).

II

A dialética revolucionária, ao afirmar a evolução e a mutação como lei objetiva da realidade, inculca na consciência das massas trabalhadoras combatentes a fé na precariedade da sociedade capitalista, no triunfo inevitável do novo regime, do regime do socialismo. Ao mesmo tempo, provoca o terror entre as classes exploradoras e seus ideólogos e obriga os inimigos da revolução à luta contra a dialética marxista, à defesa da estagnação e da imobilidade.

A interpretação do movimento como a evolução e a mutação de todo o existente leva, inevitavelmente, a deduzir que a exploração do homem pelo homem, a submissão dos trabalhadores aos latifundiários e capitalistas, a vida de miséria e de fome das massas populares, no regime

(10) Engels, *Dialética e Natureza*, pág. 31 ed. :Problemas

(11) Idem, págs. 35-36.

capitalista, não é uma lei eterna mas que, em conformidade com as necessidades objetivas da vida material da sociedade, mister se faz substituir o capitalismo pelo socialismo.

Desta interpretação deriva também outra conclusão extraordinariamente importante. Se tudo se desenvolve e se transforma, se a lei da evolução social é que o velho morre e o novo se desenvolve, então a vitória pertence sempre ao que nasce e se desenvolve, mesmo que o que nasce e se desenvolve seja ainda fraco, não robustecido.

A evolução efetua-se de tal maneira que sempre existe o novo ao mesmo tempo que o velho. Mas o novo, que acaba de nascer, sempre parece menos sólido que o que existe há tempos, que o velho. No *Compêndio de História do P.C. (b) da URSS*, cita-se conhecido fato histórico da época da luta dos marxistas contra os populistas. Entre 1880 e 1890, o proletariado, na Rússia, acabava de nascer e representava minoria insignificante em comparação com a classe dos camponeses. O proletariado, no entanto, desenvolveu-se, chegou a ser uma classe que, no futuro, haveria de atuar como representante de toda a humanidade trabalhadora, como dirigente da luta das massas populares pela derrocada do regime de exploração. O camponesado, ao revés, desagregou-se como classe.

Por isto, os marxistas orientaram-se para o proletariado e, como diz o *Compêndio de História do P.C. (b) da URSS*, não se equivocaram, dado que

O proletariado se converteu, com o correr do tempo, de força insignificante em força histórica e política de primeira ordem (12).

Poder-se-iam citar muitos exemplos demonstrativos de como os marxistas revolucionários, os bolcheviques, guiando-se pelo método dialético, se orientaram para o novo, que, objetivamente, pela força das leis da evolução histórica, nasceu e se desenvolveu no seio da sociedade e como essa orientação lhes favoreceu o triunfo.

Tomemos um exemplo da história do Partido Bolchevique, depois de outubro de 1917.

Após o estabelecimento, na Rússia, da ditadura do proletariado, Lênin repetia, incessantemente, que uma das condições decisivas, capazes de assegurar a vitória histórica do socialismo, era a criação de uma produtividade do trabalho mais alta que a do capitalismo.

Quando, durante os anos da guerra civil, surgiram os germes do novo trabalho socialista, em forma de "sábados" comunistas, Lênin atribuiu o maior valor a esse facto. Os "sábados" comunistas eram, apenas, germes, fracos, não robustecidos, mal haviam visto a luz, germes das relações socialistas entre os operários e o trabalho. Comparados à velha relação para com o trabalho, relação formada por décadas de trabalho na fábrica capitalista, os "sábados" eram, então, uma gota no oceano.

Lênin, não obstante, viu nos "sábados" o começo de pujante movimento que, inevitavelmente, se haveria de desencadear e de desalojar as velhas formas do trabalho. Lênin considerava os "sábados" comunistas como as células da sociedade socialista.

(12) *História do P. C. (b) da URSS*, pág. 127, ed. em espanhol.

Os burgueses e seus lacteos, os mencheviques e social-revolucionários ridicularizaram a fé dos bolcheviques na força dos germes ainda insignificantes do trabalho socialista.

Os senhores burgueses e seus serventes, inclusive os mencheviques e social-revolucionários, acostumados a se considerarem os representantes da "opinião pública", escreveu Lênin, zombam, está claro, das esperanças dos comunistas; põem nestas esperanças o labéu de "um baobá num vaso de resedá", riem-se do pequeno número dos participantes dos "sábados" em comparação com os casos em massa de roubo, radiagem, diminuição da produtividade, deterioração de materiais, de produtos, etc.

Mes nós, que não somos utópicos, conhecemos o verdadeiro valor dos "argumentos" burgueses; sabemos também que os vestígios do velho nos costumes, durante certo tempo após a revolução, predominarão, inevitavelmente, sobre os germes do novo. Quando o novo acaba de nascer, o velho ainda subsiste, por algum tempo, mais forte que o novo. Assim sucede sempre na natureza e na vida social. Escarnecer da debilidade dos talos novos, adotar um ecetismo de intelectual barato, etc., são, no fundo, métodos de luta de classes da burguesia contra o proletariado, a defesa do capitalismo contra o socialismo. Temos de estudar, cuidadosamente, os germes do novo, dedicar-lhes a maior atenção, e ajudar-lhes, por todos os meios, o crescimento e "animar" estes fracos germes (13).

Estas esplêndidas palavras de Lênin foram ditadas pela fé apaixonada na força criadora da classe operária, pela compreensão de que o novo, se condicionado pela evolução progressiva e sujeita a leis da sociedade, há-de obter, inevitavelmente, a vitória sobre o velho.

E depois? Lênin, como sempre, teve razão. Os germes do novo converteram-se em pujante movimento de choque e de emulação socialista, no movimento starranovista. O que, em 1919, era começo converteu-se, em nosso tempo, no que predomina e reina.

Tal exemplo demonstra que a interpretação dialética dos fenômenos está ligada ao sentido do novo, ao sentido daquilo que o camarada Stálin, no XVIII Congresso do P. C. b) da URSS, denominou a qualidade preciosa de cada ativista bolchevique.

Já que a evolução se efetua, na realidade, de forma que o velho é substituído pelo novo; já que o futuro pertence ao novo, é de enorme importância, na atividade política prática, saber ver o novo que nasce para a vida, saber prestar apoio ao novo, batalhar por seu triunfo.

O Partido Bolchevique é também forte por isto, porque sempre vê, sente chegar à vida o novo e cria, praticamente, todas as condições necessárias ao seu crescimento.

O novo é invencível, abre caminho por entre todos os obstáculos, tal é a lei objetiva da evolução dialética. Por isto, assinala-se no "Compêndio de História do P. C. (b) da URSS" que

"O que interessa, sobretudo, ao método dialético não é aquilo que, em dado momento, parece estável, mas já começa a morrer, e, sim, aquilo que nasce e se desenvolve, ainda que, em dado momento, pareça pouco

(13) Lênin, Obras, tomo XXIV, págs. 340-341, ed. russa.

estável, pois a única coisa que há insuperável, segundo êle, é o que se encontra em estado de nascimento e de desenvolvimento" (14).

Dêste modo, as conclusões que derivam do que ficou dito, no presente capítulo, reduzem-se ao seguinte:

A teoria metafísica da imutabilidade e da imobilidade dos fenômenos da realidade desfigura o estado real das coisas. Na verdade, tanto na natureza como na sociedade, domina a evolução, dominam as transformações. A propriedade inalienável da matéria é o movimento. Não há matéria sem movimento, como não há movimento sem matéria. Mas o movimento não é só um deslocamento mecânico dos corpos no espaço. O movimento é a transformação dos objetos, a morte do velho que caducou e o nascimento dos novos objetos. O movimento abarca a todas as transformações da matéria e, como a matéria, é indestrutível. Todo repouso, todo equilíbrio, que os metafísicos consideram como a feição principalíssima da realidade, é relativo, temporal, passageiro. Só o movimento, a evolução, a transformação têm valor absoluto e universal.

A renovação eterna, constante, do mundo, a morte do velho e o nascimento do novo significa que o futuro pertence ao novo que nasce e se

(14) História do P.C. (b) da URSS, pág. 123, ed. espanhola. desenvolve, mesmo que êsse novo tenha, por ora, a aparência de algo instável. Daí se deduz o princípio mais substancial da atividade política revolucionária:

ISTO QUER DIZER QUE, EM POLÍTICA, PARA NÃO NOS EQUIVOCARMOS, TEMOS DE OLHAR PARA DIANTE E NÃO PARA TRÁS (15).



NEGROS IANQUES — "Nos Estados Unidos vivem cerca de 12 milhões de negros. A maioria deles é composta de arrendatarios que pagam seus arrendamentos em especie e vivem em condições semi-feudais. A situação desses negros, a mesma que a dos jornaleiros, formalmente não se diferencia da dos escravos, nos regimes em que a escravidão já foi liquidada legalmente. Os grandes proprietários territoriais brancos, que são ao mesmo tempo latifundiários, comerciantes e usurários, que adotam o linchamento dos negros e a limitação territorial e outros metodos da democracia burguesa americana, adotam também a pior forma de exploração do periodo de escravidão. Graças à industrialização do sul, começa a surgir um operariado negro. Ao mesmo tempo continua de forma cada vez mais crescente a emigração dos negros para o norte, onde a maioria deles se converte em peões. O incremento do proletariado negro constitue o fato mais saliente dos ultimos anos; mas, ao mesmo tempo, nos bairros negros (*ghetto*) aparece a pequena burguesia, da qual surge o elemento intelectual e um pequeno sabor burguês, constituído em agente do imperialismo." (Kusinin, Tese ao VI Congresso da I. C. — *in La Guerra y la Humanidad*, pagina 165.)

A EVOLUÇÃO COMO CONVERSÃO DAS MUTAÇÕES QUANTITATIVAS EM MUTAÇÕES QUALITATIVAS

A interpretação metafísica da evolução como processo puramente quantitativo — A interpretação dialética deste problema — Os lados quantitativos e qualitativos dos objetos — O papel das mutações quantitativas na evolução — A transformação das mutações qualitativas em quantitativas — Evolução e revolução — Os saltos, o caráter — A maneira de saltos da evolução — A evolução em linha ascendente, do simples ao complexo, do inferior ao superior — Os mecanicistas negam o caráter qualitativo da evolução — As deduções que derivam da negação das mutações qualitativas dos objetos — O valor revolucionário da lei examinada para o desenvolvimento das ciências e da luta da classe operária — Conclusões.

A evolução, o movimento, a mutação é, como vimos no capítulo anterior, uma lei objetiva do mundo.

Como, entretanto, em virtude de que leis se efetua esta evolução, o trânsito do velho ao novo, a morte de uns objetos e o nascimento de outros?

A negação da evolução, como processo da morte do velho e nascimento do novo, é característica do metafísico. De seu ponto de vista, a evolução é o movimento de objetos feitos, dados de uma vez para sempre, um movimento "num círculo eternamente homogêneo, que se repete incessantemente (Engels).

De séculos imemoriais, tudo permanece no mesmo lugar, o velho não cede seu lugar ao novo. Este é o ponto de vista do metafísico. Reconhece, apenas, uma forma de evolução. Assim, o germe, de seu ponto de vista, representa já um organismo feito, mas só em pequena escala. Seu ulterior desenvolvimento é um processo puramente quantitativo. Assim, pensa o metafísico, existiram sempre os homens na terra e a evolução não consiste senão na troca de uma geração por outra. Por outras palavras, a evolução, do ponto de vista do método metafísico, é processo puramente "quantitativo". No mundo da natureza ou da sociedade, não se efetua nenhum processo que não seja o da adição ou da

(15) *História do P.C. (b) da URSS*, pág. 127, ed. espanhola.
— Sublinhado por nós, M.R.

diminuição, mas não existe mutação profunda, de raiz, dos objetos e dos fenômenos; o mundo é imutável.

Esta teoria da evolução quantitativa deriva do reconhecimento do deslocamento mecânico, no espaço, como forma universal do movimento.

"A mecânica, tanto no sentido amplo como no estrito desta palavra, conhece somente a quantidade, opera com velocidades e massas e, no melhor dos casos, com o volume" (1).

Na realidade, os factos reais não podem, de modo algum, ter cabimento na teoria metafísica da evolução puramente quantitativa. Esses factos destroem a teoria metafísica, demonstram que, na realidade objetiva, a evolução não se efetua, absolutamente, da maneira por que ensina a metafísica.

Se tivermos de crer na metafísica, quando diz que a evolução é apenas processo puramente quantitativo, teremos de reconhecer também que os objetos se diferenciam uns dos outros só por seu aspecto quantitativo.

Se assim fôsse, contudo, os objetos teriam de conglomerar-se numa só massa compacta indiferenciável. Vemos, por exemplo, um bosque. No bosque, há árvores altas e baixas, grossas e finas, isto é, de aspecto quantitativo diverso. À nossa vista, porém, o bosque aparece como uma massa compacta de árvores. E compreende-se. As árvores, sejam altas ou baixas, grossas ou finas, não deixam de ser árvores. Agora, imaginai, por um momento, que todas as coisas em geral se diferenciam umas das outras só por sua precisão quantitativa. Então, todas elas se confundem numa só massa compacta, como as diversas árvores se confundem num só bosque compacto.

Lancemos, não obstante, um olhar ao "largo campo da natureza". Que é que vemos? A nossos olhos, apresenta-se imenso quadro dos mais diversos objetos e fenômenos. Nesse quadro, nada vemos uniforme, nada compacto: os objetos, os fenômenos, os processos distinguem-se também uns dos outros por seu conteúdo e por sua forma. A terra, os rios, as montanhas, os vegetais, os pássaros, os animais, etc., tudo isto cria um quadro da múltipla beleza do mundo, no qual os objetos estão relacionados uns com os outros e, ao mesmo tempo, se diferenciam uns dos outros.

Todo esse mundo dos diversos objetos e processos compõe uma unidade indissolúvel. Essa unidade dos mais variados objetos tem raiz na respectiva materialidade. As coisas mais diversas, a terra e a água, os animais e os vegetais, são materiais, vale dizer, representam diversas formas da matéria em desenvolvimento. A interpretação dialética da unidade não nega, contudo, a variedade do mundo, mas, pelo contrário, dá-lhe interpretação correta. Toda a riqueza e toda a variedade da natureza inorgânica é o movimento e a evolução da matéria, a variedade de formas do movimento da própria matéria, a variedade que se cria no processo do desenvolvimento histórico da natureza.

Os objetos não se confundem, por conseguinte, numa só massa compacta; entre eles, existe certa fronteira que os separa uns dos outros.

(1) Engels, *Anti-Dühring*, págs. 357-358, ed. russa.

Trata-se, é claro, não da fronteira espacial que separa, por exemplo, dois Estados diversos, mas de uma fronteira de outra ordem completamente distinta. A fronteira entre a água e a terra, os vegetais e os animais, são os próprios objetos, aquilo que os diferencia uns dos outros, como diversas formas do movimento da matéria: pois essa diferença entre os objetos e os fenômenos, como diversas formas do movimento material, como definição de cada objeto, graças à qual a água é água, o homem é homem, etc., constitui a *qualidade* dos objetos e dos fenômenos.

Os objetos e os fenômenos, porém, têm não só um lado qualitativo, mas também um lado quantitativo. O lado quantitativo dos objetos está estreitamente ligado ao seu lado qualitativo.

Não há uma só coisa, um só processo sequer sem sua precisão quantitativa.

Todas as diferenças qualitativas na natureza, escreve Engels, se baseiam ou numa composição química diferente ou em diferentes quantidades ou formas de movimento (energia), ou, o que é quase sempre o caso, em ambas (2).

No mundo, também, das relações sociais, cada fenômeno, cada processo tem sua precisão quantitativa, embora, naturalmente, não se preste aí à medição tão exata como na natureza. À sociedade feudal, por exemplo, é inerente nível de desenvolvimento das forças produtivas relativamente baixo e nisto se diferencia do regime capitalista, que, por sua vez, não se iguala ao desdobramento das forças produtivas que a sociedade adquire na época do socialismo.

Os objetos, então, têm tanto um lado quantitativo, como qualitativo. Quer dizer que já o facto de que somente a todos os objetos seja própria não só a precisão quantitativa, mas também a qualitativa, refuta a metafísica.

Assim, pois, cada objeto, cada processo é a unidade da quantidade e da qualidade. Não obstante, essa unidade não é unidade morta, que não se desenvolve. O lado quantitativo e o qualitativo dos objetos acham-se em determinada relação recíproca um com o outro. E, precisamente, é no caráter dessa relação recíproca que se oculta a causa das mutações qualitativas dos objetos, da transformação de uns objetos noutros.

Qual é, porém, a relação recíproca entre a quantidade e a qualidade dos objetos?

No começo, a quantidade e a qualidade do objeto compõem uma unidade indissolúvel. A uma determinada qualidade do objeto corresponde determinada quantidade. O objeto tem determinada medida.

No processo de desenvolvimento do objeto, contudo, seu lado quantitativo muda. Efetua-se um acúmulo inadvertido de mutações quantitativas, que, até certo momento, não fazem mudar a qualidade do objeto. Esse processo, porém, não se pode prolongar indefinidamente. Em determinado grau, cria-se situação na qual a medida do objeto se rompe. A nova precisão quantitativa não pode encontrar-se em unidade com a

(2) Engels, *Dialética e Natureza*, pag. 38, ed. "Problemas".

velha qualidade. E, então, chega o momento em que as mutações quantitativas imperceptíveis se convertem em mutação "manifesta, radical, qualitativa". Esse momento chama-se o trânsito da quantidade à qualidade. A mutação qualitativa significa o desaparecimento do velho objeto e o nascimento de um novo.

Isto indica que a evolução não é simples crescimento quantitativo, como pensam os metafísicos, mas mutação qualitativa das coisas, a transformação de uma coisa noutra.

No *Compêndio de História do P.C. (b) da URSS*, está exposta esta lei dialética com a clareza e a precisão máximas:

Por oposição à metafísica, a dialética não examina o processo de desenvolvimento dos fenômenos como simples processo de crescimento, no qual as mutações quantitativas não se traduzem em mutações qualitativas, mas como processo em que se passa de mutações quantitativas insignificantes e ocultas às mutações radicais, às mutações qualitativas; em que estas se produzem, não de modo gradual, mas repentina e subitamente, em forma de saltos de um estado de coisas a outro, e não de modo casual, mas conforme a leis, como resultado do acúmulo de uma série de mutações quantitativas inadvertidas e graduais (3).

II

A interpretação da evolução como o trânsito do velho estado qualitativo a um novo, como consequência das mutações quantitativas, baseia-se na sintetização do desenvolvimento dos mais variados fenômenos e processos da realidade.

As coisas mais correntes oferecem-nos exemplos da transformação de uma forma do movimento noutra, mediante a respectiva mutação quantitativa. Agora, têm obtido ampla divulgação toda sorte de aparelhos aquecedores elétricos, ferros de passar roupa, fogões, soldadores elétricos, etc. Cada um desses simples aparelhos dá exemplo da transformação da energia elétrica noutra energia, qualitativamente distinta, em energia calorífica. Sabemos que, ao passar uma corrente elétrica por um fio condutor, este último se aquece. O aquecimento efetua-se devido ao choque dos elétrons em movimento com as moléculas da matéria do condutor, às quais transmitem parte de sua energia. As moléculas começam a mover-se cada vez mais forte e mais rapidamente, o que dá como resultado a produção do calor, o aquecimento do condutor. Quanto maior é a força da corrente e da resistência do condutor e quanto mais contínua se acha a corrente no condutor, maior calor se obtém. Dentro do aparelho aquecedor há um fio de grande resistência. A corrente que passa por esse fio aquece o aparelho e possibilita utilizar a energia calorífica que por esse processo se obtém. Poder-se-iam também citar outros exemplos de transformação da energia elétrica em energia química, mecânica, etc.

(3) *História do P.C. (b) da URSS*, pág. 123, ed. em espanhol.

Na indústria, com a ajuda da transformação da energia elétrica em energia química, produzem-se alumínio, cobre, cálcio e toda uma série de metais.

Os processos químicos têm interesse extraordinário, como manifestação da lei do trânsito da quantidade em qualidade. Não foi em vão que Engels definiu a química como "a ciência das transformações qualitativas". O leitor pode encontrar no "Anti-Dühring", de Engels, uma série de interessantes exemplos demonstrativos da influência das mutações quantitativas sobre a qualidade nas composições químicas.

A química mostra como de diversas correlações quantitativas de uns e mesmos elementos surgem diversos fenômenos qualitativos.

E' sabido que a água é substância composta, formada pela composição química de dois elementos: hidrogênio e oxigênio. Esses elementos, todavia, formam a água só em presença de determinada correlação quantitativa. Se a cada parte em peso do hidrogênio correspondem oito partes em peso de oxigênio, obtém-se a água, como resultado de tal correlação quantitativa. Experimentemos, agora, alterar a quantidade dos elementos que entram na água: dupliquemos a quantidade de oxigênio sem introduzir nessa composição qualquer outro elemento novo. Obteremos nova correlação quantitativa desses mesmos elementos: por cada parte em peso de hidrogênio há, agora, 16 partes em peso de oxigênio. Obtemos, ao mesmo tempo, nova qualidade: o peróxido de hidrogênio.

A mesma experiência pode fazer-se com outros elementos. A composição química de sete partes de ferro e quatro partes de enxofre dá o ferro sulfuroso. Juntai ao enxofre quatro partes mais e com as mesmas sete partes de ferro obtereis nova qualidade do mineral de pirita enxofrada.

Destarte, os processos químicos confirmam, plenamente, a lei dialética da mudança de quantidade em qualidade.

"Na biologia, do mesmo modo que na história da sociedade humana, a mesma lei se demonstra a cada passo" (4).

Como se efetua o desenvolvimento do organismo de um ovo fecundado? Antes da fecundação, o ovo é uma célula; depois da fecundação, com a consequência de sua união ao espermatozóide, o ovo representa já uma nova qualidade. E' já um feto unicelular. Que se passa, depois, com a nova célula? Ao desenvolver-se, multiplica-se quantitativamente, desdobra-se e dela nasce um feto multicelular. De uma só célula formam-se muitas, centenas de milhares de células. O ulterior desdobramento e diferenciação da célula leva à formação dos órgãos do futuro ser vivo e, por último, aparece o organismo vivo.

"Todos os organismos vivos multicelulares, tanto dos vegetais como dos animais, inclusive o homem, se formaram cada um de uma só célula, de acordo com a lei do desdobramento celular..." (5).

Recordemos, agora, como os homens, mediante a seleção artificial, conseguem aperfeiçoar as melhores espécies de animais e vegetais. Os

(4) Engels, *Dialética e Natureza*, pág. 45, ed. "Problemas".

(5) *Idem, idem*, pág. 216, ed. "Problemas".

homens, ao perceberem num ou noutro exemplar de animal ou vegetal, inclinações casuais e úteis para seus objetivos práticos e, baseando-se na variabilidade e hereditarismo dos seres orgânicos, conseguem transformar a espécie, modificar-lhe as qualidades.

Compreende-se toda a utilidade, escreve K. A. Timiriashev, que o homem pode tirar destas duas propriedades dos seres orgânicos: a variabilidade proporciona-lhe rica seleção de variações; a herança possibilita-lhe consolidá-las. De tal forma, pode o homem acumular, traço por traço, os mais finos matizes da variabilidade, recebendo, em resumo, no transcurso de várias gerações, variações muito consideráveis e plenamente definidas (6).

Como vê o leitor, o acúmulo quantitativo, de geração em geração, dos "mais finos matizes da variabilidade" produz, em determinada fase, o nascimento de novas ordens de espécies orgânicas superiores, qualitativamente novas.

No terreno também das relações sociais as mutações quantitativas dos fenômenos convertem-se, em determinada fase, em diferenças qualitativas.

Tomemos, por exemplo, a comunidade primitiva de clans. As normas da comunidade de clans, a posse coletiva dos meios de produção, a forma de administração, todo o regime dessa sociedade se baseava em nível muito baixo das forças produtivas. A divisão do trabalho social e o crescimento, em relação com ela, da produtividade do trabalho, o aumento quantitativo das forças produtivas, criaram a base objetiva para a substituição da propriedade coletiva pela privada e, depois, também para a transformação da sociedade comunal em sociedade de classes. Uma sociedade dividida em classes, das quais uma — a maioria esmagadora de escravos, servos ou proletários, — trabalha e dá à outra — um pequeno grupo dominante — a possibilidade de não ter que se dedicar ao trabalho físico; tal sociedade só pôde aparecer quando o nível quantitativo das forças produtivas permitiu a uma parte da sociedade sustentar a outra. Durante as primeiras fases de desenvolvimento da comunidade de clans, os prisioneiros eram mortos ou transformados em membros livres da comuna. Isso era natural, dada a presença de baixo nível das forças produtivas. A comunidade primitiva só podia obter com seu trabalho os recursos mais indispensáveis para manter a própria existência. Nessas condições de produção de meios de existência, os prisioneiros, transformados em escravos, não teriam trazido utilidade alguma à comuna. Quando, porém, as forças produtivas aumentaram e o homem pôde já produzir mais do que precisava para o sustento da própria vida, os prisioneiros começaram a ser transformados em escravos e a ser explorados. De tal modo, o aparecimento de umas e outras formas sociais está ligada, da maneira mais estreita, às mutações quantitativas da produção material.

(6) K. A. Timiriashev, *Carlos Darwin e sua doutrina*. Obras, tomo VII, págs. 119-120 Seljogiz, 1939, ed. russa.

A sociedade de classes só apareceu em determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas, na fase mais alta em comparação com a comunidade primitiva. A existência, contudo, da sociedade dividida em classes é, por sua vez, o atestado de que o nível da produção ainda não é alto.

“A divisão da sociedade em duas classes: uma classe exploradora e outra explorada, uma classe dominante e outra oprimida, era consequência necessária do primitivo desenvolvimento incipiente da produção. Enquanto o trabalho global da sociedade não rende senão o estritamente indispensável para cobrir as necessidades mais elementares de todos e, porventura, um pouco mais; enquanto, por conseguinte, o trabalho absorve todo o tempo ou quase todo o tempo da imensa maioria dos membros da sociedade, esta tem de se dividir, necessariamente, em classes...”

A divisão da sociedade em classes tem sua razão histórica de ser, mas dentro, apenas, de determinados limites de tempo, em determinadas condições sociais. Surgiu da insuficiência da produção e será varrida ao se desenvolverem, em todo seu esplendor, as modernas forças produtivas... A abolição das classes sociais pressupõe, por conseguinte, um grau culminante no desenvolvimento da produção, no qual a apropriação dos meios de produção e dos produtos e, portanto, do poder político, do monopólio da cultura e da hegemonia espiritual por determinada classe da sociedade, não só se fizeram supérfluos, mas constituem também, econômica, política e intelectualmente, uma barreira erguida ante o progresso. Pois bem, a sociedade atual chegou já a este ponto” (7).

Estas linhas descobrem, de maneira formidável, a dependência existente entre as diferenças qualitativas das formas sociais e as mutações quantitativas. O socialismo pressupõe desenvolvimento tão alto das forças produtivas que exclua a exploração do homem pelo homem, a opressão de uma classe social por outra. Podia ter-se organizado a produção socialista em fins, digamos, do século XVIII? Claro que não. O nível da produção ainda era baixo e insuficiente para o socialismo; entre as classes da sociedade daquele período ainda não estava o proletariado, a classe sob cuja direção as massas populares hão-de destruir a sociedade exploradora e criar a sociedade socialista. O proletariado é o produto do modo capitalista de produção. No regime capitalista, criam-se também as premissas materiais para o nascimento do regime socialista. No Manifesto Comunista, Marx e Engels escreveram que o capitalismo “lembra o feiticeiro impotente para dominar os espíritos subterrâneos que conjurou”. As imensas forças produtivas a que deu vida não podem, de modo algum, conciliar-se com a vontade e os desejos do amo.

“A força expansiva dos meios de produção rompe as ligaduras em que se envolve o regime capitalista” (8).

A ditadura proletária abre caminho ao desenvolvimento ilimitado, não visto até agora na história da sociedade, das forças produtivas, no interesse e em benefício de toda a humanidade trabalhadora.

(7) Engels, *Anti-Dühring*, trad. Roces, págs. 261-62.

(8) Idem.

Não vamos citar mais exemplos. Baseando-se nos exemplos aqui citados das obras dos clássicos do marxismo-leninismo, o leitor pode encontrar sózinho uma quantidade de factos que demonstram a ação da lei do trânsito da quantidade em qualidade, no terreno da evolução social.

Até agora, analisamos as transformações qualitativas dos objetos em relação com suas mutações quantitativas. Agora, é lógico formular a seguinte pergunta: E as mutações qualitativas dos objetos têm alguma influência sobre a quantidade? Os mesmos exemplos que já citamos e outros factos da realidade possibilitam orientar-se também neste problema.

Voltemos ao exemplo da seleção artificial. O objetivo da seleção, por exemplo, de qualquer espécie superior de vegetais consiste em, logrado o respectivo melhoramento, aumentar-lhe a fertilidade, obter maior quantidade do vegetal da referida espécie. Desta forma, a mutação da qualidade do vegetal visa o objetivo de criar também a mutação em sua quantidade.

K. A. Timiriassév fala de uma espécie de trigo obtida em consequência da seleção realizada no curso de cinco anos. Um dos 87 grãos semeados produziu, no ano seguinte, 688 grãos (10 espigas), cada um dos quais, por sua vez, produziu, já no ano seguinte, 1.190 grãos (17 espigas). No terceiro ano, obtiveram-se já, de cada grão destas últimas espigas, 2.145 grãos (39 espigas). Como vemos, a mutação qualitativa do trigo está relacionada com a quantitativa. Poder-se-iam citar muitos exemplos idênticos da prática das estações selecionadoras soviéticas.

Vamos citar alguns exemplos tomados do campo do desenvolvimento da sociedade. A sociedade feudal, pela força das leis que lhe são inerentes, cria as condições para a transformação do feudalismo em capitalismo, como formação social qualitativamente nova. Que é, porém, qualitativamente, um fenómeno novo? Seria incorreto pensar que a nova qualidade se diferencia da velha só por seu aspecto exterior. Na realidade, diferencia-se por toda sua estrutura, seu conteúdo, suas leis de desenvolvimento.

As leis do modo capitalista de produção são absolutamente diferentes das da economia feudal. As novas leis do modo capitalista de produção exercem influência decisiva sobre a mutação do nível quantitativo das forças produtivas da sociedade. A sociedade capitalista elevou as forças produtivas a nível com que não sonharam, nem podiam sonhar as anteriores formações sociais. Pode-se citar um exemplo curioso para ilustrar o facto: os engenheiros americanos fizeram o cálculo de que a pirâmide egípcia para cuja construção se precisou do trabalho de 100 mil escravos, durante 30 anos, agora, com a moderna técnica capitalista, exigiria, tão somente, o trabalho de 100 operários, durante um ano, apenas.

O mesmo sucede com a sociedade socialista em comparação com a capitalista. Toda a gente se assombra com a rapidez do desenvolvimento da economia nacional na URSS. Os ritmos de seu desenvolvimento são, efetivamente, desconhecidos na história do progresso social. E isso tem explicação simples: as leis da sociedade socialista, isto é, as leis que, qualitativamente, se distinguem das do capitalismo, são tais, que criam

tôdas as condições para o crescimento mais alto das forças produtivas.

Deste modo, as relações recíprocas entre o lado qualitativo e o quantitativo dos objetos têm caráter bilateral. A mutação quantitativa de um objeto leva à formação de nova qualidade; a nova qualidade determina quantidade completamente nova, novas proporções quantitativas.

Esta influência mútua manifestou-se também, de maneira ostensiva, no seguinte caso da construção socialista na União Soviética.

Lénin e Stálin disseram, reiteradamente, que, sem a industrialização do país, sem a transformação de suas bases técnicas, não é possível modificar-lhe a economia, vale dizer, transformar a economia rural de pequena mercadoria, disseminada, em economia grande, socialista. Por outro lado, o camarada Stálin disse que uma simples unificação em kolrozes das pequenas economias camponesas disseminadas lhes aumenta de muitas vezes a força em comparação com as anteriores, quando trabalhavam individualmente...

"...O simples facto de se trazerem os instrumentos camponeses ao fundo comum dos kolrozes produz efeitos com os quais nem sequer haviam sonhado nossos especialistas práticos. Em que se acusam esses efeitos? Em que a passagem dos camponeses aos kolrozes se traduziu em aumento de 30, 40, 50 por cento da superfície de cultivo" (9).

Compreende-se que, quando a unificação em economias coletivas se uniu ao imenso desenvolvimento técnico, sua força haja aumentado ainda mais. Depois de pequeno lapso de tempo, os kolrozes e sov-roses começaram a produzir mais cereais do que, até então, havia produzido toda a economia rural, inclusive os kulaks. A qualidade se transformou em quantidade.

Por conseguinte, não só as mutações quantitativas de um objeto têm a propriedade de provocar mutações qualitativas, mas também suas mutações qualitativas estão intimamente ligadas à mutação da respectiva quantidade. Tais propriedades e capacidades dos próprios objetos e fenômenos do mundo objetivo são expressas também pela lei dialética do trânsito de quantidade em qualidade e, vice-versa, de qualidade em quantidade.

III

Assim, a evolução da natureza é a mutação qualitativa dos fenômenos, o nascimento de novos objetos.

Nas primeiras fases do desenvolvimento de qualquer fenômeno, a evolução tem o caráter de uma evolução paulatina; mas esse processo não pode prolongar-se indefinidamente: em determinada fase efetua-se, necessariamente, segundo leis, a transformação das mutações quantitativas em qualitativas.

(9) Stálin, *Questões do leninismo*, pág. 341, ed. espanhola.

Que significa, entretanto, essa transformação e como se deve interpretar-la? Em que relação se acha esta com o processo precedente da evolução paulatina?

A estas perguntas, a metafísica dá a seguinte resposta: a desenvolvimento representa um movimento *ininterrupto*, uma evolução *ininterrupta*.

Os mencheviques e os social-democratas modernos apresentavam e apresentam o nascimento da sociedade socialista como processo da passagem pacífica, evolucionista, do capitalismo para o socialismo. Compreende-se que, deste ponto de vista, o desenvolvimento só é um movimento quantitativo *ininterrupto*. A transformação qualitativa é negada. Vejamos, não obstante, qual é a realidade das coisas.

O homem, ao chegar à velhice, morre. Até o último momento de sua vida, o homem não deixa d' ser homem, a vida não deixa de ser vida. A morte aparece súbitamente, à maneira de salto, e, junto com ela, o homem deixa de ser homem, uma qualidade se converte noutra, a vida se converte em morte.

As condições objetivas para a derrocada do capitalismo e para a organização do modo socialista de produção, nos atuais países capitalistas, há muito que estão maduras, mas nem por isto deixa o capitalismo, mesmo nas vésperas da respectiva morte, de ser capitalismo. Só a revolução proletária, o salto revolucionário, destrói a ditadura da burguesia e estabelece a ditadura da classe operária.

Que é que demonstram estes exemplos? Antes de tudo, que o desenvolvimento não tem só um caráter evolucionista, mas também um caráter de saltos.

O processo do desenvolvimento gradual, lento, leva à mutação da qualidade dos objetos. O momento da transformação qualitativa marca a ruptura da gradualidade, a ruptura do movimento constante. O desenvolvimento, por conseguinte, é a unidade da interrupção e da interrupção, da evolução e da revolução. O objeto ou o fenômeno, ao se desenvolver gradualmente, ao mudar quantitativamente, transforma-se, de um salto, noutro objeto, noutro fenômeno. O nascimento da nova qualidade é o ponto crucial do desenvolvimento.

O salto, a ruptura do desenvolvimento lento, gradual, marca o nascimento de novo fenômeno, de novo objeto.

A evolução, o movimento na natureza e na sociedade realiza-se em linha ascendente, do inferior e simples ao superior e composto. O característico da realidade não é o pisar num mesmo lugar, o movimento em círculo fechado e imutável, mas o movimento de avanço no qual as formas inferiores cedem o respectivo lugar às superiores.

“Por isto, o método dialético entende que os processos de desenvolvimento não devem conceber-se como movimentos circulares, como simples repetição do caminho já percorrido, mas como movimentos progressivos, como movimentos em linha ascensional, como o trânsito do velho estado

(10) *História do P.C. (b) da URSS*, págs. 123-124, ed. em espanhol.

qualitativo a novo estado qualitativo, como a evolução do simples ao complexo, do inferior ao superior" (10).

Imaginemos o quadro do nascimento e da evolução da vida na terra, conforme os dados que a ciência tem obtido.

A ciência ainda não pôde demonstrar, experimentalmente, a maneira por que, na natureza morta, inorgânica, surgiram os primeiros fulgores da vida. As tentativas de criar por via química um ser vivo ainda não foram coroadas de êxito. Não obstante, não há dúvida de que a primitiva forma de vida da qual nasceu a célula viva, a albumina, apareceu como resultado de combinações químicas ininterruptas de elementos da natureza inorgânica. A albumina, todavia, já não é natureza morta, mas princípio de vida. Na série quantitativa da formação de seres vivos, é este o primeiro elo qualitativo que a natureza suscita no curso do desenvolvimento respectivo. A albumina, ainda que composta dos mesmos elementos que a natureza morta, se diferencia, "qualitativamente", de maneira radical, desta última.

"Podem ter transcorrido milhares de anos — escreve Engels — até que aparecessem as condições nas quais se realizou o primeiro progresso e dessa albumina amorfa se pudesse construir a primeira célula, pela formação de núcleo e membrana. Com essa primeira célula já estava, contudo, o fundamento da formação de todo o mundo orgânico. Primeiro, como podemos admitir por tôdas as analogias do arquivo paleontológico, desenvolveram-se inúmeras espécies de protistas não-celulares e celulares... dos quais alguns se diferenciaram gradualmente nas primeiras plantas e outros nos primeiros animais. E dos primeiros animais se desenvolveram, principalmente por novas diferenciações, as inúmeras classes, ordens, famílias, gêneros, espécies animais; e, em último lugar, a forma na qual o sistema nervoso chega a seu desenvolvimento mais completo, a dos vertebrados, e, por fim, entre eles, o vertebrado em quem a natureza adquire consciência de si mesma, o homem" (11).

Ao traçar este majestoso quadro da evolução do mundo vivo, Engels faz remissão aos dados irrefutáveis da ciência sobre os animais mortos, à paleontologia.

Dirijamo-nos também a êsses "arquivos paleontológicos". As escavações geológicas revelam, em diversas camadas da terra, os mais variados e dissemelhantes restos de animais. Graças a isso conseguiu-se restabelecer o quadro geral da evolução da vida sobre a terra.

O tempo geológico divide-se em quatro épocas ou eras, dos tempos mais antigos até a época moderna. E a transformação operada no mundo dos animais, desde a era mais antiga, arcaica, até o quarto período, isto é, durante imenso período de tempo que subsiste nada menos de 300 milhões de anos, se deu de acôrdo com o quadro seguinte:

Da era primária, a mais antiga, ficaram poucos sinais dos seres vivos que, então, povoavam a terra. Eram crustáceos, moluscos, etc... Os restos da era secundária dão a idéia de mundo de vida mais rica e variada. Além dos crustáceos e moluscos, existiram peixes de armadura, seres anfíbios e, por último, as primeiras classes de reptis.

(11) Engels, *Dialética e Natureza*, págs. 27-28, ed. "Problemas".

A era terciária apresenta quadro de vida mais rico ainda. Seres vivos já povoam o mar, o ar e a terra. São, principalmente, reptis: crocodilos, tartarugas, serpentes, ictiossáurios, lagartos, etc... De vez em quando, há também restos de mamíferos.

Por último, a era quaternária é o período dos mamíferos. O mundo dos seres vivos começa a recordar cada vez mais o atual mundo dos animais. Em princípios do período quaternário, aparece o homem.

Tal é, em resumo, o quadro da evolução da vida, conforme se conseguiu restaurar, guiando-se pelas observações dos restos dos animais mortos. Como pode ver o leitor, este quadro nada tem de comum com a idéia de um só processo quantitativo, gradual, de evolução. Das formas mais simples da vida até o homem atual, a evolução atravessou mutações qualitativas da vida em forma de saltos. Das formas mais simples, criaram-se formas compostas; estas últimas, em virtude de uma série de circunstâncias, esplendidamente demonstradas pela teoria da seleção natural, se converteram em formas qualitativamente novas, mais complexas ainda. As transformações quantitativas constantes foram interrompidas pelo nascimento de novas qualidades.

O arquivo paleontológico termina no homem. O homem, porém, que pertence ao mundo dos animais, é, ao mesmo tempo, qualitativamente distinto de todo esse mundo. *O homem é um ser social. E, se substituirmos ou combinarmos o arquivo paleontológico com o social, histórico, veremos o mesmo quadro de evolução: mutações, movimentos qualitativos em linha ascensional. Que representa a história da sociedade humana? E' a história do desenvolvimento e da substituição de umas formas econômico-sociais por outras, de inferiores por superiores. A história não implica uma linha ininterrupta de movimento, uma linha sem saltos, sem revoluções, sem catástrofes, sem ruptura da gradualidade. Muito ao contrário, os factos demonstram que a evolução gradual da sociedade sempre, em todos os tempos, levou ao salto, à mudança do regime social.*

Assim, pois, qualquer exemplo que tomemos convence-nos de uma mesma coisa: tem-se de interpretar o movimento na natureza ou na sociedade como mutação qualitativa, como a transformação de uma qualidade em outra, como "um desenvolvimento a modo de saltos, catastrófico, revolucionário" (Lénin), como a evolução do inferior e simples ao superior e composto.

A substituição do velho pelo novo, a renovação perpétua da vida é lei da natureza. A transformação das mutações quantitativas em mutações qualitativas é uma das causas universais e decisivas dessa renovação perpétua.

E' difícil sobreestimar o valor diretor do princípio de evolução compreendido como mutação qualitativa, no conhecimento, na análise científica, na luta revolucionária. *Por isto, deve provocar maior objeção toda espécie de teorias que, sob a máscara do marxismo, se manifestam contra esta lei irrefutável da dialética materialista.*

Esta lei, como todas as da dialética materialista, é revolucionária pela própria essência. A lei do trânsito da quantidade em qualidade demonstra que a morte do velho e o crescimento do novo é lei da evolução. Compreende-se, então, por que todos os que querem o velho e odeiam o novo se manifestam em contrário a esta lei da dialética.

No terreno das ciências naturais, todos os reacionários, todos os defensores do velho se têm unido para negar a evolução como mutação qualitativa, como nascimento do novo. Para muitos reacionários, esta negação serve de meio para assentar as bases da religião, do clericalismo.

Não faz muito, apareceu todo um grupo de chamados mecanicistas, que queriam demonstrar a ciência moderna não ter necessidade da lei do trânsito de quantidade em qualidade.

A ciência demonstrou, diziam, que o fundamento de todo fenômeno é o movimento da matéria. Este último, por sua vez, é o deslocamento quantitativo, espacial dos átomos e elétrons. O fundamento de qualquer fenômeno que observemos é sempre o deslocamento quantitativo dos átomos no espaço. Não existem mutações qualitativas na natureza. Tudo se reduz ao movimento quantitativo.

Não há dúvida que o fundamento de formas de movimento, como o calor, a eletricidade, a composição e a decomposição químicas, etc. é o movimento da matéria, o movimento dos átomos e elétrons. Tão pouco há dúvida que o fundamento de todos os fenômenos, tanto da natureza viva como da morta, são umas e as mesmas substâncias. Eis, porém, que a unificação dessas diversas substâncias que há na natureza morta, graças a determinadas condições favoráveis que se criam sobre a terra, leva à formação da vida, da albumina viva. Há alguma diferença de princípio, *qualitativa*, entre a natureza viva e a natureza morta? Pode-se reduzir a albumina viva às substâncias elementares de cuja unificação nasceu? Os mecanicistas acham que sim, que se pode, mas, então, desaparece a diferença entre a vida e a não-vida. Pode-se decompor um ser vivo em suas partes diferentes, integrantes, mas, então, a vida deixa de ser vida. Os sábios, afinal, saberão, cedo ou tarde, a composição da albumina, mas significará isso que as leis superiores da vida serão "reduzidas" a inferiores, que entre elas desaparecerá a diferença qualitativa? Engels escreve:

Algum dia, certamente, "reduziremos", por via experimental, o pensamento a um movimento molecular e químico no cérebro, mas ficará com isso exausta a essência do pensamento? (12).

E' claro, o pensamento é o produto do movimento material, o resultado do movimento. O pensar está, todavia, ligado apenas a determinada forma da matéria, à altamente organizada. Se o pensar fôsse, como afirmam os mecanicistas, somente o deslocamento dos átomos no espaço, se só representasse um movimento quantitativo, deveria, então, ser a propriedade de *qualquer matéria*. Como explicar, pois, o facto de que o pensar só haja aparecido como propriedade da matéria altamente organizada senão porque é o produto qualitativo de outra forma do movimento? Pode-se decompor a água em seus elementos integrantes, o hidrogênio e o oxigênio, mas nem o hidrogênio, nem o oxigênio por si mesmo é água e apenas a respectiva combinação dá à água, nova qualidade que se diferencia de cada um desses dois elementos que a compõem.

(12) Engels, *Dialética e Natureza*, pág. 16, ed. russa.

Do ponto de vista dos mecanicistas, não há diferença qualitativa alguma entre o ictiossáurio e o homem. Tanto um como outro representam o movimento quantitativo dos átomos no espaço. De onde procedem, então, tôdas as variedades qualitativas do mundo, das quais, fidedignamente, nos fala a paleontologia?

Os mecanicistas chegam, em consequência, ao idealismo mais puro. Na realidade, entretanto, em que pese à negação dos mecanicistas, as diferenças qualitativas não deixam por isso de existir. Há, por conseguinte, necessidade de explicá-las de algum modo. A explicação habitual dos mecanicistas consiste, pois, em declarar a qualidade como categoria nitidamente *subjéctiva*. Tudo depende do indivíduo. Esta é uma conclusão forçada. Dado que o movimento quantitativo dos átomos o é todo, os objetos e os fenômenos do mundo são inqualitativos neles mesmos. O homem, portanto, cria toda a múltipla variedade do mundo. E assim escreviam os mecanicistas: "O mundo das coisas é em si mesmo incolor, sem beleza e sem som".

A história da filosofia conhece não poucos exemplos de como os idealistas utilizaram a limitação do materialismo mecanicista e da teoria mecanicista da evolução para seus objetivos idealistas. Os idealistas diziam aos mecanicistas: "Vós afirmais ser a matéria *inqualitativa*, inerte. Muito bem, estamos de acôrdo; mas surge uma pergunta: de onde procedem a variedade do mundo, toda a riqueza da natureza, tôdas as maravilhas da vida?" E a este problema deram solução idealista. Alguns dêles afirmaram que o mundo dos objetos só é um complexo, a soma das sensações subjéctivas do homem. Os outros, de maneira mais simples, direta, sem se darem a demasiado trabalho, invocaram a Deus, o criador de tôdas essas maravilhas.

O prejuízo que traz a negação das mutações qualitativas na evolução se manifesta com especial clareza quando se estende ao campo das relações sociais.

E' admissível "reduzir" as leis da evolução social a um deslocamento quantitativo dos átomos? Os mecanicistas acham que sim, que é plenamente admissível. De seu ponto de vista, não há diferença alguma de princípio entre o campo da química e da física e o das relações sociais; em tôdas as partes agem umas e as mesmas leis do movimento dos átomos. Alguns mecanicistas reconhecem-no com certo constrangimento, outros declaram-no abertamente. Todos êles, porém, de um modo ou de outro, convêm em que todo o domínio das relações humanas, todos os processos da vida social, tudo isso está sujeito à lei da conservação da energia. Os mecanicistas mais francos declaram, diretamente, que o marxismo deve ser secção da... física.

Os mecanicistas, entretanto, nada têm de originais. Só repetem o que centenas de sábios servidores da burguesia pregam, diàriamente, para os filisteus. Muitas "teorias" se têm criado acêrca das leis da luta pela existência na sociedade, acêrca da influência das manchas solares sôbre o movimento revolucionário social, acêrca da analogia entre o organismo biológico e o "organismo social", acêrca do "balanço energético" da sociedade, etc., etc. E têm aparecido também "sábios" que até compuseram "quadros científicos" para demonstrar que a "irritabili-

dade" das massas populares coincide com o aparecimento periódico de manchas no sol. Dessa coincidência, deduziram-les a "lei" da dependência dos movimentos e revoluções populares dos processos que se efetuam no sol, e que, de algum modo, excitam as massas. Tudo isso se fez no interesse da burguesia, a fim de tranquilizar o burguês atemorizado. Ao criticar estas "teorias", Lênin disse que são muito oportunas, já que, tendo a aparência de "científicas", o principal delas é que adormecem muito bem o burguês,

ocultando o essencial e o básico: a divisão da sociedade em classes irreconciliavelmente hostis (13).

Metodologicamente, todas estas "teorias" derivam do esquecimento de que a evolução tem caráter de mutação qualitativa, de que as formas superiores do movimento têm suas leis de movimento qualitativamente distintas e, por isso, não podem ser reduzidas a formas inferiores.

Que pode, com efeito, oferecer para a compreensão da luta de classes a lei da conservação da energia? Como se pode por via "físico-química" orientar-se nos complexos problemas da estratégia e da tática da luta de classes? Está claro que a forma social do movimento se acha ligada ao movimento físico, químico e mecânico. O homem — ser biológico — não pode desempenhar as respectivas funções vitais fora dessas formas inferiores do movimento. No homem têm lugar também processos químicos; o homem desloca-se, por exemplo, de acordo com as leis do deslocamento, "puramente" mecânico no espaço, etc. Todos esses processos, todavia, conforme fez notar Engels, são forma *accessória* em relação com a forma principal. As leis da sociedade têm seu caráter específico e não podem ser reduzidas a nenhuma outra forma de movimento.

No *Compêndio de História do P.C. (b) da URSS*, assinala-se o imenso valor prático da lei do trânsito de quantidade em qualidade para a luta revolucionária, para a compreensão das leis que regem o desenvolvimento social.

Se o trânsito das lentas mutações quantitativas para as rápidas e súbitas mutações qualitativas constitui uma lei do desenvolvimento, é evidente que as transformações revolucionárias levadas a cabo pelas classes oprimidas representam fenômeno absolutamente natural e inevitável.

Isto quer dizer que a passagem do capitalismo para o socialismo e a libertação da classe operária do jugo capitalista não se pode realizar por meio de mutações lentas, mas só mediante a transformação qualitativa do regime capitalista, vale dizer, mediante a revolução.

Isto quer dizer que, em política, para não nos equivocarmos, temos de ser revolucionários e não reformistas (14).

Os oportunistas e os reformistas de todos os matizes negam a revolução como via do trânsito do capitalismo para o socialismo. Em socorro deles acode a teoria metafísica, que afirma ter o desenvolvimento caráter puramente quantitativo, que, na natureza, não existem mutações qualitativas. Daí tiram os reformistas a dedução de que o capitalismo se trans-

(13) Lênin, *Obras completas*, tomo XXI, pág. 375.

(14) *História do P.C. (b) da URSS*, págs. 127-128, ed. espanhola.

forma, por via pacífica, mediante a evolução fluída, no socialismo. O desenvolvimento puramente quantitativo do capitalismo, o acúmulo quantitativo de riquezas na sociedade é considerado por eles como o crescimento do socialismo. Na "democracia" burguesa, nos parlamentos, etc., vêem eles pedaços feitos do socialismo que já se desenvolveram nas entranhas do regime capitalista.

A experiência da revolução proletária na URSS demonstrou, praticamente, que só a derrocada violenta, revolucionária, da ditadura da burguesia, que só mediante o salto revolucionário se podem criar as condições para a construção da sociedade socialista. Os bolcheviques, como revolucionários proletários e não reformistas, guiaram-se em sua luta pelo socialismo, pelas leis dialéticas do desenvolvimento da sociedade e por isso triunfaram.

O desconhecimento da mutabilidade *qualitativa* do movimento, do nascimento, junto com as mutações qualitativas, de novas leis, novas situações e condições foi sempre a arma metodológica de toda sorte de tendências antileninistas e hostis ao Partido Bolchevique.

Citaremos exemplo da história recente desse Partido. Trata-se das disputas em torno do problema da construção do socialismo num só país. E' bem sabido que foi esta uma disputa sobre a vida ou a morte da revolução russa, das perspectivas do socialismo, do desenvolvimento da revolução proletária.

Os trotskistas e zinovievistas afirmavam que o proletariado de um só país, em separado, ao tomar o poder nas mãos, não poderia com suas próprias forças construir o socialismo, que sem a vitória do proletariado noutros países a revolução está condenada, inevitavelmente, à morte. Não há necessidade de demonstrar, agora, que esta "teoria" exprimia a fé e a esperança de toda a burguesia internacional, que com esta sua "teoria" os trotskistas e zinovievistas só visavam o objetivo de semear entre os proletários a desconfiança, a passividade, o pessimismo e a indiferença.

O Partido esmagou os trotskistas e zinovievistas, defendendo a tese leninista da possibilidade da construção do socialismo na URSS. O camarada Stálin, numa série de intervenções, que põem a descoberto a essência contra-revolucionária da oposição, desenvolveu a doutrina marxista-leninista acerca de tal problema.

Um dos argumentos dos trotskistas foi um trecho de Marx e Engels no qual estes pareceram firmar que não se pode construir o socialismo num só país.

Marx e Engels, tomando em consideração as condições do capitalismo *preimperialista*, achavam que, devido "ao movimento da sociedade burguesa ainda caminhar por linha ascensional", não era possível a vitória do socialismo em países isolados.

Os trotskistas e zinovievistas, aferrando-se a esta tese de Marx e Engels, tiraram dela a conclusão de que a vitória do socialismo num só país é, em geral, impossível.

Depreende-se, porventura, do trecho de Marx, indagou o camarada Stálin, que a vitória do socialismo em países isolados não é possível em

condição alguma do desenvolvimento do capitalismo? Não, não se desprende. Das palavras de Marx só se deduz que a vitória do socialismo em países isolados é impossível apenas quando "o movimento da sociedade burguesa ainda caminha por linha ASCENDENTE". Bem — e que ocorre, se o movimento da sociedade burguesa, em geral, em consequência da marcha das coisas, muda de direção e começa a caminhar por uma linha DESCENDENTE? Das palavras de Marx deriva que, em TAIS condições, desaparece o motivo para negar a possibilidade da vitória do socialismo em países isolados (15).

E o camarada Stálin, na base da análise concreta de dois períodos do desenvolvimento do capitalismo, demonstrou que a conclusão a que chegou a oposição se edifica no desconhecimento das *qualitativamente descoberta por ele* sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo na disparidade com seu período premonopolista. Lênin, tomando, precisamente, em consideração esta *diferença* de condições e apoiando-se na *lei descoberta por ele* sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo na época imperialista, afirmou que é possível a vitória do socialismo, primeiramente, nalguns e até num só país capitalista, em separado, e, pelo contrário, é impossível o triunfo simultâneo do socialismo em todos os países.

O imperialismo, o capitalismo monopolista é, sem dúvida alguma, a evolução, a continuação do capitalismo em geral. Deixar, contudo, por isto, de ver a profunda diferença que existe entre o novo período do desenvolvimento do capitalismo e o velho significa substituir a teoria dialética de evolução pela metafísica. Lênin escreveu que

...o capitalismo se transformou em imperialismo capitalista, unicamente ao chegar a certo grau muito alto da respectiva evolução, "quando algumas das particularidades fundamentais do capitalismo começaram a se converter em sua antítese, quando se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para um regime social e econômico mais elevado" (16).

Está claro que o novo no desenvolvimento do capitalismo não pôde deixar de mudar, de forma radical, as condições para a revolução.

O camarada Stálin disse que no período premonopolista, quando o capitalismo em geral caminhava por linha ascendente,

...a evolução do capitalismo ia mais ou menos fluidamente, mais ou menos evolutivamente e uns países se adiantavam a outros, no transcurso de longo período de tempo, sem saltos e sem choques bélicos forçados na ordem mundial. Agora, porém, já não se trata desta espécie de desigualdade.

Neste caso, que é a lei do desenvolvimento desigual no regime imperialista?

A lei da desigualdade de desenvolvimento no período imperialista significa um desenvolvimento, em saltos, de uns países em relação a

(15) Stálin, *Sobre a oposição*, pág. 501.

(16) Lênin, *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, pág. 97, ed. Nova América, "Pequena Biblioteca Teórica, Santiago do Chile. — Sublinhado por mim, M.R.

outros, o rápido deslocamento do mercado mundial de uns países por outros, os repartimentos periódicos do "mundo já repartido", em consequência de choques bélicos e catástrofes bélicas, o aprofundamento e aguçamento dos conflitos no campo do imperialismo, o enfraquecimento da frente do capitalismo mundial, a possibilidade da ruptura dessa frente pelos proletários de países isolados, a possibilidade da vitória do socialismo em países isolados (17).

Como vê o leitor, a fórmula de Lênin e de Stálin baseia-se, integralmente, na teoria dialética do desenvolvimento.

A negação da possibilidade da construção do socialismo num só país repousa, teoricamente, na "dissimulação da diferença" (Stálin) entre os dois períodos do desenvolvimento do capitalismo. E, pelo contrário, a solução leninista-stalinista do problema é o resultado da não-dissimulação dessa diferença, de que ela não é ignorada e de que se tem em conta qualquer transformação essencial que se efetua na realidade.

Esta é, em geral, a lei indiscutível da dialética bolchevique. O Partido Bolchevique construiu e constrói sempre sua estratégia e tática na base da análise objetiva mais severa e precisa dos factos. Tomemos, apenas, um trecho de sua história, o que vem de outubro até nossos dias. Estudemos a evolução das instruções do Partido no curso desse período heróico e veremos que essas instruções refletiram, exatamente, o original, o particular de cada etapa nova no desenvolvimento da revolução proletária; essas instruções organizavam as massas populares, chegavam à consciência das mesmas, precisamente, pela força de sua exatidão e de sua ligação orgânica à vida e respectivas mutações qualitativas, à prática revolucionária.

Em política, na atividade política, é importante, todavia, ter em conta também as mutações quantitativas, não só as qualitativas; é importante compreender-lhes a estreita interdependência. Se todo objecto em seu desenvolvimento atravessa duas fases, a evolucionista e a revolucionária, a de mutações quantitativas e a de mutações qualitativas, é de suma importância compreender que, sem o acúmulo preliminar de forças, não é possível passar a ações decisivas, não é possível o salto de um estado a outro.

Isto se pode ver facilmente no exemplo da revolução. O marxismo formou-se e desenvolveu-se na luta não só contra os oportunistas que negavam o inevitável da revolução violenta, mas também contra os representantes do movimento operário que ignoravam a indispensabilidade da organização e da preparação das massas para a revolução, pensando que a revolução contra a burguesia pode realizar-se mediante o "complot" de um punhado de revolucionários. O fundamento teórico de tal interpretação da revolução é a teoria metafísica segundo a qual o movimento, a evolução só se compõe de saltos, negando-se todo movimento evolutivo como fase preparatória da revolução.

Lênin ensinou que não se pode lançar ao combate decisivo somente a vanguarda do proletariado, que não se pode sequer pensar na revolu-

(17) Stálin, *Sobre a oposição*, pág. 515.

ção, quando a vanguarda ainda não conquistou tôdas as amplas massas do proletariado. Depois da revolução de fevereiro de 1917, na Rússia, os bolcheviques lutaram contra os que queriam, imediatamente, chamar as massas à insurreição contra a burguesia, em momento em que essas massas ainda não estavam preparadas, ainda não compreendiam, na base da própria experiência, que só na senda da revolução proletária encontrariam a emancipação do jugo do capitalismo.

Em outubro apenas, quando as massas da classe operária tinham sido conquistadas pelos bolcheviques e lhes assimilavam as instruções, só então o Partido Bolchevique lançou a ordem da insurreição armada.

Na URSS, está edificado, no fundamental, o socialismo. A tarefa, agora, consiste em finalizar a edificação do socialismo e passar, gradualmente, ao comunismo. Se, durante o socialismo, vingou o princípio: "de cada um conforme sua capacidade e a cada um conforme seu trabalho", no comunismo, vigorará o princípio: "de cada um conforme sua capacidade e a cada um conforme suas necessidades". Para levar, entretanto, a efeito este lema, é mister criar uma abundância de objetos de consumo. Sem o aumento do número de fábricas, de emprêsas, de granjas criadoras de gado, etc., não é possível estabelecer semelhante abundância. Por conseguinte, para a mutação qualitativa que, na URSS, se ha-de conseguir, para passar do socialismo ao comunismo, é preciso o acúmulo prévio de forças, da riqueza material do país. Esta necessidade é também tida em conta pelo Partido, ao formular a tarefa fundamental da economia na URSS.

A consideração da interdependência que existe entre as mutações quantitativas e as qualitativas tem, destarte, enorme valor para a atividade política.

Que deduções se podem tirar, pois, do exame que fizemos da lei do trânsito da quantidade em qualidade e da qualidade em quantidade?

A evolução não é, como afirmam os metafísicos, simples crescimento quantitativo. A evolução dos objetos esteia-se em que as mutações quantitativas imperceptíveis, acumulando-se gradualmente, se transformam, num determinado grau, em mutações qualitativas. A evolução é, por conseguinte, mutação qualitativa, a conversão de um objeto em outro em consequência das mutações quantitativas.

O materialismo dialético nega a teoria metafísica do desenvolvimento fluido, puramente evolucionista. Na realidade, o desenvolvimento é a unidade do desenvolvimento gradual, evolutivo e do desenvolvimento em saltos, revolucionário.

A teoria metafísica do desenvolvimento puramente quantitativo serve, como norma, de arma para os que, de um modo ou de outro, defendem o velho em sua luta contra o novo e o revolucionário, os que, afundados na rotina, temem o movimento de avanço, os que estão interessados na eternização do velho regime.

A teoria dialética do desenvolvimento qualitativo arma os partidários da substituição do velho pelo novo, os senhores do futuro, os que vão destruindo o velho regime de exploração e criando a nova sociedade socialista.

A EVOLUÇÃO COMO LUTA ENTRE TENDÊNCIAS CONTRAPOSTAS

Um traço importante do método dialético. — A metafísica nega as contradições internas dos fenômenos — Exemplos que refutam a metafísica — A unidade e a luta dos contrários — A luta dos contrários como fonte do desenvolvimento — A teoria dialética do automovimento — A lei do desenvolvimento não é a reconciliação, mas a superação revolucionária das contradições — Caráter relativo da unidade e caráter absoluto da luta dos contrários — O oportunismo internacional dissimula as contradições na teoria e na prática — A teoria metafísica do equilíbrio — As contradições antagônicas e não antagônicas — Conclusões.

I

No *Compêndio de História do P.C. (b) da URSS*, assinala-se que o conteúdo interno da transformação das mutações quantitativas em qualitativas é a luta dos contrários, a luta entre o velho e o novo, entre o que está morrendo e o que está nascendo.

Esta conclusão caracteriza, clara e profundamente, o valor do quarto traço fundamental do método dialético.

Por oposição à metafísica, a dialética parte do critério de que os objetos e os fenômenos da natureza trazem sempre implícitas contradições internas, pois todos eles têm seu lado positivo e seu lado negativo, seu passado e seu futuro, seu lado de caducidade e seu lado de desenvolvimento; do critério de que a luta entre esses lados contrapostos, a luta entre o velho e o novo, entre o que agoniza e o que nasce, entre o que caduca e o que se desenvolve, forma o conteúdo interno da transformação das mutações quantitativas em mutações qualitativas.

Por isto, o método dialético entende que o processo de desenvolvimento do inferior ao superior não decorre a modo de um processo de desenvolvimento harmônico dos fenômenos, mas pondo sempre em relevo as contradições inerentes aos objetos e aos fenômenos, num processo de "luta" entre as tendências contrapostas, que agem na base daquelas contradições (1).

Lénin atribuía enorme importância a esta lei dialética. Escreveu que a lei da unidade e da luta dos lados contrapostos é a essência, o núcleo fundamental do método dialético.

A bipartição do uno e o conhecimento de suas partes contraditórias... é a "essência"... da dialética (2).

A unidade dos lados contrapostos

"é o reconhecimento (descoberta), das tendências contraditórias, con-

(1) *História do P.C. (b) da URSS*, págs. 125-126, ed. espanhola.

(2) Lénin, *Cadernos filosóficos*, pág. 325.

trapostas, QUE SE EXCLUEM MÚTUAMENTE entre si, em TODOS os fenômenos e processos da natureza (e do espírito e da sociedade). A condição do conhecimento de todos os processos do mundo em seu AUTOMOVIMENTO, em sua evolução espontânea (isto é, própria, M.R.), em sua vida viva, é seu conhecimento como unidade dos contrários. O desenvolvimento é a "luta" entre os lados contrapostos" (3).

A dialética pode definir-se, mais brevemente, como a doutrina sobre a unidade dos lados contrapostos. Com isto, abarca-se o núcleo da dialética..." (4).

Lénin escreveu que o exame dos fenômenos como a unidade e a luta dos lados contrapostos nos dá a chave para a interpretação correta, científica, do desenvolvimento.

Como, pois, se explica a enorme importância deste traço, desta lei da dialética? Em que se enraíza a força desta lei?

Aquí, temos de dar, novamente, com a profunda diferença que há entre a dialética e a metafísica.

Os metafísicos negam, categoricamente, a existência de contradições nos objetos. Considerando o deslocamento mecânico no espaço como a forma universal do movimento, os metafísicos só reconhecem a existência de contrários externos, cujo choque apresentam como a única fonte do movimento.

Do ponto de vista dos metafísicos, um objeto não pode ser o que é e, ao mesmo tempo, qualquer outro objeto, isto é, não pode conter em si contradições internas. O objeto, dizem os metafísicos, não pode encerrar tendências, elementos que, em última instância, levem ao seu desaparecimento. Não pode ser a unidade do positivo e do negativo. Toda coisa é positiva ou negativa, efeito ou causa. Por exemplo, qualquer sociedade, digamos a sociedade capitalista, não pode ser, do ponto de vista dos metafísicos, a unidade de forças contrapostas, de tendências contrapostas. Os metafísicos não vêem no capitalismo contradições cuja evolução leva, inevitavelmente, à morte o regime capitalista.

Os metafísicos manifestam-se adversários furibundos do reconhecimento do caráter contraditório das coisas. Um desses metafísicos, E. Dühring, contra quem Engels publicou seu livro famoso *Anti-Dühring*, escreveu:

Nas coisas não se contém contradições ou, dito de outro modo, a contradição posta na realidade (isto é, que existe objetivamente nas mesmas coisas, M.R.), é a culminação do absurdo (5).

Esta negação categórica das contradições é compreensível no metafísico. Basta demonstrar que os próprios objetos, o próprio mundo objetivo trazem implícitas as contradições para que todo o edifício do método metafísico venha abaixo e se converta em pó.

A desgraça dos metafísicos consiste em não perceber os aspectos, precisamente, mais importantes e essenciais da realidade, sem os quais o

(3) Lénin, *Cadernos filosóficos*, pág. 325.

(4) Idem, pág. 213.

(5) Ver Engels, *Anti-Dühring*, pág. 114, ed. Roces.

mundo objetivo deixa de ser um mundo vivo que evolue perpétuamente, que se renova constantemente, que progride do inferior e simples ao superior e composto.

Os metafísicos, ao negarem as contradições, despojam, artificialmente, a realidade de um de seus aspectos mais essenciais e principais, precisamente do aspecto que, conforme expressão de Hegel, constitui a raiz de todo movimento e vitalidade.

Na realidade, todos os fenômenos e processos do mundo objetivo se compõem de contradições, encerram tendências contrapostas, compõem a unidade do velho e do novo, do presente e do futuro, do agonizante e do nascente.

Não há coisas, na natureza, das quais se possa dizer que são idênticas, isto é, iguais a si mesmas, não contraditórias.

Engels, em sua refutação à metafísica, cita um exemplo simples do movimento como deslocamento do corpo no espaço, demonstrando que já a simples mudança no espaço é contraditória. De um corpo em deslocamento é difícil dizer em que lugar se acha. Num e mesmo instante, quando ainda se encontra num lugar, já se acha noutro. Não se pode dizer de um corpo em deslocamento que, em tal momento, se acha, concretamente, em tal ponto, dado que o corpo se desloca, se move, permanece no ponto dado e, ao mesmo tempo, está já noutro ponto. Por outras palavras, o movimento é uma contradição manifesta.

Se fenômeno tão simples como o deslocamento no espaço encerra uma contradição, mais característico ainda é este traço para os fenômenos e processos complexos.

Engels cita a vida como o exemplo mais complexo do caráter contraditório dos fenômenos.

A vida de cada organismo vivo caracteriza-se pelo facto de receber do meio que o cerca as substâncias necessárias, assimilando-as e separando os elementos velhos, caducos. Assim, por exemplo, em cada instante, respiramos ar fresco e exalamos ar viciado. Dêste exemplo, Engels deduz que um ser seja, ao mesmo tempo, no mesmo instante, o que é e outro (6), isto é, que a vida do organismo encerra uma contradição.

Darwin, em sua teoria evolucionista, parte também do critério da presença de contradições no desenvolvimento do mundo orgânico, da consideração dêste processo como processo contraditório.

Sua teoria evolucionista baseia-se na negação do ponto de vista metafísico, segundo o qual o ser orgânico é igual a si mesmo e permanece em repouso, em estado imutável. Darwin demonstrou que todo o mundo orgânico, cada espécie, cada ser está cheio de contradições, que nele se reúnem o velho e o novo, o agonizante e o nascente. As contradições entre os seres vivos e as condições naturais de sua vida, a contradição entre as diversas espécies de animais e vegetais e sua luta pela existência, a luta dos mais adaptados ao meio contra os menos adaptados, êste é o verdadeiro quadro da evolução do mundo orgânico.

Se passamos ao terreno das relações sociais, encontramos também o caráter contraditório do desenvolvimento, mas já noutra base distinta.

(6) Engels, *Anti-Dühring*, pág. 116, trad. Roces.

Marx e Engels descobriram a lei do desenvolvimento social que consiste em que a evolução das forças produtivas, das condições materiais de existência constitui a fonte decisiva de todas as mutações que se efetuam na sociedade.

As forças produtivas da sociedade não se acham em estado de estagnação. Mudam, progridem e, em certa etapa, entram em contradição com as relações de produção existentes. Começa, então, o período da transformação de todas as relações sociais, de todas as superestruturas ideológicas, começa o período de sua adaptação às condições alteradas da existência social.

Marx exprimiu esta lei nas seguintes palavras:

“Ao chegarem a determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade chocam-se com as condições de produção existentes ou com o que não é senão a expressão jurídica disso, com as relações de propriedade dentro das quais se moveram até aí. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações convertem-se em obstáculos seus. E abre-se, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, transforma-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura sobre ela erguida” (17).

Assim, pois, a sociedade nunca tem forma estagnada. Da sociedade, como dos demais fenômenos, não se pode dizer que seja igual a si mesma. Pelo contrário, na sociedade, efetuam-se mutações constantes, evoluções. A sociedade encerra contradições internas, tendências e forças contraditórias. Nas sociedades classistas, a luta das classes contrapostas é a expressão mais profunda e clara das contradições existentes na sociedade.

Toda a história precedente é a história da mutação das formações econômico-sociais, o desaparecimento de umas caducas e exaustas e o nascimento de outras formações sociais mais progressivas. Além disto, a substituição de umas formações econômico-sociais por outras efetua-se através de luta encarniçada.

Assim, pois, qualquer exemplo que tomemos do terreno da natureza ou da sociedade humana refuta a teoria metafísica acerca da identidade, da não-contraditoriedade dos fenômenos. Pelo contrário, os factos demonstram que todos os fenômenos e processos encerram em si contradições internas, representam a “unidade dos contrários”.

Não obstante, os fenômenos e processos não representam só a unidade dos contrários. A contraditoriedade das coisas e dos processos indica que existem tendências, inclinações diversas, contrapostas, que se excluem mutuamente, precisamente, porém, porque essas inclinações e tendências são contrapostas, diversas, não podem acomodar-se pacificamente umas com as outras, não podem deixar de “brigar” entre si.

Por isto, as coisas e os processos aparecem não só como a unidade dos contrários, mas também como a luta dos contrários. O velho e o novo, o agonizante e o nascente lutam entre si, excluem-se mutuamente,

(7) Marx, *Contribuição à crítica da economia política*. Obras Escolhidas, pág. 399. Barcelona, 1938.

acham-se em constante luta. Assim, por exemplo, as forças produtivas, que se estão desenvolvendo no regime do capitalismo, ao chegarem a determinada fase de desenvolvimento, entram em conflito com as relações de produção existentes. As forças produtivas ultrapassam os marcos das relações capitalistas de produção. As forças produtivas, o processo de trabalho adquirem caráter social. As forças produtivas, escreve Engels, exigem o reconhecimento de facto de sua natureza social, de sua organização planificada. O punhado de parasitas capitalistas apropria-se, entretanto, dos resultados do trabalho social, obsta a emancipação das forças produtivas das peias capitalistas. As forças produtivas já constituem a base do novo regime, socialista, mas o velho regime, vale dizer, o regime capitalista, luta contra o novo, defende a própria existência.

Esta contradição entre o caráter social do trabalho e a forma capitalista privada da apropriação exprime-se nas crises periódicas. As crises, escreveu Marx, são a expressão das contradições absolutas do regime capitalista.

As coisas e os processos, por conseguinte, não só são a *unidade*, como também a *luta* dos contrários, das inclinações contraditórias.

O desenvolvimento, escreveu Lênin, é a "*luta*" entre *tendências contrapostas* (8).

E' difícil sobreestimar o valor dêste aspecto, desta lei objetiva da realidade. *Se não existissem forças e tendências contrapostas nas coisas e processos, se não houvesse luta entre elas, não seria possível desenvolvimento algum.*

O valor autêntico da lei dialética referente à unidade e luta dos contrários esteia-se em que descobre, explica as fontes mais profundas do desenvolvimento do mundo objetivo.

Nos capítulos anteriores, vimos que a natureza e a sociedade não se acham em estado estagnado, que se desenvolvem, que o desenvolvimento é a conversão das mutações quantitativas em qualitativas. Agora, também já sabemos as causas mais profundas, o conteúdo interno, as fontes do desenvolvimento das mutações qualitativas. Essas fontes encontram-se na luta entre o velho e o novo, entre o que agoniza e o que está crescendo, na luta entre os contrários.

Com efeito: basta abstrair-se, por um minuto, das contradições internas dos objetos, da luta dos contrários, para converter êsses objetos em mortos, estagnados, imutáveis.

Imaginemos que a vida do organismo não tem contradições, que no organismo não se efetua constante processo contraditório da morte de células velhas e do nascimento de novas. Que se passaria, neste caso, com o organismo? A resposta é clara: não haveria vida, sobreviria a morte.

A vida não é, pois, por sua vez, mais do que uma contradição albergada nas coisas e nos fenômenos e que se está produzindo e resolvendo incessantemente: ao cessar a contradição, cessa a vida e sobrevém a morte. (9)

(8) Lênin, *Cadernos filosóficos*, pág. 325.

(9) Engels, *Anti-Dühring*, pág. 116, tr. Roces.

Este é o valor que as contradições têm também para o desenvolvimento da sociedade. As contradições sociais, a luta das classes contrapostas têm sido, ao longo de toda a história da sociedade de classes, a fonte da evolução, a força motriz da evolução social.

Como se explica a substituição de umas formações econômico-sociais por outras: a sociedade escravista pela feudal, a feudal pela capitalista, a capitalista pela sociedade socialista? Sua causa está nas contradições existentes entre as forças produtivas e as relações de produção.

Que teria ocorrido se essas contradições não existissem, se o desenvolvimento das forças produtivas não entrasse em contradição com as relações de produção existentes nessas formações sociais? Não teria sido possível, então, o desenvolvimento da sociedade.

Essas contradições entre as forças produtivas e as relações de produção não são fruto de uma invenção, mas constituem a lei objetiva de toda a história precedente da sociedade, a lei que não depende da consciência dos homens. E é, precisamente, em virtude desta lei que a sociedade, no processo histórico de seu desenvolvimento, se tem elevado de um grau a outro e as formas inferiores da sociedade têm sido substituídas por outras superiores. As revoluções burguesas, que tiveram lugar em fins do século XVIII e em princípios do século XIX, foram dirigidas contra o regime feudal. Foram a expressão e o resultado das contradições existentes na sociedade feudal. As revoluções burguesas resolveram essas contradições mediante a derrubada do regime feudal e o estabelecimento do domínio da burguesia. Por sua vez, o nascimento das relações capitalistas estava relacionado com o nascimento e o desenvolvimento de novas contradições.

A época das revoluções proletárias, socialistas, que começou com a Revolução de Outubro de 1917, resolve as contradições irreconciliáveis da sociedade capitalista, mediante a derrubada violenta da ditadura da burguesia e o estabelecimento de novo poder político, a ditadura do proletariado. A revolução proletária emancipa as forças produtivas das peias capitalistas e abre-lhes caminho para desenvolvimento sem obstáculos.

Ao estudar a realidade, não se pode, por conseguinte, fazer abstração das contradições internas dos fenômenos e dos processos, da luta dos contrários. Tal abstração levaria, inevitavelmente, ao ponto de vista da imutabilidade da realidade, à negação das causas e fontes mais íntimas do desenvolvimento. O desconhecimento da contraditoriedade interna dos objetos priva da possibilidade de perceber no velho o nascimento das novas tendências, dos novos fenômenos, a luta entre o velho e o novo, e, portanto, elimina toda possibilidade de ver o desenvolvimento dos fenômenos, sua transformação em seu contrário ou na forma superior.

O método de conhecimento dos fenômenos e processos como a unidade e a luta dos contrários é o único método correto e científico. Este conhecimento possibilita precaver-se da vida tal como é, ver e compreender a luta que se desenvolve entre o velho e o novo e as perspectivas dessa luta. O camarada Stálin escreveu:

Diz-se que a vida é constante crescimento e desenvolvimento e isto é certo: a vida social não é alguma coisa imutável, estagnada, nunca permanece num só e mesmo nível, mas está em movimento perpétuo, em destruição-criação. Não foi em vão que Marx disse: "Existe movimento constante de incrementação das forças produtivas, de destruição das relações sociais e de formação das idéias; a única coisa imutável é a abstração do movimento." Por isto, existe sempre na vida o NOVO e o VELHO, o que cresce e o que caduca, a revolução e a reação; sempre há, na vida, alguma coisa que, incontrovertivelmente, morre e, ao mesmo tempo, alguma coisa que, infalivelmente, nasce...

O método dialético diz que a vida deve ser concebida tal como, precisamente, existe na realidade. A vida acha-se em movimento perpétuo; por conseguinte, nosso dever é concebê-la em seu movimento, em sua destruição e criação. Para onde caminha a vida, que é o que morre e que é o que nasce na vida, que é o que se está destruindo e que é o que se está criando: eis os problemas que, em primeiro lugar, nos devem interessar." (10)

II

O método de conhecimento dos fenômenos e processos como a unidade e a luta dos contrários baseia-se nas leis objetivas da própria realidade e possibilita descobrir e explicar, cientificamente, as leis objetivas em vigor existentes na realidade.

A negação da existência de contradições internas nos objetos traz, inevitavelmente, como resultado, o reconhecimento de uma força fora do mundo objetivo, uma força do "outro mundo", que governa as coisas e a sorte dos homens.

O idealista, ao explicar a substituição de um regime social por outro, diz que essa substituição se efetuou devido aos homens terem dado com uma nova idéia, mais perfeita e racional, do regime social. O dialético materialista, por oposição ao idealista, diz ser a própria sociedade velha que tinha preparado em si os elementos novos que se acham em contradição com todo o regime velho; que os elementos e as tendências velhos e novos não puderam reconciliar-se uns com os outros e mantiveram entre si uma luta; que essa luta levou, em último termo, à transformação do velho regime social em seu contrário.

Todo fenômeno é contraditório no sentido de que desenvolve de si mesmo tais aspectos que, cedo ou tarde, hão-de pôr fim à existência respectiva e transformá-lo em seu próprio contrário. Por isto, o movimento, a evolução realiza-se como um *autovolvimento*, como um *autodesen-*

(10) Citado do livro de Beria *Sobre o problema da história das organizações bolcheviques na Transcaucásia*, pág. 101. Gospolitdat, 1941, ed. russa.

volvimento, isto é, os objetos desenvolvem-se em virtude de suas próprias causas, em virtude de sua contraditoriedade interna.

Isto não significa, é claro, que os contrários externos, sua luta e suas influências mútuas não tenham valor algum no desenvolvimento.

Mais atrás, citamos exemplos da teoria de Darwin, que demonstrou o enorme papel das relações mútuas entre o mundo orgânico e a natureza morta. Na evolução da sociedade humana, as contradições entre a sociedade e a natureza desempenham também grande papel.

Como exemplo de que a dialética revolucionária não ignora as contradições externas pode servir a contradição existente entre o mundo do socialismo na URSS e o mundo do capitalismo. O Partido Bolchevique ensina que não se pode fazer abstração do círculo exterior, que a vitória definitiva do socialismo só é possível com a destruição desse círculo.

A teoria dialética do desenvolvimento não ignora, por conseguinte, os contrários externos. Apenas demonstra que a fonte principal do desenvolvimento são as contradições internas, inerentes aos objetos e aos processos, e a forma fundamental do movimento é o *auto movimento*.

Lénin insiste com todo vigor em que a interpretação dialética do movimento é sua interpretação como *auto movimento*. Opõe à interpretação metafísica do desenvolvimento, que nega o automovimento, a teoria dialética, cujo sinal distintivo é, precisamente, o reconhecimento do automovimento.

Com a primeira concepção do movimento (a metafísica, M. R.), escreveu Lénin, fica na sombra o automovimento, sua força motriz, sua fonte, seu motivo (ou essa fonte é transferida PARA FORA, para Deus, para o indivíduo, etc.). Com a segunda concepção (a dialética, M.R.), a atenção principal dirige-se, precisamente, ao conhecimento de FONTE DO AUTO MOVIMENTO. A primeira concepção é morta, pálida, seca. A segunda, cheia de vida. Só a segunda nos dá a chave do "automovimento" de tudo quanto existe; só ela nos dá a chave dos "saltos", da "ruptura da gradualidade", da "transformação em seu contrário", da destruição do velho e do nascimento do novo. (11)

Lénin bate-se pela interpretação materialista do desenvolvimento, por uma teoria de evolução, que encontre a força motriz do desenvolvimento no próprio mundo objetivo, nas coisas e nos processos objetivos e não em Deus, num indivíduo, etc. Lénin demonstra que essa força motriz é a unidade é a luta dos contrários, a revelação das contradições internas.

Tão pouco, entretanto, as próprias contradições dos objetos e dos processos são imutáveis e dadas de uma vez para sempre. As contradições desenvolvem-se, aprofundam-se, têm sua história. Por exemplo, já no próprio começo da evolução do capitalismo, estavam presentes as contradições entre as duas classes fundamentais da sociedade burguesa, entre o proletariado e a burguesia. Essas contradições, porém, ainda não eram tão profundas e agudas como na última, na atual fase do capitalismo.

(11) Lénin, *Cadernos filosóficos*, pág. 326.

A história da luta entre a burguesia e o proletariado é a história do desenvolvimento cada vez maior e mais profundo das contradições entre eles. É a história da revelação, do desenvolvimento das contradições internas que traz, implícitas, a sociedade capitalista.

Esta é a lei de evolução de todo fenômeno.

“... O processo de desenvolvimento, lemos no Compêndio de História do P.C. (b) da URSS, é um processo de revelação de contradições internas, um processo de choque entre forças contrapostas, na base dessas contradições, e com o fim de as superar...” (12)

O desenvolvimento das contradições do capitalismo alcança um tal grau, que estas hão-de ser, inevitavelmente, resolvidas, superadas. A revolução proletária supera-as, serve de instrumento para a transformação do capitalismo em seu próprio contrário, no socialismo.

O desenvolvimento é, por conseguinte, um processo de revelação, de aprofundamento das contradições dos objetos, o processo de superação dessas contradições, o processo do trânsito de uns contrários noutros, ou de formas inferiores em superiores, do velho no novo.

Marx e Engels, Lênin e Stálin batalharam sempre contra a interpretação das contradições, que parte do princípio da reconciliação das forças contrapostas, dos elementos contrapostos. A superação revolucionária das contradições, sua solução revolucionária, não a reconciliação, é a única via objetiva do desenvolvimento autêntico, é o princípio da atividade política prática do Partido do proletariado. Se as contradições se reconciliassem, se amortecessem, não haveria movimento algum de avanço. As contradições reais tão pouco podem ser, contudo, reconciliadas. As forças, as tendências contraditórias acham-se em estado de unidade, enquanto a luta entre elas não alcança ainda o grau em que já não possam coexistir, em que não possam estar “debaixo do mesmo teto”. Quando esse grau é alcançado, as contradições encontram, inevitavelmente, sua resolução.

A unidade dos contrários é temporal, passageira, relativa. A luta entre eles, pelo contrário, é constante, absoluta. Qualquer objeto, qualquer fenômeno é submetido a mutações em virtude das contradições que traz implícitas. Se, por conseguinte, as contradições não fossem absolutas, não fossem o conteúdo constante do desenvolvimento, não seria possível a mutação dos objetos, sua conversão de uma forma noutra, não seria possível a evolução perpétua.

“A unidade... dos contrários é condicional, temporal, transitória, relativa (isto é, não absoluta, não eterna, M.R.). A luta dos contrários, que se excluem mutuamente, é absoluta, como o são o desenvolvimento e o movimento”. (13)

III

A teoria dialética do desenvolvimento em geral e seu traço mais importante, a lei da unidade e da luta dos contrários, tem o maior valor

(12) *História do P.C. (b) da URSS*, pág. 128, ed. espanhola.

(13) Lênin, *Cadernos filosóficos*, pág. 326, ed. russa.

prático como instrumento de conhecimento e de luta revolucionária. As obras de Marx, Engels, Lênin e Stalin servem de modelo clássico de aplicação da dialética materialista. No *Compêndio do P.C. (b) da URSS*, assinala-se o imenso valor que tem a extensão das conclusões do método dialético ao estudo da vida social, sua aplicação à atividade política prática do Partido do proletariado. Em particular, da lei dialética do desenvolvimento, em consequência da luta dos contrários, tiram-se as seguintes conclusões:

Se o processo de desenvolvimento é um processo de revelação de contradições internas, um processo de choques entre forças contrapostas, na base dessas contradições e com o fim de as superar, é evidente que a luta de classes do proletariado constitui fenômeno perfeitamente natural e inevitável.

Isto quer dizer que o que se tem de fazer não é dissimular as contradições do regime capitalista, mas pô-las a descoberto e desdobrá-las em toda sua extensão, não é amortecer a luta de classes, mas levá-la conseqüentemente a termo.

Isto quer dizer que, em política, para não nos equivocarmos, temos de manter uma política proletária, de classe, intransigente, e não uma política reformista, de harmonia de interesses entre o proletariado e a burguesia, uma política oportunista de "evolução pacífica" do capitalismo ao socialismo". (14)

Estas conclusões demonstram, de maneira clara e profunda, a conexão que existe entre a dialética revolucionária e a prática revolucionária do Partido proletário.

Os oportunistas de todos os matizes, a qualquer bandeira que se acolham, em qualquer país que se encontrem, manifestam-se, invariavelmente, contra a dialética, particularmente contra a lei dialética da unidade e da luta dos contrários. Não podem suportar o espírito de luta, o espírito do desenvolvimento revolucionário, que se enraiza no reconhecimento da contradição dos objetos e da luta entre as tendências contrapostas, entre o velho e o novo, entre o que morre e o que cresce. Não é em vão que Lênin, em seu resumo da *Ciência da lógica* hegeliana, faz notar em certa parte:

A "beleza" para a natureza e a história (da parte dos filisteus) é a tendência a depurá-las de contradições e de luta... (15)

E' própria dos democratas pequeno-burgueses, escreveu Lênin, a aversão à luta de classes, o sonho de prescindir da luta, a tendência a harmonizar e reconciliar, embotar os ângulos agudos. Por isto, esta espécie de democratas ou se desentende do reconhecimento de todo o lapso histórico do trânsito do capitalismo ao comunismo ou considera sua tarefa a invenção de planos de reconciliação de ambas as forças em combate, em vez de dirigir a luta de uma dessas forças contra a outra". (16)

(14) *História do P.C. (b) da URSS*, pág. 128.

(15) Lênin, *Cadernos filosóficos*, pág. 133.

(16) Lênin, *Obras*, tomo XXIV, pág. 508, ed. russa.

Por isto, justamente, lutam os reformistas, por todos os meios, contra a dialética marxista e defendem, por todos os meios, a metafísica.

Um dos pilares do oportunismo internacional, Bernstein, escreveu acerca da dialética neste tom:

O seu (da dialética, M.R.) "sim é não" e "não é sim", em vez de "sim é sim" e "não é não" os seus trânsitos mútuos dos contrários e a conversão de quantidade em qualidade e outras belezas dialéticas, foram sempre obstáculo para uma idéia clara sobre o significado das mutações reconhecidas.

Traduzida para a linguagem política, esta ambiguidade "filosófica" significa que, entre a burguesia e o proletariado, não existem contradições irreconciliáveis, que o partido da classe operária deve fazer a política de reconciliação dos interesses da burguesia e do proletariado, não seguir, de modo algum, a linha de implacável luta de classes.

Podem-se citar também alguns factos da prática da social-democracia atual.

E' sabido que o partido social-democrata belga, que foi um dos partidos mais fortes na Segunda Internacional, se dissolveu sózinho, há pouco tempo, declarando esgotadas suas tarefas e chegando o tempo novo que requer um trabalho de maneira nova.

Eis um trecho da resolução dos sindicatos belgas, aprovada por proposta do "chefe" do partido social-democrata belga, De Mann. Nela o leitor verá a filosofia da reconciliação de classes.

Nesta resolução se diz:

A guerra (a atual guerra, M.R.), que nos apanhou de improviso, levou a uma nova ordem européia. Devemos colaborar lealmente na causa da reconstrução do país e do renascimento do povo para que possa ocupar lugar digno nesta nova ordem européia. Por isto, os operários dirigentes dos sindicatos declaram que eles, assim como De Mann, querem unir-se a todas as forças constituídas da nação num grande movimento que esteja a serviço dos interesses nacionais e, para isso, pôr fim a toda Política de Partido (eis por que o dissolveram, M.R.)... Consideram que a manifestação da luta de classes, que é a consequência da economia capitalista liberal, deve ser substituída, em nosso país, por uma ordem social e econômica, na qual as organizações profissionais, cumprindo a missão da nação em geral e sob o controle do Estado, estabeleçam as condições do trabalho e regulem a produção".

Tal é a manifestação mais recente da teoria oportunista contra-revolucionária da "reconciliação" das contradições. Resulta daí que a luta de classes e as contradições sociais internas são particularidade da época do capitalismo industrial e, em nosso tempo, já há estabelecido novo regime de justiça, no qual os partidos políticos da classe operária podem ser liquidados e os sindicatos devem trabalhar por encargo de toda a nação, sob o controle do Estado burguês!

O mérito maior dos fundadores do comunismo científico, Marx e Engels, está em que, tendo investigado o modo capitalista de produção,

não lhe dissimularam as contradições, mas, pelo contrário, as puseram a descoberto, lhes deram interpretação científica, assinalando ao proletariado o caminho da respectiva superação.

Antes de Marx e Engels, os investigadores do capitalismo também viam as contradições desse regime. Os socialistas utópicos, por exemplo, descreviam, muito claramente, as contradições da sociedade burguesa, falavam do absurdo dessas contradições e do dano que ocasionam aos homens. No conceito deles, todo o mal da sociedade capitalista está no isolamento dos homens, nas contradições entre eles. Achavam, porém, que as contradições do capitalismo eram o resultado da ignorância e da corruptibilidade dos homens. Os utopistas viam na reconciliação das contradições um dos meios para criar um regime no qual não houvesse miséria, nem opressão.

E' certo que estas teorias, não maduras, dos socialistas utópicos refletiam as contradições ainda não maduras do regime capitalista recentemente estabelecido. A contradição entre o proletariado e a burguesia ainda não estava, então, tão aguçada quanto no período em que apareceram Marx e Engels.

Os fundadores do marxismo surgiram no período do capitalismo mais desenvolvido e isso foi uma das causas objetivas que lhes possibilitou superar a teoria dos socialistas utópicos.

Marx e Engels, em disparidade com os socialistas utópicos, viam e compreendiam as raízes *objetivas* das contradições capitalistas. Interpretavam a existência de contradições não pela presença de um "obscurantismo moral" e coisas análogas, mas pelas condições materiais da vida da sociedade, pelo modo de produção social. O capitalismo não pode existir sem as contradições que lhe são próprias; a burguesia não pode viver sem a exploração das massas trabalhadoras. São contradições, pois, inevitáveis em determinada fase histórica do desenvolvimento da sociedade.

Em vez de formular conceitos morais a propósito dessas contradições, Marx dirigiu a atenção para o estudo das tendências contrapostas do regime capitalista. Por outras palavras, em suas investigações, colocou-se no solo real da realidade objetiva.

Em sua obra genial, *O Capital*, submeteu à análise científica o modo capitalista de produção. Começou pelo fenômeno mais simples e habitual desta sociedade, pelo intercâmbio de mercadorias, e já aqui encontrou o germe de todas as contradições do capitalismo.

"Marx, em *O Capital*, analisa, primeiro, as *RELAÇÕES* da sociedade burguesa (mercantil), as mais simples, mais habituais, as que estão à vista das massas, as mais quotidianas, as com que se tropeça milhares de milhões de vezes: o intercâmbio de mercadorias. Sua análise descobre nesse fenômeno, o mais simples (nessa "célula" da sociedade burguesa) *TODAS* as contradições (...o germe de *TODAS* as contradições) da sociedade moderna. A exposição ulterior demonstra-nos a evolução (e o crescimento e o movimento) dessas contradições e dessa sociedade, na soma de suas partes separadas, de seu começo até o fim". (17)

Em sua análise do capitalismo, Marx nada acrescentou de sua própria colheita. Examinou e explicou o *próprio* movimento da sociedade capitalista, seu *automovimento*. Enquanto muitos socialistas pequeno-burgueses viam a salvação da sociedade no estabelecimento da harmonia entre os pobres e os ricos, entre o proletariado e a burguesia, Marx demonstrou, cientificamente, que só o desenvolvimento das contradições próprias do capitalismo leva, inevitavelmente, à morte dêsse regime. As contradições do capitalismo, demonstrou Marx, não só são impossíveis de reconciliar, mas trazem implícita a tendência de um aprofundamento e aguçamento cada vez maior. As leis da produção capitalista requerem o aumento da produção de mercadorias, e, ao mesmo tempo, são essas mesmas leis que criam as crises de superprodução de mercadorias. Uma e as mesmas leis criam, num polo, a riqueza; noutro, a miséria. O crescimento das forças produtivas e da técnica prepara a base material para a emancipação do homem do trabalho penoso, mas, no capitalismo, êsse crescimento é acompanhado por escravização ainda maior do homem. Cada passo do desenvolvimento do capitalismo tem caráter duplo. Cada novo passo de avanço significa o aumento de semelhante duplicidade, o aprofundamento de sua contrariedade.

Marx demonstrou que o desenvolvimento e o aprofundamento das contradições capitalistas se efetuam com uma necessidade férrea, natural, que o desenvolvimento das contradições é a única senda que leva o capitalismo à sua morte.

...O desenvolvimento das contradições de forma histórica de produção é a única senda histórica de sua decomposição e da formação de uma nova. (18)

Marx não amorteceu as contradições do capitalismo, não as dissimulou, mas pô-las, implacavelmente, a descoberto; não apaziguou a luta de classes entre o proletariado e a burguesia, mas levou-a até o fim. Precisamente por ter analisado o capitalismo dialéticamente, como fenômeno no qual existem contradições internas, no qual tem lugar uma luta entre o velho e o novo, entre o que agoniza e o que está crescendo; precisamente por isto pôde Marx prever, com muitas décadas de antecipação, a morte inevitável do capitalismo e a vitória do regime novo, socialista. Foi, precisamente, a análise das contradições do capitalismo que permitiu a Marx ver no proletariado a grande força revolucionária que realiza a missão histórica da destruição do regime capitalista e da criação de sociedade nova, socialista.

Vê-se, aqui, a conexão estreita e indissolúvel que existe entre a dialética revolucionária e o socialismo proletário de Marx. Com razão, pode-se dizer que a dialética revolucionária foi o instrumento da transformação do socialismo de utopia em ciência.

(17) Lênin, *Cadernos filosóficos*, pág. 326.

(18) Marx, *O Capital*, tomo I, pág. 379, 1935, ed. russa.

A dialética materialista revolucionária tem servido sempre de linha diretriz na luta pelo socialismo, que Marx e Engels, o Partido Bolchevique e seus chefes, Lênin e Stalin, sustentaram.

No Compêndio de História do P.C. (b) da URSS, indica-se que uma das condições decisivas da vitória do socialismo foi a luta dos bolcheviques contra os oportunistas, contra os faltos de fé dentro do Partido, a luta implacável contra os desvios e grupos antileninistas.

Em relação a isto, citaremos o modelo clássico de aplicação do método dialético à análise desse aspecto importante do desenvolvimento do Partido Bolchevique, feito pelo camarada Stalin.

Em sua intervenção no VII Pleno do Comité Executivo da Internacional Comunista, o camarada Stalin disse:

“Se tomarmos a história de nosso Partido, do momento de seu nascimento... suas etapas posteriores até nossos tempos, poderemos dizer, sem exagero, que a história de nosso Partido é a história da luta entre suas contradições internas, a história da superação dessas contradições e da consolidação gradual de nosso Partido na base da superação dessas contradições.” (19)

O camarada Stalin demonstrou, antes de tudo, que as contradições eram inevitáveis no processo do desenvolvimento do Partido, que as contradições tinham profundas raízes nas condições sociais do país, na existência de classes antagonicas, hostis. O proletariado não vive isolado das demais camadas e classes da sociedade. Além disto, o próprio proletariado não é homogêneo. Junto com a massa de proletários de pura cepa, que passou pela escola difícil da fábrica capitalista, há também operários recém-chegados do campo, oriundos das classes pequeno-burguesas. Essas camadas menos firmes de operários representam terreno apropriado para a influência da ideologia burguesa e pequeno-burguesa sobre o proletariado.

“E” natural, disse o camarada Stalin, que, em cada curva do desenvolvimento da luta de classes, em cada aguçamento da luta e aumento das dificuldades, se exprime, inevitavelmente, a diferença nos pontos de vista, nos hábitos e no estado de ânimo das diversas camadas do proletariado, sob a forma de certas divergências no Partido, e que a pressão da burguesia e de suas ideologias as aguce, inevitavelmente, dando-lhes saída sob a forma de luta dentro do partido proletário.

Tais são as fontes das contradições e divergências internas do Partido”. (20)

De que modo eram resolvidas essas contradições?

A dissimulação, o amortecimento das contradições internas é característico dos partidos social-democratas da Segunda Internacional.

(19) Lênin e Stalin, *Seleção de obras para o estudo da história do P.C.(b)*, tomo III, pág. 145, Moscou, 1937.

(20. Idem, tomo III, pág. 149.

Pelo contrário, o desenvolvimento de um partido bolchevique, autenticamente marxista revolucionário de novo tipo, avança na base da descoberta das contradições internas do Partido, na base de sua superação.

A revelação e a superação revolucionárias das contradições internas do Partido, não a reconciliação e o amortecimento, são a senda, são a lei do desenvolvimento do Partido Bolchevique.

O camarada Stálin ilustra esta lei com os exemplos da história do referido Partido.

No II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, em 1903, surgiram contradições entre os bolcheviques, que exprimiam a linha revolucionária do desenvolvimento, e os mencheviques, que representavam a linha da conciliação com a burguesia, a adaptação à política e à tática da covarde burguesia liberal. Os bolcheviques não amorteceram, então, suas divergências com os mencheviques. Pelo contrário, puseram a descoberto, conseqüente e implacavelmente, o caráter burguês do menchevismo. E essa luta, diz o camarada Stálin, era

“etapa necessária para o nascimento de um partido verdadeiramente revolucionário e autenticamente bolchevique”. (21)

Durante o período da revolução de 1905, aprofundaram-se as contradições entre os bolcheviques e os mencheviques. A necessidade de dar resposta aos problemas práticos da revolução em maturação engendrou, ostensivamente, duas linhas inteiramente contrapostas, a linha bolchevique e a menchevique.

“Como conquistou, então, a supremacia a parte bolchevique do Partido, como conquistou as simpatias da maioria do Partido? Porque não dissimulou as divergências de princípios e lutou pela superação dessas divergências mediante o isolamento dos mencheviques.” (22)

Mais adiante, assinala o camarada Stálin como o Partido superou as contradições nos períodos que se seguiram à derrota da revolução de 1905, nos anos de 1911-1912, quando os bolcheviques expulsaram do Partido os mencheviques e se agruparam num Partido Bolchevique independente. Durante êsses anos, o Partido triunfou, também, por sua fidelidade aos princípios, por sua luta contra os oportunistas e traidores à classe operária.

O período da preparação da Revolução Socialista, de outubro, do estabelecimento da ditadura do proletariado e da construção da sociedade socialista, fêz surgirem novas divergências, novas contradições dentro do Partido Bolchevique.

As classes exploradoras ofereceram resistência desesperada ao socialismo em ofensiva. A construção da nova sociedade vinha acompanhada de imensas dificuldades. Era necessário resolver essa tarefa da maior significação histórica: criar uma grande indústria socialista, trans-

(21) Idem, pág. 146.

(22) Idem, pág. 147.

formar a pequena economia rural disseminada numa grande agricultura socialista, liquidar as classes exploradoras. E' absolutamente compreensível que a aspiração dessas classes de defender a respectiva existência, de oferecer resistência ao socialismo e de restaurar, na URSS, o regime capitalista não pudesse deixar de ter influência sobre os elementos menos firmes e, politicamente, não temperados do Partido.

Havia também no Partido elementos que, no passado, tinham lutado contra o leninismo e aderiram, temporariamente, ao bolchevismo.

Mal começou o Partido a realizar seu programa de construção social, esses elementos levantaram a cabeça, converteram-se nos representantes, dentro dêle, das caducas classes reacionárias.

Trotskistas, zinovievistas, kamenevistas, burrarinistas, atolados na lama contra-revolucionária de sua luta de longos anos contra o Partido, eram os porta-vozes das classes hostis ao socialismo, os agentes da contra-revolução.

Os êxitos do socialismo não puderam ser logrados senão graças ao Partido ter desmascarado e expulsado de suas fileiras, impiedosamente, esses ideólogos da burguesia e dos kulaks.

"Poder-se-ia pensar que os bolcheviques consagraram tempo demais a lutar contra os elementos oportunistas dentro do Partido, que exageraram a importância dos mesmos. Isto, porém, é absolutamente falso. Não é possível tolerar no seio do Partido o oportunismo, como não é possível tolerar a existência de uma úlcera num organismo sã. O Partido é o destacamento dirigente da classe operária, sua fortaleza de vanguarda, seu Estado-Maior de combate. Não é possível permitir que, no Estado-Maior dirigente da classe operária, haja pusilânimes, oportunistas, capituladores e traidores. Abrir luta de vida ou de morte contra a burguesia, tendo dentro do próprio Estado-Maior, dentro da própria fortaleza, capituladores e traidores, é cair na situação de quem se vê ulvejado pela frente e pela retaguarda. Fácil é compreender que a luta, em tais condições, só pode levar a uma derrota. O modo mais fácil de tomar uma fortaleza é atacá-la de dentro. Para conseguir o triunfo, a primeira coisa que se precisa fazer é limpar o Partido da classe operária, seu Estado-Maior dirigente, sua fortaleza avançada, de capituladores, desertores, fura-greves e traidores". (23)

Assim, pois, ao longo de toda sua história, o Partido Bolchevique, o Estado-Maior de combate da classe operária, a poderosa fortaleza da revolução proletária se consolidou, depurando-se de elementos estranhos.

IV

A luta pelo regime soviético, pela construção da sociedade socialista na URSS oferece uma quantidade de exemplos claros de como o Partido de Lênin e Stalin se guia pelo método dialético no respectivo trabalho.

(23) *História do P.C.(b) da URSS*, pág. 420, ed. espanhola.

Ao mesmo tempo, a luta pelo socialismo na URSS apresenta-nos muitos exemplos de como os inimigos do socialismo têm mascarado sua obra contra o povo por trás de considerações "filosóficas" tiradas do arsenal da metafísica.

Todo o período de construção da nova sociedade é o período da transformação da velha sociedade num regime socialista.

O Partido Bolchevique compreendeu muito bem que esse período não pode deixar de ser período de luta do novo contra o velho, do que nasce e se desenvolve contra o caduco e o reacionário, o período da luta de classes irreconciliáveis. O socialismo arrebata cada uma de suas conquistas ao velho mundo, no encontro mais encarniçado com tôdas as forças da reação.

Pelo contrário, os grupos oposicionistas, que se manifestaram contra a linha do Partido e, no processo da luta contra o leninismo, se converteram em bando de sabotadores e espiões sem princípios, prêgaram a conciliação de classes, amorteceram as contradições, negaram a contradição interna do processo de construção do socialismo.

Precisavam êles da conciliação de classes, da negação das contradições internas, para realizar seu programa de restauração do capitalismo na URSS, para limpar o caminho à contra-revolução dos *kulaks* e internacional.

Para dotar seus planos *kulaks* e capitalistas de uma forma "teórica", os inimigos do socialismo fundamentaram seus argumentos com o auxílio da "teoria do equilíbrio".

A "teoria do equilíbrio" representa variante típica do método metafísico. Esta teoria nega as contradições interna dos fenômenos e dos processos. Apoiando-se nela, Burrarin deduziu que o capitalismo monopolista é um "capitalismo organizado", que as contradições internas da sociedade capitalista se aplainam, desaparecem e apenas subsistem as contradições exteriores entre os diversos países capitalistas. Esta dedução significa que as contradições de classe entre a burguesia e o proletariado se conciliam, que se acaba a luta de classes dentro de cada um dos países capitalistas.

E' fácil compreender por que os múltiplos capituladores e restauradores capitalistas invocaram a "teoria do equilíbrio". Esta "teoria" ajudava-os a lutar contra o Partido, contra a construção do socialismo, pela conservação dos "kulaks", pela restauração do capitalismo. Esta "teoria", conforme palavras de Stalin, tinha como finalidade

"... apetrechar os elementos "kulaks" de "nova" arma teórica em sua luta contra os kolroses e desacreditar as posições do movimento kolrosiano" (24).

Baseando-se na "teoria do equilíbrio", metafísica que nega as contradições internas do desenvolvimento social, os inimigos do Partido do grupo burrarinista-rikovista criaram a "teoria" da "extinção da luta de

(24) Stalin, *Questões do leninismo*, pág. 333, ed. espanhola.

classes", da evolução pacífica dos kulaks para o socialismo. O Partido, sob a direção do camarada Stalin, pôs a descoberto o caráter contra-revolucionário da "teoria do equilíbrio".

"... O nosso desenvolvimento não se realiza como uma maré ascendente e compacta. Não, camaradas, existem classes, existem contradições dentro do país, temos o passado, o presente e o futuro; entre eles existem contradições e não podemos marchar para diante como lançados nas ondas da vida. O nosso movimento de avanço realiza-se na luta, no desenvolvimento das contradições, na superação dessas contradições, na sua descoberta e liquidação. Nunca estaremos em condições, enquanto existirem classes, de ter situação em que se possa dizer: bem, graças a Deus, agora está tudo bem. Nunca haverá isto, camaradas. Sempre há-de haver alguma coisa agonizando na vida e o que está agonizando não quer morrer simplesmente, mas luta pela própria existência, defende a própria causa caduca. Sempre há-de haver alguma coisa que nasce para a vida e o que nasce não nasce simplesmente, mas guincha, grita, defendendo seu direito à existência. A luta entre o velho e o novo, entre o agonizante e o nascente é a base do nosso desenvolvimento", (25)

Todo o povo soviético se guiou e se guia por estas palavras formidáveis do camarada Stalin e não se esquece, um só instante, de que a construção do socialismo é uma luta de classes, é o desenvolvimento e a liquidação das contradições; de que sem essa luta não pode haver construção do socialismo.

Por isto, precisamente, explicam-se os maiores êxitos obtidos pelo Partido Bolchevique, pelo povo soviético. Aqui também foi e continua a ser a dialética revolucionária o fundamento teórico dos êxitos práticos do socialismo.

V

Para concluir, tocaremos noutro problema importante.

A lei da unidade e da luta dos contrários é a lei universal do desenvolvimento. Lênin escreveu que a luta entre as tendências contrapostas é absoluta, como o são o desenvolvimento e o movimento. Por conseguinte, o desenvolvimento, mediante a revelação das contradições internas e respectiva superação, não é fenômeno próprio, apenas, das formas separadas, especiais, da sociedade, vale dizer, não é privativo das formas precedentes da sociedade, mas também a sociedade sem classes se desenvolve dialéticamente, tem suas contradições.

Tudo isto é, incontrovertivelmente, assim. Não obstante, cumpre ter presente que não há contradições em geral. As contradições têm

(25) Stalin, *Informe político do C.C. ao XV Congresso do P.C.(b) da URSS*, Lênin e Stalin, *Coleção de obras para o estudo da História do P.C.(b) da URSS*, tomo III, págs. 247-248.

conteúdo concreto, definido, caráter definido. Na sociedade soviética, por exemplo, durante os primeiros anos de seu desenvolvimento, existiam ainda classes burguesas: comerciantes, industriais, *kulaks*. Entre o proletariado e essas classes existia profunda contradição. O proletariado é contraposto em tudo à burguesia, não tem com ela interesse comum algum; são classes antagônicas, isto é, inimigas uma da outra, e seus interesses são *irreconciliáveis*.

Ao mesmo tempo, todavia, que a classe fundamental soviética, a classe operária, existe também outra classe fundamental, os camponeses trabalhadores. Antes da coletivização da economia rural, essa classe representava a pequena burguesia.

Entre a classe operária e o camponesado existiam, sem dúvida, contradições, cujo fundamento é o facto de que o camponesado é uma classe que constrói sua economia sobre a propriedade privada, sobre a produção de pequena mercadoria. O proletariado, pelo contrário, constrói a economia nacional na base da propriedade socialista dos meios de produção. O camponesado era uma classe que engendrava, inevitavelmente, os capitalistas, os *kulaks*.

E' claro que entre o proletariado e o camponesado existiam também contradições, nos primeiros tempos. Se metêssemos, porém, no mesmo saco as contradições que existem entre o proletariado e o camponesado trabalhador, cometeríamos o maior erro político.

Com efeito, essas contradições diferenciam-se umas das outras, profundamente. São diferentes, tanto pelo conteúdo, pela forma e pela tendência do desenvolvimento, como pelo caráter de sua superação.

A solução das contradições entre a classe operária e a burguesia não pode encontrar-se senão numa senda, a senda da liquidação, da destruição das classes exploradoras. Não há outro caminho, pois que, enquanto existirem classes exploradoras no país, não será possível construir o socialismo. O socialismo significa a destruição da exploração do homem pelo homem e é justamente, por este caminho que o povo soviético resolveu também suas contradições básicas com a burguesia e com os "kulaks".

Outro caráter inteiramente distinto têm as contradições entre o proletariado e os camponeses trabalhadores. Essas contradições não são antagônicas, não são hostis.

O Partido assessorou golpe destruidor no trotskismo contra-revolucionário, que pregava a inevitabilidade de um conflito, da ruptura entre o proletariado e os camponeses.

Os mencheviques e trotskistas sempre consideraram o camponesado trabalhador como classe capitalista hostil ao proletariado, sem interesses comuns com a classe operária.

Pelo contrário, o Partido e seus chefes, Lênin e Stalin, ensinaram sempre que o camponesado é uma classe que, pela própria essência, encerra traços contrapostos, tendências contrapostas. De um lado, o camponesado é uma classe de proprietários, de pequenos burgueses. Do outro, é uma classe de trabalhadores, cuja fonte de existência é o traba-

lho próprio. Na sociedade capitalista, a maioria do camponesado arasta uma vida de miséria, de ruína, engrossa as fileiras dos proletários. Só parte insignificante do camponesado vem à tona, para os "kulaks", para a burguesia. Para o camponesado trabalhador, a burguesia e os "kulaks" são inimigos de morte.

Por isto, a única salvação para o camponesado é a destruição do regime capitalista e a construção, junto com a classe operária e sob sua direção, da sociedade socialista.

Destarte, entre o proletariado e o camponesado não só existem algumas contradições, mas há também interesses "comuns". Estes, os interesses comuns do proletariado e do camponesado, criam a "base" para a aliança indissolúvel entre eles.

O Partido Bolchevique triunfou porque, em tôdas as etapas da luta revolucionária, soube conservar e proteger a aliança da classe operária com o camponesado, soube atrair para o lado do proletariado essa imensa reserva da revolução.

Como são superadas as contradições entre essas duas classes? É claro que essa superação se realiza de modo inteiramente diverso do das contradições existentes entre o proletariado e a burguesia.

Há um só caminho de superação revolucionária das contradições entre a classe operária e o camponesado, é o caminho de encarreirar o camponesado na senda da grande agricultura coletiva, o caminho da eliminação das fronteiras entre a classe operária e o camponesado.

Os êxitos da coletivização socialista levaram à superação da contradição fundamental entre a economia rural individual disseminada e a indústria socialista. A economia rural e a indústria compõem, agora, um só sistema socialista. Entre a classe operária e o camponesado conservam-se ainda algumas diferenças, mas, em relação aos novos êxitos da construção socialista, se irão atenuando cada vez mais, irão desaparecendo.

O camarada Stalin, em seu informe ao VIII Congresso Extraordinário dos Soviets da URSS, no dia 25 de novembro de 1936, *Sobre o projeto de Constituição da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas*, ao dar uma característica das transformações sociais que se têm operado na URSS, disse:

"Que demonstram estas transformações?

Demonstram, em primeiro lugar, que as linhas divisórias entre a classe operária e os camponeses, assim como entre estas classes e os intelectuais, se estão esbatendo e está desaparecendo o velho exclusivismo de classe. Isto significa que a distância entre esses grupos sociais se encurta cada vez mais.

Demonstram, em segundo lugar, que as contradições econômicas entre esses grupos sociais desaparecem, se esbatem.

Demonstram, por último, que desaparecem e se esbatem entre eles, igualmente, as contradições políticas" (26).

(26) Stalin, *Questões do leninismo*, pág. 609, ed. espanhola.

Assim, pois, há contradições e contradições. Uma são antagônicas e outras não o são.

Numa sociedade em que existe uma classe de exploradores e outra de explorados, as contradições têm, inevitavelmente, a forma antagônica e o meio de sua solução é, irremediavelmente, a revolução política, a luta de vida ou de morte.

"Tem alguma coisa de surpreendente, escreveu Marx, que a sociedade baseada na CONTRAPOSIÇÃO de classes chegue, como à última perpécia, à crassa CONTRADIÇÃO, ao choque físico entre os homens. (27)

Lénin escreveu:

"Antagonismo e contradição não são, absolutamente, uma e a mesma coisa. O primeiro desaparece; a segunda continua também no regime do socialismo." (28)

A sociedade socialista não conhece contradições antagônicas, já que, em seu seio, não existem classes exploradas e classes exploradoras. Contradições antagônicas não existem senão entre a URSS, país que constrói o socialismo, e o cerco capitalista, assim como entre o Estado socialista e os restos das destruídas classes inimigas que o cerco capitalista alimenta e sustenta dentro da URSS.

O socialismo é forma social que, pela primeira vez na história, cria as condições para o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e da cultura espiritual da humanidade. Só no regime socialista começa um movimento autêntico em todos os domínios da vida social, um movimento que não é detido pelos numerosos obstáculos que existem na sociedade exploradora.

Onde, contudo, há movimento, onde há desenvolvimento, existem também, inevitavelmente, o velho e o novo, o que agoniza e o que cresce. Por conseguinte, existem contradições entre o velho e o novo, entre o caduco e o que nasce.

Essas considerações, entretanto, têm, absolutamente, outro conteúdo, outro caráter, outra forma de solução; não têm, em absoluto, coisa alguma de comum com as contradições das sociedades de classe.

"Só em regime de coisas, escreveu Marx, em que não haja classes, nem antagonismos de classes, as EVOLUÇÕES SOCIAIS deixam de ser REVOLUÇÕES POLÍTICAS". (29)

As contradições na sociedade socialista não precisam, para sua evolução, de revoluções políticas. A sociedade comunista, tanto na fase inferior como superior de seu desenvolvimento, não conhece contradições entre as forças produtivas e as relações de produção. Pelo contrário, as relações comunistas de produção abrem campo ilimitado para o desenvolvimento das forças produtivas. Na sociedade capitalista, pelo

(27) Marx e Engels, *Obras*, tomo V, pág. 416.

(28) *Coleção leninista*, XI, pág. 357, ed. russa.

(29) Marx e Engels, *Obras*, tomo V, pág. 416.

contrário, tôdas as contradições são expressão da contradição fundamental que existe entre as forças produtivas e as relações de produção.

O comunismo supera para sempre as contradições desta ordem. Na sociedade socialista, existem contradições de ordem inteiramente distinta; são contradições de crescimento, do movimento de avanço da sociedade socialista, da passagem da primeira fase inferior do comunismo à fase superior; são contradições do desenvolvimento ilimitado da sociedade comunista.

Na U.R.S.S., está construída, no fundamental, a sociedade socialista. Aí triunfou e vigora o princípio socialista: de cada um conforme sua capacidade e a cada um conforme seu trabalho. Este princípio corresponde a determinado nível das forças produtivas.

As forças produtivas, entretanto, não permanecem no mesmo lugar, não ficam em estado imutável. O socialismo limpa o caminho para desenvolvimento, até agora não visto, da técnica, da indústria e da agricultura socialista.

Em determinado grau de desenvolvimento da primeira fase do comunismo, quando as forças produtivas criam a abundância de produtos, de objetos de consumo, alguns sinais da sociedade socialista começam, inevitavelmente, a caducar, chegam a ser sobejos. O princípio socialista "de cada um conforme sua capacidade e a cada um conforme seu trabalho" é necessário quando as forças produtivas ainda não estão tão elevadas para criar a abundância de produtos, quando os homens não se desembaraçaram ainda, definitivamente, dos preconceitos do capitalismo, quando o trabalho voluntário em benefício da sociedade ainda não se converteu no hábito de todos os homens da sociedade socialista. Ao atingirem, no entanto, as forças produtivas, o princípio da paga pelo trabalho, que vigora durante a primeira fase do comunismo, sobeja. Quando cada trabalhador pode receber conforme suas necessidades, o princípio da paga pelo trabalho se converte em fenômeno caduco.

Para superar, contudo, tal contradição, não haverá necessidade de revolução alguma. A diferença entre o socialismo e o capitalismo consiste em que os homens, na sociedade socialista, são eles mesmos os senhores de suas relações. A sociedade, consciente e paulatinamente, à medida que se criam as novas condições, abolirá os princípios caducos e estabelecerá outros princípios necessários, que correspondam melhor às novas condições materiais, mais elevadas, da vida.

O país socialista já está demonstrando, praticamente, este novo tipo de superação das contradições, que serve de abundante manancial para mais acelerado avanço.

Tomemos, como exemplo, um fenômeno qual seja o do movimento starranovista. O traço característico desse movimento é a ruptura das velhas normas caducas da produtividade do trabalho. Lênin disse que o comunismo há-de vencer quando criar produtividade do trabalho mais elevada, em comparação com o capitalismo. O movimento starranovista é a expressão da luta pela produtividade comunista do trabalho. Compreende-se que as novas armas técnicas, estabelecidas pelos starra-

novistas, entrem, inevitavelmente, em contradição com as velhas normas que já não correspondem ao novo nível da técnica, à desenvolvida cultura dos operários, etc.

O movimento starranovista, disse o camarada Stalin,

“destrói as antigas concepções sobre a técnica, as antigas normas técnicas, as antigas previsões e capacidades das empresas, os antigos planos de produção, e exige a criação de normas técnicas novas, mais elevadas, novas e mais elevadas previsões de rendimento, novos e mais elevados planos de produção.” (30)

O nascimento de contradições e a necessidade de as superar cria estímulo poderoso para o crescimento da produtividade do trabalho.

Alguma coisa semelhante sucede também quanto à ciência. O movimento starranovista derruba certas idéias velhas da ciência; as fórmulas antiquadas entram em contradição com os novos dados da ciência. *A autêntica ciência está sempre ligada à prática.* O desenvolvimento prático da sociedade aprofunda a ciência, aperfeiçoa-lhe as conclusões, impõe a necessidade de renová-la.

“A ciência chama-se ciência, justamente porque não reconhece fetiches, porque não teme acabar com o que se faz velho e caduco e porque dá ouvido atento à voz da experiência e da prática. Se fôsse de outro modo, não haveria, falando em geral, ciência entre nós; não haveria, por exemplo, astronomia e voltaríamos ao sistema antiquado de Ptolomeu; não haveria biologia e continuaríamos ainda consolando-nos com a lenda da criação do homem; não teríamos química e ficaríamos reduzidos às predições dos alquimistas.” (31)

É fácil imaginar a proporção que há-de alcançar o desenvolvimento da técnica, da produtividade do trabalho, da ciência, na sociedade comunista. Na sociedade comunista, contudo, êsse desenvolvimento também se efetuará sob a forma de nascimento e superação de contradições entre o velho e o novo, entre o caduco e o que se desenvolve.

Tôda a força das contradições está, precisamente, em que obrigam a desembaraçar-se do que já não é suficiente, do que já é antiquado e não pode servir de norma, do que é preciso superar para elevar-se a nível mais alto.

Se, porém, nas anteriores formas exploradoras da sociedade, as contradições se manifestavam e eram resolvidas em luta sangrenta, de morte, dado que existiam classes interessadas na conservação do velho, no regime comunista, as contradições são superadas, sem sofrimento e conscientemente, pela própria sociedade, uma vez que a sociedade comunista não conhece a divisão em classes e todos os seus homens de trabalho estão igualmente interessados no movimento de avanço.

Destarte, podemos tirar do que ficou dito acerca das contradições as conclusões seguintes:

(30) Stalin, *Questões do leninismo*, pág. 588, ed. espanhola.

(31) Idem, pág. 597.

A teoria da dialética materialista sobre o desenvolvimento mediante a luta e o trânsito mútuo dos contrários solapa em seu fundamento as conclusões do método metafísico acerca de que os objetos são sempre iguais a si mesmos. Na realidade, os objetos e os processos encerram em si contradições internas, tendências contrapostas, têm seu passado e seu futuro; a luta desses contrários constitui a fonte do desenvolvimento dos objetos, o conteúdo interno do trânsito das mutações quantitativas em qualitativas.

Cada objeto, cada fenômeno é a unidade dos contrários. Essa unidade, porém, é relativa, ou, seja, temporal, transitória. Se a unidade fosse eterna, absoluta, não haveria desenvolvimento algum. A luta entre os contrários, a fonte do eterno movimento, é a única que tem valor absoluto.

O desenvolvimento autêntico, que consiste no desaparecimento do velho e no nascimento do novo, na renovação perpétua do mundo, não pressupõe a conciliação, nem a neutralização dos contrários, mas sua superação, sua solução revolucionária.

Nisto está a profunda diferença entre a teoria dos revolucionários proletários e a teoria dos reformistas e oportunistas. Os primeiros não dissimulam as contradições, mas, pelo contrário, põem-nas, ousadamente, a descoberto e por via revolucionária as superam. Os segundos amortecem as contradições de classe, buscam reconciliá-las e convertem-se em lacaios da burguesia imperialista.

A dialética materialista é o instrumento da revolução proletária e da construção da nova sociedade.



PRÓXIMO NÚMERO

O número de *Divulgação Marxista*, que sairá a 1 de agosto próximo, conterá a seguinte matéria: *Estudemos o marxismo*, de Calvino Filho; *A sociedade socialista e a pessoa humana*, de Gak, primoroso trabalho transcrito de *Bolchevique* (revista soviética); *Marx poeta*, criticado por ele mesmo; *Fundação do Banco do Brasil e causas de sua falência*, de Pereira da Silva; *As rebeliões dos sipaios*, de Efimov; *Desmascarando um falso democrata*: Plínio Barreto, de Cierp; *Advertência!*, de Prestes; *O que está certo e o que está errado*; *Responda, se puder*; *Quando desaparecerão as religiões?*, por Marx; *De tudo, um pouco...*; *Que dizem nossos parlamentares*; *Que dizem pela imprensa*; *Economia Política*, recopilação de Calvino e Zacarias de Carvalho; *Emendando...*; *Sínteses*; *Ignorância e reacionarismo: capitão de mar e guerra Carlos Pena Botto*; *Que se passa pelo mundo*; 32 páginas do *Pequeno Dicionário Marxista*, etc., além de várias colaborações de grande interesse cultural.

AS CATEGORIAS DA DIALÉTICA MATERIALISTA

Que é categoria da dialética materialista? — As leis e as categorias na dialética marxista. — Essência e fenômeno. — Conteúdo e forma. — Necessidade e casualidade. — Necessidade e liberdade. — Possibilidade e realidade. — Conclusões.

I

Já expusemos os traços ou leis fundamentais da dialética. Com essas leis, todavia, a dialética não se esgota. A variedade múltipla da realidade, que muda e eternamente progride, encontra também sua expressão teórica numa série de categorias da dialética materialista. As mais importantes são: a categoria de essência e fenômeno, de conteúdo e forma, de necessidade e casualidade, de necessidade e liberdade, de possibilidade e realidade.

Antes de passar a uma breve caracterização destas categorias, determos-nos no problema do que é uma categoria na dialética marxista. A teoria do materialismo dialético sobre o conhecimento é a teoria do reflexo segundo a qual nossas sensações, nosso pensamento refletem a realidade. O reflexo da realidade, porém, não é um processo simples, não complexo, de fotografia dos objetos que se encontram diante do homem, não é o resultado de um reflexo espontâneo, automático da natureza

Lénin, em seus "Cadernos filosóficos", dedicou muitíssima atenção à teoria dialética do conhecimento e assinalou que este é o reflexo da natureza na consciência do homem. Lénin escreve:

"Mas não é reflexo simples, imediato, puro, e, sim, processo de uma série de abstenções, formulações, formações de conceitos, de leis, etc., cujos conceitos, leis, etc., também ABARCAM, condicionalmente, aproximadamente, as leis universais da natureza eternamente em movimento e em desenvolvimento". (1)

Lénin insiste na complexidade do processo de conhecimento e distingue o principal, o fundamental nêle: a formação de conceitos, de categorias que refletem as leis da natureza.

Em que se esteia o sentido desta tese leninista? Todo conhecimento começa pela viva contemplação da realidade. O conhecimento, porém, não se pode limitar aos dados que lhe oferecem os órgãos dos sentidos. A contemplação viva da realidade só é capaz de criar uma idéia dos fenômenos singulares. E' uma fase preparatória, necessária para co-

nhecimento mais profundo, para a generalização da massa dos fenômenos singulares e a descoberta de suas conexões essenciais, de seus aspectos essenciais. Da contemplação viva da realidade, o conhecimento eleva-se a grau mais alto, e essa fase superior é também o processo da formação de uma série de abstrações, categorias, leis.

Ao elevarmos-nos a esse grau do conhecimento, é como se nos retirássemos, nos abstrássemos da variedade múltipla, concreta, da realidade. Se a contemplação viva, sensível da realidade nos apresenta o mundo em seu estado imediato, em toda sua precisão, em compensação, ao formar as categorias, o conhecimento só toma o típico, o mais substancial, o que é próprio a cada fenômeno singular.

Vamos comparar duas séries de conhecimentos: a arte e a ciência. A arte, como forma de conhecimento, caracteriza-se porque reflete, reproduz o essencial sob a forma do singular, do concreto, sob a forma de uma imagem artística. A obra artística, o conto, a novela, o poema descrevem um acontecimento importante, essencial para o homem, sob a forma de uma história viva, concreta, de narração sobre o destino de qualquer homem; revelam a psicologia, os pensamentos, as atitudes, as ações dos homens. Obtemos um quadro típico da vida, mas o típico, aqui, está apresentado sob a forma do singular.

Eis alguns versos de uma poesia do poeta alemão Schiller. O poeta descreve a natureza:

*Saúdo minha montanha com o cimo queimado pelo sol,
Saúdo também o sol, a luz que nele se detém,
Saúdo o prado animado e vós, lílias murmurantes,
O coro alegre dos pássaros, escondidos nas ramas flexíveis,
Saúdo o céu tranqüilo, amplamente banhado pelo azul..."*

Temos diante de nós um quadro vivo. Vemos a natureza tal como se nos oferece diretamente nas sensações.

Tomemos, agora, o conhecimento científico. Essas imagens concretas não dão o conhecimento científico. Reproduzem a natureza, a vida social sob a forma de conceitos, de categorias. Diversas da imagem artística, as categorias científicas são abstratas, inconcretas. Por exemplo, nas categorias científicas de "matéria", de "movimento", não se reflete esta ou aquela forma concreta da matéria, este ou aquele modo do movimento da matéria, mas qualquer forma da matéria, qualquer modo do movimento.

Nas categorias, o conhecimento humano, abstraindo-se do casual, do não principal, do não característico, nos fenômenos e objetos, generaliza suas propriedades peculiares. Engels escreveu que as categorias como "matéria", "movimento" são, "simplesmente, abreviaturas nas quais reunimos, conforme as respectivas propriedades comuns, as diversas coi-

(1) Lênin, *Cadernos filosóficos*, pág. 176.

das sensivelmente percebidas". Lênin também fala das categorias como de abreviaturas da massa infinita das particularidades, dos traços de segunda ordem da existência exterior. Por isto, o conhecimento, ao compor categorias, conceitos científicos, se afasta e se retira, inevitavelmente, da variedade múltipla da realidade.

Lênin pôs a descoberto, muito profundamente, o sentido desta retirada: é uma retirada necessária, a fim de melhor lançar-se e saltar para diante, isto é, conhecer melhor a realidade. No processo da formação de categorias, o conhecimento penetra mais profundamente no mundo objetivo, descobre as leis do respectivo desenvolvimento. Sem a formação de tais categorias científicas, de tais leis científicas, não é possível estabelecer, corretamente, na ciência, a autêntica ciência dos fenômenos, dos acontecimentos singulares; não é possível orientar-se, corretamente, na variedade múltipla e concreta do mundo.

Destarte, as categorias, como as leis mais gerais da dialética, são formas do reflexo científico da realidade.

"A forma de reflexo da natureza na consciência do homem, diz Lênin... são também os conceitos, leis, categorias, etc."

Lênin assinala o valor que têm as categorias no conhecimento. Diz: o homem tem diante de si uma rede de fenômenos da natureza, uma rede muito complexa, na qual é fácil emaranhar-se. O homem instintivo, o selvagem, não sabe distinguir-se ainda da natureza; o homem consciente separa-se da natureza. E eis que

...as categorias são pequenos graus da diferenciação, isto é, do conhecimento do mundo, os nós, na rede, que ajudam a conhecê-la e a DOMINÁ-LA". (2)

A dialética materialista considera as categorias do conhecimento como o reflexo da realidade objetiva. Refuta a teoria idealista, segundo a qual as categorias têm caráter subjetivo. As categorias da dialética materialista refletem as leis da própria realidade, conhecidas à base da atividade prática dos homens.

Com isto, a teoria da dialética materialista das categorias se diferencia, radicalmente, da teoria das categorias da filosofia idealista. Por exemplo, as categorias, em Kant, são conceitos apriorísticos, vale dizer, conceitos dados à consciência, de antemão, antes da experiência, antes da prática. Não se extraem da própria realidade objetiva, não são o resultado da sintetização dessa realidade. As categorias são consideradas por Kant como o produto da atividade subjetiva do homem. Estão, dadas de antemão, na consciência do homem e este coloca as categorias como se fôsem marcos feitos sobre a natureza, pondo com isto a ordem no caos que, segundo Kant, reina nesta última. De acordo com Kant, resulta que o homem, com suas categorias e conceitos, constrói a realidade, enquanto que, no fundo, a realidade é refletida na consciência do

(2) Lênin, *Cadernos filosóficos*, pág. 94, ed. russa.

homem, nas categorias por êle criadas. O conceito idealista das categorias, como tôdas as teorias do idealismo, é refutado pela prática.

Na teoria da dialética materialista sôbre as categorias, tem importância essencial extraordinária o problema das conexões, da correlação entre elas. Cada categoria — conteúdo, forma, essência, fenômeno, necessidade, causalidade, etc. — reflete determinado aspecto da realidade. As categorias sôltas, tomadas, por conseguinte, isoladamente uma da outra, não dão um quadro, não dão um reflexo completo da realidade. Por isto, do mesmo modo que, na própria realidade, suas diversas partes, os diversos aspectos dos objetivos se acham em interdependência, se condicionam mutuamente, se entrosam uns nos outros, assim no processo do conhecimento as categorias da dialética materialista devem ser ligadas entre si, devem achar-se em ação recíproca, entrosar-se uma na outra, para abarcar a realidade em seu movimento, em tôda sua integridade.

Partindo dêste critério, Lênin formula a importante tese da dialética materialista: o que dá um quadro científico da realidade não são as categorias isoladas, esta ou a outra categoria, mas a soma infinita das categorias em suas conexões, em seu conjunto, em suas tendências.

“Sômente” a soma INFINITA dos conceitos gerais, das leis gerais, etc. dá o CONCRETO em tôda sua plenitude.” (3)

Do que ficou dito, pode-se concluir que não há nenhuma linha divisória substancial que separe as categorias das leis da dialética. As leis, as categorias, os conceitos, tudo isso são formas do reflexo da realidade na consciência. As leis da dialética — a conexão universal, o movimento e a mutação, a conversão das mutações quantitativas em qualitativas, a unidade e a luta entre os contrários — são as mais gerais, as leis mais importantes do desenvolvimento da realidade objetiva. As categorias exprimem também os aspectos substanciais da realidade, complementam as leis de conexão, concretizam, ampliam a teoria dialética do desenvolvimento, servem de expressão de alguns novos aspectos da realidade, que encontram sua característica mais geral apenas nas leis fundamentais da dialética.

Passaremos, agora, a expor algumas categorias fundamentais.

II

ESSÊNCIA E FENÔMENO pertencem ao número das categorias mais importantes da dialética marxista.

Que é essência? Que é fenômeno?

Essência é o mais importante, o decisivo na massa do fenômeno, é o substancial na realidade, seu lado interno.

Fenômeno é também essência, mas tomada em sua forma imediata, tal como está dada na superficialidade da vida. E' a manifestação ex-

(3) Idem, idem, pág. 285.

terior da essência, o lado externo da realidade, das coisas e dos acontecimentos singulares concretos.

O substancial, o interno é alguma coisa relativamente quieta, estável, na massa dos objetos que mudam, ao passo que o fenômeno é menos quieto, menos estável, sujeito a rápida transformação.

No mercado capitalista, vemos uma massa de mercadorias das mais diversas. À primeira vista, parece que nenhuma delas tenha nada de comum com as demais, já que encerram diversos valores de uso. Por mais que as diversas mercadorias se diferenciem entre si, todas elas têm, contudo, alguma coisa comum que lhes permite serem trocadas umas pelas outras. E o comum, o essencial de todas elas é o valor, o trabalho invertido em sua produção.

"O trabalho, diz Marx, é que faz que as diversas mercadorias sejam iguais, sua unidade, sua essência, o fundamento interno do respectivo valor". (4)

Os preços no mercado capitalista, graças à concorrência, flutuam sem cessar, subindo e descendo; são instáveis, inquietos; hoje, o preço de qualquer mercadoria é um; amanhã, outro. Alguma coisa, todavia, há estável, alguma coisa há de firme nessa flutuação constante. E o firme, o estável nos preços das mercadorias é o valor.

O valor é a essência dos preços. O preço é o fenômeno desta essência. O valor permanece relativamente quieto, estável na mudança dos preços. O preço de uma mercadoria pode subir, descer, mas o valor permanece o mesmo. A concorrência influe sobre a oscilação dos preços das mercadorias, mas o valor atravessa seu caminho por meio dos preços mais diversos e rapidamente variáveis.

Ao estudar o mundo capitalista moderno, damos com fenômenos como as guerras periódicas pelo repartimento do mundo, as guerras pelas colônias, as crises periódicas de super-produção, a parada forçada, etc. A generalização de toda esta variedade múltipla de fenômenos da realidade capitalista leva-nos à descoberta de sua unidade, de sua essência, do fundamento que se enraiza nos mais diversos fenômenos do capitalismo. Esse fundamento é a contradição existente entre as forças produtivas e as relações de produção no seio da sociedade capitalista.

A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção é alguma coisa relativamente estável, assentada fortemente em todos os fenômenos da sociedade capitalista. Em cada fenômeno da sociedade capitalista: nas guerras periódicas, nas crises, na parada forçada, etc., encontramos a manifestação dessa contradição.

Pelo contrário, toda a variedade múltipla dos fenômenos da sociedade socialista exprime sua unidade, o facto mais importante e de princípio de que entre as forças produtivas e as relações de produção na URSS não há contradição e de que elas se correspondem plenamente. Essa har-

(4) Marx, *Teoria da mais valia*, tomo III, pág. 107, ed. russa.

monia exprime-se tanto nos ritmos impetuosos do desenvolvimento da indústria e da economia rural, na inexistência da parada forçada e de crises, no desenvolvimento planificado da economia, como no crescimento da cultura, etc..

Em cada fenômeno da vida na URSS refletem-se os novos princípios da sociedade socialista, os novos fundamentos sociais do regime soviético.

Já êstes únicos exemplos demonstram o enorme valor que têm as categorias de essência e fenômeno no conhecimento científico. A distinção entre a essência e o fenômeno na realidade possibilita descobrir entre os milhões dos mais diversos fenômenos sua unidade, a lei pela qual se regem. A natureza e a vida social são tão ricas e variadas em suas manifestações que é muito fácil perder-se nelas e acreditar que cada fenômeno existe por si mesmo, tem suas próprias leis de existência. As ciências naturais do século XVIII não estavam ainda em condições de descobrir a unidade entre o mundo inorgânico e o orgânico, a unidade na variedade múltipla da própria natureza inorgânica, a unidade das diversas formas do movimento material. A ciência do século XIX alcançou grandes êxitos porque soube estabelecer essa unidade entre os mais diversos campos da realidade, isto é, soube descobrir a conexão interna entre os fenômenos e reduzir o externo, o aparente a forças básicas motrizes.

As categorias de essência e fenômeno refletem também a diferença existente entre o substancial, relativamente estável, e o externo, que muda rapidamente no mundo objetivo.

A incompreensão da correlação dialética entre as conexões internas dos objetos e sua manifestação externa, às vezes contraditória, tem sido para muitíssimos sistemas filosóficos verdadeiro escolho.

Trata-se de que a essência e o fenômeno não são apenas uma unidade, mas também a unidade das diferenças. Se a essência e o fenômeno se confundissem, diz Marx, não haveria necessidade da ciência. Bastaria, então, descrever os fenômenos tais unicamente como são percebidos pelos sentidos. Na realidade, os vínculos internos, substanciais, não aparecem na superfície dos fenômenos, são invisíveis à simples vista. O fenômeno não se confunde, diretamente, com a essência; pode haver entre êles contradição. A tarefa da ciência, ao estudar os fenômenos da realidade, consiste, precisamente, em reduzi-los à sua essência, em encontrar as leis pelas quais se rege seu desenvolvimento e demonstrar como os aspectos decisivos internos têm sua realização nos fenômenos externos. Essa não-coincidência da essência e do fenômeno, o não saber superar por umas ou outras causas a contradição que existe entre êles foi, na história da filosofia, uma das causas do afastamento da ciência, da criação dos sistemas filosóficos não-científicos.

Em particular, a compreensão incorreta da correlação entre a essência e o fenômeno nos processos da realidade é uma das raízes gnoseológicas, isto é, teóricas, do idealismo.

Filósofos como Kant separaram o fenômeno da essência, consideraram que entre a essência e o fenômeno não existe conexão alguma e declararam a essência como uma "coisa em si" incognoscível. No conceito de Kant, só nos são acessíveis os fenômenos da realidade. Os próprios fenômenos em si, carecedores, em Kant, de todo fundamento, de toda essência, são, contudo, convertidos por ele nalguma coisa subjetiva que não existe senão graças a que os homens a percebem.

Hegel fez muito pela interpretação correta da correlação existente entre a essência e o fenômeno. Em sua *Lógica*, demonstra que não há fenômeno sem essência, que a essência se exprime no fenômeno. No conceito de Hegel, a essência é cognoscível. De uma essência incognoscível, diz Hegel, criticando Kant, nada se pode dizer. E' uma espécie de vazio que nunca pode ser objeto de conhecimento. Tal essência não existe.

Se Hegel, porém, em sua *Lógica*, deu, em geral, solução correta a este problema, todo seu sistema idealista, não obstante, pode servir de exemplo de alteração da correlação existente entre a essência e o fenômeno da realidade.

Hegel argumenta do seguinte modo: o fenômeno é instável, está sujeito a desaparecimento mais ou menos rápido. A ciência, porém, não pode limitar-se a adquirir conhecimento dos fenômenos, deve também adquirir conhecimento da essência respectiva. Por exemplo, o homem é um ser singular. Existem muitos homens singulares, concretos. O que há de comum entre eles é o gênero. Daí tira Hegel a conclusão de que o principal não são os homens singulares, já que os homens singulares nascem e morrem, mas o gênero dado que, durante essa transformação ininterrupta, o gênero permanece uno e o mesmo. Mas que é gênero? E' o universal e o universal, diz Hegel, é concebido só pelo pensamento, não existe no mundo material exterior.

"O universal... nem o ouvimos, nem o vemos, existe só para o espírito" (5).

O universo é o espírito, a idéia, o conceito.

E' assim que Hegel converte a essência dos fenômenos do mundo objetivo num conceito, espírito, idéia, e faz da idéia e do conceito a essência da natureza, de tudo quanto existe. A idéia, o conceito, como o universal, engendram os fenômenos reais, concretos, da realidade. Hegel separa a essência dos fenômenos, dos fenômenos mesmos e converte a essência separada da realidade objetiva — baseando-se em que esta é concebida pelo pensamento num conceito, numa idéia. Tal é a raiz teórica do idealismo objetivo.

E como resolve o método dialético marxista o problema da essência e do fenômeno, do interno e do externo?

Na primeira fase do conhecimento, temos diante de nós a variedade múltipla da realidade. Quando começamos a entabolar conhecimento com

(5) Hegel, *Obras*, tomo I, pág. 49.

a realidade, aparecem-nos os fenômenos da realidade. O fenômeno é a revelação externa da essência.

O posterior conhecimento à base da relação prática com o objeto faz mais preciso, concretiza e aprofunda a nossa imagem desses objetos.

Do fenômeno, o conhecimento passa à análise da essência, dos lados ocultos, internos, dos objetos. O conhecimento eleva-se à fase da formação de abstrações.

A essência, conforme já se disse, é a abreviatura da massa infinita das particularidades da realidade, o reflexo do estável nos objetos, a redução do exterior, do aparente, à força móvel básica do desenvolvimento, à lei pela qual se rege o desenvolvimento.

É preciso fazer notar que a essência e a lei são, conforme a expressão de Lênin, noções da mesma ordem. A lei é também o reflexo do essencial na realidade. Nas leis concretas, descobrimos a essência da natureza, da vida social.

Por exemplo, o processo da formação da mais valia é a essência do modo capitalista de produção. Esta mesma essência, porém, é expressa numa série de leis econômicas formuladas por Marx em *O Capital*. Cada uma dessas leis é mais limitada que a essência da produção capitalista em geral mas, no mesmo tempo, é também mais concreta, dado que a essência recebe nas leis sua expressão definida.

Destarte, a lei é a expressão da essência.

Só o conhecimento da essência dos objetos nos oferece quadro correto da variedade múltipla exterior da realidade, do que se acha na superfície do mundo.

Assim, por exemplo, ao descobrir, na luta da burguesia nascente contra o feudalismo, a essência da revolução burguesa da França de 1789, já conceberemos os fenômenos da vida social daquela época como a luta do materialismo contra o idealismo, da arte burguesa contra a arte que se esquivava aos problemas sociais, das idéias republicanas contra as idéias monárquicas, etc., não como fenômenos independentes e isolados uns dos outros, mas como a expressão da essência dessa época, como a manifestação da luta entre as novas forças produtivas e suas velhas relações de produção.

É assim que o conhecimento científico descobre nos fenômenos sua essência e mostra como a essência se manifesta nos fenômenos múltiplos e variados.

Além disto, não se deve perder de vista — e este aspecto tem grande importância na teoria marxista de essência e fenômeno — que a só crítica teórica da realidade não é suficiente para lhe conhecer a essência. A crítica teórica fundamenta-se e verifica-se na prática, complementa-se com a atividade prática. Nos *Cadernos filosóficos*, Lênin destaca este aspecto:

“A atividade do homem que se forma um quadro objetivo do mundo MODIFICA a realidade exterior, destrói sua definibilidade (= muda estes ou aqueles de seus aspectos, qualidades), e, destarte, despoja-a de

seus traços aparentes, exteriores e fúteis, faz dela... (= uma verdade objetiva). (6)

Esta é, brevemente exposta, a interpretação marxista das categorias de essência e fenômeno.

Esta interpretação, conforme vimos, diferencia-se, radicalmente, da hegeliana.

Segundo Hegel, o fundamento do mundo material é a essência idealista, o conceito, a idéia absoluta. Segundo Marx, é a matéria a essência de todos os fenômenos da natureza. A própria consciência não é senão a manifestação de atividade da matéria altamente organizada. A essência dos objetos não se encontra em lugar algum fora dos fenômenos, está nos próprios fenômenos, na massa dos fenômenos. A categoria de essência, como categoria do conhecimento, tem como fonte o mundo objetivo real, suas relações sujeitas a leis. O fato de que as leis da realidade sejam concebidas pelo pensamento só atesta que os órgãos dos sentidos apenas, não bastam para descobrir as conexões ocultas dos fenômenos. Só o idealismo pode, a esta base, tirar a conclusão de que o universal e o pertence, a propriedade do espírito. O valor das mercadorias carece de elementos sensoriais; não obstante, é realidade objetiva, propriedade objetiva interna de cada mercadoria.

A dialética marxista-leninista, pela primeira vez na história do pensamento, deu fundamento sólido para vencer na consciência a contradição, a não-coincidência da essência e da aparência nos objetos.

Já falamos mais atrás, da inevitabilidade objetiva da não-coincidência da essência e da aparência dos fenômenos e citamos a tal respeito a afirmação de Marx de que, se estas coincidissem, não haveria necessidade da ciência.

Por que considera o marxismo inevitável essa não-coincidência? Porque a essência também não se exprime num fenômeno qualquer, mas na massa de fenômenos, porque a essência é o termo médio desses fenômenos. Se alguém dissesse que o indivíduo X coincide *plenamente* com a essência do "homem", cometeria erro crasso. A essência do homem não se manifesta só em X, mas também em Y, Z, etc., ou, seja, na massa infinita dos indivíduos. Se a essência do homem coincidissem *plenamente* com determinado indivíduo, ter-se-ia de negar que todo o resto dos homens pertence ao gênero humano, pois que não há homem algum que se assemelhe integralmente a outro.

Tôda essência e tôda lei, como expressão da essência dos objetos, se diferencia dos fenômenos e só aproximadamente, em termo médio, coincide com eles.

Vamos explicá-lo com um exemplo.

A lei universal do desenvolvimento social em nossa época é a maturação da revolução proletária nos países capitalistas, a destruição do capitalismo e a passagem a uma sociedade nova, comunista. Esta é a

(6) Lênin, *Cadernos filosóficos*, pág. 209.

essência dos processos que, atualmente, têm lugar em todo o mundo. Pode esta lei, todavia, ter alguma forma única de manifestação, obrigatória para todos os países em que ela existe? Pode a revolução proletária, num ou noutro país, ser plenamente identificada com a lei geral? A tal indagação só cabe responder negativamente. A essência, a lei não é uma coisa que exista fora de seus fenômenos concretos. A lei realiza-se numa série de fenômenos e somente na medida em que ela existe. Nos diversos países, porém, existem diferentes condições. Por isto, a lei universal, aplicada a qualquer país, em virtude das diferentes condições e diversas circunstâncias históricas, tem de ter formas de manifestações específicas, não iguais.

Tôdas as nações, diz Lênin, chegarão ao socialismo; isto é inevitável, mas tôdas não chegarão, absolutamente, de modo igual; cada ação introduz uma originalidade nesta ou naquela forma de democracia, nesta ou naquela variante da ditadura do proletariado, neste ou naquele ritmo das transformações socialistas dos diversos aspectos da vida social. (7)

Quando, na Rússia, teve lugar a revolução proletária, os mencheviques deram o grito, dizendo que não se realizava "conforme à lei". Os mencheviques quiseram encaixar a vida, com toda sua múltipla variedade, nos marcos das respectivas idéias dogmáticas sobre a revolução proletária e suas leis. Lênin, em suas observações sobre Surranov, deu resposta formidável aos mencheviques.

Embora a lei e a essência exprimam ambas, por conseguinte, o fundamento, o decisivo nos fenômenos e reproduzam, neste sentido, mais profundamente, a realidade do que os fenômenos, não obstante, êstes últimos são mais ricos, porquanto encerram a plenitude da variedade múltipla do mundo, que não pode estar na lei, a qual só reflete o essencial dessa variedade múltipla. Não só a revolução proletária, na Rússia, como tôdas as futuras revoluções proletárias nos demais países, com todos seus traços específicos, constituem a riqueza de formas de manifestação de uma mesma lei. Aí está também por que não se pode, sem incorrer em grandes erros, identificar, diretamente, imediatamente, esta ou aquela forma de manifestação da lei com a própria lei. Na luta real, tal identificação significaria ignorar as condições específicas, próprias de qualquer período histórico de tempo.

Ao mesmo tempo, a dialética marxista considera a própria essência, a lei dos fenômenos, apenas como relativamente estável, constante, nos fenômenos. A essência dos objetos está também sujeita a transformações. A essência não é identidade abstrata, mas concreta, identidade que encerra em si diferenças, contrários. Isto quer dizer que, na própria essência dos objetos, estão as fontes de seu desenvolvimento, de suas transformações e as contradições e transformações da própria essência servem de base à variedade múltipla dos fenômenos.

(7) Lênin, *Obras*, tomo XIX, pág. 230.

Assim, pois, a essência da realidade não pode confundir-se plenamente com os fenômenos dessa essência. Mais ainda, essa não-coincidência adquire, neste ou naquele caso, o caráter de profunda contradição. A tarefa da ciência autêntica consiste, precisamente, em demonstrar a conexão existente entre a essência e os fenômenos, sua unidade. Só a interpretação marxista científica da correlação entre a essência e o fenômeno põe a descoberto essa conexão em medida completa.

O Capital, de Marx, pode servir como o maior modelo de análise dialética das propriedades internas, essenciais da sociedade e de suas manifestações externas. Nenhuma outra formação social conhece, como a sociedade capitalista, contradição tal entre as leis efetivas e as formas externas que estas adquirem na vida imediata.

As relações efetivas estão aqui tão ocultas, as relações externas se diferenciam tanto das internas que, antes de Marx, nem um só economista pôde descobrir essa dialética complexa do *interno e externo* no modo capitalista de produção.

As relações sociais entre os homens, entre as classes têm, na sociedade capitalista, a forma de relações entre coisas.

As relações sociais entre os homens estão dissimuladas em relações entre mercadorias.

A exploração dos operários, que serve de única fonte da mais valia, tem, na superfície dos fenômenos, a aparência de relações "naturais" entre capitalistas e operários. O operário vende ao capitalista seu trabalho e o capitalista dá-lhe em troca um salário. Pode parecer que aqui não haja exploração alguma. Na realidade, a forma de salário oculta o fato de que o capitalista, ao comprar a força de trabalho, paga ao operário tanto dinheiro quanto precisa para restabelecer sua força de trabalho; mas ainda, como norma, paga-lhe menos ainda do que o valor da força do trabalho, apropriando-se o capitalista, na qualidade de mais-valia, de todo o trabalho excedente, de todo o sobretabalho.

O processo de produção finaliza no processo de circulação de mercadorias: as mercadorias chegam ao mercado. No processo de circulação, a mais-valia criada nas diversas fábricas é nivelada, igualada, transforma-se em quota média de lucro. Embora numa fábrica se haja produzido o 100 por 100 de mais-valia e na outra o 200 por 100, os capitalistas de ambas as fábricas obterão igual lucro se só tiverem igual quantidade de capital. Pode parecer que o lucro não depende da exploração dos operários, já que ambos os capitalistas recebem igual quota média de lucro. Pode parecer que a fonte do lucro não seja a exploração dos operários, mas a presença do capital: o capital por si mesmo, como se fôsse capaz de dar o lucro a seu dono.

O lucro comercial aparece como simples aumento dos preços: a mercadoria compra-se por 100 cruzeiros e vende-se ao comprador por 120. Que é, então, o lucro comercial? Na aparência, simples encarecimento do preço.

No fundo, porém, conforme demonstrou Marx, o lucro comercial é parte da mais-valia que o capitalista industrial cede ao capitalista co-

mercial. Na superfície, êsse fenômeno está oculto e parece que o ganho comercial, assim como a renda da terra, tem por fonte qualquer coisa, menos a mais-valia.

Quanto ao juro, tudo se converte aí em fetiche, de modo que a respectiva origem é, à primeira vista, absolutamente incompreensível. Se nos limitássemos à aparência do fenômeno, o juro poderia ser atribuído à propriedade natural do dinheiro de produzir receitas.

Contradições como estas, entre a essência da produção capitalista e suas formas de manifestação, são o resultado inevitável do próprio modo de produção. Essa contradição tem criado imensas dificuldades para a análise teórica das relações capitalistas de produção.

Os economistas burgueses não puderam superar tal contradição entre a aparência dos fenômenos e a respectiva essência. Marx faz diferença entre os economistas burgueses da escola clássica — Smith e Ricardo — e os posteriores economistas vulgares. Os primeiros buscaram penetrar na “fisiologia da sociedade burguesa” e, nesse caminho, lograram não pequenos êxitos. Os segundos não foram além da aparência dos fenômenos. Relativamente também aos representantes da economia política clássica, Marx escreveu, contudo, que, apesar de buscarem também a conexão interna, de acharem a essência dos fenômenos, não puderam, não obstante, fazê-lo senão metidos em sua pele burguesa. Aí tinham importância não só as raízes teóricas, mas também as raízes de classe de seus conceitos. O instinto, diz Marx, indicava com justeza plena aos economistas burgueses (Marx refere-se à escola do economista inglês Ricardo) que é muito perigoso investigar o problema pungente da origem da mais-valia. Muito ao contrário, o interesse dos economistas burgueses consistia, precisamente, em envolver numa cortina de fumaça a essência da produção capitalista.

Entre os economistas vulgares, domina, como diz Marx, a ignorância apologética. O economista vulgar sente-se em seu elemento na superfície da vida. Aproveita a experiência dos fenômenos para dissimular a conexão interna das relações capitalistas e glorificar o capitalismo como o único regime racional. Nessa escola de economistas, instala-se o temor de solapar o reinado da burguesia em consequência da descoberta das conexões internas, o temor de se ver, subitamente, conforme se exprimiu Marx, diante de resultado desleal, do ponto de vista da polícia.

Engels, ao caracterizar a ciência econômica vulgar, escreve que o trôpego rocim da consciência burguesa ordinária se detém espantado diante da sanja que separa a essência do fenômeno, a causa do efeito.

Só Marx descobriu, teoricamente, as verdadeiras conexões internas do modo capitalista de produção, demonstrando por que estas adquirem caráter contraposto em suas formas de manifestação. E Marx soube fazê-lo não só porque possuía colossal força de análise e síntese, mas também porque era o ideólogo do proletariado, que penetra sem medo na própria essência dos fenômenos.

Os chefes do proletariado, com toda sua atividade teórica e prática, dão múltiplos modelos de análise científica da essência destes ou daqueles processos e acontecimentos, da redução da aparência dos fenômenos à respectiva força móvel básica.

E' fácil compreender o enorme valor que tem para a atividade política prática do Partido do proletariado o saber ver a essência dos fenômenos, o saber separar, não identificar a essência com o fenômeno e descobrir por trás do fenomeno seu verdadeiro conteúdo.

Tomemos nosso tempo atual. Nunca foram tão complicadas as relações internacionais quanto agora, na época das contradições mais fortes entre os países imperialistas, na época da divisão do mundo em dois sistemas, o capitalista e o socialista. Nestas condições, a política exterior do Estado socialista deve basear-se na clara compreensão das conexões reais, essenciais, ocultas, da política dos Estados burgueses, na diferença existente entre a aparência e a essência dessa política.

De claro exemplo da análise marxista pode servir a parte do informe do camarada Stalin perante o XVIII Congresso do P.C. (b) da URSS, dedicada à "política de não-intervenção" da Inglaterra e da França até a segunda guerra imperialista mundial.

O camarada Stálin faz a diferença da aparência de tal política, de seu aspecto "formal" e seu "conteúdo real", sua essência.

Formalmente, poder-se-ia caracterizar a política de não-intervenção do seguinte modo: "Que cada país se defenda dos agressores como quiser e como puder; a nós não importa, vamos comerciar tanto com os agressores quanto com suas vítimas". Na realidade, porém, a política de não-intervenção significa favorecer a agressão, o desencadeamento da guerra; portanto, convertê-la em guerra mundial. (8)

Todos os acontecimentos posteriores confirmaram esta análise formidável de um dos problemas mais complexos da política internacional do passado imediato. Sob o véu exterior de inofensiva "não-intervenção", disfarçava-se uma finalidade definida: atirar um contra o outro os diversos países para, depois, impor aos países enfraquecidos suas condições e, em primeiro lugar, dirigir a agressão contra a URSS. O camarada Stalin descobriu a tempo as cartas dos imperialistas e orientou, firmemente, a política exterior da URSS pela trilha da garantia ao povo soviético condições para maior crescimento do poderio e da capacidade de defesa do Estado socialista.

Tal é o significado teórico e prático das categorias dialéticas de essência e fenômeno.

III

Se as categorias de essência e fenômeno servem de meio para exprimir as conexões internas, essenciais, da realidade e da variedade múltipla

(8) Stalin, *Questão do leninismo*, pág. 675, ed. espanhola.

tipla de sua manifestação externa, as categorias de “conteúdo e forma” refletem outros novos aspectos da realidade; são graus do ulterior aprofundamento e precisão de nosso conhecimento da realidade objetiva.

Quais são, pois, êstes aspectos da realidade, que são refletidos pelas categorias de conteúdo e forma?

O seguinte exemplo ajudar-nos-á a compreender, claramente, o problema. A essência de todos os fenômenos e processos da natureza consiste no movimento da matéria. A matéria é a realidade objetiva, o fundamento que se manifesta em toda a múltipla variedade da natureza. A noção de matéria como *essência* dos fenômenos ainda não exprime, até agora, qualquer outra coisa. A categoria de essência só nos ajuda a achar o decisivo, o principal em todos os objetos, mas não nos chega a dar ainda a noção de uma essência *definida* de um objeto em questão. A essência, tanto da pedra, da água, dos vegetais, dos animais, como do homem, é a matéria, mas a natureza real, efetiva, a matéria só existe como matéria *concreta*. Em relação a cada objeto ou a toda uma série de objetos, a essência é, por conseguinte, concretizada, *se faz definida*. Não é suficiente dizer que a essência da vida é a matéria, o movimento material. O aprofundamento de nosso conhecimento da vida exprime-se na concretização desta definição, exprime-se em que investigamos a vida como forma particular, biológica, do movimento material, cujo fundamento não é uma essência material em geral, mas uma essência material definida: o corpo albuminoso e os processos que nêle se efetuam.

Pois bem, esta passagem do conhecimento da essência ao conhecimento da *essência definida, concretizada* exprime-se, justamente, nas categorias de conteúdo e forma. O conteúdo é a essência mesma, é o essencial nos objetos, mas o essencial de maneira definida. A forma é que faz os objetos suscetíveis de serem definidos, que os faz uns determinados e não outros, que diferencia um objeto do outro. Por isto, em cada objeto, em cada fenômeno, há dois aspectos: o conteúdo e a forma. Não há coisas informes, como não há coisas sem conteúdo. Qualquer coisa, qualquer processo é a unidade de conteúdo e forma.

De tempo imemorial, os homens trabalham para existir. O trabalho do homem é uma relação definida entre o homem e a natureza. O homem diferencia-se do animal pelo fato de que produz os utensílios de trabalho, as ferramentas de produção, e os emprega para obter os meios de existência de que precisa. *Os instrumentos de trabalho e a força operária do homem são elementos sem os quais não pode existir o trabalho; em conjunto, representam as forças produtivas da sociedade.*

As forças produtivas e o respectivo desenvolvimento constituem o “conteúdo” da vida social em toda sociedade.

A existência dêsse mesmo conteúdo está, contudo, estreitamente, indissolivelmente, relacionada com o outro aspecto da produção social. Os elementos das forças produtivas — os instrumentos de trabalho e os homens que os põem em ação — por si mesmos, isolados uns dos outros, não podem existir. Deve haver entre êles determinada conexão, relação recíproca; no processo da produção, os homens acham-se em de-

terminadas relações entre si. No *Compêndio de História do P.C. (b) da URSS*, diz-se que tais relações podem ser de colaboração e de ajuda mútua, podem ser relações de exploração de uma parte dos homens por outra, mas são elemento tão necessário da produção quanto o são as forças produtivas. Essas relações chamam-se relações de produção e, diversamente das forças produtivas, compõem a *forma* da produção social.

Por este exemplo pode-se definir com maior profundidade e exatidão o que são conteúdo e forma em geral e acompanha as conexões e relações mais importantes que entre eles existem.

As forças produtivas são a base da sociedade, são aquilo de que se compõe a produção, de que esta se acha construída. Sem elas, não poderia haver, em geral, uma produção. Tal é o valor do conteúdo em qualquer fenômeno. Sem a matéria não haveria a natureza. A matéria são os ladrilhos que compõem o edifício da natureza. Por conseguinte, o conteúdo é, em geral, o material de que se forma e se desenvolve qualquer fenômeno.

A formada produção social são as relações de produção. Estas organizam, vinculam, de maneira determinada, os elementos das forças produtivas, estabelecem determinado tipo social de organização das forças produtivas. Sem essa organização social, as forças produtivas não podem converter-se em força atuante. Este é o significado da forma em qualquer processo e objeto. A forma é a estrutura interna, a organização interna do próprio conteúdo.

Desta definição de conteúdo e forma depreende-se também o caráter de suas relações recíprocas.

Se o conteúdo compõe a base da forma, não pode haver, por conseguinte, forma sem conteúdo.

Se a forma é a estrutura interna, a organização interna do conteúdo, não pode haver, por conseguinte, conteúdo sem forma.

Forma e conteúdo, portanto, em qualquer objeto e processo, acham-se em estado de conexão estreita, indissolúvel, de penetração recíproca.

Esta relação mútua do conteúdo e da forma está muito bem ilustrada sobre o fundo de importante problema político.

Como se sabe, no II Congresso do Partido Social-Democrata Operário Russo, acendeu-se ardente disputa sobre o problema do primeiro ponto dos Estatutos, que trata das condições para ser membro do P.S.D.O.R. Era essa uma disputa em torno da forma de organização do Partido: que deve ser o Partido, um destacamento organizado, combativo, de vanguarda da classe operária, como exigiam Lênin e os leninistas, ou uma organização informe, superficial, anárquica, como queriam os mencheviques? Depois do II Congresso, os mencheviques desencadearam feroz campanha contra o leninismo, criticando os princípios organizativos leninistas para a construção de um partido revolucionário dos operários. Acusaram Lênin de que seu princípio de centralismo significava estabelecer o "direito de servidão" dentro do Partido, de que

a exigência de disciplina férrea dentro do Partido, a subordinação da minoria à maioria não fazia senão "burocratizar" o Partido, etc..

Em seu livro *Um passo adiante, dois passos atrás*, Lênin submeteu os mencheviques a crítica implacável. Os mencheviques procuravam dissimular o próprio oportunismo com os problemas de organização, sob um "filosofismo" sagaz, invocando, particularmente, o argumento de que o conteúdo do trabalho revolucionário do Partido é mais importante que a respectiva forma:

...Tôdas as linhas da nova "Iskra"... estão impregnadas da profunda "idéia" de que o conteúdo importa mais que a forma, de que o programa e a tática importam mais que a organização, escreveu Lênin (9), de que a organização "é só a forma", etc.

Ao replicar à afirmação dos leninistas de que a orientação combativa revolucionária do partido social-democrata deve realizar-se não só pela luta ideológica, mas também pelas formas definidas, revolucionárias da organização de Partido, a nova *Iskra* menchevique declarava que "as formas só são formas", que não se tratava delas, mas do conteúdo da luta.

Lênin pôs a descoberto esta "filosofia" do menchevismo, descobriu-lhe o fundo político interno. Lênin assinalou que a forma não é simples cobertura exterior do conteúdo, mas corresponde ao conteúdo, dá-lhe sentido definido, direção. *Ao lutarem contra as formas bolcheviques de organização, contra um partido da classe operária, centralizado, disciplinado, combativo, revolucionário, ao defenderem uma forma de organização na qual o Partido fôsse, apenas, a soma mecânica de seus membros inorganizados, de tendências anarquizantes, os mencheviques lutavam, no fundo, contra o "conteúdo revolucionário" do trabalho do Partido e defendiam a orientação oportunista, reformista de sua atividade. O centralismo, a disciplina férrea, a subordinação da minoria à maioria, o espírito caráter conspirativo, tudo isso eram formas que organizavam e asseguravam o conteúdo revolucionário, combativo. Sem a adoção dessas formas, não se teria podido dar um passo sequer no desenvolvimento do conteúdo da atividade revolucionária do Partido Bolchevique.*

Lênin escreveu, então, que a forma do trabalho do Partido era, além disso, imperfeita,

"até um ponto inadmissível, até o ponto de fazer corar todo aquele que tomar a peito os assuntos referentes a seu Partido... O estado rudimentar e instável da forma não permite progressos sérios no desenvolvimento do conteúdo, provoca marasmo vergonhoso, leva a malbaratar as forças e faz com que os atos não correspondam às palavras." (10)

Por outro lado, porém, assinala Lênin, a própria forma depende do conteúdo. Durante o período de dispersão e de círculos, quando os círculos disseminados agiam isoladamente uns dos outros, careciam de programa único, de tática única, isto é, de conteúdo único do trabalho,

(9) Lênin, *Obras escolhidas*, tomo I, pág. 456, ed. espanhola.

(10) Lênin, *Idem*, págs. 459-460.

não se podia sequer falar da forma de organização pela qual batalhavam os bolcheviques no II Congresso e depois dele.

Enquanto, escreve Lênin, não tínhamos unidade nas questões fundamentais de programa e de tática, dizíamos, sem rodeios, que vivíamos uma época de dispersão e de círculos, declarávamos, francamente, que, antes de nos unirmos, tínhamos de demarcar os campos; nem sequer falávamos de formas de organização comum, mas tratávamos, exclusivamente, dos novos problemas... de luta contra o oportunismo em matéria de programa e de tática. Agora, esta luta, conforme todos reconheceremos, já assegurou suficiente unidade, formulada no programa e nas resoluções do Partido quanto à tática. Tínhamos de dar o passo seguinte e, de comum acordo, o demos; elaboramos as "formas" de uma organização única, que refunde todos os círculos. (11)

Tal é a relação recíproca entre o conteúdo e a forma dos objetos.

Com isto, não obstante, não fica ainda esgotado o problema dos vínculos entre conteúdo e forma. Os exemplos citados não fazem mais que mostrar a estreita ação recíproca que entre eles existe, mas nessa ação recíproca há um fundamento, um elemento decisivo que a define: esse elemento decisivo é o conteúdo.

Já dos exemplos citados pode-se concluir que o conteúdo é o decisivo nos objetos. Dado que o conteúdo é o material do qual se acha construído o objeto, depreende-se daí a dependência da forma com respeito ao conteúdo do objeto. A matéria do objeto define o caráter da forma, sua natureza.

Um determinado nível das forças produtivas engendra determinadas relações de produção, ou, seja, a forma da produção social. As ferramentas de pedra, nos tempos primitivos, deram vida à forma da organização de comunidades primitivas da sociedade. O aparecimento das ferramentas de metal trouxe como consequência o nascimento do primeiro regime baseado na exploração do homem pelo homem. O capitalismo está ligado ao nascimento da grande indústria mecânica. O comunismo, como forma superior de organização social, só é possível com alto grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

O mesmo vemos na natureza. As formas múltiplas e variadas do movimento da matéria não são enxertadas de modo externo à matéria por alguma força sobrenatural que faz milagres, mas engendradas pelo desenvolvimento da própria matéria. Na história da ciência, houve não poucos filósofos, sábios, que supuseram que a forma, diversamente da matéria, fôsse alguma coisa imaterial e somente a tal forma espiritual atribuíram papel ativo. A ciência, porém, refutou, depois, semelhantes idéias e estabeleceu que a variedade múltipla da natureza, é a variedade múltipla de formas da própria matéria.

A dependência da forma com respeito ao conteúdo, o caráter decisivo do conteúdo revela-se com particular clareza em instantes em que a

(11) Idem, pág. 457.

forma se afasta do conteúdo, nos momentos de sua inconsonância. O que há é que a forma de um objeto, embora determinada por seu conteúdo, tem, não obstante, certa e relativa independência. Quando essa independência relativa, em virtude de umas ou outras causas, se converte em independência absoluta, a forma pode adquirir o caráter de autosuficiência ilimitada e cumprir funções completamente distintas das que lhe correspondem de acordo com a natureza do respectivo conteúdo, isto é, a forma pode encher-se de conteúdo para ela estranho.

Esse aspecto importante da dialética de conteúdo e forma foi ilustrado pelo camarada Stalin em seu famoso discurso *Sobre o trabalho no campo*. Ao assinalar a enorme importância da forma preveniu, ao mesmo tempo, contra sua sobreestimação: a forma desempenha grande papel, mas tudo depende do conteúdo que a encha.

Em seu discurso, o camarada Stálin falou dos kolrozes como organização socialista da economia rural. Os kolrozes, como forma socialista, disse, constituem a maior conquista da revolução. Só com essa forma pode também desenvolver-se o socialismo no campo. Idênticos são os Soviets como forma socialista de organização política.

Os kolrozes e os Soviets não são, todavia, senão uma FORMA de organização, certamente socialista, mas, no final das contas, uma "forma" de organização. Tudo depende do "conteúdo" que se dê a essa forma. (13)).

O camarada Stalin fez recordar que, em comêços de 1917, os Soviets, dirigidos pelos mencheviques e pelos social-revolucionários, dissimulavam conteúdo contra-revolucionário dos referidos partidos. Durante a sublevação de Cronstadt, os chefes da burguesia lançaram o lema: "Soviets sem comunistas". Os kolrozes, também, se não forem dirigidos, podem ser utilizados por elementos anti-soviéticos como organização de massas já feita.

"Kolrozes sem comunistas", disse, então, o camarada Stálin, "eis o lema que se está gerando, agora, nos círculos dos elementos anti-soviéticos. A questão, por conseguinte, não está unicamente, nos kolrozes mesmos, como forma socialista de organização, mas, antes de tudo, no conteúdo que se dá a essa forma: a questão está, antes de tudo, em "quem" se encontra à testa dos kolrozes e "quem" os dirige" (14).

A dependência da forma com respeito ao conteúdo e o valor decisivo d'este último podem ilustrar-se também com o exemplo da arte.

A arte é uma das formas da consciência social. A diferença entre a arte e a ciência consiste em que a primeira reproduz a realidade sob a forma de imagens artísticas. Na arte, a forma tem enorme importância. Sem forma artística não há arte. O idioma, o estilo, a composição, o assunto, a rima poética, etc. tais são os elementos que compõem a forma de uma obra artística. A arte autêntica distingue-se

(13) Stalin, *Questões do leninismo*, pág. 484, ed. espanhola.

(14) *Ibidem*, pág. 485.

pelo facto de que a forma da obra artística corresponde ao conteúdo nela representado. Mediante os elementos da forma artística, o artista reflete a realidade, descreve os acontecimentos mais importantes para o homem. Ao lado dos heróis da obra compartilhamos-lhe a sorte, lutamos, sofremos, alegramo-nos com eles.

Se a forma artística, entretanto, tem tal importância, tem-na em proporção direta a seus vínculos com o conteúdo, com a riqueza do conteúdo por ela expressa. A conversão da forma artística numa espécie de auto-suficiência, independente do conteúdo, leva ao formalismo na arte. Os interesses da forma, nesse caso, deslocam-lhe o conteúdo, o tema, para o último plano. Sob este aspecto, é extraordinariamente interessante comparar a arte clássica, representantes seus como Puchkin, Tolstoi, Balzac, Rafael, Leonardo Da Vinci e outros, e a arte da burguesia do período de sua putrefação, a arte formalista decadente. Se as obras dos clássicos se caracterizam por seus temas de grande valor para a humanidade, temas de luta social, sobre a sorte da sociedade e do homem individual, nesta ou naquela época, o característico das obras dos formalistas é a pobreza do conteúdo, a inclinação para temas de caráter pessoal, não de significação social. Os grandes artistas subordinam a forma à idéia; a forma para eles é o meio de exprimir um conteúdo notável. Para os formalistas, a forma é autônoma, o conteúdo é subordinado à forma. Por exemplo, a corrente do impressionismo na pintura vê seu objetivo principal em refletir, da melhor maneira possível, os efeitos da luz, a cor, a correlação entre a luz e a sombra, sem preocupar-se com o principal — o conteúdo do que é refletido. Plerránov compara, muito acertadamente, dois quadros: um do famoso representante da arte russa Perov, e outro de um impressionista. Ambos os quadros refletem um enterro na aldeia. No quadro de Perov há todo um drama. Aquele que contempla esse quadro salta aos olhos, imediatamente, o principal: o desespero, a profunda amargura humana que emociona a mulher e os filhos, os quais sepultam o único arrimo, o marido e o pai. Esse quadro descreve, com eloquência maior que muitos tratados científicos, a vida dos camponeses na Rússia feudal.

Eis o quadro do impressionista; Plerránov assim o descreve:

“...Um enterro na aldeia. Todo um drama. Mas onde está ele aqui? Não o há. O autor põe em foco o aspecto pitoresco. A procissão é, efetivamente, pitoresca, mas a tanto se limita. Os rostos humanos interessam ao autor, parece, só do ponto de vista do EFFET DE LUMIÈRE (efeito de luz, M.R.); todos os participantes da procissão PISCAM OS OLHOS, a incidência da luz refletida pela neve” (15).

E' claro que a arte, na qual a forma se converte em autônoma, deixa de ser arte autêntica, degenera em profissionalismo indiferente, em absurdo jogo de rimas, de sons, em amaneiramento. O fundamento de

(15) Herança literária de G. V. Plerránov, Colec. III, pág. 266, Moscou, 1936.

uma arte autêntica é que a forma e o conteúdo se correspondam mutuamente.

Assim, pois, o método dialético estabelece não só a conexão e a ação recíproca entre forma e conteúdo, mas também o valor decisivo, determinante do conteúdo.

O facto de que o conteúdo determine a forma, de que a forma exprima determinado conteúdo, demonstra que a correspondência só pode existir entre um conteúdo definido e uma definida forma. Nem toda forma pode ser a de um conteúdo determinado, assim como nem todo conteúdo pode ser a base de uma forma determinada. E, dado que não há natureza, objetos imutáveis, dado que o conteúdo dos fenómenos muda constantemente, o conteúdo dos objetos em desenvolvimento tem, por conseguinte, de entrar em contradição com a velha forma.

Essa contradição é a fonte mais importante do desenvolvimento, do progresso na natureza e na sociedade. É importante compreender o carácter dessa contradição. A contradição não existe entre o conteúdo e a forma em geral, mas entre um *novo* conteúdo e a *velha* forma. Um objeto qualquer representa a unidade de conteúdo e forma, mas, no processo de desenvolvimento, o conteúdo muda, adquire novos elementos e converte-se, em última instância, em novo conteúdo. Pelo contrário, a forma do objeto continua sendo a anterior, a velha. De vez em quando, a forma facilita o desenvolvimento do conteúdo, desempenha papel ativo, influi positivamente sobre o desenvolvimento do conteúdo, mas quando o conteúdo mudou, considerável ou radicalmente, então, rompe-se a consonância que antes existia entre o conteúdo e a respectiva forma. A forma, então, transforma-se de elemento favorável, que era, em obstáculo para o ulterior desenvolvimento do conteúdo. Surge o conflito, a contradição entre eles. E essa contradição só pode "tranquilizar-se" quando a forma fôr mudada, quando entrar em consonância com o novo conteúdo.

Isto demonstra, uma vez mais, a dependência da forma dos objetos relativamente ao respectivo conteúdo. A forma fica atrasada em relação ao conteúdo, dado que a própria necessidade de nova forma só nasce quando o conteúdo, que tinha mudado ou está mudando, assinala a necessidade da mudança da forma. *A arte de um político revolucionário consiste, precisamente, em saber ver a tempo a necessidade em maturação de mudar as formas da luta, sem esperar que o curso espontâneo dos acontecimentos tropece, empiricamente, com semelhante necessidade.*

A nova forma, que exprime, correspondentemente, o novo conteúdo, cria, de novo, a possibilidade do desenvolvimento dêste, constitui a organização interna do conteúdo em desenvolvimento. Esse desenvolvimento continua a efetuar-se até que surja, novamente, entre eles, um conflito, etc..

Lénin e Stalin definem do seguinte modo a dialética de conteúdo e forma:

(16) Lénin, *Cadernos filosóficos*, pág. 212.

A luta do conteúdo contra a forma e vice-versa. A destituição da forma, a refacção do conteúdo. (16)

Conteúdo e forma são uma unidade, mas isto, diz o camarada Stálin, "não contradiz, absolutamente, o pensamento de que entre forma e conteúdo exista conflito. A questão é que o conflito não existe entre conteúdo e forma em geral, mas entre uma forma velha e um conteúdo novo que busca nova forma e tende para ela." (17)

Podem citar-se muitíssimos exemplos para confirmar estas conclusões. O capitalismo contemporâneo oferece exemplo claro do agudo conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção. Se, antes, nas primeiras décadas da existência do capitalismo, as relações capitalistas de produção eram a forma que favorecia, ativamente, o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, essa mesma forma, há muito tempo, entrou em contradição com as forças produtivas desenvolvidas. Entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada da apropriação, existe antagonismo tão profundo que só a revolução proletária é capaz de destruir a forma, antiquada e transformada em reacionária, das relações capitalistas de produção. A revolução socialista, na URSS, destruiu tal antagonismo, estabelecendo novo regime social.

Estas são, brevemente expostas, as conclusões fundamentais que se depreendem da análise das categorias de conteúdo e forma.

A compreensão da dialética de forma e conteúdo nos fenômenos e processos, a consideração dos respectivos vínculos mútuos, ação recíproca, unidade e contradição tem enorme importância para a luta prática pela reconstrução da sociedade, na atividade política prática do Partido do proletariado.

Em primeiro plano, delinea-se aqui a capacidade da classe e do partido para mudar a forma de luta, quando assim impõem a mudança no conteúdo da luta e as novas condições. Todo apego a formas antiquadas, a insistência nas velhas formas, quando a situação as exige pujantemente novas, têm servido e servem sempre de fonte de estagnação e de conservadorismo.

Em *O Extremismo, doença infantil do comunismo*, Lênin cita, como exemplo, os chefes da Segunda Internacional, Kautski, Otto Bauer e outros, cuja desgraça fundamental consistiu em que, nas condições das guerras imperialistas e das revoluções proletárias, não souberam, nem quiseram ver o nascimento de novo conteúdo e de novas formas da luta da classe operária contra o capitalismo.

As formas e métodos de luta nascidos nas condições do desenvolvimento relativamente pacífico do capitalismo — frações parlamentares socialistas, greves econômicas de operários e outras formas legais de

(17) Stalin, *Anarquismo ou socialismo*. Citado do livro de L. Beria, *Sobre o problema da história das organizações bolcheviques na Transcaucásia*, pág. 103.

luta, transformadas pelos chefes da Segunda Internacional em absolutas, preconizadas por eles como as formas únicas e cabais, revelaram-se manifestamente insuficientes e não primordiais nas novas condições. Chegou o período dos choques revolucionários agudos, de insurreições armadas do proletariado contra o capitalismo. Houve necessidade de preparar a classe operária e seu Partido para a tomada do poder, para a implantação da ditadura do proletariado, mas a Segunda Internacional e seus chefes de tal forma se tinham atolado no pântano da política burguesa que nem sequer pensaram na necessidade de mudar as formas de luta. E, assim, sofreram tremenda bancarrota.

Estes, escreveu Lênin,

“mostraram-se, na prática, tão distantes da dialética, tão incapazes de levar em consideração as rápidas mudanças de forma e a rápida entrada nas antigas formas de um conteúdo novo, que sua sorte não é mais invejável do que a de Hyndman, Guesde e Plerránov. A causa fundamental de sua falência consiste em que se deixaram hipnotizar por uma forma determinada de crescimento do movimento operário e do socialismo, esquecendo-se de que não era esta a única; tiveram medo de ver a brusca ruptura, inevitável pelas circunstâncias, e continuaram a repetir as simples verdades aprendidas de cór e à primeira vista indiscutíveis: três são mais do que dois. A política parece-se, todavia, mais com a álgebra do que com a aritmética e ainda mais com as matemáticas superiores do que com as matemáticas simples. Na realidade, todas as formas antigas do movimento socialista se encheram de conteúdo novo e novo sinal apareceu, portanto, adiante das cifras, o sinal “menos”, ao passo que os nossos sábios continuam a afirmar, tenazmente, a toda gente, que “menos três” é maior que “menos dois”. (18)

O que não puderam, nem quiseram fazer os partidos oportunistas da Segunda Internacional, fê-lo o Partido Bolchevique, com Lênin e Stalin à testa.

Lênin disse da revolução russa que se desenvolve em amplidão e profundidade “com riqueza esplêndida de formas mutáveis”. E’ claro que realizar com êxito essa revolução não é possível se não se tiver presente essa riqueza de formas, se se compreender a necessidade das mudanças de formas de luta. A força revolucionária da dialética marxista-leninista está também em que ensina tal compreensão, em que serve de guia para a ação revolucionária.

Nem uma só classe, nem um só partido político teve jamais necessidade de recorrer a tal variedade múltipla de formas de luta de classe como a classe operária e o Partido Bolchevique da URSS. E o sêgrêdo dos êxitos maiores alcançados por eles, na luta pelo socialismo, deve buscar-se entre outros fatores, naquela flexibilidade surpreendente da seleção dos meios e formas de luta não peculiar ao Partido Bolchevique.

(18) Lênin, *O Extremismo, doença infantil do comunismo*, Santiago.

Citamos os conceitos de Lênin com respeito às formas de organização do partido revolucionário. O Partido, ao longo de toda sua história e em relação com as circunstâncias cambiantes, desenvolveu e aperfeiçoou essas formas; e, toda vez que introduziu alguma modificação em seus Estatutos, foi para favorecer o desenvolvimento do conteúdo da respectiva atividade prática.

No XVIII Congresso do P.C.(b) da URSS, o Partido formulou, novamente, na ordem do dia, o problema da modificação de seus Estatutos. Em sua resolução referente às modificações dos Estatutos do P.C.(b) da URSS, o Congresso tomou como base as enormes transformações ocorridas na URSS. Mudou a composição de classe da URSS. Surgiu nova classe operária. Mudou, radicalmente, o camponesado. Surgiu nova intelectualidade socialista. As condições de admissão no Partido, que vigoravam conforme os Estatutos anteriores, já não correspondiam, manifestamente, às transformações que se tinham operado no país. O Partido supera, então, essa contradição, põe as formas de sua organização em consonância com o conteúdo novo, com a situação nova, estabelece novas condições de admissão.

A democratização de toda a vida do país soviético, a adoção da nova Constituição, a transformação, com tal relacionada, de toda a vida política do país, exigiam seu reflexo nos Estatutos do Partido. Este liquidou as infrações do princípio de democratismo interno, aboliu a prática de cooptação, que contradizia o democratismo, proibiu votar por lista nas eleições dos órgãos do Partido, estabeleceu na eleição dos mesmos a votação secreta, fechada, etc.

Os novos Estatutos do P.C.(b) da URSS, aprovados pelo XVIII Congresso do P.C.(b) da URSS, refletem as novas tarefas, as novas necessidades de desenvolvimento suscitadas pelo crescimento do socialismo. A unidade das formas organizativas e do novo conteúdo de atividade política do Partido, alcançada graças às modificações feitas nos Estatutos, transformou-se em estímulo maior do desenvolvimento ulterior.

Essas mesmas modificações acham-se estabelecidas, sob a direção do Partido, nas formas de organização de toda a vida política, econômica e cultural do país. O Partido guia-se pelas palavras de Lênin, quando afirma: cada curva no desenvolvimento

"leva, inevitavelmente, à inconsonância da velha forma com o novo conteúdo." (19)

Como exemplo extraordinariamente claro da aplicação prática deste princípio leninista pode servir o famoso discurso do camarada Stalin referente às seis novas condições de direção da economia. Esse discurso armou os dirigentes soviéticos de indústria de novas formas de luta pelos êxitos da indústria socialista, ensinou-os a tomar em consideração as transformações que se operam no conteúdo do respectivo trabalho e a combiná-los com a organização nova do serviço. Nesse discurso, o ca-

(19) Lênin, *Obras*, tomo XVIII, pág. 332.

marada Stalin assinalou que se operou transformação radical no problema de proporcionar mão de obra às empresas; que, agora, já não se pode ter esperança, como no regime capitalista, no desemprego, na "fuga do *mujik* do campo para a cidade", etc., dado que tudo isso, na URSS, já pertence à história. São necessárias, por conseguinte, novas formas de provisão de operários às empresas. O camarada Stalin, em seu discurso, assinalou quais são essas novas formas: recrutamento organizado de mão de obra, por meio de contratos com os koloses e a mecanização do trabalho.

A disposição sobre as reservas do trabalho, promulgada em 1940, a organização, conforme à mesma, de grande rede de escolas profissionais e ferroviárias, escolas de instrução fabril e de empresas, desenvolvem, aperfeiçoam as formas de preparação de mão de obra no país soviético.

Como vemos, o problema teórico-filosófico de conteúdo e forma, trazido para a linguagem da prática e da política, reveste-se de carne e sangue da realidade viva, da viva luta pelo socialismo. E também nisso está o valor prático da dialética na atividade de todo o Partido do proletariado e de cada um de seus ativistas em particular.

IV

A essência das coisas, dos fenômenos do mundo objetivo, encontra sua ulterior concretização nas categorias de NECESSIDADE e CASUALIDADE.

O problema de necessidade e casualidade tem sido, na história da filosofia e das ciências naturais, um dos problemas mais difíceis de resolver.

Os fenômenos da natureza, os acontecimentos históricos, as atividades dos homens são necessidade ou casualidade? A diversidade de espécies de vegetais e animais, a determinada estrutura de uma flor ou de um animal é casual ou necessária? Este ou aquele regime social, esta ou aquela ordem do Estado existem em virtude da casualidade ou da necessidade?

Estas e outras perguntas análogas foram formuladas e resolvidas de maneira diversa pelos filósofos e experimentadores naturalistas. Entre as mais várias respostas dadas a estas perguntas podem-se, todavia, distinguir duas tendências, dois pontos de vista. Alguns pensadores supuseram que, na natureza e na sociedade, tudo se realiza por necessidade e não existe casualidade alguma. Outros, pelo contrário, supuseram que, no mundo, tudo é casual ou, reconhecendo a existência da necessidade e da casualidade, consideraram, não obstante, que o necessário e o casual existem em separado e que não há vínculo algum entre eles. Qualquer objeto é casual ou necessário.

Os materialistas francêses do século XVIII podem ser considerados como representantes típicos do primeiro ponto de vista.

Por exemplo, um representante do materialismo francês, como Holbach, afirmou que casualidade é uma palavra carecedora de todo sentido. Nem na natureza, nem na sociedade há casualidades.

O homem chama casual aquilo cujas causas ignora. Pelo contrário, reconhece como necessário aquele fenômeno cuja causa logrou descobrir, mas, na realidade, diz Holbach, não existem fenômenos não-casuais. Tudo tem sua causa. Daí deduz também sua tese relativamente à ausência da casualidade. Holbach denominou seu ponto de vista fatalismo, vale dizer, um ponto de vista segundo o qual tudo existe em virtude da necessidade, graças ao curso inexorável dos acontecimentos, traçado de antemão pelo movimento da matéria.

A FATALIDADE, escreve Holbach, *é uma ordem eterna, inevitável, necessária, estabelecida na natureza, ou um vínculo inevitável entre as causas atuantes e as ações por ela produzidas.* (20)

Engels comentou muito engenhosamente este ponto de vista acerca da natureza.

De acordo com este ponto de vista, na natureza só prevalece a necessidade simples e direta. Que determinada vagem só contenha cinco ervilhas e não quatro ou seis; que a cauda de um cachorro determinado tenha metro e meio e não seja mais comprida ou mais curta uma só linha; que uma flor de trevo determinada haja sido fecundada neste ano pela abelha e a outra flor não e precisamente por determinada abelha e em determinado tempo; que determinada semente de dente-de-leão trazida pelo vento tenha brotado e a outra não; que, na noite passada, me tenha picado uma pulga, às quatro horas da madrugada e não às três ou às cinco, e precisamente no ombro direito e não na pantorrilha esquerda — todos estes fatos são produzidos por uma concatenação irrevogável de causas e efeitos, relacionados pela necessidade inexorável; e a esfera gasosa da qual nasceu o sistema solar estava tão constituída que estes acontecimentos tiveram de efetuar-se só desta maneira e não de outra. (21)

Os argumentos de pensador tão grande quanto Holbach, devidos à sua incompreensão da verdadeira correlação existente entre necessidade e casualidade, trazem-nos, com efeito, à memória os argumentos dos partidários do fatalismo, ridicularizados por Engels.

Idênticas são, também, por exemplo, as dissertações de Holbach acerca da história humana. Holbach, que foi materialista mecanicista, buscou a causa de todas as atitudes dos homens na constituição física do organismo humano e, por isto, viu também na originalidade da organização física desta ou daquela personalidade ilustre a causa das maiores revoluções sociais.

“Quais são os elementos da combinação, pergunta Holbach, da qual se obtém um homem voluptuoso, um homem ambicioso, um homem astuto, um homem entusiasta, um orador eloquente, numa palavra, um homem capaz de submeter seus próximos e obrigá-los a cooperar com seu ponto de vista?”

(20) P. Holbach, *Sistema da Natureza*, pág. 131.

(21) Engels, *Dialética da Natureza*, pág. 108, ed. russa.

A esta pergunta, Holbach dá a seguinte resposta:

E' uma partícula imperceptível de seu sangue; é uma textura insondável de sua fibra; são os sais mais ou menos picantes que lhe titilam os nervos; é a maior ou menor quantidade de matéria fogaosa que lhe circula nas veias. Mas, e esses elementos de onde saíram? Do ventre de sua mãe, das coisas com que se alimentou, do clima do país em que nasceu, das idéias por ele percebidas, do ar que respirou, sem contar já as milhares de causas imperceptíveis, transitórias, que, em diversos momentos, mudaram de aspecto e determinaram a paixão dessa personalidade ilustre, que sabe alterar a fisionomia do globo terráqueo (22).

Assim, pois, de acôrdo com este ponto de vista, tudo é necessário. E o facto da história da humanidade, neste ou noutro período, ter tomado tal ou tal rumo e desta vagem conter cinco ervilhas e não seis e da partícula material em questão mover-se dessa maneira e não de outra, em tudo isso se manifesta uma só necessidade férrea, irrevogável.

Os partidários do ponto de vista da história da sociedade como conglomerado de casualidade abordam de outra forma o problema. O facto da história, em época determinada, ter tido uma orientação e, noutra época, outra radicalmente oposta, é, de seu ponto de vista, pura casualidade.

No capítulo em que analisamos o primeiro traço da dialética, já citamos o que disse P. Lavrov com respeito ao processo histórico. Os pontos de vista dêste teórico do populismo estão ligados, da maneira mais estreita, à aprovação do princípio da vigência da casualidade na história. Se a história não é mais que uma cadeia de experiências realizadas pelos chefes políticos e pelos caudilhos militares, está claro que o curso da história depende, tão somente, da pura casualidade; da inteligência e do talento pessoais dos experimentadores.

Segundo Lavrov, é, em geral, a personalidade que toca o primeiro violino na história. Ao princípio, aparecem uma ou várias personalidades ilustres que inventam uma teoria útil e justa. Essa teoria é, depois, transmitida a outras personalidades, até que se converte no patrimônio de muitas personalidades.

Assim, escreve Lavrov, *acrescenta-se a força social, passando da personalidade solitária e débil, primeiramente, à simpatia de outras personalidades e, depois, a sua colaboração não harmônica, até que se organiza o partido, o qual dá à luta orientação e unidade. Está claro que, então, esse partido tropeça com outros partidos e o problema do triunfo converte-se em problema de números e de medidas. Onde há mais forças? Onde há personalidades mais inteligentes, que compreendem melhor, mais enérgicas, mais hábeis? Que partido está melhor organizado? (23).*

Assim, tudo está na questão de qual é o partido que agrupa mais forças, mais personalidades inteligentes e hábeis. Por que um partido consegue, todavia, agrupar e organizar a luta dessas personalidades e o outro não? A êste, como a outros problemas iguais, os teóricos de tipo

(22) P. Holbach, *Sistema da Natureza*, pág. 146.

(23) P. Lavrov, *Obras*, tomo II, pág. 261.

Lavrov não podem dar resposta. A tábua de salvação, em tais casos, é, muitas vezes, a invocação de uma teoria que responda aos princípios da justiça eterna e da razão humana.

Destarte, a história, do ponto de vista descrito, tem o carácter de acontecimentos puramente casuais. O facto de ter aparecido uma personalidade ilustre que soube elaborar a verdadeira "fórmula do progresso histórico", de haver essa personalidade conseguido reunir em torno de si outros homens, de haver tido essa personalidade a sorte de organizar melhor seu partido, em tudo isso age só uma simples casualidade.

Nenhum destes pontos de vista — quer o reconhecimento da necessidade fatal, quer a afirmação da só casualidade, corresponde à realidade objetiva. Cada uma dessas teorias leva, apenas, a contradições insolúveis e é impotente para responder às indagações que se lhe formulam.

Se tudo no mundo é, com efeito, necessário, já que tudo é causalmente condicionado, qual é, então, o critério para poder distinguir o essencial do não-essencial, os acontecimentos históricos importantes das bagatelas?

Tudo no mundo tem sua causa, mas o que vemos é que diversas causas têm efeitos diversos por sua importância. A só fraqueza pessoal de Luís XVI, que é fenómeno isolado, não teria tido maiores efeitos, não haveria levado à revolução social de 1789. Havia, por conseguinte, certas causas mais substanciais para a transformação revolucionária. Confundir essas causas diferentes só pode dar lugar a erros.

Os representantes do fatalismo desembaraçam-se apenas de boca da casualidade. Pelo facto de eu declarar a casualidade não existente, não deixará ela de existir na vida objetiva. Por mais que se busquem converter factos como a voluptuosidade de Luís XIV ou a ambição de Napoleão em necessidade histórica, nem por isso esses factos deixarão de ser casuais para a história humana. Por exemplo, o mesmo Holbach escreveu que

...seria suficiente, às vezes, uma dieta adequada, um copo d'água, uma sangria para salvar o reino do desaparecimento (24).

Ao incluir esses factos no número dos historicamente necessários, os representantes do fatalismo fazem descer a necessidade efetiva, objetiva, ao nível de uma casualidade.

Se, por exemplo, dissermos que as causas económicas que atuavam na França, nas vésperas de 1789, e as qualidades pessoais do então rei governante são fenómenos da mesma significação, reduziremos os fenómenos objetivamente de primeira ordem a fenómenos de segunda ordem; os fenómenos necessários nós os reduziremos a fenómenos casuais.

Assim, a redução da necessidade a uma casualidade, a afirmação do princípio de casualidade como princípio prevalecente da natureza aparece como reverso da teoria que reconhece a só necessidade.

A idênticos resultados leva o ponto de vista da história como processo casual.

Os representantes deste ponto de vista caem também na situação de homens que não sabem diferenciar o substancial do não-substancial.

(24) P. Holbach, *Sistema da Natureza*, pág. 148.

Se tudo é casual, colocam-se, mais uma vez, na mesma categoria os acontecimentos mais importantes e os menos importantes. E este ponto de vista converte-se, inevitavelmente, em seu contrário, ou, seja, apresenta todo o casual como necessário. Se a casualidade é o fundamento do desenvolvimento histórico, não resta senão considerar toda casualidade como necessidade.

E como resolve a dialética marxista o problema da casualidade e da necessidade?

A dialética marxista nega as teorias metafísicas que separam a casualidade da necessidade, examinando cada uma em separado, isolada uma da outra. Para a dialética materialista, casualidade e necessidade são uma unidade de tendências contrapostas que se penetram mutuamente, que se entrosam uma na outra, de modo que não pode haver casualidade em necessidade e, vice-versa, necessidade sem casualidade.

Que é necessidade? Que é casualidade?

Formidável definição de necessidade nos dá Hegel. *Necessidade*, escreve,

representa a correlação entre aspectos que, por sua essência, estão tão concatenados mutuamente que junto com um é, diretamente, suposto também o outro (25).

Por outras palavras, necessários são os fenômenos e acontecimentos que não podem deixar de ter lugar, que derivam, inevitavelmente, da própria essência das coisas. O nascimento respectivo é condicionado pela concatenação dos lados, das condições da realidade.

Das sementes brotam os vegetais. O nascimento dos vegetais não se efetua casualmente, mas necessariamente, em virtude das condições climáticas favoráveis, etc.

A produção capitalista cria as condições materiais para o nascimento da sociedade socialista. Essas condições nascem dentro dos marcos do capitalismo com uma necessidade natural, do mesmo modo que, de uma semente de flor, em condições favoráveis, brota a flor.

A revolução proletária é etapa necessária, não casual, na transição do capitalismo para o socialismo. As classes capitalistas não querem ceder, nem cederão voluntariamente o poder à classe operária. Uma vez presente este aspecto, dele deriva, necessariamente, também o outro — a derrubada violenta do regime capitalista. Por isto, a revolução proletária não é fenômeno casual, mas fenômeno historicamente necessário, em nossa época.

Casuais são os fenômenos que podem dar-se ou não se dar, que, em sua determinação, não derivam da própria essência dos fenômenos.

Da semente brota o vegetal; mas, inesperadamente, desencadeia-se uma tempestade, acompanhada de granizo, que o destrói. Está claro que a morte do vegetal se efetuou casualmente. Para o destino desse vegetal não estava, absolutamente, predito que, necessariamente, haveria de perecer. A tempestade poderia dar-se ou não se dar. A tempestade é, pois, para o vegetal, fenômeno puramente casual.

(25) Hegel, *Obras*, tomo XII, pág. 119.

Da essência e das leis de desenvolvimento da França da época da revolução burguesa não derivava que haveria de ser Napoleão, precisamente, o caudilho militar e governante que estabeleceria uma rígida ordem burguesa no país, se pusesse à frente do exército francês, etc. Em lugar de Napoleão poderia ter sido outro general, igualmente, e o facto dêste ter sido Napoleão e nenhum outro foi condicionado para a história de França de então pelo curso casual das circunstâncias.

Como vemos, na realidade objetiva, existem fenômenos tanto necessários como casuais. Tôda negação da necessidade ou da casualidade carece, em absoluto, de fundamento.

E' importante, não obstante, compreender a correlação real que existe entre necessidade e casualidade na natureza e na sociedade e quais são as formas de conexão entre elas.

A correlação entre casualidade e necessidade pode exprimir-se, brevemente, do seguinte modo: a casualidade está, de uma maneira ou de outra, vinculada à necessidade, é a forma de manifestação da necessidade; a necessidade, de uma maneira ou de outra, abre caminho em meio à massa de casualidade.

Vamos explicá-lo com uns exemplos.

A casualidade está vinculada à necessidade; sem a segunda tão pouco pode haver a primeira.

Semeamos a semente na terra, cuidamos-lhe do crescimento e dela brota, necessariamente, o vegetal, mas, com igual necessidade, devido aos processos que se efetuam na atmosfera, cái sobre a terra o granizo, que mata o vegetal. Tanto um processo como outro se realizam necessariamente e só o seu choque engendra um fenômeno casual, a morte do vegetal. *Por isto, disse Plerránov, muito justamente, que a casualidade se constitui no ponto de intersecção de dois acontecimentos ou fenômenos necessários. E daí se vê que carecem de razão os que examinam a casualidade separada da necessidade.*

Tomemos, por exemplo, a sociedade capitalista. Nela reina a anarquia, a falta de planificação. Cada membro desta sociedade tem presentes seus interesses pessoais, organiza sua vida conforme pode. Os interesses dos homens entram em contradição uns com os outros, mas os resultados do respectivo efeito pouco têm de comum com aquilo para que cada qual tendia. O camponês pobre ou médio deseja grangear economia grande, os artesãos, os pequenos comerciantes sonham vir à tona, subir ao vértice da pirâmide social; entre os capitalistas há concorrência desesperada, concorrência de vida ou de morte.

Se examinarmos cada caso em separado, poderá parecer que, na sociedade capitalista, apenas a casualidade prevalece, que não há nenhuma necessidade histórica objetiva no destino dos homens. Que o camponês João tenha conseguido realizar seu sonho e enriquecido e o camponês Paulo não o tenha logrado é a mais pura casualidade. Da essência do regime capitalista não se depreende, com efeito, absolutamente, que, precisamente, João havia de enriquecer e Paulo transformar-se em proletário. Em relação com o desenvolvimento histórico, é casual a formação do destino dêste ou de outro homem isolado.

Se tomarmos, porém, não um ou vários casos, mas a massa dessas casualidades, veremos que, por detrás delas, se oculta determinada necessidade histórica, que essas casualidades são a forma de manifestação da necessidade. A natureza do capitalismo é tal que as massas do camponesado se dividem em camadas: pequena parte passa à categoria da burguesia, mas a maioria do camponesado se arruina, se proletariza. Uns capitalistas vencem a outros, enriquecem e aumentam a respectiva produção à custa dos concorrentes. Esta é uma lei necessária do desenvolvimento capitalista. Casual é, apenas, a sorte de João, de Paulo, mas não o facto de uns enriquecerem e outros empobrecerem e engrossarem as fileiras do proletariado. Por mais variados que sejam os casos isolados, todos eles giram em torno de um só eixo e esse eixo é a necessidade histórica, a lei interna do modo capitalista de produção.

Destarte, a própria casualidade vem a ser a forma por que se manifesta a necessidade.

Podem-se citar ainda outros exemplos. Mais atrás, falamos de que, em relação com o curso do desenvolvimento histórico, o facto de se ter posto esta, e precisamente esta personalidade ilustre, não outra, à frente de um movimento é casualidade. Sublinhamos: em relação com o curso do desenvolvimento histórico, não é possível, de modo algum, descobrir necessidade histórica no facto de haver sido, justamente, Napoleão o ditador da França post-revolucionária e não outro qualquer. Está claro que, em relação com o desenvolvimento pessoal de Napoleão, há no facto menos casualidade. Isso se explica porque Napoleão, tanto por seu gênio de caudilho militar, como por seu talento de governante, era superior aos homens que o cercavam, graças ao que pôde, em determinadas condições, transformar-se em Chefe do Estado francês.

O facto, escreveu Engels, de surgir um desses (grandes homens), precisamente esse, em momento e país determinados, é, naturalmente, pura casualidade... Que fôsse Napoleão, precisamente, esse corso, o ditador militar que a república francesa, esgotada por suas próprias guerras, exigia, foi casualidade.

A isto faz Engels acréscimo muito importante.

Mas, escreve, que, se não tivesse havido um Napoleão, teria vindo outro ocupar-lhe o posto demonstrando-o o facto de que, sempre que foi necessário um homem: César, Augusto, Cromwell, etc., esse homem surgiu (26).

Isto quer dizer que também aqui aparece a casualidade como forma de manifestação da necessidade. O desenvolvimento da sociedade, que se realiza com uma necessidade sujeita a leis, requer homens que saibam encabeçar o movimento, organizar as massas, capazes de ver mais longe e melhor que outros. Sem esses dirigentes, o movimento permanece inorganizado, condenado a errar pelas trevas. O aparecimento de tais homens e sua atividade social é elemento da própria necessidade histórica.

(26) Marx e Engels, *Obras Escolhidas*, tomo I, págs. 369-70. Barcelona.

E essa necessidade histórica deve encontrar e encontra, conforme está demonstrando a experiência histórica, sua realização. Por isto, embora haja sido casual o facto de, precisamente, Augusto, Cromwell, Napoleão, não outros, estarem, no tempo respectivo, à frente do movimento, essa mesma casualidade não é mais do que a forma de manifestação da necessidade histórica.

Até que ponto estão ligadas as casualidades desta ordem à necessidade histórica pode-se ver também no facto de um traço pessoal de Napoleão, como seu génio de caudilho militar, ter sido condicionado, grandemente, pela revolução burguesa contra o feudalismo, que criou novas condições para a guerra (a participação de grandes massas na guerra, etc.). Sem tais condições objetivas, Napoleão não teria podido manifestar com tamanha força suas capacidades militares.

E' assim que a casualidade está vinculada à necessidade.

A necessidade, que, por sua vez, está, de um modo ou de outro, vinculada à casualidade, manifesta-se mediante a casualidade. Os exemplos citados confirmam esta conclusão da dialética marxista.

Na natureza e na sociedade reina a necessidade objetiva. As leis da realidade têm caráter de leis necessárias. O marxismo repele as teorias que afirmam que, na natureza e na sociedade, prevalece a casualidade e seu desenvolvimento não se rege por lei alguma, mas, ao mesmo tempo que demonstra a existência da necessidade sujeita a leis no desenvolvimento da natureza e da sociedade, não nega, como fazem os fatalistas, a conexão da necessidade com a casualidade, sua ação recíproca.

Marx escreveu que a história teria tido caráter muito místico, se nela não houvessem existido casualidades, e se estas não tivessem desempenhado papel algum. Os homens fazem a história, mas diversos homens a fazem de maneira diversa. Está claro que a ação dos homens não pode deixar de introduzir na história elementos de casualidade e aqui damos com o problema do papel da casualidade histórica no desenvolvimento da sociedade.

O desenvolvimento de qualquer sociedade depende, em último termo, do estado das forças produtivas. Se existe determinado nível das forças produtivas, força alguma é capaz, por tempo mais ou menos longo, de voltar a história para trás ou obrigar a sociedade a dar um salto de muitos séculos para diante. O desenvolvimento das forças produtivas é também o fundamento da necessidade histórica, das leis pelas quais se rege o movimento da sociedade. A necessidade histórica é, todavia, encarnada e realizada nas ações dos homens, não só nas das amplas massas populares, mas também nas dos diversos dirigentes políticos e militares, caudilhos, diplomatas, etc. Nenhum desses dirigentes é capaz de alterar as exigências necessárias da época; só podem acelerar ou demorar o curso histórico do desenvolvimento social, mas o caráter respectivo, as peculiaridades pessoais abrem as portas à penetração das casualidades na história. Com relação a este ponto, Marx escreveu que

a aceleração e a demora dependem, em grau acentuado, das... "casualidades", entre as quais figuram também "casos", como o caráter dos homens que, desde o princípio, estão à frente do movimento (27).

(27) Marx e Engels, *Cartas*, pág. 291.

Sem essas casualidades, tão pouco poderia existir a necessidade histórica, já que ela é realizada nas ações dos homens, mas a última palavra corresponde sempre à necessidade histórica, que abre caminho por entre todas as casualidades.

Se, por exemplo, na guerra da Criméia, durante a defesa de Sebastopol, não tivesse havido homens de tanto talento como os admirantes Kornilov e Narmimov, que souberam organizar a defesa heróica dessa praça contra os ingleses e franceses, se, em lugar deles, tivesse havido algumas mediocridades, tão abundantes, então, nos círculos governantes da Rússia, o curso da campanha da Criméia, certamente, teria mudado nalguma coisa. A queda de Sebastopol ter-se-ia efetuado, provavelmente, antes do que, na realidade, se deu, mas o resultado geral permaneceria o mesmo. A derrota da Rússia tsarista, na guerra da Criméia, não foi casualidade. Foi condicionada pelo atraso da Rússia de então, em comparação com a Europa Ocidental, por não querer a nobreza russa abandonar o regime de servidão. Esta ou aquela personalidade, com influência sobre o curso da campanha, teria podido mudar, como diz Plerrânov, a fisionomia individual dos acontecimentos, mas a necessidade, em último termo, abriria caminho em meio a todas as casualidades.

Destarte, entre a casualidade e a necessidade, existe relação estreita, ação recíproca, sendo, além disso, a necessidade o fundamento de tal ação recíproca.

E' também importantíssima a forma objetiva de conexão entre a necessidade e a casualidade, tal como é seu trânsito mútuo, o trânsito da casualidade em necessidade e da necessidade em casualidade.

Entre os metafísicos há também representantes que, sem deixar de reconhecer a existência da necessidade e da casualidade, as concebem como processos autônomos, em separado: uns fenômenos e processos são necessários; outros são casuais. Assim, por exemplo, antes de Darwin, os metafísicos consideravam como necessários os indícios principais, essenciais, de espécie dos animais e vegetais; pelo contrário, toda a variedade múltipla, toda a diversidade que há dentro da mesma espécie e se desvia dos indícios principais da espécie era considerada como casual, como não digna de ser levada em conta.

Até que medida esse ponto de vista era anticientífico não-lo demonstra o facto de Darwin, em sua *Origem das espécies*, não só não haver ignorado essa diversidade casual e supramente de segunda ordem dentro da espécie, como ter partido desses desvios casuais e demonstrado que, ao se transmitirem por herança, chegam com o tempo a mudar a espécie, levam ao nascimento de novas espécies.

A princípio, um desvio ou diferença tal tem caráter puramente casual. Não é típico de toda a espécie, mas, se esse desvio casual ajuda o animal ou o vegetal a ganhar na luta pela existência, é transmitido em herança de geração em geração e se transforma no indício principal da espécie. O casual converte-se no necessário, assim como o que, antes, era necessário, se transforma em casual, até que desaparece por completo. Sem esse trânsito mútuo, dialético, da casualidade e da necessidade, não teria sido possível, em geral, o desenvolvimento do mundo orgânico.

Esse trânsito tem lugar também na vida social. Em O Capital, Marx mostra como a forma de valor unitária ou casual se transforma em complexa e universal. O intercâmbio entre as comunas primitivas tem, a princípio, caráter puramente casual. Prevalece a forma natural de economia, mas, com o tempo, o intercâmbio, ampliando cada vez mais suas fronteiras, converte-se na forma necessária de relações entre os homens. Pelo contrário, a economia natural transforma-se em sobrevivência, em casualidade. Por outras palavras, o casual converte-se no necessário e o necessário no casual.

Assim, de completo acôrdo com a própria realidade objetiva, resolve a dialética marxista o problema de necessidade e casualidade. As categorias de necessidade e casualidade, na dialética marxista, possibilitam orientar-se corretamente na realidade, separar o necessário do casual e, ao mesmo tempo, ver-lhes a conexão, a ação recíproca.

V

Passaremos, agora, às categorias de liberdade e necessidade. Não há nada, na aparência, tão contraposto quanto LIBERDADE E NECESSIDADE.

Liberdade é o domínio no qual reinam a vontade pessoal, os desejos subjetivos do homem. Tudo aqui se realiza, pretensamente, de acôrdo com o princípio: eu procedo da forma que quero, como me diz minha vontade.

Necessidade é o domínio no qual reinam as leis que não dependem da vontade humana, onde tudo se realiza de forma pretensamente independente do homem, ou, seja, a completa contraposição da liberdade.

Na história da ciência social, estas categorias foram consideradas, durante muito tempo, como dois contrários que não podem unir-se, de modo que se reconhecia a necessidade ou a liberdade. Na vida, diziam alguns filósofos, só existe e age a necessidade. O homem não é livre em suas ações. Todos seus atos são predestinados. Outros filósofos afirmavam que a única força do desenvolvimento é a liberdade, o livre arbítrio do homem. Tudo depende da força da razão do homem, de sua livre aspiração a guiar-se pelos princípios racionais da vida.

Alguns alegavam, em apoio de seu ponto de vista, o facto de nada se efetuar sem causa. Ao homem parece que age livremente, mas, na realidade, sua ação é provocada por causas determinadas. O homem pode imaginar que, tomando um copo d'água e bebendo-a, procede conforme a seus livres desejos. O que se deu, no entanto, realmente, foi que se lhe secou a garganta e essa causa o obrigou, necessariamente, a aplacar a sede. Onde está, pois, aqui, a liberdade? O homem, para demonstrar sua liberdade e sua independência em relação às exigências do organismo, pode abster-se de beber água, mas por quanto tempo terá forças para tal? A necessidade, de uma forma ou de outra, se manifestará e o obrigará a ceder sua "liberdade". Por conseguinte, não existe liberdade alguma.

Assim argumentavam os materialistas franceses do século XVIII, que negavam toda liberdade nas ações dos homens. Na luta contra a religião, contra a teologia, o reconhecimento do caráter objetivo, necessário, das leis, embora sob forma muito incorreta e unilateral, teve

significado progressivo para aquela época. Helvécio afirmava que só a teologia, o clericalismo pode argumentar acerca da liberdade.

Um tratado filosófico acerca da liberdade, escreveu, seria um tratado acerca dos efeitos sem causas (28).

Homem fraco e vão, escreveu outro filósofo francês, Holbach, imaginas que és livre. Ah! Não vês, porventura, todos os fios que te prendem? Não percebes, acaso, que te formam e te põem em movimento os átomos, que as circunstâncias que não dependem de ti modificam tua essência e dirigem teu destino? (29).

Outros filósofos, para amparar seu ponto de vista oposto sobre a natureza das ações do homem, invocavam o facto de que a única e superior causa de tudo quanto existe é Deus, que o homem é a criatura desse ser supremo e, portanto, deve agir conforme sua própria vontade. O homem pode ter bom ou mau procedimento para com o próximo, pode ser um bandido ou um filantropo, etc. Tudo, diziam, depende de sua vontade, da concórdia de sua vontade com o ser supremo.

A idéia do livre arbítrio emana, em geral, da filosofia idealista. Se, conforme afirmam os idealistas, o homem impõe suas leis à realidade, se nela mesma reina o caos, a desordem, é claro que também o procedimento dos homens pode ter por fonte, somente, seu mundo interno próprio, suas idéias, seu livre arbítrio. Entre os idealistas, cumpre distinguir Hegel, que trouxe contribuições preciosas à interpretação correta do problema. Só o marxismo, porém, pela primeira vez na história da ciência, demonstrou a verdadeira correlação existente entre a necessidade e a liberdade, com isso abrindo amplas perspectivas à atividade consciente da reconstrução do mundo.

O marxismo nega, como não correspondentes à realidade objetiva, as teorias metafísicas dos materialistas mecanicistas e dos idealistas sobre a liberdade e a necessidade. Reconhecer, unicamente, a necessidade, se se desenvolver consequentemente este ponto de vista, leva à negação de toda atividade consciente, à afirmação de que tudo, na história humana, se faz automaticamente e de que não é possível atividade consciente e livre alguma. Reconhecer, unicamente, o livre arbítrio é basear-se na negação da existência das leis que regem o desenvolvimento, das leis objetivas que não dependem da consciência dos homens, no exagero do papel das idéias na história da sociedade.

Para a dialética marxista, a necessidade e a liberdade não são princípios que existam em separado ou se neguem mutuamente, mas a unidade dos contrários, estreitamente ligados um ao outro, entrosados um no outro.

Citaremos dois exemplos, que nos ajudarão a compreender a dialética de liberdade e necessidade.

O homem depende da natureza. Não pode viver fora de determinado meio. Para ele, esse meio é a natureza, isto é, determinadas condições geográficas, de clima, etc. O homem não pode deixar de tomar em consideração as leis da natureza. Sua ação é para ele uma necessidade.

(28) K. Helvécio, *Sobre a inteligência*, pág. 26, ed. russa, 1938.

(29) P. Holbach, *Sistema da Natureza*, pág. 149, ed. russa.

Daí seria fácil tirar a conclusão seguinte: o homem é um instrumento cego nas mãos da natureza; está subordinado, integralmente, a suas leis necessárias e não tem liberdade alguma com relação a ela.

Não obstante, a história do desenvolvimento da sociedade humana demonstra, absolutamente, outra coisa.

Ao dar com os fenômenos da natureza, o homem começa a conhecer suas leis, a ação dessas leis. Na base da atividade prática — indústria, agricultura, etc. — nasce a ciência sobre a natureza e respectivas leis. A natureza deixa de ser um mistério para o homem.

Ao conhecerem as leis da natureza, os homens, agindo em conformidade com essas leis necessárias e objetivas, começam a submetê-la. Com a evolução da sociedade, particularmente em suas fases superiores — a sociedade socialista e comunista — o homem transforma-se em dono da natureza. Destarte, a necessidade transforma-se em liberdade. Conhecendo as leis da natureza, o homem a utiliza livremente para seus fins. Por conseguinte, mediante o conhecimento das leis da natureza, a necessidade transforma-se em seu contrário, a liberdade. A liberdade é uma necessidade da qual se tem consciência.

O facto, no entanto, do homem, ao conhecer as propriedades destes ou daqueles fenômenos da natureza, agir livremente, não destrói a necessidade, a independência desses fenômenos com relação a ele. A necessidade continua a ser o fundamento da atividade livre do homem.

Citaremos outro exemplo.

O homem não depende só da natureza, do meio natural. Existe também o meio social. Esse meio social também tem suas leis necessárias, independentes do homem. Assim, por exemplo, cada nova geração encontra as forças produtivas criadas pelas gerações anteriores. Não pode, de chofre, sair dos marcos das forças produtivas dadas anteriormente e, como estas últimas são a base da ordem social, também a maneira de viver dos homens está, necessariamente, determinada por essas forças produtivas.

Os homens, contudo, ao terem conhecimento das leis do desenvolvimento social e agindo na base da necessidade histórica, em consonância com as mesmas leis, mudam as formas sociais.

Os milhões de homens do povo soviético constróem livremente a nova sociedade comunista. Teve-se de vencer muitas dificuldades para derrubar o jugo da escravidão capitalista, para destruir a fonte de crescimento do capitalismo, para construir a nova sociedade socialista.

Em que se baseia, pois, a luta vitoriosa, a construção, com êxito, da nova sociedade?

Baseia-se no conhecimento das leis necessárias da evolução social, na teoria do marxismo-leninismo. Aí está, portanto, como a necessidade se converte em liberdade e a liberdade se fundamenta na necessidade.

Os exemplos citados demonstram que necessidade e liberdade são conceitos estreitamente vinculados um ao outro.

Com efeito: é possível a liberdade — a liberdade verdadeira e não a "liberdade" imaginária — que não se apóie no conhecimento das leis naturais e sociais necessárias, não dependentes da consciência do homem? O homem pode julgar-se independente relativamente às leis objetivas

da natureza e arqui-livre em suas ações; pode inventar uma quantidade de meios e modos de reformar as normas sociais em consonância com as idéias por ele livremente escolhidas. A história conhece não poucos desses reformadores. Na medida em que semelhantes idéias e métodos de reforma do mundo não refleitam, contudo, a necessidade histórica, ficam os mesmos tais quais sons ociosos e só atestam a impotência de seus autores. Ao se convencerem da impossibilidade de realizar as respectivas idéias, esses alquimistas sociais passam, "livremente", a outras idéias, mas o resultado que se obtém é, exatamente, o mesmo. Detido exame deixa ver que suas próprias teorias exprimem, como necessidade, a situação social das classes e dos grupos de classe em cuja representação intervêm, de modo que também nesse sentido lhes é muito relativa a liberdade.

Não há, nem pode haver, liberdade *absoluta*, vale dizer, liberdade no sentido de independência com relação às leis necessárias da natureza. Qualquer menosprezo da necessidade objetiva significa, no fundo, a submissão cega, escrava à necessidade. Os homens que não conhecem as leis objetivas da natureza ou que, em princípio, se proclamam livres de toda necessidade objetiva, parecem-se com os cegos que andam, às apalpadelas, pelo caminho, sem certeza alguma de ter escolhido o caminho direito e os múltiplos obstáculos com que tropeçam os obrigam, sem cessar, a mudar de rumo.

Esses homens assemelham-se aos heróis que Kosma Prutkov ridicularizou:

*Ainda estou na pedra;
Atiro-me ao mar...
Que me apresenta a sorte?
Alegria ou amargura?
Será que me perco?
Será que não me prejudico?
Aqui está o grilo do campo que salta,
Para onde? Não sabe.*

Esta é, na prática, a fisionomia da "liberdade absoluta".

A tal respeito escreveu Engels que

a incerteza, que, baseada na ignorância, parece escolher livremente dentre um cúmulo de possibilidades distintas e contraditórias, demonstra, precisamente, dêsse modo, sua falta de liberdade, demonstra que se acha dominada pelo objeto que pretende dominar (30).

Só o conhecimento das leis objetivas do desenvolvimento da natureza e da sociedade, só a atividade que exprime as necessidades indispensáveis do tempo faz o homem livre em seus atos, em seu comportamento. E essa liberdade, que é, apenas, liberdade *relativa*, é a autêntica e verdadeira liberdade.

O livre arbítrio, escreve Engels, não é, portanto, nem pode ser, segundo isso, senão a capacidade de se decidir com conhecimento de causa (31).

(30) Engels, *Anti-Dühring*, pág. 109, trad. Roces.

(31) Idem.

Os materialistas franceses equivocaram-se profundamente quando, baseando-se em que cada ato do homem é determinado, vale dizer, condicionado por alguma causa, negaram a possibilidade da livre atividade do homem. A realidade, porém, é que, justamente por ser a necessidade objetiva, a conexão causal dos fenômenos, a base da evolução da natureza e da sociedade, justamente por isto e só por isto é também possível o livre arbítrio. Os homens, se conhecem a necessidade objetiva, deixam de ser espectadores passivos da ação da natureza. Submetem-na, aprendem a dirigi-la pelas leis espontâneas e, de escravos da natureza, se transformam em seus senhores. A liberdade aparece, assim, como o produto histórico da evolução da humanidade.

A história da humanidade é a história da evolução do não-conhecimento da natureza e da cega submissão a ela ao conhecimento de suas leis e ao seu subjugamento. A liberdade não é, por isto, apenas uma necessidade reconhecida, mas também a atividade prática consciente dos homens, que alteram a natureza e as relações sociais em favor dos seus interesses. Somente a união do conhecimento das leis objetivas à atividade prática faz o homem livre, no verdadeiro sentido da palavra.

Ao mudarem, conscientemente, as normas sociais, os homens, de escravos das relações sociais que os governam, transformam-se em senhores da própria vida. Eles mesmos começam a regular suas relações, lutando livremente pela modificação básica da sociedade. *Só a liberdade baseada no conhecimento da necessidade alimenta a segurança da justiça do caminho escolhido, da certeza dos acordos adotados e dá às massas e a cada personalidade em separado otimismo invencível, totalmente inconcebível sob a imaginária liberdade "absoluta".*

De confirmação interessante desta conclusão pode servir o seguinte exemplo:

A revolução de 1848 na Alemanha, na qual tomaram parte ativa Marx e Engels, sofreu terrível derrota. A situação post-revolucionária, como costuma acontecer depois de uma derrota, provocou uma onda de pessimismo, de falta de confiança na possibilidade do triunfo. As personalidades "absolutamente livres", em casos como êsse, passam, rapidamente, do otimismo ao mais tenebroso pessimismo, perdem toda esperança de conseguir, por via revolucionária, resultados positivos. Assim ocorreu também, na Rússia, depois da revolução de 1905.

Marx e Engels, após a derrota da revolução de 1848, escreveram o livro *A revolução e a contra-revolução na Alemanha*, no qual fizeram análise das causas de sua falência. Eis o que escreveram acerca do futuro da revolução e das tarefas do partido proletário:

E' difícil imaginar derrota mais decisiva do que a que sofreu o partido revolucionário ou, mais exatamente, a que sofreram os partidos revolucionários do continente, em todos os pontos da linha de combate. Mas — e daí? Há muito que se foi o tempo do ponto de vista supersticioso, que considerava as más intenções de meia dúzia de agitadores como causa da revolução. Atualmente, todos sabem que, toda vez que surge uma comoção revolucionária, há por trás dela, sempre e em toda a parte, a necessidade social, cuja satisfação é freada pelas instituições caducas. Essa necessidade pode não se fazer sentir tão fortemente ainda, pode

ainda não entrar suficientemente na consciência geral para assegurar a vitória imediata, mas qualquer tentativa de esmagá-la violentamente não consegue senão obrigá-la a manifestar-se com força acrescida, até que quebre, enfim, as correntes. Por isto, se fomos derrotados, não nos resta senão começar outra vez (32).

Este trecho demonstra as fontes das quais Marx e Engels tiravam sua fé assombrosa na inelutabilidade da vitória da revolução e sua certeza inquebrantável da justeza do caminho revolucionário ao qual chamavam as massas. Essas fontes eram: o conhecimento das necessidades materiais, historicamente em maturação, da vida dos homens, a compreensão de que a necessidade histórica abre caminho através de todas as derrotas e falências transitórias do partido revolucionário.

Idêntico otimismo revolucionário inesgotável e certeza da vitória definitiva do proletariado caracterizam também toda a atividade de Lênin e Stálin, cada um dos respectivos passos na revolução.

O comunismo, escreve Lênin, surge em todos os aspectos da vida social, manifesta-se decididamente onde quer que o "contágio" (para empregar a comparação preferida da burguesia e da polícia e a mais "agradável" para ela) tenha penetrado por completo. Se se obtura com zelo particular uma das saídas, o "contágio" encontrará outra, às vezes absolutamente inesperada; a vida de tudo triunfa. Que a burguesia se irrite até perder a cabeça... Os comunistas devem saber que, de qualquer maneira, o porvir lhes pertence (33).

Aí está a base da autêntica liberdade da atividade social: o conhecimento das leis iniludíveis da evolução social. Tal liberdade de ação constitui um dos elementos inalienáveis da história da sociedade, uma de suas forças motrizes mais importantes.

VI

As categorias de POSSIBILIDADE E REALIDADE complementam a dialética com formas substanciais de conexão novas. Se as categorias essência, fenômeno, conteúdo, forma, casualidade, necessidade, etc., refletem determinados aspectos da realidade objetiva, a categoria realidade as contém como seus momentos e serve para exprimir a plenitude da realidade, a unidade dos múltiplos e variados aspectos do mundo.

A categoria de realidade opõe-se a categoria de possibilidade. No processo de desenvolvimento da realidade, que nunca se acha em forma estagnada e imutável, nascem novos fenômenos.

A possibilidade de nascimento deste ou daquele fenômeno depende de uma série de condições. Se essas condições se dão, a possibilidade converte-se em realidade.

(32) Marx e Engels, *A revolução e a contra-revolução na Alemanha*, Marx, *Obras Escolhidas*, tomo II, págs. 31-32, ed. russa.

(33) Lênin, *O extremismo, doença infantil do comunismo*, pág. 102, ed. Nova América, Santiago.

Por isto, na realidade objetiva cumpre distinguir a possibilidade dos fenômenos e a respectiva realidade. Lênin escreveu que esta distinção tem grande significação metodológica. Numa de suas cartas, assinalou que

na "metodologia" ... é mister distinguir o possível do real (34).

A possibilidade dos fenômenos e sua realidade se diferenciam pelo facto de que a possibilidade é, apenas, premissa necessária para o nascimento e desenvolvimento dos fenômenos, ao passo que a realidade já é uma possibilidade realizada.

A semente contém a possibilidade de nascimento e desenvolvimento de um vegetal. No acúmulo de nuvens, reside uma possibilidade de chuva. No embrião humano, há uma possibilidade de nascimento de um homem. No regime capitalista está a possibilidade de sua extinção.

Diversamente da possibilidade, a realidade denota já uma possibilidade realizada. Assim, o vegetal, a chuva, o homem já são, em relação à semente, às nuvens, ao embrião humano, uma realidade, uma possibilidade já realizada.

Daí se vê que possibilidade e realidade não são uma e a mesma coisa, mas que entre elas existe diferença importante.

...A POSSIBILIDADE, diz o camarada Stálin, *ainda não é a REALIDADE (35).*

Possibilidade e realidade, porém, não estão separadas uma da outra por uma muralha da China. Como toda sorte de tendências contrapostas, também estas se transformam mutuamente, um contrário converte-se em noutro. A semente converte-se em vegetal, das nuvens nasce a chuva, do embrião humano desenvolve-se um homem, etc.

Surge, agora, a indagação: pode toda possibilidade transformar-se em realidade?

Hegel escreveu que da forma de possibilidade "se podem revestir as coisas mais abstratas e absurdas".

E' possível que, esta noite, a lua cáia na terra, uma vez que a lua é um corpo separado da terra e pode também, por isso, vir abaixo como uma pedra que se atira para o alto; é possível que o sultão da Turquia se faça papa, uma vez que é um homem e, como tal, pode converter-se à fé cristã, fazer-se frade católico, etc. (36).

Hegel, com seus exemplos, quis demonstrar que há uma possibilidade ôca, formalista e uma possibilidade com conteúdo, uma possibilidade real. A possibilidade de que, hoje à noite, a lua cáia na terra, de que o sultão da Turquia se faça papa, etc., são exemplos de possibilidade vasia, formalista. A possibilidade formalista é — o porque não tem fundamento concreto algum na realidade objetiva.

Para que a possibilidade tenha conteúdo real, é necessário que possua raízes na própria realidade, que tenha existência objetiva, que *toda* o conjunto de condições a faça real.

(34) Lênin, *Obras*, tomo XIX, pág. 236.

(35) Stálin, *Questões do leninismo*, pág. 408, ed. 10.^a, russa.

(36) Hegel, *Obras*, tomo I, pág. 241, ed. russa.

Depende da massa de condições o facto de uma possibilidade determinada ser real ou não.

Por outras palavras, a possibilidade real é uma possibilidade objectiva que pode, em determinadas circunstâncias, com a presença de condições determinadas, transformar-se em realidade. Nas obras do camarada Stálin, encontramos exemplos claros de análise dialéctica de possibilidade e realidade. Em seu informe político do C.C. perante o XVI Congresso do P.C. (b) da URSS, o camarada Stálin disse:

O regime soviético oferece POSSIBILIDADES colossais para a plena vitória do socialismo. A POSSIBILIDADE, todavia, ainda não é a REALIDADE. Para transformar a possibilidade em realidade, precisa-se de toda uma série de condições, entre as quais a linha do Partido e sua justa aplicação estão longe de desempenhar o último papel (37).

O camarada Stálin, em apoio de sua tese, cita alguns exemplos. Os direitistas restauradores do capitalismo pregavam a teoria do automatismo. A NEP, diziam, assegura, automaticamente, a vitória do socialismo.

O camarada Stálin desmascarou esta teoria:

Lénin não disse, absolutamente, que a NEP nos assegure a vitória do socialismo. Disse, apenas, que "a NEP nos assegura, económica e politicamente, a plena POSSIBILIDADE da construção das bases de uma economia socialista". Uma possibilidade, porém, ainda não é uma realidade. Para converter essa possibilidade em realidade é necessário reedificar a economia nacional e desencadear ofensiva decidida contra os elementos capitalistas da cidade e do campo (38).

Os oportunistas de direita puseram também em voga outra teoria: uma vez que o regime soviético não contém motivos para uma divisão entre a classe operária e o camponesado, não há por que desassossegar-se quanto à fixação de uma linha justa do Partido, neste problema. Tudo sucederá automaticamente. O "kulak" evolue pacificamente para o socialismo e a aliança dos operários com os camponeses se estabelecerá automaticamente.

Citando uma série de indicações de Lénin a este respeito, particularmente no que se refere ao problema de que a possibilidade de uma divisão não está excluída, o camarada Stálin disse:

Por conseguinte, a divisão entre a classe operária e o camponesado não está excluída, mas, tão pouco, é, absolutamente, obrigatória, dado que nosso regime encerra a POSSIBILIDADE de evitar tal divisão e de consolidar a aliança da classe operária com o camponesado. Mas que é preciso para converter esta possibilidade em realidade? Para converter a possibilidade de CONJURAR essa divisão em realidade é preciso, antes de tudo, enterrar a teoria do automatismo, é preciso arrancar as raízes do capitalismo, organizando os kolroses e os sov-roses, e passar da política de restrição das tendências exploradoras dos "kulaks" à política da liquidação dos "kulaks" como classe.

(37) Stálin, *Questões do leninismo*, pág. 408, ed. 10.^a, russa.

(38) Idem, págs. 408-409.

Temos, pois, que é preciso distinguir, estritamente, entre as POSSIBILIDADES que há em nossa terra e a UTILIZAÇÃO destas possibilidades, a transformação delas em REALIDADE (39).

Como vê o leitor, da diferença objetiva que existe entre possibilidade e realidade e a respectiva conversão de uma na outra se deduzem conclusões muito importantes para a atividade política prática.

Não se pode, é prejudicial, confundir a possibilidade com a realidade, uma vez que tal confusão leva a uma apreciação incorreta do momento e, por conseguinte, também à fixação incorreta das tarefas. Se a possibilidade de construir o socialismo e sua realidade fôsem uma e a mesma coisa, o Partido deveria cruzar os braços, não traçar programa, grande e difícil, para a realização desta possibilidade, não haveria necessidade de lutar pela construção do socialismo. Tal confusão condena o homem político a esperar, passivamente, que os acontecimentos, espontaneamente, por eles mesmos, levem ao resultado almejado. Essa confusão deriva da subestimação de condição tão importante da transformação da possibilidade em realidade na vida social qual seja a vontade consciente de realizar o objetivo que se propõem a vanguarda da classe operária e toda a classe em geral. Sem tal condição, não se pode sequer sonhar com que o socialismo se encarne na realidade. Assim, explica-se também o grande valor que o Partido, com Stálin à testa, tem atribuído às disputas sobre a possibilidade da construção do socialismo num só país.

A determinação correta da possibilidade real dá orientação às massas, à sua luta e ao seu trabalho e mobiliza-se para a transformação da mesma em realidade viva.

No XVIII Congresso do P.C. (b) da URSS, falou o camarada Stálin da possibilidade de construir a sociedade comunista na URSS, até nas condições da existência, durante certo tempo, do cerco capitalista. Dessa possibilidade real derivam, contudo, determinadas tarefas: alcançar e ultrapassar os países capitalistas adiantados no aspecto econômico, educar as massas trabalhadoras no espírito de uma relação comunista quanto ao trabalho, quanto à propriedade social, etc.

Existem tôdas as possibilidades objetivas para a construção da sociedade comunista na URSS; também se conhecem as tarefas que há aí tracadas. Quais são, pois, as condições decisivas de que se necessita para transformar semelhante possibilidade em realidade?

Essas condições decisivas são: O trabalho honrado dos operários, kolrosianos e intelectuais, sob a direção do Partido Comunista, a relação consciente quanto às tarefas e a presteza em ir para o sacrifício, a fim de garantir o respectivo cumprimento com êxito, a vontade poderosa de todo o povo soviético de alcançar plena vitória.

Assim é que a dialética marxista resolve o problema de possibilidade e realidade.

Tiremos, agora, breves deduções de quanto foi dito acêrca das categorias da dialética materialista.

(39) Idem, pág. 409.

As categorias da dialética marxista refletem os aspectos mais gerais e substanciais da realidade e servem de pontos de apoio para o conhecimento do mundo objetivo.

Cada categoria é o resultado da sintetização de determinadas propriedades e aspectos do mundo real. A peculiaridade distintiva das categorias da dialética materialista é sua flexibilidade, sua mobilidade, que exprimem a flexibilidade e a mobilidade da própria realidade. Para medir e exprimir no conhecimento a natureza, que, eternamente, progride e muda, as categorias devem exprimir com o máximo de exatidão o princípio da mutação, do movimento, da conversão dos contrários um no outro. As categorias metafísicas, que separam a essência do fenómeno, o conteúdo da forma, a necessidade da casualidade, que as examinam sob forma estagnada, isolada uma da outra, não podem ser instrumento de conhecimento científico e de ação revolucionária. Só na dialética marxista-leninista as categorias se enchem da mesma vitalidade que caracteriza o mundo objetivo que nos circunda. Por isto, na atividade política da classe operária e de seu Partido Comunista, as categorias, assim como as leis da dialética, têm enorme valor prático.

* * *

Terminamos a exposição das leis fundamentais e de algumas categorias importantes do método dialético marxista. Para finalizar, é mister fazer notar o seguinte:

O método dialético não é, como se pode pensar à primeira vista, uma soma de respostas dadas a todos os problemas da vida. A dialética é um método, um guia para o conhecimento da natureza e da história. A dialética dá-nos o conhecimento das leis gerais da evolução, proporciona-nos a possibilidade de conhecer, corretamente, os diversos fenómenos, coisas, acontecimentos, processos, de nos orientarmos, corretamente, na situação, de escolher o elo decisivo na corrente das tarefas. Para aplicar o método dialético a este ou àquele facto, é necessário estudar os próprios factos, não se preocupar com condições gerais, mas com factos concretos, com o desenvolvimento de fenómenos concretos. Sem conhecer os factos, sem conhecer o objeto em estudo, a dialética perde toda sua força. A tese fundamental do método dialético é: a verdade não é abstrata, mas concreta. Para ser dialético autêntico, precisa-se reunir o conhecimento das leis gerais da evolução à análise concreta da realidade. Sómente em tais condições a dialética se converte na força maior, em instrumento poderoso de conhecimento e de prática revolucionária.

Os inimigos do marxismo-leninismo tentaram, mais de uma vez, apresentar a dialética como se fôsse instrumento de demonstração das verdades e não instrumento de investigação e de conhecimento, como se o marxismo, em suas conclusões, não se apoiasse no estudo dos fenómenos e factos concretos, mas nas exigências lógicas do método dialético.

Os inimigos do marxismo imputaram a Marx que sua conclusão acerca da morte necessária do capitalismo não deriva da análise das relações capitalistas reais e acusaram-no de ter chegado a ela submetendo-se à exigência da lei dialética da conversão de tendências contrapostas, etc.

Tais acusações são uma calúnia contra Marx e contra seu método dialético. A obra maior do socialismo proletário — *O Capital* — está, desde a sintetização de princípio do curso e das perspectivas do desenvolvimento capitalista até os mais íntimos pormenores, fundada em massa considerável de factos reais. Não é possível mencionar na literatura mundial outra obra que, neste aspecto, tenha ultrapassado *O Capital* de Marx. Marx tirava suas conclusões baseado no estudo concreto dos factos. A força maior de sua obra está em que estudou esses factos guiando-se pelo método dialético, pela dialética revolucionária.

Na união orgânica do estudo dos factos concretos e da aplicação, para seu conhecimento, do método dialético está a particularidade mais importante do marxismo-leninismo.

Os grandes chefes do proletariado, Marx, Engels, Lênin e Stálin criticaram sempre, implacavelmente, os que tentaram substituir o estudo, minucioso e em todos os respectivos aspectos da realidade com auxílio da dialética pela manipulação, pelo jogo dos conceitos dialéticos, assim como aqueles que buscaram ignorar a análise dos factos e fenómenos concretos.

O estudo da dialética materialista e de suas leis não é, nem pode ser, em si mesmo, um objetivo. Não é difícil aprender e compreender as teses fundamentais do método dialético, mas a compreensão autêntica, marxista-leninista da dialética começa no ponto em que o método dialético é concebido como instrumento de conhecimento e de luta revolucionária. Assim, não se pode chamar dialético verdadeiro senão aquele que sabe empregar este instrumento agudo na luta prática contra o velho mundo, na luta pela construção do mundo novo, do mundo comunista.

(Mark Rosental.)

● ● ●

A RUINA DO CAMPEPINATO CHINÊS — Logo que a China foi aberta ao comércio exterior da Europa, viu-se inundada por produtos manufaturados baratos, além do opio, cuja importação cresceu rapidamente.

A grande importação de opio e de produtos industriais não podia ser coberta com a exportação do chá e da seda, portanto os chineses tinham que pagar em prata uma parte considerável das importações. O valor da prata começou a subir na China visto que esta era exportada para a Europa em dezenas de milhões de dolares.

O empobrecimento do campesinato se intensificou pelo fato de que pagava seus impostos em prata. A ruína do campesinato e do artesanato não sobreveiu uniformemente devido à vastidão do território chinês e os escassos meios de comunicação. Foi especialmente rápida na região meridional da China e na zona dos portos abertos ao comércio europeu.

Por causa da ruína geral e da crescente opressão por parte dos mandchus e dos senhores feudais, começaram a desencadear-se sublevações camponesas. (Hist. da Época do Capital. Industr. — Efimov e Freiberg, pag. 483 — Vitoria.)

Documentos Célebres

CARTA DO ATLANTICO

(14-8-1941)

O Presidente dos Estados Unidos e o Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, como representantes do Governo de Sua Majestade, depois de se haverem entrevistado, julgaram necessário publicar os princípios comuns à política nacional de cada um dos dois países, sôbre os quais se assentam as suas esperanças num futuro melhor para o mundo.

1. Os dois países não almejam nenhum engrandecimento territorial ou de qualquer espécie.

2. Não tencionam aceitar nenhuma mudança territorial que não esteja de acôrdo com os desejos livremente expressos dos povos nela interessados.

3. Respeitam o direito de todos os povos à escolha da forma de govêrno sob a qual desejam viver e querem ver restaurados os direitos soberanos e os dos governos de todos os povos que dêles se viram privados pela fôrça.

4. Observando o devido respeito às obrigações existentes, empenham-se em promover o acesso ao comércio e às matérias primas indispensáveis à prosperidade econômica de todos os Estados, grandes ou pequenos, vitoriosos ou derrotados, em igualdade de condições.

5. Aspiram conseguir a mais ampla colaboração entre tôdas as nações no campo econômico, com o objetivo de assegurar a todos um melhor nível de vida, o ajustamento econômico e a segurança social.

6. Depois da destruição final da tirania nazista, esperam que se estabeleça uma paz que proporcione a tôdas as nações os meios de viver em segurança dentro das suas próprias fronteiras e que garanta a tôda a gente, de todos os países, uma vida de liberdade, sem receio e sem penúria.

7. Tal paz possibilitará a tôda a gente atravessar livremente os mares e oceanos.

8. Acreditam que todos os povos do mundo, tanto por motivos práticos como espirituais, devem abandonar o uso da fôrça. Como nenhuma paz poderá ser mantida no futuro, se os armamentos de terra, mar e ar continuarem a ser empregados pelas nações que ameacem ou possam ameaçar de agressão as outras nações além das suas fronteiras, pensam que, além do estabelecimento de um sistema mais amplo e permanente de segurança geral, é essencial o desarmamento dessas nações. Ajudarão e encorajarão, também, todos os esforços práticos no sentido de aliviar os povos amantes da paz da sobrecarga esmagadora dos armamentos.

(aa) *Franklin D. Roosevelt.*
Winston S. Churchill.

A QUEDA DA COMUNA

Em fins de maio de 1871, apesar do heroísmo dos homens e mulheres trabalhadores de Paris, que se sacrificaram até o absurdo para defender a cidade, o inimigo começava a invadir os subúrbios e varias fortalezas do Sul eram bombardeadas pelos de Versalhes.

As tropas versalhesas fizeram sua entrada em Paris no domingo, 21 de maio. No mesmo dia conseguiram tomar, por traição, as portas do Sul de Paris, as portas de St. Cloix, e avançaram rapidamente para o coração dos distritos burgueses do Oeste da cidade. Começaram então as mais sangrentas batalhas urbanas que a historia registra.

A medida que avançavam os de Versalhes para o centro da cidade, e particularmente para os distritos operarios do Este, a resistência dos membros da Comuna se tornava cada vez mais tenaz. Gigantescas barricadas eram levantadas no caminho dos soldados da burguesia. Os operarios e artesãos de Paris — homens, mulheres e crianças — defendiam o seu governo e a sua liberdade com as armas.

“Na ultima batalha, que durou 48 horas, a população de Paris demonstrou toda a energia de que era capaz”, lemos no ultimo numero da *Gazeta Oficial* da Comuna. “As crianças construiam as barricadas que seus pais defendiam, enquanto que as mulheres e mesmo as mães, com as armas na mão, infundiam animo aos homens não somente com palavras, senão também com o exemplo.”

Na quarta-feira, 24 de maio, os versalheses conseguiram tomar o Palacio Municipal. Com suas numerosas forças sitiaram os distritos operarios e, finalmente, no domingo, 28 de maio, encerraram num circulo de fogo aos ultimos defensores da Comuna, na região da rua Rompono.

Desde os ultimos dias da Comuna de Paris, começaram os horrores do terror branco, de tal forma, que as execuções em massa dos dias de junho de 1848, ficaram reduzidas a uma insignificancia.

Os membros da Comuna, que caíram em mãos dos de Versalhes, eram fuzilados às centenas, os soldados e oficiais do exercito de Versalhes não se limitavam a fuzilar seus prisioneiros, senão que os torturavam de todas as formas possiveis. A espada classica da burguesia caiu com igual peso sobre todos os proletarios de Paris; os carrascos não distinguiam nem sexos nem idades entre os membros da Comuna. Homens e mulheres, operarios e operarias, e mesmo as crianças, todos foram condenados ao mesmo sangrento destino pelo inimigo de classe. “Devemos dar caça a todos os membros da Comuna” — escreveu um dos jornais versalheses — “Devemos agarrar como a animais selvagens aos que se ocultaram”, escreveu outro jornal. “Nem um só destes vilões que tiveram Paris nas mãos durante os dois meses passados, será considerado como réu politico, serão todos tratados como ladrões que são”, dizia outro dos jornais contra-revolucionarios que clamavam pelo aniquilamento dos membros da Comuna.

Os carrascos tratavam com uma brutalidade particularmente refinada aos lideres operarios que caíam em seu poder. Varlin, por exemplo, um dos melhores representantes da classe trabalhadora de Paris, que

não conseguiu escapar, visto ter sido reconhecido por um sacerdote que o entregou à polícia, foi executado com requintada crueldade, segundo nos relata Lissagaray em sua *Historia da Comuna*: "Durante toda uma hora Varlin foi conduzido pelas tortuosas ruas de Montmartre com as mãos atadas às costas, enquanto choviam sobre ele ofensas e zombarias. Sua cabeça revolta, sua fronte de pensador, cheia de pensamentos fraternais, foi transformada por um golpe de espada num sangrento pedaço de carne... De qualquer modo conseguiu chegar à rua de Rosier, porem não podendo caminhar mais, teve que ser transportado. Foi necessário sentá-lo para fuzilá-lo."

As mulheres burguesas visitavam os carcereiros para humilhar aos prisioneiros, para presenciar a execução dos heroicos membros da Comuna, para torturar aos feridos agonizantes com as pontas das sombrinhas.

Não foi possivel estabelecer sequer o numero dos mortos e fuzilados durante a sangrenta semana de maio, porem se sabe que não foram menos de 30.000. O numero de detidos e enviados à prisão ou ao desterro foi de 38.000. Entre os detidos figuravam mais de 1.000 mulheres e crianças.

A justiça burguesa celebrava sua vitoria. (Efimov e Freiberg — Hist. Ep. Capit. Industr. — Vitoria.)



DE RICARDO A MARX — "A aplicação da teoria de Ricardo, que ensina aos trabalhadores pertencer-lhes a totalidade da produção social, que é produto deles, uma vez que são eles os unicos produtores reais, conduz diretamente ao comunismo. Mas ela é também, como explica Marx, formalmente falsa, economicamente falando, porque é apenas uma aplicação da moral à economia. Segundo as leis da economia burguesa, a maior parte da produção não pertence aos trabalhadores que a criaram. Se dizemos então: isso é injusto, não deve ser assim, isso nada tem a ver com a economia, dizemos apenas que esse fato economico está em contradição com nosso sentimento moral. Eis porque Marx nunca baseou nele suas reivindicações comunistas, mas antes na ruina necessaria, que se está produzindo ante nossos olhos, todos os dias e cada vez mais, do modo de produção capitalista. Ele limita-se a dizer que a mais-valia se compõe de trabalho não pago: o que é um fato puro e simples. Mas aquilo que é formalmente falso do ponto de vista economico pode ainda ser exato do ponto de vista da historia universal. Se o sentimento moral da massa considera injusto um fato economico, a antiga escravidão, isso prova que esse proprio fato é um remanescente; que se produziram outros fatos economicos graças aos quais o primeiro se tornou insuportavel e insustentavel. Atrás da inexactidão economica formal pode esconder-se, pois, um conteúdo economico muito real. Não será este o lugar para nos estendermos demais sobre a importancia e a historia da teoria da mais-valia." (Engels, prefacio à *A Miseria da Filosofia*, de Marx.)

DISCURSO DE LUIZ CARLOS PRESTES

PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 16 DE JUNHO DE 1946
NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE CONTRA O PROJETO
DE CONSTITUIÇÃO ORA EM DEBATE

O SR. CARLOS PRESTES — Sr. Presidente, Srs. Constituintes: votamos nós, da bancada do P.C.B., contra o Projeto de Constituição ora em debate. Assim procedendo, não deve, no entanto, ser aquele nosso gesto tomado no sentido de combate, de intransigência, de luta irreconciliável contra um inimigo ou um obstáculo que se pretenda derubar. Nosso desejo nesta Casa tem sido sincero no sentido da colaboração com todas as correntes e de luta permanente contra toda tendência exclusiva. Não tomamos jamais posição sistemática contra ninguém e se podemos ser *anti* alguma coisa, só será anti-fascistas. Lutamos, no entanto, por nossas idéias e defenderemos sempre o programa mínimo com o qual solicitamos os sufrágios da Nação e em razão do qual fomos certamente eleitos.

Mas, se defendemos um programa, não pensamos de forma alguma impô-lo a quem quer que seja e aqui, nesta Casa, como alhures, havemos sempre de fazer política, política democrática, o que significa colaborar, buscar a linha média capaz de harmonizar todas as tendências em benefício da maioria da Nação, da solução progressiva de seus problemas, de paz e da tranquilidade públicas.

Votamos contra o Projeto por ser no seu todo e na maioria de seus capítulos a negação daquilo por que prometemos lutar nesta Casa. Em declaração de voto já dissemos das razões fundamentais de nossa atitude. O Projeto, no entanto, foi aprovado pelo plenário da Casa e aqui estamos para colaborar, para participar da tarefa de melhorá-lo na medida do possível, de espungir-lo em parte, ao menos, daquilo que se nos afigura incompatível com a Carta Constitucional que reclama a Nação. Errar é dos homens, mas acreditamos no predomínio da inteligência e na força dos argumentos, e, aceitamos a premissa de que todos nós aqui estamos agindo de boa-fé, dispostos a corrigir erros e a reformar nossas opiniões, se nos provarem serem elas prejudiciais ao nosso povo, à democracia, ao progresso do Brasil.

Não vamos insistir nas críticas já feitas desta tribuna por oradores ilustres, especialistas e mestres muitos deles em Direito Constitucional, sobre os defeitos gerais do Projeto. Estamos em geral de acordo com a crítica já feita sobre a extensão do Projeto, seus detalhes e minúcias desnecessárias, a má distribuição da matéria, etc.

Pensamos, também, que a Constituição deve se limitar à afirmação de princípios fundamentais do regime que se adota e não entrar em detalhes mais próprios das leis ordinárias ou mesmo de regulamentos.

A grande extensão do Projeto não significa que trate de novos assuntos importantes, como chegaram a afirmar alguns de seus defensores. É extenso porque multiplica exceções, e, inúmeras vezes se põe a limitar, senão a negar, direitos, preceitos e afirmações do próprio Projeto.

Não se diz nada de prático sobre a reforma agrária, sobre a maneira de acabar com os restos feudais na agricultura, sobre a necessidade do ensino gratuito, sobre a gratuidade indispensável da Justiça, sobre medidas práticas que assegurem o progresso do Brasil.

Concordamos também com aqueles que criticam a má distribuição das matérias com evidente falta de técnica na elaboração da lei. Um mesmo preceito apreciado em diversos artigos ou distribuído por capítulos diversos. Afirma-se aqui para logo se negar ou apreciar sobre novo aspecto o mesmo conceito mais adiante.

Quanto ao conteúdo, já dissemos o essencial em nossa declaração de voto. Prende-se exageradamente o Projeto a fórmulas políticas antiquadas, já condenadas pela nossa experiência política, como tentaremos provar ainda hoje no decorrer de meu discurso.

Os componentes de nossa bancada ao defender as emendas que apresentaremos não de tratar sucessivamente de nossas principais objeções ao Projeto, especialmente no que toca aos direitos do cidadão, particularmente o de voto, à autonomia municipal, à organização da Justiça, especialmente a Eleitoral e Trabalhista, à separação do Estado da Igreja, ensino religioso, constituição da família, etc.

Mesmo o preâmbulo exige de nós reparos, já que constitui evidente coação, inútil e desnecessária, obrigar ateus, que os há nesta Assembleia, a fazer afirmação em que não podem crer.

Nossas principais emendas, são relativas ao art. 150, para suprimir seus números I, II e III e parágrafo único, relativo ao voto. Ao art. 159, mandamos acrescentar o direito de asilo.

No art. 164, onde o confronto é favorável, à Constituição de 1934, quanto ao estabelecimento do direito de greve e de associação profissional, propomos suprimir a parte final dos parágrafos 26 e 27, e totalmente o parágrafo 30. Mandamos acrescentar mais o ensino gratuito.

O Sr. Mario Brant — Os parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, do art. 164, são quase comunistas.

O SR. CARLOS PRESTES — Não nos referimos aos primeiros parágrafos, mas aos de números 26 e 27 — cuja parte final, pedimos suprimir, e parágrafo 30, que desejamos também ver eliminado.

Quanto aos artigos 122 e 123, relativos à autonomia e organização dos territórios, apresentaremos modificações.

Do art. 27, que se refere ao número de deputados, mandamos suprimir os parágrafos.

Apresentamos também emenda ao Título concernente à organização dos poderes, a fim de ser suprimido o Senado, se bem que ofereçamos substitutivo especial sobre o assunto ao qual me referirei ainda hoje, se houver tempo.

A justiça gratuita, eleita pelo povo, merecerá emenda de nossa parte, assim como a propósito do novo conceito de propriedade, visto como não é possível que, nos dias em que vivemos, continue o conceito de propriedade a ser obstáculo ao progresso do Brasil. Precisamos modificar esse conceito para que a reforma agrária já indispensável se processe dentro da lei e da Constituição.

Senhores, em discurso anterior, tive ocasião de tratar do programa do nosso partido, de que lutamos pela solução pacífica e não revolucio-

nária dos graves problemas nacionais desta hora. Referimo-nos, então, à inflação e às suas conseqüências desastrosas sobre toda a economia nacional. Aí acentuamos que a própria inflação constitui por si só o sintoma de um organismo abalado, de um organismo doente.

Toda a nossa estrutura econômica nos dias de hoje estala por todos os lados e está a exigir reformas profundas, que tirem o Brasil da miséria, do atraso que diríamos, repetindo Lênin, ao se referir à Rússia tsarista de 1913 e 1914, é um atraso progressivo.

Senhores, o atraso de nosso povo, o atraso do Brasil, é, sem dúvida, dos maiores no mundo contemporâneo e permito-me citar alguns números que constam de documentos de nosso Partido, de janeiro deste ano.

Dizíamos naquela época, buscando justamente as causas desse atraso, mas constatando previamente este atraso:

“Nosso atraso, dizíamos, se acentua cada vez mais, tornando mais sérias as contradições que ameaçam fazer saltar toda a nossa economia nacional. Nossa indústria secundária, por exemplo,...”

Quando digo indústrias secundárias, refiro-me às de tecido e calçados, as mais importantes de nossa pátria.

“...não pode crescer por falta de mercado interno, pela precariedade dos meios de transporte, pela debilidade de nossa indústria pesada, pela falta de energia barata, etc. A produção de energia elétrica no Brasil não passa de 65 Kw-h por habitante, segundo os últimos dados, enquanto nos Estados Unidos em 1938 já era de 1.160 Kw-h por habitante, isto é, quase 18 vezes maior. A de ferro guza, 7 vezes maior; a de aço, 11 vezes maior; a de carvão, mais de cem vezes maior e a de cimento, mais de 8 vezes maior. O nosso trabalhador, tecnicamente desenvolvido e enérgico, no seu trabalho de sol a sol, mal consegue arrancar da terra uma quinquagésima parte do que obtém o camponês médio norte-americano. Esses são alguns índices apenas do nosso atraso, da gravidade crescente da situação da economia nacional, que está a exigir um ritmo novo e maior na solução de problemas fundamentais se quisermos evitar o caos, a guerra civil, a completa colonização do país.”

Senhores, há patriotas sinceros que se deixam levar pelo entusiasmo e proclamam o desenvolvimento e o crescimento do progresso em nossa pátria. Nos últimos anos da ditadura, que nos dominou por 15 anos, se falava muito em progresso industrial. É falso, senhores. Como haver progresso industrial se não temos, na verdade, mercado para nossa indústria? Chegou-se mesmo a dizer, partindo de números relativos à exportação de tecidos, que o Brasil já era um país industrial. Não é admissível afirmação dessa natureza, para quem conheça algo de economia; não há país industrial em que falte justamente a indústria pesada, a siderúrgica, a de energia carbonífera, petrolífera ou, pelo menos, de energia elétrica. Já vimos os números ridículos de quilowatts-hora por habitante do Brasil, em comparação com os países realmente avançados.

Nossa própria indústria de tecidos, a mais desenvolvida de tôdas, é ridícula, se a compararmos com as mais modernas. O tecelão norte-americano trabalha com 18 a 20 teares; o brasileiro, nas nossas míseras fábricas, trabalha, no máximo, com dois ou três. E não faço referência à União Soviética, onde os operários especializados, em grupos de quatro, cuidam até de 160 teares.

O autor norte-americano Eng. Morris Llewellyn Cook, que aqui esteve, a convite da Coordenação da Mobilização Econômica, publicou um livro — *Brasil on the march*, onde, entre outras observações, alude justamente à nossa indústria de tecidos, para afirmar:

“O consumo *per capita* de produtos têxteis de algodão é muito baixo no Brasil, sendo mais ou menos um quarto do consumo *per capita* nos Estados Unidos. Além do facto de serem os salários industriais muito baixos, que já por si mesmos tendem a reduzir o consumo de todos os artigos manufacturados, é muito alto o preço dos produtos têxteis acabados, o que reduz ainda mais o consumo interno.”

Este o testemunho de um economista que realmente estudou e se aprofundou na análise de nossa situação industrial.

Há poucos dias, Senhores, tivemos a decepção de lêr, nos jornais desta capital, um pretenso memorial apresentado pelo General Von Der Beck nos Estados Unidos. Não nos interessa, no momento, saber se é ou não verídico o memorial, mas os números que contém são, sem dúvida, exatos. Pois bem, esses números colocam a nossa pátria em situação econômica muito inferior à da Argentina. O *Jornal do Comércio* de 15 dêste mês, publicou a notícia, cujos dados são os seguintes: “Caminhões e automóveis — há, na Argentina, 55 % e, em todo o restante da América Latina, apenas 45 %; Carne — a Argentina produz 56 % e os demais países 44 %; papel de impressão — o consumo, na Argentina, atinge mais de metade de todo o consumo do Continente Latino Americano, isto é, 55 %.” E outros números são citados nesse memorial, cujo objetivo é alcançar o apoio dos Estados Unidos para a construção de um arsenal naquela República.

Quero ainda lêr palavras de pessoa insuspeita — porque não se trata de comunista — divulgadas também pelo *Jornal do Comércio*, se não me equivoco, transcrevendo uma conferência do Sr. Armando Vidai. Dizia o conferencista:

A muitas pessoas ingênuas, que não estão habituadas a compulсар dados da produção dos grandes países industriais e do comércio internacional das grandes nações — não agradará falarmos que ainda nos encontramos numa fase de indústria incipiente ou, como disse recentemente o Sr. Roberto Simonsen, “a expansão industrial brasileira está apenas em seu início”.

Aqui nos dirigimos, porém, a pessoas que sabem que a produção do aço nos EE. UU. monta anualmente a 90 milhões de toneladas, devendo subir em 1942 a 100 milhões; no Império Britânico a 23 milhões, etc., na Rússia a 20 milhões, etc. e que,

assim, a futura usina de Volta Redonda, com a capacidade de 300 mil toneladas de aço, é um modesto começo que será rapidamente ultrapassado". Armando Vidal, conferência publicada no *Jornal do Comércio*, de 1 de março de 1942."

Li estas considerações para acentuar nossa opinião, que afirmamos ser a única patriótica, porque ser patriota não é mentir nem enganar-se a si mesmo a respeito de um progresso inexistente.

A verdade é que o Brasil chegou, nos dias de hoje, a constituir um dos países mais atrasados do mundo.

No entanto, quais as causas desse atraso?

Esta a atitude científica do patriota: buscar a causa. Muitos dos patriotas em nosso país, anos seguidos, investigam isso. Fala-se de raça, de geografia, no clima, da densidade demográfica. Procuram-se explicações para esse atraso, desde Euclides da Cunha com seu célebre livro dividido nessa parte em dois capítulos — a Terra e o Homem — e repetido depois pelos que lhe sucederam em obras publicitárias da mesma natureza, mas nenhum encontrando a razão científica, real, desse atraso.

Quanto à justificação racial, foi afastada há poucos anos do debate público, porque Hitler, utilizando o racismo, deu a estas tendências para explicações de fenômenos sociais a marca definitiva do nazismo, da chantagem, da preocupação de enganar o povo ocultando a verdadeira causa do atraso e da miséria.

A respeito ainda da geografia e do clima, muito se fala aqui em nossa pátria. Não são poucos os nossos sociólogos e economistas, homens sinceros, que buscam a explicação simplista do nosso atraso no clima tropical, na situação desgraçada — dizem eles — de nossa geografia; explicação, no entanto, que a todos nós patriotas muito devia comover, pois, se a causa do nosso retardamento está na geografia, em nossa situação tropical, precisaríamos esperar um terremoto para alcançar o progresso que todos almejamos.

Nós marxistas, porém, encontramos outros motivos. Quem não-lo diz é a ciência social, a única verdadeira para nós — o materialismo histórico, o materialismo dialético, o marxismo. É a ciência da evolução social que nos aponta, com exemplos, com a realidade dos próprios dias que atravessamos, que o adiantamento de cada povo está, sem dúvida, dependendo de um factor fundamental — as condições materiais de vida. São as relações de produção entre os homens que determinam realmente a etapa de cada povo.

Senhores: sobre o assunto seria necessário estender-me, mas prefiro sintetizar tudo em páginas esclarecedoras do maior continuador de Marx nos dias que vivemos. Refiro-me, naturalmente, a Stálin, sucessor de Lênin, que enriqueceu o marxismo na época nova da construção do socialismo na União Soviética.

Aludindo às condições materiais de vida, procurando explicá-las aos operários nos termos mais simples, diz Stálin:

"Resta somente responder a esta pergunta: Que se entende, do ponto de vista do materialismo histórico, por "condições da vida material, da sociedade", quais são as que determinam, em

última instância, a fisionomia da sociedade, suas idéias, suas concepções, instituições políticas. etc.?

Quais são essas "condições de vida material da sociedade", quais são seus traços característicos?

É indubitável, que neste conceito de "condições de vida material da sociedade", entra, antes de tudo, a natureza que rodeia a sociedade, o meio geográfico, que é uma das condições necessárias e constantes da vida material da sociedade e que, naturalmente, influi no desenvolvimento desta. Qual é o papel do meio geográfico no desenvolvimento da sociedade? Não será, por acaso, o meio geográfico o factor fundamental que determina a fisionomia da sociedade, o carácter do regime social dos homens, a transição de um regime para outro?

O materialismo histórico responde negativamente a essa pergunta.

O meio geográfico é, indiscutivelmente, uma das condições constantes e necessárias do desenvolvimento da sociedade e influi, indubitavelmente, nêle, acelerando-o ou amortecendo-o. Mas essa influência não é determinante, uma vez que as transformações e o desenvolvimento da sociedade se operam com uma rapidez incomparavelmente maior do que as que afetam o meio geográfico. No transcurso de três mil anos, a Europa viu desaparecer três regimes sociais: o do comunismo primitivo, o da escravidão e o do feudalismo, e, na parte oriental da Europa, na U.R.S.S., feneceram quatro. Pois bem, durante êsse tempo, as condições geográficas da Europa não sofreram mudança alguma, ou, se sofreram, foi tão leve que a geografia não julga que mereça sequer registá-la. E compreende-se que seja assim. Para que o meio geográfico experimente modificações de certa importância, são precisos milhões de anos, enquanto em algumas centenas ou em um par de milhares de anos podem operar-se, inclusive, mudanças da maior importância no regime social.

Daí se depreende que o meio geográfico não pode ser a causa fundamental, é factor determinante do desenvolvimento social, pois, é que o que permanece quase invariável através de dezenas de milhares de anos vai poder ser a causa fundamental a que obedeça o desenvolvimento daquilo que, no espaço de algumas centenas de anos, experimenta mudanças radicais?

Do mesmo modo, é indubitável que o crescimento da população, a maior ou menor densidade da população é um factor que, também é parte do conceito das "condições da vida da sociedade", uma vez que entre essas condições materiais se conta, como elemento necessário, o homem, e não poderia existir a materialidade da vida social sem um determinado mínimo de seres humanos. Não será, acaso, o desenvolvimento da população o factor cardeal que determina o carácter do regime social em que os homens vivem?

O materialismo histórico também responde negativamente a essa pergunta.

É indiscutível que o crescimento da população influi no de-

desenvolvimento da sociedade, facilitando ou entorpecendo êsse desenvolvimento, mas não pode ser o factor cardeal a que obedece, nem sua influência pode ter um carácter determinante quanto ao desenvolvimento social, uma vez que o crescimento da população por si só não nos oferece a chave para explicar por que um dado regime social é substituído precisamente por um determinado regime novo e não por qualquer outro, por que o regime do comunismo primitivo foi substituído precisamente pelo regime escravista, pelo regime feudal e este pelo burguês, e não por quaisquer outros.

Se o crescimento da população fôsse o factor determinante do desenvolvimento social, a uma maior densidade de população teria de corresponder forçosamente, na prática, um tipo proporcionalmente mais elevado de regime social. Mas, na realidade, isso não se verifica. A densidade da população da China é quatro vezes maior do que a dos Estados Unidos e, apesar disso, os Estados Unidos ocupam um lugar mais elevado do que a China no que se refere ao desenvolvimento social, pois, enquanto na China continua imperando o regime semi-feudal, os Estados Unidos há muito tempo chegaram à fase culminante do desenvolvimento do capitalismo. A densidade da população da Bélgica é dezenove vezes maior do que a da U.R.S.S. e, entretanto, a América do Norte ultrapassa a Bélgica no tocante ao seu desenvolvimento social, e a U.R.S.S. leva-lhe de vantagem toda uma época histórica, pois, enquanto que na Bélgica impera o regime capitalista, a U. R. S. S. já liquidou o capitalismo e instaurou o regime socialista.

Daí se depreende que o crescimento da população não é nem pode ser o factor cardeal do desenvolvimento da sociedade, o factor determinante do carácter social, da fisionomia da sociedade.

a) — Qual é, então, dentro do sistema das condições materiais de vida da sociedade, o factor cardeal que determina a fisionomia daquela, o carácter do regime social, a passagem da sociedade de um regime social para outro?

Êsse factor é, segundo o materialismo histórico, o modo de obtenção dos meios de vida necessários à existência do homem, o modo de produção dos bens materiais, do alimento, do vestuário, do calçado, da habitação, do combustível, etc., necessários para que a sociedade possa viver e desenvolver-se.

Para viver, o homem necessita de alimento, vestuário, calçados, habitação, combustível, etc., para obter êsses bens materiais, tem de produzi-los e, para poder produzi-los, necessita dispor de meios de produção, com ajuda dos quais se fabrica o vestuário, o calçado, se constrói a habitação, se obtém o combustível, etc., necessita aprender a produzir êstes instrumentos e a servir-se deles.

Instrumento de produção, com a ajuda dos quais se produzem os bens materiais e homens que os manejam e efetuam a produção dos bens materiais, por terem uma certa experiência produtiva e hábitos de trabalho: tais são os elementos que, em conjunto, formam as forças produtivas da sociedade.

Porém as forças produtivas não são mais do que um dos aspectos do modo de produção, o aspecto que reflete a relação entre o homem e os objetos e as forças da natureza empregadas para a produção dos bens materiais. O outro factor da produção, é constituído pelas relações de uns homens com outros, dentro do processo da produção, pelas relações de produção entre os homens.

Os homens não lutam com a produção de bens materiais isoladamente, desligados uns dos outros, mas juntos, em grupos, em sociedades.

Por isso, a produção é sempre e sob quaisquer condições uma produção social. Ao efetuarem a produção dos bens materiais, os homens estabelecem entre si, dentro da produção, tais ou quais relações mútuas, tais ou quais relações de produção. Essas relações podem ser relações de colaboração e ajuda mútua entre homens livres de toda a exploração, podem ser relações de domínio e subordinação ou podem ser, por último, relações de tipo transitório entre uma forma de produção e outra. Porém, qualquer que seja o seu carácter, as relações de produção constituem — sempre em todos os regimes — um elemento tão necessário como as próprias forças produtivas da sociedade.

“Na produção — diz Marx — os homens não atuam somente sobre a natureza, mas atuam também uns sobre os outros. Não podem produzir sem associar-se de um certo modo para atuar em comum e estabelecer um intercâmbio de atividades. Para produzir, os homens contraem determinados vínculos e relações, através destes vínculos e relações sociais, e só através deles, é como se relacionam com a natureza e como se efetua a produção. (Karl Marx e F. Engels, *Obras Completas*, ed. cit., t. V, pág. 429, *Trabalho Assalariado e Capital*).

Consequentemente, a produção, o modo de produção, não abarca somente as forças produtivas da sociedade, as relações de produção entre os homens, relações que são, portanto, a forma em que toma corpo sua unidade, dentro do processo da produção de bens materiais”. (*Stálin — Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*).

Desculpem-me os Srs. Representantes a extensão da citação, mas é preferível essa síntese a qualquer outra explanação.

Chegando à conclusão — e é essa também a nossa experiência — de que devemos buscar as causas do nosso atraso na análise aprofundada das relações de produção em nossa pátria. E' aí, sem dúvida, que descobriremos as causas do atraso nacional. Isso para a burguesia, nos dias de hoje, é comunismo: desmascarar a forma de exploração do trabalho humano no regime capitalista. Mas a burguesia, quando revolucionária, tinha uma alta consciência da importância desse factor económico. Jean Jaurès na sua monumental obra sobre a Revolução Francesa, revolução burguesa, refere-se a Barnave, e cita em longa transcrição um trabalho do mesmo, escrito durante a grande revolução do século XVIII, na França, no qual como que antecede a Marx. Já naquela época explicava Barnave, que o factor funda-

mental na análise do fenômeno social está justamente nas relações de produção.

Analisa a sociedade francesa daquela época e chega a conclusões que são quase marxistas sobre as verdadeiras causas da Revolução Francesa.

Numa passagem diz Barnave:

"Não poderíamos formar uma idéia da grande Revolução que acaba de agitar a França, considerando-a de uma maneira isolada, separando-a da história dos impérios que nos rodeiam e dos séculos que nos precederam. Para julgar a sua natureza e conhecer suas verdadeiras causas é necessário olhar mais longe, ver o lugar que ocupamos em um espaço mais extenso. E' contemplando o movimento geral que, desde o feudalismo até os nossos dias, guia os governos europeus para que mudem sucessivamente de forma, que distinguiremos claramente o ponto a que chegamos e as causas gerais que a êle nos levaram. Não resta dúvida de que as revoluções dos governos, como todos os fenômenos naturais que dependem das paixões e da vontade do homem, não podem submeter-se àquelas leis fixas e calculadas que se aplicam aos movimentos da matéria inanimada; porém, entre esta multidão de causas, cuja influência combinada produz os sucessos políticos, há algumas tão enlaçadas com a natureza das coisas, cuja ação constante e regular domina com tanta superioridade no influxo das causas acidentais, que em certo espaço de tempo chegam quase necessariamente a produzir ainda efeitos. Essas são quase sempre as que mudam a face das nações e envolvem os pequenos acontecimentos em seus resultados gerais, preparam as grandes épocas da história, ao passo que as causas secundárias, as que são quase sempre atribuídas, não fazem mais do que determiná-las".

Senhores, é justamente a convicção profunda que temos, de que depende da análise de suas causas a solução dos problemas nacionais, que nos leva a ela.

Procuramos investigar quais as relações de produção no Brasil. Sem dúvida, o Brasil, como a maior parte do mundo, nos dias de hoje, à exceção da União Soviética, vive em regime capitalista. E' o sistema predominante na sociedade atual. Isto quer dizer que o regime é o de produção de mercadorias, de relações monetárias, do trabalho assalariado, porque são essas as características econômicas do capitalismo.

Sem dúvida, vivemos no regime capitalista, no entanto, se aprofundarmos a análise das relações de produção em nossa pátria, vamos verificar que na sua parte mais importante, naquela que determina o factor fundamental da economia nacional, as relações de produção não são tipicamente capitalistas. As relações de produção, principalmente na nossa agricultura, são tipicamente precapitalistas. São relações de regime anterior ao capitalismo. Os restos de regime escravista ainda existem em nossa pátria, e a êles me referi no meu último discurso. Os restos do feudalismo também ainda não estão vivos. Por isso, nós, comunistas, definimos de semi-feudal o regime social predominante, principalmente no nosso campo.

Ora, senhores, se o Brasil não é país industrial, se ainda é país agrário, é claro que a economia agrária é ainda a predominante em nossa pátria. São produtos de exportação, matérias primas e produtos agrícolas que determinam a economia nacional no que tem de fundamental. Não é a indústria, não é essa indústria secundária, que possa ser o factor predominante de nossa economia.

O Brasil ainda é um país agrário. Além disso, a maior parte de nossa população, 70% dos brasileiros vivem ainda no campo. E em que condições? Vivem, por acaso, em regime capitalista, recebem salário em dinheiro, pelo que reproduzem? As trocas são, de facto, monetárias?

Senhores, nas grandes propriedades brasileiras, ainda não predomina o assalariado. Este predomina na economia agrária brasileira somente nas regiões açucareiras em Pernambuco ou em Campos. Já relativamente ao café, em São Paulo, o regime é de meação. E' um regime em que o salário é pago parte em dinheiro, parte pelo arrendamento da terra. Na verdade, o campônio brasileiro não é operário, não é um assalariado, nem ideológica e nem praticamente. E' camponês, não recebe salário, é ele quem paga o arrendamento da terra com o seu trabalho ou com os produtos que retira da própria terra. Nessas são as raízes feudais, a que nos referimos.

O regime social, predominante é, realmente, ainda semi-feudal.

Nesse assunto, riquíssima é também a nossa própria experiência, adquirida no contacto íntimo com o sertão brasileiro, durante a Marcha da Coluna, e, posteriormente, no estudo aprofundado, que vimos fazendo, das relações sociais no campo brasileiro.

Podemos, ainda, trazer outros elementos em apoio da nossa tese, para Quero citar senhores, um ilustre engenheiro, J. A. Trindade, já falecido, que, trabalhando na Diretoria de Obras da Inspeção Federal de demonstrar como são vivos, ainda, os restos feudais na nossa agricultura. Obras Contra as Secas, publicou interessante trabalho no n.º II do volume 13 do *Boletim* daquele Serviço, a respeito dos postos agrícolas criados pela referida Inspeção. E' preciso notar que o engenheiro agrônomo Trindade não pode ser taxado ou acobimado de comunista.

Diz ele:

"A sociedade rural daquele sertão divide-se em duas classes: a dos grandes proprietários de terras e a dos *mecieiros*. A meação constitui para o *mecieiro* apenas um expediente para não morrer de fome".

O *mecieiro*, diz aquêle ilustre profissional, funciona, na grande propriedade que seu trabalho explora, como "máquina quase gratuita de produção". E mais adiante acrescenta:

"E' justamente entre os *mecieiros* que se acha a massa da população que a seca atrai à miséria ou obriga a emigrar; o grande proprietário, este resiste.

Fica patente que ao Estado cumpre dar solo e água, ou apenas água aos *mecieiros* do Nordeste que formam a massa da população nacional".

Mas o ilustre agrônomo que viu e sentiu a realidade vai mais longe e quase que chega ao programa do P. C. B.

“Não se compreende o grande proprietário nas bacias de irrigação dos açudes construídos com o dinheiro do povo, a concorrer, a afastar, a tomar o lugar daqueles que constituem a figura potencial do flagelado do Nordeste e que realmente fazem a lavoura da região”.

E' este, Senhores, o estado de relações semi-feudais — a falta de dinheiro, de moeda, nas mãos dos camponeses. Porque o camponês não recebe salário. Uma parte de sua produção, ele a entrega ao patrão, e a outra, muitas vezes, é obrigado a vender ao mesmo patrão, ao mesmo senhor da terra, pelo preço que lhe é imposto. Isto acontece também aqui nas vizinhanças da Capital da República.

O Sr. Galeno Paranhos — Vossa Excelência tem toda razão. Ainda agora nossa bancada apresentou emenda no sentido de que nessa parceria agrícola jamais o trabalhador pagasse mais de 20 por cento, pois sabemos que, realmente, fazem isso a meias.

O SR. CARLOS PRESTES — Atualmente, em São Paulo, vai além da meiação. Para o algodão adotava-se esse sistema; ou trinta, quarenta, no máximo cinquenta por cento. Mas tenho em mãos contratos para a lavoura do algodão, em que a taxa a pagar ao dono da terra está fixada. Este ano, por exemplo, o alqueire de algodão contratado a 20 arrobas, deu 35 escassas. Isto quer dizer que o lavrador que trabalhou o ano inteiro tem de entregar mais da metade daquilo que com seu suor tirou da terra ao dono do solo. São já superiores ao de meiação, devido a uma crise, resultante das intemperies. O patrão, ao invés de adotar uma percentagem, já estabelece uma taxa fixa de pagamento.

Desejaria, Senhores, ler, também, um artigo publicado por um médico, o Sr. Cleto Seabra Veloso, há poucos dias, no *Diário de Notícias*, contestando aqueles que julgam que o Brasil devia e deve, sem dúvida, ajudar a UNRRA e atender aos apelos de Mr. Hoover. Refere-se o articulista, então, a um nível de vida, considerado catastrófico pelo Sr. Herbert Hoover, para os camponeses e para a população européia, e demonstra como esse nível, assim considerado para os povos europeus, é muito superior ao das nossas massas rurais.

“Sou nutriócinista há mais de dois lustros. Tenho vários livros tratando do problema alimentar brasileiro. Pois bem, jamais vi tanta fome no Brasil como agora.

Vi e estudei a fome no Norte, através dos inquéritos de Josué de Castro, Orlando Paraim e Pedro Borges; vi e estudei a fome no Sul, através do inquérito de Cleto Seabra Veloso: vi e estudei a fome em São Paulo, através dos inquéritos de Paula Sousa e Horácio Davis; vi e estudei a fome no Distrito Federal, através dos inquéritos de Helion Póvoa, Barros Barreto, Paula Rodrigues e outros. Pois bem, jamais vi tanta fome no Brasil como agora.

Mister Hoover, o embaixador da alimentação, que nesta hora nos visita, descreve a crise alimentar na Europa nos seguin-

tes termos: a ração de pão em França — 290 gramas por dia e por pessoa; ração de gordura, 20 gramas, por dia; ração de açúcar, 16 gramas. Com relação à Polônia, diz que os laticínios são praticamente desconhecidos ali e que a mortalidade infantil sobe ultimamente a 20 por cento. Que os casos de tuberculose também aumentam por causa da insuficiência alimentar. E conclui dizendo que a ajuda voluntária dos Estados Unidos, de 1939 a 1945, já atinge a cifra de 500.000.000 de dólares.

Mister Hoover não menciona qual a ração de carne e outros alimentos azotados, qual a ração de verduras e de frutas do europeu. No entanto, podemos asseverar que o europeu come carne diariamente, come verduras, e frutas, dentro do racionamento a que está sujeito.

Cotejemos, agora, leitores, esta situação com a situação alimentar de milhões — 20 milhões pelo menos — de brasileiros. Esses nossos patrícios não sabem o que é pão de trigo, nem uma grama diária, quanto mais 290. Comem, sim, farinha de mandioca e de milho, arroz e feijão, cujo valor nutritivo é inferior ao do trigo. E isto mesmo em quantidade nem sempre adequada. A gordura que usam não obedece ao critério de ração diária, mesmo em pequena porção como no caso europeu. A banha de porco, o toucinho, certos óleos vegetais como o dendê, o côco, figuram na alimentação em cotas irrisórias. O açúcar, que é a rapadura, ou, então, o açúcar mascavo ou preto, e não atinge a cifra de 16 gramas por pessoa. Os laticínios — leite, queijo, manteiga — jamais figuram na ração do camponês brasileiro. A carne mais usada nos bons tempos era charque, jabá no Nordeste, é o bacalhau e outros peixes secos; e uma ou duas vezes por semana, a carne fresca de vaca, ou de porco, ou de carneiro, ou de bode, ou de ave, ou de caça. Finalmente, as verduras e as frutas, pelo que se conhece através dos inquéritos nacionais, são elementos mais deficitários da dieta do nosso homem rural e do proletário cidadão. Via de regra, essa gente não usa tais alimentos.

Restam ainda, a questão da mortalidade infantil, que, nos países europeus, conforme disse Mister Hoover, cifra-se em 10 por cento, ou melhor 100 mortos em cada mil crianças nascidas vivas; e a questão da tuberculose.

Imagine-se, agora, quando Mister Hoover vier a saber, pela bôca do ministro e médico, Sr. Souza Campos, que no Brasil a mortalidade infantil atinge as cifras astronômicas de 200, 300, 400 e até 500 por mil, perfazendo um obituário de meio milhão de crianças todos os anos! Quando souber que temos no Brasil, para mais de 400 mil tuberculosos, e que em plena Capital da República morrem em média 20 tuberculosos por dia!

Se a fome de milhões de brasileiros não tem até hoje despertado a atenção dos nossos administradores, dos nossos políticos, do Continente Sul-Americano e do resto do mundo civilizado, como devera, — não é porque não existe um problema de fome no Brasil. Esse problema sempre existiu e, agora, assume aspectos de calamidade pública, com tendência a agravar-se. O

que acontece é que o nosso caipira, o nosso Jeca-Tatu, já se acostumou a sofrer calado, resignado e descrente dos homens políticos do país e de sua famigerada política.

Por isso mesmo, não é de admirar que em plena Assembléia Nacional Constituinte surjam representantes do povo afirmando que no Brasil se passa fome. Um homem dêsse deveria ser exorcizado e, a seguir, exilado, como exemplo para tantos outros insensatos que se arvorem em defensores da democracia”.

Desejaria argumentar com elementos estranhos ao nosso Partido e ao marxismo a respeito das causas reais de nosso atraso e, facilitando, assim, essa análise, chegar à conclusão de que são justamente os restos feudais que determinam o atraso e a impossibilidade do progresso de nossa Pátria.

O ilustre publicista argentino, Bernardino C. Horne, antigo deputado ao Parlamento daquela República, há alguns anos, referindo-se, em obra de sua autoria, à questão agrária, diz e mostra como a situação em nossos países é realmente de predomínio dos grandes senhores da terra sobre os lavradores, sobre os que trabalham e não recebem salários, mas entregam os seus produtos para pagar o arrendamento da terra.

Eis o que afirma Bernardino C. Horne:

“Regimes há onde eles vivem uma vida miserável, isolados e sem defesa alguma. Como o comércio dos produtos está em poder de firmas internacionais, estas controlam os negócios internos e externos. O frete e o transporte também são elevadíssimos, de maneira que se pode afirmar que o seu trabalho é uma pura perda.

Esta causa, unida à situação de instabilidade, explica o pauperismo da classe agrária e a sua fuga para as cidades.

O proletariado rural vive à margem de toda a legislação orgânica protetora. Arrasta seus passos, cansado e miserável, pelas terras que foram de seus antepassados. Índios, mestiços, crioulos e muitos descendentes de europeus, procuram ganhar a vida onde quer que haja trabalho. E assim vão às colheitas de algodão, do açúcar, do cacau, da borracha, onde são explorados, recebendo salários insignificantes. O álcool, os vícios, as enfermidades e a desnutrição vão extinguindo-os, como se o melhor capital de um país não fôsse o valor humano.”

Senhores, analisando profundamente as relações sociais no campo brasileiro, chegamos a uma conclusão muito interessante. Se compararmos essas relações sociais com as existentes na França, descritas nas obras que se referem às condições do camponês e da gente francesa nos anos que antecederam à Grande Revolução, veremos que elas têm singular semelhança com as atuais do nosso povo.

Todos os publicistas, todos aqueles que analisaram a situação da França naqueles anos, assinalam essa identidade.

Vejamos como as descreve K. Kautski, no seu trabalho *A Questão Agrária*, onde cita palavras de La Bruyère:

"Vimos como o camponês, no século XVI, se tornou vegetariano; no século XVII e no XVIII êle deixou, em muitas regiões, de comer com fartura. E' conhecida a descrição que La Bruyère fez, cem anos antes da grande revolução, do camponês francês: "Vêem-se certos animais selvagens, machos e fêmeas, dispersos pelos campos, negros, lívidos e todos queimados do sol, presos à terra que êles varejam e revolvem com uma teimosia invencível; êles têm como que uma voz articulada, e quando se erguem exibem uma face humana. De noite, recolhem-se às cavernas, onde vivem de pão negro, água e raízes..."

Em muitas aldeias, os camponeses só se alimentavam de repolho e de ervas. Massillon, bispo de Clermont-Ferrand, escrevia, em 1740, a Fleury: "Nossa população agrícola vive em uma miséria terrível... a maioria carece mesmo, durante uma boa parte do ano, do pão de cevada e de aveia que constitui a sua única alimentação".

Durante os anos adversos, a situação do camponês era simplesmente terrível, e devida à esterilidade crescente do solo, as más colheitas tornavam-se cada vez mais freqüentes. De 1698 a 1715, a população da França decresce, como consequência das crises repetidas, de 19 para 16 milhões."

Vemos como esta situação é semelhante à do nosso camponês, que vive em condições já conhecidas, comendo mandioca, um pouco de feijão ou milho.

O Sr. Ademar Rocha — Esta não é a situação real do Brasil. Conheço o interior.

O SR. CARLOS PRESTES — Também conheço o interior do Brasil e infelizmente a situação é muito semelhante.

Prossigo na leitura de Kautski:

O governo de Luís XV foi mais pacífico que o de Luís XIV; os gravames causados pela guerra foram menores; mas a pressão das contribuições feudais persistiu. Estas tornaram-se suportáveis, muitos camponeses fugiram voluntariamente de suas propriedades que os acorrentavam à miséria, e acharam mais vantajoso fazer-se operários assalariados ou mesmo mendigos ou ladrões.

Isto é o êxodo rural, que, nesta Casa, já foi tantas vêzes assinalado e que não vai absolutamente ser sustentado com simples medidas legais, ou impedindo o serviço militar para que os soldados não venham para os quartéis nas cidades. O êxodo rural é consequência da miséria do campo, das relações sociais pre-capitalistas semi-feudais, do interior do Brasil.

E conclui K. Kautski:

"Já em 1750, Quesnay declarava que uma quarta parte da terra própria para a lavoura estava inculta; pouco antes da revolução francesa, Autur Young declarava que um terço da terra arável (mais de 9 milhões de hectares) não era cultivada.

A situação não era em tôdas as partes tão precária como na França, onde o poder governamental dominava o camponês de maneira absoluta, e se achava, ao mesmo tempo, nas mãos de uma nobreza de cõrte tão insolente como despida de consciência, cúpida e cega. No entanto, também na Alemanha a condição dos camponeses era miserável, e o abandono das terras, de parte dêles, muito freqüente."

Senhores, o quadro pintado por A. Mathiez sôbre o povo francês, na época, é igualmente semelhante à situação de nosso povo nos dias que atravessamos:

"Os camponeses são as bestas de carga desta sociedade. Dizimos, censos, contribuições, corvéias, impostos reais, milícia, tôdas as contribuições pesam sôbre êles. Os pombos e a caça do senhor destróem impunemente as suas colheitas. Vivem em casas de chão batido, quase sempre cobertas de colmo, às vêzes sem chaminé. Só conhecem a carne nos dias de festa e o açúcar em caso de doença. Comparados aos nossos camponeses de hoje são muito mais miseráveis e, no entanto, são menos infelizes do que o foram os seus pais ou do que o são os seus irmãos, os camponeses da Itália, da Espanha, da Alemanha, da Irlanda ou da Polônia. À fôrça de trabalho e de economia, alguns têm podido comprar um pedaço de terra ou de prado. A alta dos produtos agrícolas favoreceu o início de sua libertação. Os mais dignos de lástima são aqueles que não conseguiram adquirir um pouco de terra. Êstes se irritam com a partilha dos bens comunais pelos senhores, com a supressão das pastagens livres e da limpeza que lhes rouba os poucos recursos que obtinham do comunismo primitivo. Numerosos são também os jornaleiros que se encontram com freqüência sem trabalho e que se vêm obrigados a ir de fazenda em fazenda à procura de trabalho. Entre êles e a multidão de vagabundos e mendigos é difícil traçar um limite. E' no seu meio que se recruta o exército de contrabandistas em luta perpétua contra os que arrecadam os impostos, especialmente o impôsto sôbre o sal." — (A. Mathiez — *La révolution française*, tome I, pag. 16.)

E' esta a verdade, Srs. Constituintes. Conheço o interior do Brasil. O pobre camponês teme o Govêrno, porque êste só lhe aparece com o impôsto, com a polícia ou com o serviço militar. Não leva qualquer benefício, na realidade, para o campônio, que vive, às vêzes, anos sem ver dinheiro. Isso se dá até mesmo nos centros mais civilizados, de economia mais elevada. Em São Paulo, no litoral na zona da Estrada de Ferro Central do Brasil, no noroeste — temos cartas, documentos e contratos de Araçatuba, de Presidente Prudente a Presidente Bernardes — as condições de vida do nosso camponês são as mais trágicas, nos dias de hoje.

O Sr. Ademar Rocha — O que não impede que muitos, em São Paulo, se tornem milionários.

O SR. CARLOS PRESTES — E' possível que entre milhares e milhares que vivem em estado de pauperismo, um ou dois se tornem milionários. Posso citar a V. Ex. algarismos muito significativos sobre o assunto. Entraram, no Brasil, milhões de imigrantes, notadamente de italianos, que se dirigiram sobretudo para São Paulo. Surgiram, sem dúvida, milionários como Matarazzo e Crespi. Mas quero perguntar a V. Ex.: — Quantas são as propriedades agrícolas, italianas, em São Paulo?

O Sr. Ademar Rocha — Milhares.

O SR. CARLOS PRESTES — Dos dois milhões de italianos entrados no Brasil, temos, apenas, um total de 27 mil proprietários. Quer dizer que são 27 mil em milhões e, em sua maioria proprietários de minifúndios, de pequeninos lotes de terra, com os quais não podem, realmente, alimentar a família.

Sr. Presidente, no estudo da persistência dessas relações feudais, apesar da penetração do capitalismo e do imperialismo no Brasil, dessa defesa de um regime pre-capitalista, dessas relações sociais anteriores às relações capitalistas, às relações de salário, às relações de trocas monetárias, devemos buscar as causas de nosso atraso. E vamos encontrar a explicação disso no monopólio da terra, na propriedade privada da terra e na concentração da propriedade.

A propriedade da terra em nossa pátria está concentrada nas mãos de uma minoria. Enquanto na França, para uma população idêntica à do Brasil, com extensão muitas vezes menor do que a do nosso território, existem para mais de cinco milhões de proprietários, o número de proprietários em nosso país, segundo o recenseamento de 1940, é de um milhão e novecentos e tantos mil.

Esta, em verdade, é uma situação realmente catastrófica. Além disso, a maior parte dessas propriedades, as mais úteis, as mais próximas dos centros de consumo e das vias de comunicação, está nas mãos de uma minoria que mal atinge a algumas centenas de milhares.

A esse respeito, vou ler algumas conclusões extraídas do recenseamento de 1940, que bem definem o caráter semi-colonial de nossa economia:

1 — Dos 41.574.894 habitantes do Brasil, 28.432.831, ou, sejam, 68,39 % vivem no campo.

2 — destes, 9.166.825 constituem a população ativa, de 10 anos e mais, na lavoura e pecuária, isto é, as pessoas diretamente ligadas à produção agro-pecuária. Representam elas 67,40 % de toda a população ativa do Brasil, de 10 anos e mais, e 32 24 % de sua população rural.

3 — Para 9.166.825 de pessoas que têm ocupação ativa na agricultura e pecuária, existem apenas 1.903.868 propriedades rurais (a França, com uma população igual à do Brasil e uma superfície muito menor, possui 5.000.000 de propriedades).

Admitindo que cada proprietário tenha apenas uma única propriedade (não raro tem mais de uma), chegamos à conclusão de que são proprietários somente 20,8 % dos que labutam na agricultura e pecuária, ou 6,7 % dos moradores do campo, ou ainda, 4,6 % dos habitantes do Brasil.

4 — A área total das propriedades agrícolas — 197.626.914 hectares — representam apenas 23,2 % da superfície do território nacional.

Isto significa que grande parte dêste continua ainda despovoado.

5 — A área cultivada do Brasil — 12.921.000 hectares — (62,8 % da qual se encontra em São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul) não ultrapassam 6,5 % da área total das propriedades rurais, ou 1,5 % do território brasileiro.

Isto significa que a maior parte delas permanece inexplorada, constituindo autênticos latifúndios.

6 — A área cultivada com milho, café e algodão (os dois últimos produtos típicos de exportação), representa 56 % de toda a área cultivada no Brasil. Se incluímos o feijão, arroz, mandioca e cana de açúcar, a percentagem sobe a 90 %.

Isto significa que a nossa economia agrária repousa na exploração extensiva de uns poucos produtos, dos quais os mais importantes, o café e o algodão, se destinam à exportação. Êstes se acham atualmente em plena crise.

7 — Vistos os dados gerais, vejamos a situação em cada Estado:

ESTADOS	% do número de proprietários rurais sobre o número de habitantes ativos (10 anos e mais na agricultura e pecuária)	% da área cultivada sobre a área das propriedades agrícolas
Acre	14	0,16
Amazonas	32	0,13
Pará	31	0,65
Maranhão		2,1
Piauí	16	1,0
Ceará	18	3,8
R. G. do Norte	16	7,8
Paraíba	16	9,5
Pernambuco	18	14,9
Alagoas	13	13,3
Sergipe	26	11,9
Bahia	21	4,2
Minas Gerais	17	8,9
Espírito Santo	20	17,1
Rio de Janeiro	14	18,9
São Paulo	16	20,6
Paraná	21	9,9
Santa Catarina	32	7,1
R. G. do Sul	36	6,5
Goiás	26	1,2
Mato Grosso	12	0,4

8 — Uma vez comprovado que os sem terra no Brasil constituem imensa legião, vejamos, *como se distribui a propriedade rural entre os que a possuem.*

O Censo de 1940 revela os seguintes factos bem expressivos:

a) Mais ou menos 18 % dos proprietários possuem 2/3 da área total das propriedades rurais, ou em números absolutos: uns 340.000 proprietários, isto é, apenas 3,7 % de todos os que labutam na terra, ou seja, um pouco mais de 1 % dos habitantes do campo, são donos de 2/3 da área total das propriedades agrícolas.

Isto significa que a terra no Brasil é de facto monopolizada por uma minoria afortunada.

b) Há no Brasil cerca de 1.000 propriedades com mais de 10.000 hectares e o que é mais espantoso, 60 propriedades com mais de 100.000 hectares. Isto faz com que apenas 60 proprietários sejam donos de 6.000.000 hectares ou seja, 3,2 % da área total das propriedades rurais.

c) Em contra-posição, certos Estados há em que grande parte dos pequenos proprietários possuem parcelas ínfimas de terra, tornando a sua exploração absolutamente anti-económica.

Assim, por exemplo, têm menos de 5 hectares: 81,5 % de todas as propriedades do Maranhão; 54,3 % das de Sergipe; 44 % das de Alagoas; 41 % das de Pernambuco; 28 % das do Amazonas e do Pará; 23 % das de Paraíba e 18 % das do Estado do Rio e Rio Grande do Norte.

O Sr. Galeno Paranhos — V. Ex. deve lembrar também que a maioria dessas terras está empobrecida pela perda de humus.

O SR. CARLOS PRESTES — Estão empobrecidas pela erosão, pela brutalidade de sua exploração, pelas próprias condições semi-feudais da nossa agricultura. O camponês não está preso à terra que, no Brasil, é motivo de especulação. As fazendas avançam. É a célebre marcha para o Oeste, que vai deixando à retaguarda grandes extensões de terras abandonadas e impróprias para a cultura, as quais exigirão novos recursos, novos trabalhos, adubos e lavra muito mais profunda, a fim de poderem ser reconquistadas para a agricultura;

d) analisando-se a distribuição das propriedades, segundo a escala de áreas, verificamos que a concentração da propriedade no Brasil é maior do que em qualquer outro país do mundo.

De todo o exposto, só cabe uma conclusão: sem uma re-distribuição de propriedade latifundiária, ou em termos mais precisos, sem uma verdadeira reforma agrária, não é possível debelar grande parte dos males que nos afligem, entre os quais merecem citação:

a) produção agrícola baixíssima, rotineira, pouco diversificada e de todo insuficiente para as necessidades de consumo das nossas populações;

b) condições precárias de existência no campo, no que concerne à alimentação, vestuário, habitação, saúde e educação;

c) fraca densidade demográfica (4,8 habitantes por Km²);

d) falta de mercado interno para as nossas indústrias;

e) situação aflitiva de nossos transportes; em que se congregam de um lado, o estado deplorável dos equipamentos, obsoletos, gastos e super-trabalhados, e de outro a falta do que transportar.

A respeito de concentração da propriedade, poderemos citar diversos autores. Aguinaldo Costa, sobre Pernambuco, depois de aludir a um quadro da distribuição da terra, diz com a simplicidade dos números, que, na Zona da Mata, "o latifúndio é uma realidade palpável principalmente na região mais fértil, isto é, no litoral e mata, onde apenas 0,9 % da população é proprietária".

Com alguns dados numéricos que trazemos a respeito de São Paulo, vemos que, de 52 % do número total das propriedades menores, somente 0,4 % da área total estão na posse de pequenos proprietários, enquanto, por outro lado, apenas 1/4 % do número total de propriedades representam grandes fazendas de mais de mil hectares, possuindo em conjunto 20 % da área total.

O mesmo se passa em Minas Gerais. Com exceção apenas da parte Colonial do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, é esse o quadro de todo o Brasil.

Os mesmos apontamentos de Aguinaldo Costa para uma reforma agrária, a respeito da distribuição de terras em Minas Gerais, esclarecem o seguinte:

"92 % da população não possuem qualquer propriedade sujeita ao imposto territorial."

Essa, a situação do Estado de Minas. O mesmo se dá também na vizinhança das grandes cidades, pois não se diga que os latifúndios só existem em Mato Grosso, Goiás e Amazonas. Nos arredores de São Paulo, por exemplo, num círculo de 60 k., tomando-se ali como centro a Praça da Sé, diz o agrônomo José Calil, ao estudar o assunto:

"A Região Agrícola da capital de São Paulo é constituída pela sua própria zona rural e mais dos seguintes municípios circunvizinhos: Cotia, Guarulhos, Itapeirica, Franco da Rocha, Santo André e São Bernardo. Essa região forma um grande círculo que, *partindo da Praça da Sé atinge em seu raio máxima cerca de 60 quilômetros*. Aí se desenvolve a atividade de mais de 20.000 *pequenos produtores*, atividade essa que se caracteriza pela sua extraordinária diversidade de culturas e sistemas de trabalho, de produção, de organização, de rendimento, de distribuição, etc.

O problema da terra e sua distribuição está na ordem do dia. Realmente, sua importância é transcendental, especialmente quando se trata de terras existentes nas proximidades de grandes centros consumidores.

Nos lugares que apontamos existe um total de 10.834 propriedades rurais, correspondendo a 106.896,07 alqueires paulistas. Predomina, pois, a grande propriedade. Apenas 1,5 % possui mais da metade da área total (59,24 %). E 43,40 % de pequenos proprietários possuem apenas 15,61 das áreas.

Esse facto apresenta uma importância capital, sobretudo quando se considera que aquela área, subdividida em pequenas chácaras de 10 alqueires representaria mais de 7 mil chácaras para o abastecimento da capital. Para melhor compreender-se a necessidade da instalação de pequenas propriedades nos arredores da capital basta dizer que *apenas 13.500 alqueires estão sendo cultivados, o que representa tão somente 12,62 % da área total das propriedades existentes na região.*"

Senhores, é essa grande propriedade e latifúndio que determinam o atraso da nossa agricultura. Sabeis o que é esse atraso: é a agricultura da enxada, agricultura semelhante à do Egito dos Faraós, da qual não podemos sair porque é impossível, é impraticável a aplicação da técnica agrícola, enquanto existir essa massa de reserva de milhões de operários sem trabalho. Os agrônomos bem intencionados procuram a solução do problema na técnica, mas, como aplicá-la? Para que adquirir a maquinaria se o dono da terra pode fazer a colheita sem empregar um centavo do seu capital? E esse capital vai ser utilizado em outras atividades: no comércio de terras, no açambarcamento de produtos, na grilagem. O capital é levado para a usura, para os barracões dentro do latifúndio, mas, jamais, para a técnica agrícola.

Os fazendeiros de nossa Pátria costumam, em nome da agricultura, recorrer ao crédito do Banco do Brasil; mas esse destina-se à indústria do café, ao beneficiamento, não à sua lavoura. Assim, o dinheiro tirado do Banco do Brasil é aplicado, realmente, com outros fins, que não o da melhoria da técnica agrícola.

O Sr. João Machado — O Banco do Brasil apenas empregou 359 mil contos na exploração agrícola.

O SR. CARLOS PRESTES — E' muito pouco. O crédito agrário é indispensável no Brasil. Os que querem, realmente, cultivar a terra são prejudicados pelos maiores proprietários, pelos mais fortes que, agindo em nome da agricultura, conseguem crédito no Banco do Brasil e vão empregá-lo em outras atividades, jamais, repito, na melhoria da técnica agrícola.

O Sr. Ademar Rocha — A cultura do café em São Paulo não tem similar no mundo.

O SR. CARLOS PRESTES — A cultura do café, em São Paulo, é feita por processos semi-feudais. As relações de trabalho entre fazendeiros e camponeses são semi-feudais, insisto em afirmá-lo. O camponês é contratado e paga arrendamento do pedaço de terra de que tira, com seu trabalho nos cafezais e com sua atividade, mais tarde, na colheita, o indispensável para comer.

Gomes Carmo, num artigo do *Jornal do Comércio* de 28 de dezembro de 1941, referindo-se ao atraso da nossa agricultura, teve ocasião de dizer:

"Ford não podia avaliar o que seja no Brasil um trabalhador de enxada; o nosso enxadeiro não tem tipo parelho nos EE.UU. e mesmo alhures; um *ploughman* (arador) em con-

fronto com o nosso enxadeiro e até mesmo com o nosso sitiante é um *gentleman*, um doutor bem pôsto."

Ducan Aikman, publicista que percorreu a América Latina, examinou profundamente as causas do atraso de nossa agricultura, referindo-se com acerto à impossibilidade do desenvolvimento da técnica agrícola, enquanto a terra continuar nas mãos de uma minoria e existirem, portanto, êsses milhões de brasileiros miseráveis, êsses camponeses sem terra, que precisam viver em alguma parte e vão trabalhar, de facto, de graça nas grandes propriedades. Diz êle, em *The All American Front*, pág. 50:

"Numa economia em que abunda a oferta de trabalho barato não tem sentido o emprêgo de máquinas para executar tarefas que as mãos podem levar a efeito sem elas."

Senhores, já me referi ao problema do crédito e não vou insistir sobre êle.

A verdade é que o latifúndio, as relações precapitalistas determinam como conseqüência mais séria para a riqueza nacional a destruição das riquezas naturais. As matas são destruídas sistematicamente. A falta de fixação do homem à terra pela pequena propriedade, a exploração, a agricultura ligada ao comércio de exportação, orientado pelos grandes bancos estrangeiros, determinam êsse avanço sucessivo para o interior trazendo o aniquilamento da riqueza nacional pela devastação das florestas, pela diminuição das próprias fontes e dos cursos d'água, como foi muito bem apreciado e analisado por Alberto Tôrres, especialmente numa frase de *As Fontes da Vida no Brasil*:

"O problema do reflorestamento, o da restauração das fontes naturais e o da conservação e distribuição das águas, são, em nosso país, problemas fundamentais, extraordinários, mais importantes que o da viação comum, e muitíssimo mais do que o das estradas de ferro."

Estamos inteiramente de acôrdo, porque reconhecemos que isso leva à destruição do nosso solo. Exportamos a riqueza nacional por ninharias, como acontece em referência ao café, ao algodão, etc., e — conforme, se tiver ocasião, ainda hoje, hei de demonstrar, — sem a compensação devida, sem a troca de produtos que venham enriquecer a economia brasileira.

Senhores, o latifúndio, essas relações semi-feudais no campo, essa disseminação do homem nas grandes propriedades constituem a causa fundamental dos *deficits* de nossas estradas de ferro — doença crônica, doença que não é determinada pela incapacidade dos seus dirigentes, engenheiros cultos, administradores capazes e homens honestos, os quais, no entanto, não conseguem livrar-se dos *deficits* permanentes, dos *deficits* eternos.

Tocou em um ponto sensível o engenheiro José Batista Pereira quando, no VI Congresso Nacional de Estradas de Rodagem, teve ocasião de dizer:

“Temos também estudado com algum detalhe o problema econômico das nossas estradas de ferro, especialmente da rede riograndense (do Sul), e chegamos à convicção de que o seu maior mal é a desproporção entre o tráfego e a extensão da rede, em outras palavras, a baixa renda quilométrica de linha.”

O problema crônico dos *deficits* de nossas estradas de ferro é consequência da falta de proporções entre sua extensão e o valor da produção transportada. A culpa principal corresponde aqui ao latifúndio. As estradas de ferro atravessam milhares de quilômetros de terras inaproveitadas, avaramente conservadas pelos proprietários na expectativa de bons negócios futuros. Como consequência, a marcha para o interior, cada vez a maiores distâncias dos centros consumidores, de todos aqueles que buscam um pedaço de terra para trabalhar. O problema brasileiro não é de *marcha para o Oeste*, mas de utilização econômica de todas as terras que já são servidas por estradas de ferro. Só assim estas terão um transporte quilométrico capaz de econômica utilização da via permanente.

Senhores, depois dessa análise que tive de fazer, a traços breves e de maneira tão rápida, chego à conclusão de que está no latifúndio, na má distribuição da propriedade territorial, no monopólio da terra, a causa fundamental do atraso, da miséria e da ignorância de nosso povo.

A necessidade da reforma agrária já foi compreendida em nosso Continente. Vem sendo feita no México graças ao art. 27 da Constituição de 1917.

A reforma agrária já teve início na Colômbia, no Paraguai e no Chile. Na Argentina, dela também se tratou. Há poucos anos, Alfredo Palacios apresentava a respeito no Parlamento um projeto, ainda cheio de defeitos, mas sem dúvida um passo que ainda não foi dado em nossa pátria, porque não saímos dessas tímidas experiências de colonização de que, na verdade, nada resultou até hoje, a não ser a colonização de três Estados meridionais com emigrantes estrangeiros.

E agora, nos dias de hoje, ao assumir o governo da República Argentina, Péron fala, clara e categoricamente, na necessidade de uma reforma agrária para resolver os problemas fundamentais no país.

Diz ele no seu discurso de posse:

“A política agrária pode resumir-se neste conceito que, reiteradamente, tenho exposto: “A terra não deve ser um bem de renda, mas sim um “bem de trabalho”, porque só assim poder-se-á justificar moralmente que um elemento da natureza, que não foi criado pelo homem, possa submeter-se à apropriação particular. O trabalho tudo dignifica e converte em aceitáveis, costumes e normas jurídicas, que de outro modo resultariam abusivas. Para conseguir essa finalidade que não pode ser atingida de golpe, mas sim escalonadamente, se há de procurar que os

organismos do Estado dêem terra a todos aqueles que a queiram trabalhar, para que, ademais, nenhum filho de chacareiro se veja obrigado a abandonar os campos fugindo da miséria e deixando-se atrair pelas luzes enganosas das cidades, onde a luta é áspera e às vezes sem as compensações espirituais que proporciona o trabalho rude, porém agradável e são, do camponês, quando seu trabalho não está submetido a um salário misérrimo ou a uma produção insuficiente. A terra proporcionada pelo Estado deve ser terra barata, isto é, ajustada a seu valor produtivo e não a um valor elevado por uma especulação determinada pela procura incessante das multidões espoliadas, sempre dispostas a sacrificar as condições de vida própria e dos seus no afã de encontrar um sítio onde levantar seu rancho. Só assim poderemos fazer de nossa agricultura uma indústria estável e converter nosso campo em um mundo cheio de fé e de otimismo. Aumentar o número dos proprietários é o melhor caminho para aumentar o número dos satisfeitos; e acentuamos bem, que não é este o momento de tratar do árduo problema dos latifúndios e dos minifúndios. Limite-me a lançar o princípio, que há de inspirar minha atuação, de que a terra há de ser instrumento de trabalho e não de renda."

Péron desenvolve sua tese para concluir reafirmando que a terra precisa passar, realmente, às mãos dos que a trabalham, isto é, à pequena propriedade, ao pequeno proprietário, àquele que se torne dono da terra em que vai mourejar.

O Sr. Mario Brant — Nesse caso, V. Ex. se declarou contrário ao sistema dos kolrózes.

O SR. CARLOS PRESTES — Exatamente, e o motivo é não ser a época ainda propícia à coletivização. Esta só é possível em sociedade muito mais desenvolvida industrialmente. Só poderemos convencer o camponês, cuja ideologia é individualista e que deseja ter sua economia independente, só poderemos convencê-lo das vantagens da coletivização através da experiência do cooperativismo e com o auxílio do Estado, fornecendo-lhe maquinária e tratores. E o Brasil não está em condições de fazer isso ainda. A União Soviética alcançou a coletivização, porque ela realmente pôs à disposição dos camponeses tratores e máquinas agrícolas, prestando-lhes auxílio técnico e estimulando durante muitos anos o cooperativismo.

Os camponeses compreenderam, na prática, que, no sistema dos kolrózes, teriam de chegar a nível de vida mais alto do que utilizando a sua pequena economia individual. Nós, marxistas, não temos ilusão alguma a respeito da pequena propriedade; sabemos que esta leva, inevitavelmente, à hipoteca, à exploração dos trabalhadores, e, conseqüentemente, à miséria destes.

Mas não se pode passar em nossa pátria da fase de atraso em que se encontra para a coletivização sem essa etapa intermédia da pequena propriedade, sem atender a esse desejo, a essa aspiração das grandes massas camponesas.

Por isso, somos democratas, porque desejamos atender às aspirações das massas e da grande maioria dos camponeses, que não visam a coletivização nem mesmo ainda a nacionalização da terra. O camponês quer ser dono de um pedaço de terra para trabalhar independentemente, na hora que bem entender, na época que achar mais conveniente e vender livremente os produtos que dali tirar graças ao seu esforço, ao seu trabalho e como resultado de sua economia independente.

O Sr. Aureliano Leite — Quais as emendas que V. Ex. praticamente apresenta ao projeto, para corrigir todos esses males?

O SR. CARLOS PRESTES — Chegarei lá.

O Sr. Aureliano Leite — V. Ex. está quase no fim do tempo e ainda não chegou...

O SR. CARLOS PRESTES — O pronto progresso da URSS foi alcançado através da divisão da terra, em 1917. Os camponeses, realmente, se apropriaram da terra...

O SR. PRESIDENTE — Acha-se sobre a mesa um requerimento de prorrogação da sessão por meia hora. Os Srs. Representantes que estiverem de acordo com o mesmo queiram levantar-se. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Sr. Galeno Paranhos — V. Ex. não acha que as cooperativas rurais, de produção e consumo, são úteis aos pequenos agricultores, principalmente para evitar os intermediários?

O SR. CARLOS PRESTES — As cooperativas de produção serão estimuladas, criando-se a pequena propriedade em nossa pátria. Ao pequeno proprietário será indispensável o auxílio técnico, o fornecimento de sementes, o crédito barato, se possível gratuito, para as cooperativas.

Senhores, nos dias de hoje, as reformas agrárias na Europa, principalmente no oriente europeu, têm sido incrementadas; e quero ler uma notícia sobre a experiência que está sendo posta em prática na Alemanha, na Prússia Oriental. O jornalista norte-americano Norman Mc Donald, que esteve lá, em contacto com os camponeses, naquela zona justamente dos latifúndios, dos *junkers*, dos generais da *Wermacht*, disse:

"Dentro dessa propriedade havia uma aldeia, onde viviam uns 450 trabalhadores. Ajuntamento típico, coisa que há no norte germânico, com casas de tijolos, baixas e cercadas de olmos muito altos. O prefeito do lugar, camponês rude e fichado como comunista desde 1923, explicou ao jornalista como fizera a divisão dessas terras confiscadas. Primeiro, nomeou um "comité" incumbido de registrar os nomes de todos que quisessem o seu quinhão. Raríssimos foram os que não quiseram. Operou-se, então, o levantamento do latifúndio e estabeleceu-se a seguir um plano. Este consistia em dividir-se o total em lotes de 50 a 62 hectares, conforme a qualidade da área.

Cada lote recebeu um número e o mapa foi exibido ao público, durante três dias. Depois, convocou-se uma reunião geral, discutiu-se o serviço e processaram-se os ajustamentos de acordo

com as sugestões dos camponeses presentes. Tudo aprovado não só pelos interessados, como pelas autoridades, chegou o dia da festa. A população aglomerou-se na Casa Grande, ouvindo-se discursos. Tocou uma banda de música. Impôs o silêncio, cada camponês tirou um papelzinho de dentro de um chapéu transformado em urna, papelzinho que indicava um número, correspondente a um lote, gravado no mapa."

Essa, a divisão que o nosso camponês também deseja, divisão indispensável, na verdade, para que possamos dar um passo para adiante no caminho do progresso. A verdade é que a situação das massas camponesas é insuportável, de maneira que o problema será resolvido de qualquer forma.

Já em 1934, o Sr. Teixeira de Freitas alarmava-se com a situação econômica do nosso país. Em conferência que então pronunciou, teve ocasião de dizer:

"Mas, senhores, ou a Nação desperta para a plena consciência desta tremenda diátese que lhe mina surdamente as fontes de vida e lhe destrói aos poucos os liames de sua unidade, ou os momentos calamitosos não tardarão a chegar. Quem semeia ventos colhe tempestades... O mal-estar vai ganhando tôdas as camadas sociais e mesmo que não se saiba o que se deve corrigir, vai-se implantando em todos os espíritos a convicção de que é preciso um grande abalo, uma radical mudança de rumo na vida nacional. Uma tentativa fizemos, cautelosa, prudente, conservadora, e nada se conseguiu. E todos vão concluir que tudo continuou tão mal quanto antes porque a medicina não foi bastante enérgica. Mas então essa terapêutica de choque há de tender a direções novas, além do que, pela sua violência, romperá o estado de equilíbrio em que social e politicamente nos mantivemos até agora, e fará surtir de improviso as forças ocultas que os nossos erros estão inconscientemente acumulando. E um impulso de dissociação insopitável nos surpreenderá, visando afastar a ordem atual, procurando os antípodas da estruturação vigente, na simplista preocupação das tentativas empíricas. Se a ordem atual está fundada politicamente na grande unidade brasileira e socialmente na organização capitalista, mais provável será que a subversão se oriente na destruição das duas condicionantes fundamentais da organização vigente. E quem poderá prever o caos que daí resultará? Quem poderá avaliar, numa solução brusca de continuidade, até onde chegará o entrecchoque das forças elementares desencadeadas de todos os quadrantes sociais, no seio de uma comunidade já tão combatida nas suas energias vitais?

Esta prefiguração é de fazer tremer. E' de causar horror."
(Pág. 703.)

"As gambiarras de nossa falsa civilização nos ocultam aos olhos a intimidade do quadro de miséria, de sofrimento e de re-

Ima e 9 minutos 10 segs

volta, que, mesmo em nossas capitais, essa situação mantém e agrava. E na vida interior, êsse doloroso espetáculo de milhões de criaturas emrudecidas, vergadas ao pêso de morbidezas incontáveis, sem um amparo, sem um conforto, vivendo em pocilgas segundo o mais baixo teor de vida imaginável, e trabalhando de sol a sol para colher um mísero salário que mal lhes mata a fome, tal a inferioridade do alimento utilizado, êsse espetáculo já não fere a sensibilidade embotada, porque nisso tudo vemos o quadro normal da vida e empesina no Brasil, algo como que uma fatalidade cósmica contra a qual nada há que fazer, nada vale tentar.

Êsse é o fadário dos homens do campo — gado para o trabalho, para a exploração e para o sofrimento. Se assim sempre foi, que assim continue sempre a ser, pois que tudo isso de tão velho e de tão estável na ordem natural das coisas, parece estar também na ordem providencial, que nos deu complacente e amiga essa infundável teoria de serviços da gleba para sustentar os “brasileiros” e outros privilegiados das metrópoles, os que fazem a “civilização” do Brasil. E continuemos a tratar as coisas e a gente da “roça” com a superior indiferença que a sua distância e o seu atraso nos mereceram até hoje e como o pedirem as nossas imediatas e tão exigentes necessidades, pouco se nos dando, por exemplo, que a lavoura cafeeira produza penosamente ao pêso de exorbitantes impostos e mantendo em exploração sob o engôdo dos preços artificialmente elevados, velhas plantações em zonas que vantajosamente se poderiam dedicar a outras culturas, nem tão pouco que essa produção haja sido tôda ela beneficiada e transportada, e que afinal se tenha tornado preciso destruí-la na quantidade assombrosa de 30.000.000 de sacas, sem atender ao doloroso prejuízo da economia mundial, e em detrimento, afinal, da própria economia brasileira como prêmio e estímulo aos países cafeicultores nossos concorrentes...” (págs. 706-707), *Revista Brasileira de Estatística*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Ano IV — Outubro-dezembro de 1943 — N. 16.

De então para cá, a situação só tem se agravado e exige cada vez mais remédios urgentes e vigorosos. Cabe a nós encontrar solução legal, constitucional, armar constitucionalmente o Governô para que, de facto, fique em condições de resolver o problema sem maiores dificuldades. E foi isto, justamente, o que não encontramos no projeto de Constituição. Julgamos imprescindível a providência, para evitar o caos, a guerra civil, porque o progresso do país não pode ser barrado por uma classe dominante, senhora da terra, proprietária das maiores extensões do nosso solo, e que não admite essa divisão, indispensável aos próprios grandes proprietários, os quais já sentem as conseqüências dessa miséria, dêsse atraso e dessa ignorância.

Foi por isso, Senhores, que oferecemos algumas emendas, as mais modestas, procurando justificá-las com a argumentação até agora desenvolvida.

Outras referem-se aos parágrafos 21, do art. 159, e 4.º do art. 164; ambos tratam do conceito de propriedade. O conceito de propriedade, como atualmente está na Constituição, é, ainda, obstáculo terrível para qualquer reforma agrária, reforma constitucional como a que defendemos neste momento. As emendas que propomos substituem a redação desses parágrafos por outra. Quanto ao § 21, do art. 159, sugerimos esta:

“E’ garantido o direito de propriedade, desde que não seja exercido contra o interesse social ou coletivo ou quando anule, na prática, as liberdades individuais proclamadas nesta Constituição ou ameacem a segurança nacional.”

Aí nos referimos mais aos *trusts* e cartéis, aos bancos estrangeiros; quanto aos direitos elementares, sabemos que nas grandes propriedades, os direitos dos cidadãos não são absolutamente respeitados. Na maioria das nossas grandes propriedades, os direitos dos proprietários são superiores a todos os direitos de seus trabalhadores, aos mais elementares direitos dos cidadãos, que vivem sujeitos ao chicote do capataz, ao regime brutal dos restos do feudalismo.

E quanto ao § 4.º do art. 164 — (aliás, esse e o § 21 do art. 159, por tratarem do mesmo assunto, talvez possam ser reunidos em redação conjunta):

“O direito de propriedade e seu uso serão condicionados ao bem estar social, de modo que permitam a justa distribuição deles com iguais oportunidades para todos.”

O Sr. Nestor Duarte — Com a emenda de V. Ex., poderá ser supresso o artigo.

O SR. CARLOS PRESTES — Não pode ser supresso, porque aqui se trata do direito de propriedade.

Propomos, ainda, modificar-se o § 17 do art. 164, dando-se-lhe a seguinte redação:

“A lei facilitará a fixação do homem no campo, tomando as medidas necessárias para o fracionamento dos latifúndios, para o desenvolvimento das pequenas propriedades, para a criação de novos centros de população agrícola, com as terras e as águas que lhes sejam indispensáveis para o fomento da agricultura e para evitar a destruição dos elementos naturais e os danos que a propriedade possa sofrer em prejuízo da sociedade.”

Em relação ao § 18 do mesmo artigo 164, sugerimos redigir-se assim:

“As terras aproveitáveis para exploração agrícola ou pecuária, não utilizadas, nas zonas de maior densidade demográfica e à margem das estradas de ferro e de rodagem, bem como as terras beneficiadas por obras públicas e as grandes propriedades mal

utilizadas ou abandonadas, passarão ao Estado, mediante lei especial, para que, da mesma sorte que as terras devolutas, sejam distribuídas, gratuitamente, aos camponeses sem terras."

Ao § 22 do artigo 164, aditamos emenda, a respeito de justiça gratuita para os camponeses, nos contratos de arrendamento e outras relações com os proprietários da terra.

O Sr. Galeno Paranhos — A simples distribuição das terras não resolve o problema. A questão dos latifúndios é, justamente, a das terras não exploradas economicamente. Quer dizer: o proprietário desses tratos de terra, uma vez que as explore intensamente, está atendendo às necessidades sociais.

O Sr. Nestor Duarte — E', exatamente, o que diz a emenda.

O SR. CARLOS PRESTES — Temos de partir da distribuição da terra, para que sejam criadas e estimuladas as pequenas propriedades, por meio do cooperativismo e do crédito barato, ajudadas pelo Estado, para que a agricultura se possa desenvolver no Brasil.

O Sr. Galeno Paranhos — A medida é anti-econômica.

O SR. CARLOS PRESTES — Senhores: o progresso do Brasil exige que seja modificado o conceito de propriedade monopolística da terra.

E' a miséria da grande massa camponesa sem terras que determina a miséria da renda nacional e, conseqüentemente, da renda pública. A medida que o mundo avança, aumentam, necessariamente, as despesas públicas com instrução, saúde, defesa nacional, estradas, obras públicas, etc.

O aumento do mercado interno é indispensável para que possa realmente desenvolver-se a indústria nacional.

Nesse sentido, Sr. Presidente, pretendia fazer algumas considerações a respeito do que tem havido de precário no desenvolvimento de nossa economia industrial.

Citarei, então, o Sr. Roberto Simonsen, que se refere ao *aviltamento* progressivo ou continuado de nossa moeda, conseqüência, ainda, da grande propriedade, conseqüência também da monocultura e da exploração de determinados produtos, ligadas aos grandes banqueiros estrangeiros. E' o que diz S.S. à pág. 37, de seu trabalho *A Indústria em face da Economia Nacional*.

Não há dúvida que o fator essencial no encarecimento dos produtos de importação e na elevação continuada do custo da vida está no aviltamento de nossa moeda. Mas, a que é devido esse aviltamento? — A política econômica de colonização do país adotado pelos latifundiários e seus sócios os grandes industriais nacionais ligados aos Bancos estrangeiros — toda a nossa política econômica foi e é orientada visando o comércio com o exterior e este está inteiramente nas mãos dos Bancos estrangeiros. A linha seguida consiste em diminuir, cada vez mais, o valor ouro dos produtos exportados de maneira a aumentar cada vez mais a diferença entre o que efetivamente recebemos e o que em troca entregamos. Esta política de aviltamento da moeda, de inflação continuada é a que interessa

aos industriais que ganham fortunas principalmente quando, proibidas as greves operárias, podem manter salários de fome e retardar um reajustamento econômico inevitável. Feito o reajustamento econômico, uma nova baixa da moeda nacional se sucede, e assim continuamente.

Senhores, são os reajustamentos repetidos, as baixas sucessivas da nossa moeda, a que o Sr. Roberto Simonsen se refere, que geram o aviltamento continuado da nossa moeda; porque, se hoje estamos em inflação, ela é todo um processo na vida econômica nacional. Os exportadores querem preço papel cada vez maior para os seus produtos, determinando a queda do câmbio, a baixa do cruzeiro, e essa baixa do cruzeiro determina o encarecimento da vida no país. O reajustamento se dará, mais dia menos dia, e, dado o reajustamento, volta o fazendeiro a exigir novos preços.

Agora mesmo dá-se novo reajustamento no interior de São Paulo, aumentam inevitavelmente salários rurais ou fogem os trabalhadores para a cidade. A falta de braços no interior do Estado exige a alta dos salários tanto nas fazendas de café como nas plantações de algodão. O que leva os fazendeiros a pedirem novos e mais altos preços para os produtos de exportação.

Como conseguir, porém, melhores preços, quando eles dependem do mercado internacional? A solução é baixar o câmbio, passar o dólar de 20 para 25, 30, 40 cruzeiros, precipitando assim uma nova fase de inflação.

Senhores, sobre o assunto, organizei um quadro em que está suficientemente analisado esse aviltamento continuado de nossa moeda.

Tomemos o valor da tonelada importada correspondente ao da tonelada exportada. Veremos que no Brasil, em 1926, o valor médio da tonelada exportada era, em libras, 50.73, e, em 1940, baixou para 9.88, enquanto que a tonelada importada baixava de 16.16 para 7.02. Quer dizer, se comprávamos, em 1926, com uma tonelada exportada, 3.14 toneladas, comprávamos em 1940, somente 1.41.

Em 1938, com o valor de uma tonelada exportada, só foi possível adquirir 1,27 toneladas de mercadorias estrangeiras, em vez das 3,14, de 1926, ou mesmo das 3,00, de 1929. Prejuízo, portanto, de 59 %, relativamente a 1929. O trabalho nacional está sendo delapidado crescentemente, a terra exgotada e, em troca, torna-se cada vez mais difícil a substituição da aparelhagem, a compra de adubos, etc. Um exemplo prático: A máquina que nos custava £ 500, em 1929, podia ser adquirida em troca da exportação de 11,5 toneladas de nossa exportação, enquanto, em 1938, a mesma máquina cujo preço já tenha sido reduzido a metade, £ 250, só pode ser comprada em troca da exportação de 27,2 toneladas de nossa produção.

E' a desvalorização continuada, é o desperdício, a entrega da riqueza de nosso solo, de nosso trabalho, por valores cada vez menores. Portanto, a depreciação completa de nosso trabalho, o empobrecimento, a pauperização do país, enfim, de toda fortuna nacional.

Eis, completo, o quadro a que fiz referência:

Anos	Toneladas importadas com o valor correspondente de uma tonelada exportada	Valor médio de tonelada importada em £	Valor médio de tonelada importada em £
1.925	3.14	50.73	16.16
27	2.91	41.99	14.43
28	3.02	46.95	15.53
29	3.06	43.32	14.13
1.930	2.63	28.91	10.99
31	2.75	22.16	8.06
32	3.44	22.44	6.52
33	2.62	13.73	7.15
34	2.52	16.13	6.41
1.935	1.83	11.95	6.32
36	1.92	12.57	6.54
37	1.66	12.90	7.78
38	1.27	9.14	7.17
39	1.37	8.92	6.52
40	1.41	9.88	7.02

Mas, Senhores, devemos, ainda, ter olhos para ver e sinceridade para confessar as conseqüências do monopólio da terra, que assegura o predomínio político de uma minoria. Essa é a realidade nacional, e é a realidade desde o Império, em que predominavam os senhores de escravos, e, depois, durante toda a República, em que a classe dominante tem sido e é precisamente a dos grandes proprietários da terra.

Nesse sentido, foi notável a coragem com que o nobre Deputado Sr. Aliomar Baleeiro, cujo nome pronuncio com respeito e admiração, há poucos dias, nesta Casa, assinalou justamente isso. Disse ele:

“Representantes de uma elite, saída das classes beneficiárias pela situação atual. Se se fizer um inquérito a respeito da composição social e profissional desta Assembléia, verificaremos que todos nós, ou pelo menos nossos parentes, saímos das classes agrárias, que se têm libertado sempre do pagamento de impostos, que então passam a recair sempre diretamente sobre o proletariado.

Devemos confessar que somos fiéis a uma tradição velha; mas por outro lado, devemos reagir, e então, impregnarmo-nos dos princípios de moral política, cumprindo o nosso dever leal, consciente e deliberadamente, antes que não-lo exijam. Não espere-mos que a revolução social bata às nossas portas, se podemos conjurá-la, matando a fonte de ressentimentos, de inquietações, de desgostos, de recalques, que há no coração do povo brasileiro.”

Refere-se S. Ex. justamente a essa minoria, que é, sem dúvida, a minoria prevalecente na classe dominante. Junto a essa minoria hoje já existem grandes industriais, alguns deles desligados da propriedade da terra. Mas, na verdade, a maioria dos nossos grandes industriais também estão ligados à propriedade da terra, porque são os antigos fazendeiros, que empregaram recursos na indústria. Industriais que em nossa pátria estejam mais livres dessas ligações com a grande propriedade, somente no Rio Grande do Sul.

E' que a indústria no Rio Grande do Sul teve origem diferente; seu industrial de hoje foi em geral o artesão de ontem, que enriqueceu na zona colonial.

E sobre o mesmo assunto desejava citar páginas de Bernardino Horne a respeito da influência nefasta desses grandes proprietários, como classe que impede, que procura barrar o progresso do país.

“A estância e o latifúndio dão origem à formação de uma classe de grandes proprietários rurais, que governa o país e que constitui uma barreira intransponível para a subdivisão da terra e para a formação de uma classe agrária baseada nessa subdivisão, que é o caminho seguido por outras nações, transformadas, devido a essa organização, em grandes e progressistas potências.

E. Echeverría denunciava, em plena ditadura, em 1848, o estado de pobreza e de servidão em que vivia o proprietário rural, que havia sido saqueado pelas classes governantes. “Proclamou-se a igualdade — acrescentava — e reina a mais espantosa desigualdade; gritou-se liberdade e ela só tem existido para um certo nú-

mero; ditaram-se leis e estas só têm protegido ao poderoso. Para o pobre não há leis, nem justiça, nem direitos individuais, mas violência, perseguições injustas.” (*Política Agrária y Regulación Económica*, B. C. Horne — Ed. Losada, B. Aires — pág. 54.)

E, mais adiante, à pág. 55 (lé):

Sarmiento, em *Facundo*, descreve em palavras exatas a situação de nossa campanha naqueles anos. Diz: “Imaginal uma extensão de duas mil léguas quadradas, tôdas povoadas, mas colocadas as populações a quatro léguas de distância uma de outra, a oito léguas, às vêzes, e as mais próximas a duas. A sociedade desapareceu completamente; só resta a família feudal, isolada, reconcentrada.” (Op. cit.)

E’ o monopólio da terra que gera as oligarquias estaduais e municipais, que anula na prática a democracia e a própria autonomia municipal. Vivemos, os do povo, sob o predomínio dos coronéis, chefes e chefetes, senhores de barão e de cutelo.

A solução pacífica, legal, constitucional é possível. E quando a afirmamos, repetimos palavras de Lênin.

A muitos parece que os comunistas, os marxistas têm a mania da violência. E’ o contrário. Ninguém mais do que nós sabe e conhece as conseqüências da violência para os trabalhadores, para as grandes massas populares. São os trabalhadores, são os homens do povo que vão morrer nas barricadas ou sofrer no fundo dos cárceres. Não são nem os generais golpistas, nem os políticos demagogos: é o povo.

Não somos, portanto, pela violência. A violência aparece como conseqüência da violência da classe dominante. E’ ao que estamos assistindo ainda nos dias de hoje, porque enquanto o Partido Comunista procura lutar pela solução pacífica dos problemas nacionais — e continua a lutar por essa solução, estendendo a mão aos governantes e a todos os partidos políticos para que se unam na busca dessa solução pacífica — a resposta que recebemos são os fuzilamentos em praça pública, são as brutalidades nos cárceres policiais. A violência não é indispensável para nós e sempre que é possível encontrar solução pacífica, lutamos por ela.

Lênin, no artigo escrito justamente um mês antes da revolução de outubro, mostrava às classes dominantes e ao povo russo que ainda existia a possibilidade — mas a última, dizia ele — de solução pacífica dos problemas da revolução democrática burguesa, que devia completar-se na União Soviética para iniciar-se a revolução socialista.

Eis o que diz Lênin:

“Diante da democracia da Rússia, diante dos Soviets, diante dos partidos dos social-revolucionários e mencheviques, abre-se hoje a possibilidade, que se dá raríssimas vêzes na história das revoluções, de assegurar, dentro do termo assinalado, sem novos adiamentos, a convocação da Assembléia Constituinte, a possibilidade de salvar o país do perigo de uma catástrofe militar e econômica.

a possibilidade de assegurar o desenvolvimento pacífico da revolução.

Se os Soviets assumirem hoje, integral e exclusivamente, a responsabilidade do Poder do Estado para pôr em prática o programa que deixamos traçado, terão assegurado não só o apoio das nove décimas partes da população da Rússia, da classe operária e da imensa maioria dos camponeses, como também contarão, além disso, com o maior fervor revolucionário do exército e da maioria do povo, sem o qual é impossível vencer na luta contra a fome e a guerra.

Hoje nem se poderia falar de fazer resistência aos Soviets se estes, por sua parte, não vacilassem. Não haverá uma só classe que se atreva a sublevar-se contra eles; e os proprietários rurais e capitalistas, doutrinados pelos ensinamentos do golpe de Kornilov, cederão pacificamente o Poder, tão logo o exijam os Soviets, em forma de *ultimatum*. Para vencer a resistência dos capitalistas contra o programa dos Soviets, bastará fazer com que os operários e camponeses vigiem os exploradores e adotem contra os recalcitrantes medidas tais como, por exemplo, a confiscação de todos os bens, combinada com um breve período de cárcere.

Assumindo o Poder, os Soviets poderiam assegurar hoje mesmo — e o mais provável é que seja esta sua última oportunidade — o desenvolvimento pacífico da revolução, a possibilidade de que o povo eleja pacificamente seus deputados, a luta pacífica dos partidos dentro dos Soviets, a contradição prática dos programas dos diversos partidos, a passagem pacífica do poder das mãos de um partido às mãos de outro.

Se se deixar passar este ensejo, os rumos que a revolução vem seguindo desde o movimento de 20 de abril até o golpe de Kornilov, demonstram que é inevitável a mais encarniçada guerra civil entre a burguesia e o proletariado.

A catástrofe, irremissível, acelerará essa guerra civil que, julgando por todos os dados e razões acessíveis à inteligência humana, terminará forçosamente com o triunfo completo da classe operária, apoiada pelos camponeses pobres, para a realização do programa aqui exposto. Porém, esta guerra civil pode ser muito dura e muito sangrenta, pode custar as vidas de dezenas de milhares de latifundiários, capitalistas e oficiais que simpatizam com eles. O proletariado não retrocederá diante de nenhum sacrifício para salvar a revolução, a qual não é possível, senão aplicando o programa que aqui deixamos traçado. Entretanto, se os Soviets se decidissem a aproveitar esta última ocasião para imprimir à revolução um rumo pacífico, o proletariado os apoiaria com todas as suas forças. (Lénin — *Obras Escogidas* — Tomo III, págs. 132-133.) *Ediciones en lenguas extranjeras* — Moscou — 1943.

Mas, além do latifúndio, dificulta também, e impede o nosso desenvolvimento econômico a dominação do capital estrangeiro. *Além de semi-feudal é também semi-colonial o nosso país.*

Estradas de ferro, portos, serviços públicos dos mais importantes, está tudo nas mãos dos grandes banqueiros estrangeiros direta ou indirectamente. A penetração do capital estrangeiro "explora e especula com o nosso atraso", como afirma com justeza Bernardino Horne:

"As terras, os recursos naturais, suas enormes riquezas, as estradas de ferro, os serviços públicos, as vias de comunicações e de transporte, o comércio e, enfim, toda a atividade econômica dessas jovens nações, passa ao poder de grandes empresas capitalistas que dominam toda a sua vida. *Explora-se e especula-se com o atraso.* Não se deseja a subdivisão das terras, nem se povoam as mesmas com imigrantes, a não ser de forma precária. Não há a preocupação de levantar o nível de vida nem de cultura dos povos. Isso constituiria um perigo, pois daria lugar à formação de uma consciência própria, como a que conduziu à independência.

Nessa situação, em graus diferentes, encontram-se as nações do novo mundo no XX século. Suas economias, apoiadas quase exclusivamente na produção agro-pecuária, não têm uma base sólida, uma vez que a terra continua em mãos de uma minoria que a açambarcou, há tempos, e não se formou uma classe produtora próspera, educada, independente. Algumas leis destes últimos anos e os movimentos que os camponeses vêm realizando, permitem abrigar a esperança de que, com o despertar de sua consciência, um novo período se iniciará.

O atraso em que têm vivido, a falta de associação e a despreocupação de todos, fazem com que não saiam da prostração em que se encontram.

Nestes podemos distinguir várias situações, que nos diversos países são mais ou menos análogas. Por um lado, os camponeses que têm a propriedade de suas terras, cuja percentagem é mínima; por outro lado, os que arrendam a terra ou a exploram de acordo com um contrato de parceria, pagando a sua utilização com uma percentagem dos produtos.

A situação de todos esses camponeses, em geral, é pouco próspera. (*Política Agrária e Regulacion Economica* — Bernardino C. Horne — Editorial Losada — Buenos Aires — pág. 47.)

E' o imperialismo que explora impiedosamente os povos dos países potencialmente ricos, mas na verdade ainda atrasados e cada vez mais atrasados. Sua ação é, no fundamental, prejudicial à economia nacional, ao progresso, já que deforma segundo seus interesses os rumos da economia nacional. Os lucros, sempre exagerados, ou são enviados para o estrangeiro ou, no caso de aplicação no país, servem para justificar lucros futuros cada vez maiores.

Basta examinar o caso da Light. Em 1910, tinha um capital de 30.000.000,00 de dólares. Esse capital não foi realmente aumentado com outras somas de dinheiro estrangeiro trazido para o Brasil. Em 1942 proclamava aquela Companhia possuir capital no valor de 181.000.000,00 de dólares. Seus lucros são superiores ao capital his-

tórico inicial, que realmente empregou. Quanto ao preço dos seus serviços, a Comissão nomeada pelo Ministério da Viação, em 1931 e 1932, examinando-os naquela época, verificou que o custo de produção do "kwh", que se cobrava a quase Cr\$ 1,10, foi calculado em Cr\$ 0,03.

O poder dos *trusts*, dos monopólios, dos grandes banqueiros é suficiente para tudo dominar. E' o suborno dos homens e a espionagem, e as perseguições aos que se não doham.

Um governo progressista precisa estar suficientemente armado para agir com energia e presieza, dentro da lei e da Constituição, contra os poderosos das finanças. E' indispensável assegurar desde já a nacionalização (passagem ao poder do Estado) das emprêsas que ocupam postos estratégicos da economia.

Nesse sentido, formulamos emendas substitutivas dos §§ 5, 6 e 7 do art. 164 e uma aditiva às *Disposições Transitórias*, tôdas a respeito dos grandes *trusts*, e nos seguintes termos:

Art. 164 — § 5.º — Redigir assim: "Em nenhuma hipótese será permitida a constituição de trustes, cartéis, monopólios, entendimentos ou ajustes de qualquer organização, grupo, emprêsa, ou indivíduo, sejam de que natureza forem, para dominar os mercados internos, eliminar os concorrentes e explorar os consumidores pelos preços ou qualquer outra forma de opressão."

Art. 164 — § 6.º — Redigir assim: "A lei regulará a nacionalização progressiva dos bancos, das emprêsas de seguro e de capitalização, e de outras de fins análogos, em tôdas as suas modalidades."

Art. 164 — § 7.º — Redigir assim: "A lei regulará a nacionalização das emprêsas concessionárias de serviços públicos, federais, estaduais e municipais."

Serão revistos todos os contratos lesivos aos interesses nacionais e será determinada a fiscalização e a revisão das tarifas dos serviços explorados por concessão, que deverão ser calculadas com base no custo histórico, não se permitindo a evasão de lucros para o estrangeiro, mas aplicando-os em benefício do melhoramento e expansão dos serviços e elevação do nível de vida dos empregados. A lei se aplicará às concessões feitas no regime anterior de tarifas estipuladas para todo o tempo de duração do contrato.

Disposições transitórias

Art. — Onde convier — "A lei regulará a nacionalização dos trustes e monopólios que pelo seu poderio econômico ameacem, na prática, ou possam ameaçar o gôzo das liberdades asseguradas nesta Constituição, bem como aqueles que pelo seu poderio ameacem ou possam ameaçar a independência nacional."

Senhores, apreciados dessa maneira sumária, rápida, do ponto de vista econômico, os dois grandes males que estão, de facto, impedindo o progresso do Brasil, — as grandes propriedades ou o monopólio de terras e a exploração do povo pelo capital estrangeiro monopolizador, — passamos agora ao lado político do problema.

Porque, reciprocamente, para que os dispositivos constitucionais progressistas sejam postos em prática, para que seja mesmo respeitado o espírito da Lei Magna, indispensável se torna que nela fique assegurada a efetiva participação das forças populares no governo e que tudo seja feito para impedir o retrocesso a novas ditaduras.

O Presidencialismo de nossas Constituições republicanas não foi nem é ainda, neste Projeto que discutimos, fruto do acaso, do simples critério dos homens. Traduz o predomínio de uma classe, de senhores feudais, sucessores de senhores de escravos, que, habituados a mandar, não podem admitir na prática a livre discussão, nem aceitam a possibilidade de governar em colaboração com outras classes. O Presidente da República substituiu o monarca que, se tinha a denominação de poder moderador, era de facto, no entanto, chefe hereditário dos senhores de escravos cujos interesses sempre defendeu. No final das contas, o nosso Parlamentarismo na monarquia era, na verdade, uma tão grande caricatura do verdadeiro Parlamentarismo burguês europeu, quanto o nosso Presidencialismo republicano, do Presidencialismo norte-americano. O problema, pois, não é teórico e não está propriamente na escolha entre uma ou outra forma de governo republicano, mesmo porque, como já disse nesta casa o Sr. Nestor Duarte, o Direito Constitucional é o mais nacional dos direitos. Trata-se de estudar a realidade brasileira, trata-se de meditar sobre toda a experiência política de nosso povo, a fim de buscar a forma mais apropriada ao progresso e à verdadeira prática da democracia no país.

Além disso, vivemos hoje, em nova época, em que os povos que não querem perecer precisam progredir. A própria classe dominante que forneceu todos os ditadores está abalada e como já não conta com o apoio externo de tiranos como Hitler e Mussolini, se quiser governar ainda e evitar os choques de classe violentos, precisa aceitar a colaboração das outras classes. E essa colaboração, no Presidencialismo, é das mais difíceis, senão impossível. E' indispensável que o *poder supremo* da Nação seja exercido por uma Assembléia em que estejam representados todos os Partidos, todas as correntes políticas na proporção de suas forças e que em uma tal Assembléia, que será legislativa, tenham origem os outros ramos do poder.

A objeção teórica da separação dos poderes não pode abalar o argumento da necessidade prática e já não tem razão de ser depois da experiência mundial e brasileira.

Montesquieu, com sua teoria da separação dos poderes, doutrinou numa época em que era necessário liquidar o poder absoluto da monarquia, que precisava ser abolida através daquela separação.

O Sr. Nestor Duarte — Muito bem, apoiado.

O SR. CARLOS PRESTES — Hoje, vivemos uma época diversa e o contrário se passa. Tal separação jamais existiu em parte alguma, e, aqui no Brasil, foi sempre substituída pelo predomínio do Executivo.

Permito-me, ainda, citar palavras do grande advogado francês, Marcel Willard, que participou da resistência francesa. Há poucos meses, referindo-se justamente a essa separação de poderes num país como a França, onde foi sempre mais respeitada do que em nossa pátria, diz:

"Na verdade, essa pretensa separação dos poderes absolutamente não separava os poderes entre si, mas os separava de sua origem, e sômente dela, quer dizer, do povo; separação entre o eleitor e o eleito; separação entre a Assembléia eleita e os órgãos do poder; e, nas brechas, infiltrava-se insidiosamente um quarto poder; oculto, mas real êste último, o da oligarquia financeira, dos bancos, dos monopólios e, a partir de um meio século, o dos trusts, donos e senhores verdadeiros do aparelho estatal."

Ouvimos, há poucos dias, a palavra do Senador Hamilton Nogueira, a respeito do Major Mac Crimmon, agente audacioso de uma empresa estrangeira, de um dos trusts mais poderosos em nossa terra, que procura jogar um poder contra o outro, no intuito de abrir uma brecha para dominar, como, realmente, está dominando, no Brasil.

Diz o Senador Hamilton Nogueira, cujas palavras, também, pronuncio com o devido respeito e a *data venia* necessária:

Quanto ao trabalho da Comissão Parlamentar declarou mais o Major Mac-Crimmon que a sua intervenção, com espírito conciliador, era uma forma de negociar, apesar de que só o Poder Público, por meio de medidas de caráter administrativo, estaria em condições de decidir sôbre o caso, pois *sômente o Poder Executivo tem, dentro das suas atribuições, os característicos de crítico, perito e juiz que falcem à Comissão Parlamentar.*"

Sr. Presidente, essas declarações merecem alguns reparos. O primeiro dêles, de ordem jurídica. Não sou advogado, não sou jurista, mas tenho bom senso, e o que verificamos aqui é o seguinte: o Sr. Mac-Crimmon, no sentido de defender os lucros excessivos de sua empresa contra a justiça que se deve fazer aos trabalhadores, *quer jogar o Poder Legislativo contra o Executivo.*"

Quero terminar minhas palavras.

Não há razão, também, para o sistema bi-cameral, com um Senado eleito por sufrágio não proporcional. Uma Câmara de tal natureza será mais um instrumento para a dominação absolutista da classe dominante, dos senhores latifundiários, da oligarquia possuidora do monopólio da terra que ainda exerce predomínio absoluto no interior do país. O sufrágio majoritário fará do Senado um organismo terrivelmente reacionário.

O Sr. Nestor Duarte — Apoiado. Ainda hoje, no conclave da U.D.N., discutiu-se êsse assunto e ficou assentada a conclusão de que o Senado, pelo processo de eleição majoritária, torna-se um órgão de prepotência.

O Sr. Ademar Rocha — Foi a tese ali defendida.

O SR. CARLOS PRESTES — Êstes os motivos por que apresentamos um substitutivo aos Capítulos II, III e IV (art. 7.º ao art. 111) do Título II do Projeto e propomos seja suprimido o art. 6.º, que trata da separação de poderes. Baseamo-lo no ante-projeto oferecido a esta Casa pelo Sindicato dos Advogados, com algumas modificações.

Quero lêr, no momento, entre outros, os seguintes artigos:

"Art. — A Assembléa Nacional é eleita pelo povo e exerce o poder supremo da nação.

Art. — A Assembléa Nacional se compõe de deputados eleitos por sufrágio universal, e pelo voto direto, igual e secreto, na proporção de um deputado para 25 mil eleitores, por Estado, Território e Distrito Federal.

Art. — De dois em dois anos, a Assembléa Nacional elegerá um Conselho Legislativo composto de um Presidente, 2 Vice-Presidentes, 3 Secretários e mais 31 membros, tendo nele representação obrigatória e na medida do possível proporcional todos os partidos políticos nela representados.

Art. — O Conselho elegerá, dentre os seus membros, uma Comissão Executiva, que funcionará permanentemente, como órgão executivo.

Art. — A Comissão Executiva é composta de 1 Presidente da República e dos seguintes ministros... todos responsáveis pelos seus atos perante a Assembléa Nacional."

Senhores, não é possível continuar. Este o substitutivo que apresentamos aos capítulos II, III e IV do Título II do projeto.

Propomos Executivo e Judiciário subordinados à Assembléa e o Judiciário em parte eleito diretamente pelo povo.

Enfim, o que julgamos sumamente perigoso é insistir no Presidencialismo na maneira por que o foi o Projeto. Cometeríamos um crime insistindo em estabelecer novamente a ditadura de facto do Executivo, porque assim agindo estamos apontando com a Revolução para todos aqueles que querem o progresso do Brasil e não se conformam com a morte da democracia em nossa pátria.

O Presidente da República, eleito por voto majoritário, será sempre o representante de uma só classe, a mais poderosa, interessada na conservação do *statu-quo* por maiores que sejam os sofrimentos do povo. O Presidente eleito pela Assembléa muito mais facilmente poderá ser o representante de uma coligação partidária em que, ao lado de reacionários, entrem representantes de classes progressistas.

O SR. PRESIDENTE — Atenção: Peço licença ao nobre Representante para comunicar-lhe que se acha sobre a mesa requerimento pedindo a prorrogação da sessão por mais meia hora. Entretanto, restam ao orador, nos termos do Regimento, apenas 10 minutos, que concederei a S. Ex. se a Casa deferir o requerimento. Os Srs. que concedem a prorrogação, queiram levantar-se. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. CARLOS PRESTES — Enfim, Senhores, para nós se voltam as esperanças da Nação e temos sem dúvida em nossas mãos, ao elaborar a Carta Constitucional que regerá nossos destinos nos anos mais próximos, força bastante para assegurar a democracia e abrir prespectivas no caminho do progresso para nossa pátria.

Apesar de todos os erros que já tenhamos podido cometer, nosso prestígio é ainda dos maiores e, se soubermos continuar lutando em defesa da democracia e da soberania desta Assembléa, nenhuma força poderá vencê-la nem será mesmo capaz de ameaçá-la.

Mas utilizemos este pôsto, e cõscios de nossas responsabilidades perante a Nação, promulguemos a Constituição democrática que reclama a nova era em que vivemos, Constituição capaz de liquidar todos os privilégios, de assegurar os Direitos sagrados do Homem e de impedir a volta de Ditaduras retrogradadas e obscurantistas. E que a nossa Lei Magna assegure aos governos progressistas que hão de vir a possibilidade de resolver pacificamente, dentro da Lei, quer dizer, constitucionalmente, os problemas fundamentais de nossa economia — a liquidação do latifúndio, pela Reforma Agrária, e a emancipação econômica de nosso povo do Capital imperialista, pela nacionalização, passagem ao poder do Estado dos Bancos e grandes emprêsas exploradoras imperialistas.

E' o que esperam de nós, de nossa inteligência, previsão, coragem e patriotismo não só o povo brasileiro, como todos os povos da América e toda a Humanidade progressista, que venceu o fascismo e marcha a passos cada vez maiores para um futuro radioso de bem-estar e de cultura, afinal livre da exploração do homem pelo homem.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

RESPONDA, SE PUDEr...

Afim de exercitar a memória dos nossos leitores e permitir-lhes a verificação, por êles próprio, do seu grau de adiantamento em relação às teorias marxistas, em cada número desta revista publicaremos 10 perguntas relacionadas com o assunto, as quais, além de respondidas individualmente, deverão ser feitas, também, aos amigos mais próximos, no intuito de se ampliar, tanto quanto possível, o interesse pelos estudos sociais. As perguntas feitas num número serão sempre respondidas no número que se indicar de DIVULGAÇÃO MARXISTA, de modo a que os interessados possam contralrar realmente seus conhecimentos. Incluiremos nessas relações, com o maior prazer, quaisquer perguntas que nos queiram fazer os leitores, dando-lhes as respostas na forma do costume, sem citar nomes. Redija, portanto, suas perguntas e aguarde, confiante, nossa resposta, no próximo número.

1. A economia política é uma ciência?
2. Marx foi poeta?
3. Quando e como foi fundado o Banco do Brasil?
4. Conhece a "declaração dos Direitos do Homem"?
5. Como surgem e desaparecem as religiões?
6. Que são "classes em si" e "classes para si"?
7. Que são saltos na natureza?
8. Que foram as rebeliões dos sipaios?
9. Qual a contradição fundamental no capitalismo?
10. Como se deve estudar o marxismo?

(Estas perguntas serão respondidas no próximo número desta revista, de 1-8-46.)

DE TUDO UM POUCO...

VENDAMOS BARATO — “Se os burgueses franceses aprenderam, desde antes da guerra, a ganhar dinheiro editando romances para o povo não a 3,50 francos, sob a forma de livros para ricos, mas a 10 centimos (quer dizer 35 vezes mais barato, e a 4 copeks ao cambio de antes da guerra) sob forma de publicações proletárias, por que nós não poderemos — nós que estamos no segundo passo do capitalismo para o comunismo — aprender a fazer o mesmo? Por que não poderíamos, agindo de modo identico, dar ao povo num ano, mesmo no estado de nossa atual pobreza, sob a forma de dois exemplares para cada uma das 50.000 bibliotecas e salas de leitura, todos os manuais escolares indispensáveis e todos os clássicos indispensáveis da literatura mundial, da ciencia contemporânea, da tecnica contemporânea?

E’ o que faremos.” (Lénin, *Sobre o Trabalho do Commissariado da Instrução Publica*, “in” *Pravda*, de 9 de fevereiro de 1921.)

NO PERIODO FEUDAL — “Cada classe tem o seu padrão de vida e o numero de pessoas de cada classe é mais ou menos limitado. Quem é servo ou filho de servo não aspira ao artesanato. E o artesão ou o filho de artesão não pensa em ser fidalgo. É isso que caracteriza a economia feudal. As trocas realizavam-se através de uma divisão de profissões pré-estabelecidas. Daí o dizer do Schmöller, que a divisão de trabalho na Idade Media é uma divisão profissional e social.” (Simonsen — *Historia Economica do Brasil*, pag. 125.)

PORTUGUESES PROGRESSISTAS — “No Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos tropicos por uma tecnica economica e por uma politica social inteiramente novas: apenas esboçadas nas linhas sub-tropicais do Atlantico. A primeira: a utilização e o desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravidocrata. A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho mas como elemento de formação da familia. Semelhante politica foi bem diversa da do extermínio ou segregação seguida por largo tempo no Mexico e no Peru pelos espanhóis, exploradores de minas, e sempre e desbragadamente na America do Norte pelos ingleses.” (Simonsen.)

A LIBRA ESTERLINA — “A libra esterlina deve sua denominação aos *Easterlings*, negociantes germanicos, de quem os bretões tomaram a moeda como modelo. Primitivamente, era uma libra de prata *troy*, com 12 onças. Com as quebras de moeda que foi sofrendo desde 1601 estava reduzida a um terço do seu peso primitivo, sendo dividida, porém, em 20 *shillings*.” (*History of the English and Sterling* — Warren and Pearson; *Great Britain from Adam Smith to the Present Day*, C. R. Fay.)

PRESTES E A REVOLUÇÃO SOCIAL

A obra não é somente o histórico dos movimentos armados de 1922, 1924, 1930, 1932 e 1935 e suas correlações com motins de menor vulto, ocorridos em vários Estados do Brasil. E', principalmente, o estudo das causas desses fenômenos, sejam elas imediatas ou históricas. Possui, pois, o seu eixo, em torno do qual giram os acontecimentos e se explicam as formas que tomam. O autor desenvolve sua tese, em que procura interpretar os acontecimentos principais depois da Primeira Grande Guerra, procurando provar que se devem ao desenvolvimento industrial no Brasil os tipos das insurreições liberais anti-oligárquicas de 1922 a 1930 e o da insurreição social anti-imperialista de 1935. A Primeira Grande Guerra acelerou o crescimento das forças do industrialismo nacional e, em consequência, promoveu o aumento da massa operária.

Da galeria de homens apresentados como personagens dos fatos narrados, destaca-se a figura de Prestes, por ser a que, entre as demais, assumiu o papel mais especial e decisivo nos acontecimentos que sucederam às lutas tipicamente anti-oligárquicas. As fases de transição dos sentimentos revolucionários de Prestes entrosam-se com os mesmos fenômenos de transição social que sacode o Brasil depois de 1930, ao impulso do lastro histórico que se criara desde a Primeira Grande Guerra. Prestes é, na obra, "parte material dos acontecimentos", criação das circunstâncias históricas, fruto das necessidades sociais da época. Nesse aspecto é que é estudada sua posição nos acontecimentos e o seu papel na continuidade da ação revolucionária. Seus manifestos, proclamações, cartas, frases são transcritos e analisados com serenidade.

Para alicerçar suas conclusões, o autor faz o estudo do militarismo e suas causas desde a Colônia até a República; analisa o fenômeno oligárquico e suas causas; faz o histórico dos vários movimentos políticos partidários após a República; estuda o movimento operário através de sua imprensa, de suas organizações, de seus congressos, de suas greves e de suas tendências ideológicas, como o anarquismo, o socialismo e o comunismo. Faz igualmente a sùmula da evolução das leis reacionárias anti-populares e das leis de amparo ao trabalhador, até à revolução de 1930. Mostra como se desenvolveu o industrialismo e as formas que tomou no país.

Traça a figura lendária de Prestes e o seu conteúdo pequeno-burguês criado pelas condições revolucionárias do liberalismo republicano. Explica a maneira, o mecanismo psicológico que levou as massas a transformarem o herói em mito, depois da Grande Marcha. Em seguida, demonstra o processo de desintegração do mito até a sua humanização, que é o momento em que o herói se coloca a serviço do proletariado, como parte da ação revolucionária comunista.

Os principais aspectos da revolução de 27 de novembro de 1935 e a fase do terror estabelecido pela reação fascista depois dessa data são pontos altos e dramáticos da obra, explicando suficientemente a pureza das lutas sociais.

Em papel buffon, Cr\$ 35,00

Em papel vergé, Cr\$ 40,00

Editorial Calvino Ltda. — Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro

ULTIMAS EDIÇÕES

HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA, por Lapidus e Ostrovitianov, 2 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00

LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA, por D. B. Mirski Cr\$25,00

CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) .. Cr\$25,00

A QUESTÃO SOCIAL E OS CRISTAOS SOCIAIS, por Lisandro de la Torre Cr\$25,00

TRES PRINCÍPIOS DO POVO, por Sun Yat Sen Cr\$25,00

A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, por F. Engels (Como Apêndice, "O Código Soviético a Família") Cr\$25,00

ANTI-DUHRING, por Frederico Engels Cr\$30,00

CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA, por M. N. Pokrovski (Como Apêndice, "Preço, Salário e Lucro", por Marx) Cr\$25,00

URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO por Sidney e Beatrice Webb, 5 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

A MEDICINA NA RUSSIA SOVIÉTICA, pelo Dr. Lello Zeno .. Cr\$25,00

O GENIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, pelo Instituto M. E. L., de Moscou Cr\$25,00

DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ, por Edvard Benes Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX, ENGELS, LENINE E STALIN SOBRE LITERATURA E ARTE, por Jean Freville Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE FILOSOFIA, seleção de J. Duret Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE ECONOMIA POLÍTICA, seleção de P. Y. Nizan Cr\$25,00

O PODER SOVIÉTICO, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RUSSIA, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

MISSÃO EM MOSCOW, por Joseph E. Davies Cr\$25,00

MISSÃO EM TÓQUIO, por Joseph C. Grew Cr\$30,00

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO, por John Reed Cr\$25,00

SANTA RUSSIA, por Mauricio Hindus Cr\$30,00

O SEGREDO DA RESISTÊNCIA RUSSA, por Mauricio Hindus .. Cr\$25,00

A RUSSIA ESMAGARA O JAPÃO, por Mauricio Hindus Cr\$25,00

A RUSSIA NA PAZ E NA GUERRA, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00

A CHINA LUTA PELA LIBERDADE, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00

RIO SELVAGEM (Romance da construção socialista), de Anna Louise Strong Cr\$25,00

ENTRE DOIS MUNDOS, memórias de Anna Louise Strong Cr\$30,00

ÁSIA SOVIÉTICA, por Davies & Steiger Cr\$25,00

A VERDADE SOBRE A RELIGIÃO NA RUSSIA, pelo Patriarca Sergio e outros Cr\$25,00

STALIN, por Emil Ludwig .. Cr\$25,00

PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA NA UNIÃO SOVIÉTICA, pela Dra. Ester Conus .. Cr\$25,00

A QUESTÃO AGRÁRIA, por V. I. Lenin Cr\$25,00

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO, por F. Engels, A. Talmier, H. Harari e L. Segal Cr\$30,00

MARX, ENGELS E MARXISMO, por Lenin, Marx e Engels, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLÍTICA, de Luis Segal, 2 vols. Cada volume Cr\$25,00

A DEFESA ACUSA... de Marcel Willard Cr\$25,00

Editorial CALVINO Ltda

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro